

SIMPÓSIO FLUMINENSE DE  
PATRIMÔNIO CULTURAL  
& CIENTÍFICO:  
Planos Integrados de Preservação





**Anais do I Simpósio Fluminense de Patrimônio Cultural-Científico:  
Planos integrados de preservação**

CARLA M. TEXEIRA COELHO

CLAUDIA S. RODRIGUES CARVALHO

INÊS EL-JAICK ANDRADE

RENATO GAMA-ROSA COSTA (ORGS.)

Rio de Janeiro 2011

## **Presidente da República**

Dilma Rousseff

## **Ministério da Saúde**

### **Ministro**

Alexandre Padilha

## **Fundação Oswaldo Cruz**

### **Presidente**

Paulo Gadelha

## **Casa de Oswaldo Cruz**

### **Diretora**

Nara Margareth Silva Azevedo

## **Departamento de Patrimônio Histórico**

### **Chefe**

Ana Maria O. Barbedo Marques

## **Ministério da Cultura**

### **Ministra**

Ana de Hollanda

## **Fundação Casa de Rui Barbosa**

### **Presidente**

Wanderley Guilherme dos Santos

## **Centro de Memória e Informação**

### **Diretora**

Ana Maria Pessoa dos Santos

## **Núcleo de Preservação Arquitetônica**

### **Coordenadora**

Claudia S. Rodrigues de Carvalho

Capa e projeto gráfico

Bruno Alves

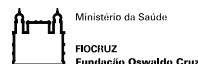
Apoio:



Patrocínio:



Realização:





## Ficha Catalográfica

FS612 Simpósio Fluminense de Patrimônio  
Cultural-Científico (1. :2011 :Rio de Janeiro, RJ)

Anais do I Simpósio Fluminense de Patrimônio  
Cultural-Científico: Planos integrados de  
preservação / Organização de

Carla M. Teixeira Coelho; Claudia S. Rodrigues  
Carvalho; Inês El-Jaick Andrade; Renato Gama-  
Rosa Costa.--Rio de Janeiro :  
FIOCRUZ; FCRB; FAPERJ, 2011.

220p.: il.; 21x21cm

1.Cultura 2. Patrimônio Cultural 3. Preservação  
4.Congressos 5. Brasil

CDD 363.69

ISBN 978-85-85239-77-0

# Sumário

<b>Apresentação</b>		7
<b>Introdução</b>		9
<b>Conferência</b>		
Plano Diretor para os edifícios da FAU/USP: limites entre a modernização e a conservação.	Beatriz Kuhl	15
<b>Mesas-redondas</b>		
<b>Sítios históricos</b>		35
Experiência na gestão de um centro histórico de pequeno porte: Vassouras (RJ).	Isabel Rocha	35
Planejamento e Gestão de Conjuntos Tombados: a experiência do Plano Diretor do Campus do Observatório Nacional e do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Rio de Janeiro, RJ).	Henrique Barandier	49
O Plano de Preservação da Área de Interesse Paisagístico do campus Fiocruz Manguinhos.	Cristina Coelho	65
Plano Diretor do Campus Fiocruz da Mata Atlântica: a preservação do patrimônio cultural e ambiental como aspecto relevante da estratégia de ocupação e gestão territorial.	Luis Carlos Soares Madeira Domingues, Laís Camaz Vinhosa e Maria Cecilia Benites	79
Programa de restauro, gestão e recuperação de jardins e áreas históricas do Jardim Botânico do RJ.	Ana Rosa de Oliveira	101
<b>Edificações históricas</b>		
Pesquisa para a conservação programada do patrimônio arquitetônico da Fundação Casa de Rui Barbosa.	Claudia S. Rodrigues de Carvalho	115
Desafios de conservação dos acervos arquitetônico e artístico do sítio Roberto Burle Marx.	Yanara Haas	129
A conservação preventiva do acervo histórico da Fundação Oswaldo Cruz: o caso do Pavilhão Mourisco.	Carla Maria T. Coelho	143
<b>Coleções</b>		
A gestão de coleções histopatológicas: a experiência do Museu da Patologia do Instituto Oswaldo Cruz.	Barbara Cristina Euzebio Pereira Dias de Oliveira e Marcelo Pelajo-Machado	155
Um Modelo para o Patrimônio Cultural.	Robério Dias	169
A preservação de coleções de ciência e tecnologia: a experiência do MAST.	Marcus Granato	179
O Arquivo Público de Campos dos Goytacazes, suas coleções e atividades.	Carlos Freitas	197





## **Apresentação**

**Claudia S. Rodrigues Carvalho**

**Renato Gama-Rosa Costa**

Constitui uma importante iniciativa tornar disponível essa coletânea de artigos de interesse para a área de preservação do patrimônio cultural científico, organizados a partir das palestras apresentadas no I Simpósio Fluminense de Patrimônio Cultural Científico. Esse simpósio foi uma realização do Núcleo de Estudos de Urbanismo e Arquitetura em Saúde (Neuas) do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Centro de Memória e Informação da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Em vista da carência de publicações sobre planos integrados de preservação, esperamos que essa publicação seja o primeiro passo para que se possa ampliar esse esforço, tão necessário para a formação e atualização dos profissionais da área atuantes nas instituições culturais científicas do nosso estado. Agradecemos o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) na realização do evento e na publicação dos seus anais, consolidando a missão de apoio científico na área de ciência e tecnologia dessa instituição no Rio de Janeiro.



## Introdução

**Carla M. Texeira Coelho<sup>1</sup>**

**Claudia S. Rodrigues Carvalho<sup>2</sup>**

**Inês El-Jaick Andrade<sup>3</sup>**

**Renato Gama-Rosa Costa<sup>4</sup>**

1 Arquiteta e urbanista, mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, arquiteta do DPH/COC, Fiocruz e professora do Curso de Especialização em Preservação e gestão do patrimônio cultural das ciências e da saúde da COC.

2 Arquiteta urbanista, doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, coordenadora das ações para preservação arquitetônica do Museu Casa de Rui Barbosa do Centro de Memória e Informação/FCRB e professora do Curso de Especialização em Preservação e gestão do patrimônio cultural das ciências e da saúde da COC.

3 Arquiteta e urbanista, doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, arquiteta do DPH/COC, Fiocruz e professora do Curso de Especialização em Preservação e gestão do patrimônio cultural das ciências e da saúde da COC.

4 Arquiteto e urbanista, doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, coordenador do Núcleo de Estudos de Urbanismo e Arquitetura em Saúde DPH/COC/Fiocruz, vice-coordenador e professor do Curso de Especialização em Preservação e gestão do patrimônio cultural das ciências e da saúde.

O I Simpósio Fluminense de Patrimônio Cultural-Científico com a temática “Planos Integrados de Preservação: sítios, edifícios históricos e coleções” representou um grande esforço das instituições científicas organizadoras - a Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e o Centro de Memória e Informação (Fundação Casa de Rui Barbosa) - no sentido de estreitar os laços que as une a outras instituições científicas fluminenses. O evento se constituiu enquanto uma oportunidade de trocar experiências e questionamentos críticos no complexo caminho da preservação do patrimônio histórico. Compreendendo que um determinado bem não pode ser preservado fora de seu contexto, foram abordadas três escalas de atuação no campo: o sítio histórico, o edifício de interesse histórico e suas coleções.

As instituições que organizaram e que apoiaram o evento são detentoras de acervos técnicos e científicos, sejam coleções, edificações históricas e sítios históricos. Os atuais desafios que as instituições enfrentam hoje, dizem respeito tanto à limitação de seu crescimento físico no território como ao acondicionamento desses acervos. Isto evidencia a necessidade da troca de experiências e impressões entre seus pares. O planejamento, através de planos integrados de conservação, é um instrumento

fundamental que precisa ser incluído na gestão institucional.

O encontro científico foi realizado nos dias 18 a 20 de agosto de 2011 na cidade do Rio de Janeiro. O evento ocorreu no âmbito da primeira edição da Semana do Patrimônio Fluminense. Nos dois primeiros dias do evento foram realizadas três mesas redondas e uma conferência magna compostas por palestrantes convidados, além de uma sessão de pôsteres, as quais ocorreram no auditório da Fundação Casa de Rui Barbosa, no bairro de Botafogo. No terceiro dia foi organizada uma visita ao campus da Fiocruz em Manguinhos para o fechamento do evento. O objetivo desse passeio guiado foi apresentar o sítio e as edificações históricas da instituição.

Os palestrantes foram escolhidos por sua contribuição na prática e na reflexão sobre a conservação do patrimônio em diferentes escalas: desde municípios, campi científicos e tecnológicos, edificações históricas até coleções científicas.

A tarefa de preservar e conservar documentos de interesse cultural-científico envolve tanto cuidados com sua estrutura física como com seu significado cultural. O plano integrado de preservação pressupõe a criação de um planejamento da conservação de forma mais abrangente. O sucesso e o desafio dessa proposta metodológica depende de uma visão processual da cadeia operatória na preservação de

bens de interesse cultural-científico, cujo planejamento deve ser construído através de um conhecimento técnico multidisciplinar que envolva a assessoria de diferentes especialistas. Para tanto, é um trabalho que se constroi coletivamente, sendo imprescindível a elaboração de um programa de conservação do espaço físico que não se limite exclusivamente ao edifício histórico, mas também que esteja relacionado a uma escala maior de abrangência que leve em consideração o entorno imediato, bem como as condições de gerenciamento, acondicionamento, acesso e uso do acervo.

Os palestrantes convidados para esta publicação apresentam suas experiências no planejamento das ações de preservação de forma sistematizada. Esses relatos nos auxiliam a perceber a sua importância para o patrimônio, cujas ações de intervenção ocorrem, em sua maioria, de forma descontínua e emergencial. Apesar de complexo e exigir um preparo prévio, o planejamento deve constituir-se como uma prática eficaz e um poderoso instrumento ao alcance de todos que, conscientes de seus deveres e responsabilidades em relação ao seus acervos, estejam dispostos a zelar pelo inestimável patrimônio cultural-científico.

O artigo de abertura traz as experiências da Professora Beatriz Kühn com o Plano Diretor Participativo (PDP) para os edifícios da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

(FAU) da Universidade de São Paulo (USP). A contribuição inicial dessa experiência é relatar não um projeto acabado, mas o desenrolar do próprio processo, muito particular e sem precedentes na história da faculdade, como Beatriz nos chama a atenção. Esse processo contou com a participação da comunidade da FAU-USP, envolvendo durante um ano e meio, funcionários não-docentes, estudantes e docentes. A dimensão do processo coloca para a comunidade muitos desafios a vencer, como a proposta de se estabelecer parâmetros desde as manutenções ordinárias, até a construção de eventuais novos prédios, além de trazer para pauta, os desafios da conservação e do restauro e da elaboração de um plano de conservação programada para edificações modernas.

Essa experiência pontual, mas de imensa complexidade, se coaduna com as experiências não menos complexas relatadas pelos profissionais em planos diretores de sítios históricos, seja ao nível da cidade, como em Vassouras ou ao nível dos *campi* de instituições científicas (Jardim Botânico, MAST e FIOCRUZ). O papel do planejamento urbano na revitalização e gestão de cidades e *campi* culturais-científicos está destacado nos textos de seus autores.

Sob o prisma da gestão da preservação de sítios históricos urbanos, Isabel Rocha analisa criticamente em seu artigo o papel, as ações e os desafios do Escritório Técnico

Médio Vale do Paraíba (ETMP) na cidade de Vassouras, dentro de uma retrospectiva dos seus 24 anos de atuação. Em seu artigo, Henrique Barandier apresenta sua experiência no campo de elaboração e mediação das diferentes percepções e expectativas com o desenvolvimento de planos diretores de sítios urbanos com conjuntos tombados, como foi o caso do Plano Diretor do *campus* do Observatório Nacional e do Museu de Astronomia e Ciências Afins no Rio de Janeiro. No artigo de Cristina Coelho são apresentados os primeiros esforços na construção coletiva de um plano de ocupação, para a Área de Preservação do Campus Fiocruz, em Manguinhos, no Rio de Janeiro. A autora destaca a importância de atuar na esfera da valorização, por meio da requalificação do patrimônio arquitetônico e paisagístico existentes. No artigo desenvolvido por Luis Carlos Soares Madeira Domingues, Laís Camaz Vinhosa e Maria Cecília Benites é apresentado a experiência da equipe de relacionar e incorporar a preservação de preexistências ao planejamento territorial de um novo campus, o *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica. Os autores defendem uma política que estabeleça a proteção unificada dos interesses culturais, estéticos, ecológicos e sociais do respectivo território.

Já a gestão do patrimônio paisagístico que integra jardins botânicos históricos é abordado no artigo de Ana Rosa de Oliveira,

o qual contribui para discutir a dualidade científica e estética-cultural do objeto. A autora narra a sua experiência na elaboração e implementação de um programa de expansão e revitalização de áreas e jardins históricos do Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cujas implicações vão além da elaboração de um projeto paisagístico, de restauração e/ou implementação das coleções botânicas.

Na mesa redonda sobre Edificações Históricas, o tema da conservação preventiva perpassa os três artigos, mostrando, por meio das experiências das suas autoras, os trabalhos e desafios da conservação dos edifícios-sede de suas instituições. Claudia S. Rodrigues de Carvalho relata a importância dessa metodologia para as instituições que têm sob sua guarda importantes acervos documentais e de arte, como a Casa de Rui Barbosa. Ela inicia seu texto recuperando documentos e cartas em que se destaca o tema da prevenção, tornando claras as vantagens desse tipo de ação no meio patrimonial. Ao contrário do que se propõe a partir de uma intervenção de restauro, muitas das vezes usadas para salvar de forma emergencial um bem edificado, a conservação preventiva atua de forma planejada e contínua.

No artigo seguinte, Yanara Haas apresenta os desafios de se preservar o acervo do mais importante arquiteto, pintor artístico e

paisagista do movimento moderno brasileiro. A autora nos relata o trabalho que vem sendo realizado nos últimos três anos nos acervos arquitetônico e artístico do Sítio Roberto Burle Marx/IPHAN. São ainda objetivos deste artigo, o relato da avaliação e da exposição dos problemas considerados como desafio para o desenvolvimento de um plano de conservação preventiva, bem como as ações resultantes, já postas em prática com sucesso e relatadas no texto.

De forma semelhante, Carla Coelho nos apresenta algumas ações em andamento na conservação preventiva do edifício principal da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Sua autora nos chama atenção para o diagnóstico da conservação, etapa importante das ações de prevenção a bens edificados possuídos por acervos, tanto quanto o reconhecimento de que as ações de conservação devem envolver diferentes profissionais, e não apenas arquitetos, mas igualmente museólogos, arquivistas, historiadores.

Os artigos que compõem o tema *Coleções* tratam dos diferentes objetos presentes nos acervos culturais científicos, como, por exemplo, o botânico, o museológico, o biológico e o arquivístico. O histórico da formação da Coleção Histopatológica do Laboratório de Histopatologia da Febre Amarela, atualmente denominada Coleção de Febre Amarela do Instituto Oswaldo Cruz, e as

ações empreendidas para a sua conservação, são os objetivos do artigo escrito por Marcelo Pelajo e Barbara Dias de Oliveira. Uma das ações prevê a reestruturação do Museu de Patologia, baseando-se tanto no histórico de sua formação, quanto no das outras duas coleções que atualmente o compõe, a de Anatomia Patológica e a de Patologia Experimental. O texto reafirma a importância que essas coleções e o museu assumem na missão de uma instituição como a Fundação Oswaldo Cruz, apresentando-se como patrimônios histórico-científicos testemunhos das pesquisas e serviços realizados por esta centenária instituição de pesquisa.

O reconhecimento e a identidade das coleções botânicas é o objeto do artigo de Robério Dias, que defende a tese de que o patrimônio paisagístico é um patrimônio imaterial, propondo um modelo de classificação próprio. A representatividade e singularidade da coleção de instrumentos científicos do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) é discutida no artigo de Marcus Granato. Seu texto finaliza abordando aspectos da conservação de acervos científicos, a partir da experiência desenvolvida no museu.

Por fim, o autor Carlos Freitas apresenta em seu trabalho a trajetória do Arquivo Público Municipal, sua história e seu modelo operacional de gestão. O artigo defende a missão dos arquivos públicos

de prestar serviços ao poder público e à comunidade, garantindo o direito à informação e a preservação da memória regional. Incentivamos a todos uma boa leitura e reflexão.





# **PLANO DIRETOR PARA OS EDIFÍCIOS DA FAU-USP: Limites entre a modernização e a conservação**

**Beatriz Mugayar Kühl<sup>1</sup>**

Este texto é baseado na experiência de ter feito parte da equipe que elaborou o Plano Diretor Participativo (PDP) para os edifícios da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP). O processo foi conduzido pelo Conselho Curador dos edifícios da FAU-USP e se desenrolou a partir do início de 2010, com a conceituação do plano, sendo sua votação pela comunidade da FAU-USP feita através de fóruns, em 31 de maio e 03 de junho de 2011. Os resultados das votações foram, em seguida, sistematizados e serão submetidos à Congregação da FAU.

Cabe aqui uma série de explicações a respeito do plano, seu processo e suas motivações. Antes de mais nada, é necessário esclarecer que o PDP não se configura como um projeto que possa ser aplicado imediatamente na prática: trata-se, em realidade, de um processo, conduzido com a participação da comunidade-FAU – composta por funcionários não-docentes, estudantes e docentes–, e por ela aprovado através de votação, para estabelecer princípios, diretrizes e procedimentos que versam sobre o uso e transformações do espaço físico dos edifícios da FAU. O intuito

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista. Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP) e pós-doutora em preservação pela Università delgi Studi di Roma “La Sapienza.” Professora Associada da Universidade de São Paulo (USP).

é que essa base teórico-metodológica sirva de guia para qualquer tipo de intervenção feita nos prédios, desde as manutenções ordinárias, até a construção de eventuais novos prédios, abrangendo, por conseguinte, também os processos de conservação e restauro e a proposta de elaboração de um plano de conservação programada. Note-se que planos e projetos, que se tornarão operacionais, serão feitos numa etapa subsequente; o que foi realizado ao longo desse período de trabalho foi um extenso processo de apreensão das questões envolvidas e dos anseios da comunidade-FAU para estabelecer as bases para futuros trabalhos.

Esse processo muito particular, sem precedentes na Universidade de São Paulo, foi motivado por circunstâncias pouco usuais. A FAU-USP, assim como grande parte dos organismos públicos, enfrenta uma série de problemas para fazer face à manutenção de seus edifícios, envolvendo fatores como: a dificuldade de obter verbas para a realização de estudos e diagnósticos que levem a um aprofundamento cognitivo suficiente para elaborar propostas e projetos mais bem fundamentados; os problemas em estruturar um orçamento adequado às reais e prementes necessidades – pois, por vezes, são destinadas verbas, até mesmo vultosas, a “rubricas” específicas que podem não corresponder aos problemas mais urgentes, para os quais não se consegue o montante

necessário; a morosidade de processos de licitação de serviços e obras, feitos sempre pelo menor preço, sem que fosse possível elaborar editais de licitação por técnica e preço, o que muitas vezes dá resultados insatisfatórios do ponto de vista da qualidade da execução.

A FAU é responsável, atualmente, por vários edifícios: na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, pelo Edifício Vilanova Artigas, pelo Edifício Anexo, o Canteiro Experimental Antonio Domingos Battaglia e pelo Ateliê Fraccaroli, em que são desenvolvidas as atividades ligadas à graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Design; é responsável ainda pelo Edifício Vila Penteado, voltado a atividades da pós-graduação, situado na rua Maranhão, no bairro de Higienópolis. Desses edifícios, o Vilanova Artigas e a Vila Penteado são bens culturais protegidos pela legislação estadual e municipal. Todos os edifícios, incluindo os dois tombados, possuem problemas sérios de conservação, em especial nas instalações elétrica e hidráulica e nas coberturas. Na Vila Penteado, no início de 2011, desabou trecho de um forro do espaço que se volta ao saguão central, por causa de infiltrações de água na cobertura, que necessita urgentemente de revisão geral, que abrange também o sistema e escoamento das águas pluviais; o Edifício Vilanova Artigas, que desde sua construção apresenta problemas sérios de estanqueidade da cobertura, teve seu estado agravado nos

últimos anos, com um dos estúdios (o 3) interditado; desde 2009, têm sido colocadas redes de proteção sobre alguns trechos de circulação, para escudar os usuários de eventuais desprendimentos do concreto com ferragens, processo que depois se estendeu para o Ateliê Interdepartamental, o Salão Caramelo e, mais recentemente, no início de 2011, para as rampas e estúdios.

Durante o período de direção de Silvio de Barros Sawaya (do final de 2006 ao final de 2010), foram feitas numerosas tentativas de enfrentar esses problemas; essas intervenções foram feitas, porém, sem um planejamento cuidadoso, por vezes sem um projeto unificador que articulasse as partes – os vários projetos parciais foram desenvolvidos por arquitetos diferentes –, fazendo com que algumas obras atrapalhassem o andamento das atividades da faculdade, e outras fossem iniciadas sem a necessária aprovação dos órgãos de preservação. Esses fatores, somados a certas propostas polêmicas, não discutidas de forma abrangente com a comunidade FAU, nem com os órgãos de preservação, sem justificativas mais embasadas, acabaram por gerar uma série de questionamentos e protestos que levaram à reformulação do Conselho Curador e à proposta de elaboração do PDP em 2009.

Na gestão Sawaya, várias obras foram conduzidas, algumas delas mencionadas a seguir<sup>2</sup>. Em 2007 foi iniciada a transformação

do setor administrativo. Em janeiro de 2009 os três departamentos da FAU-USP – história, tecnologia e projeto – foram esvaziados para serem readequados; foi proposto novo sistema de distribuição interna e o alinhamento adequado de seus limites, pois parte do departamento de projeto avançava sobre a circulação e sobre o espaço do ateliê interdisciplinar. As obras começaram a ser licitadas sem o projeto ter sido aprovado pelos órgãos de preservação, o que levou à paralisação do processo; houve uma série de tratativas com os órgãos e reformulação da proposta inicial para depois ser recomeçado o processo licitatório. O refazimento dos pisos e a instalação das divisórias foram feitos antes dos projetos complementares, em especial o de elétrica e o da rede informática, instaladas a posteriori, gerando uma série de problemas no espaço como condutores verticais no meio de ambientes livres e uma eletrocalha que faz curva fora da caixilharia externa do edifício. Por causa das atribuições do processo, inclusive com a resistência de alguns professores e de muitos estudantes à proposta projetual, as obras foram morosas, com várias interrupções entre as etapas; os departamentos só começaram a ser transferidos para seu local de origem – estavam provisoriamente instalados junto a laboratórios de pesquisa no pavimento inferior – em maio de 2011, ainda sem os móveis previstos, pois a licitação apresentou problemas.

2 Os dados sobre as obras foram baseados nos jornais de divulgação elaborados pela diretoria: FAUUSP. Edifício Vilanova Artigas. Reformas programadas e em andamento. São Paulo: FAUUSP, 2009. \_\_\_\_\_. Restauro e recuperação no Edifício Vilanova Artigas, no Anexo e no Edifício Vila Penteados. São Paulo: FAUUSP, 2009. \_\_\_\_\_. Restauro e recuperação no Edifício Vilanova Artigas: cobertura. São Paulo: FAUUSP, 2010. Parte do material pode ser obtida no sítio da FAU, nas seções técnicas de apoio, Geef (Grupo Executivo dos Espaços Físicos): [http://www.usp.br/fau/fau/secoes/espacos\\_fisicos/index.html](http://www.usp.br/fau/fau/secoes/espacos_fisicos/index.html). Acesso em: 10 jun. 2011. Nos textos estão especificados os autores de cada uma das propostas.

Em fevereiro de 2009 foram iniciadas as obras dos jardins e de alguns pisos das áreas externas, mas sem a devida autorização dos órgãos de preservação, gerando ainda questionamentos por serem consideradas não-prioritárias – para um edifício que estava com o estúdio 3 interditado e com pedaços de concreto caindo da cobertura – e, no que respeita à gramática do edifício, problemáticas. No início daquele ano de 2009, foi ainda detectado um problema de empoçamento de água no interior do edifício, proveniente do escoamento dos condutores verticais, que são adossados às colunas e envolvidos por fechamento de alvenaria de tijolos. Em vez de se limitar a abrir apenas alguns trechos da alvenaria que envolvia os condutores, em alguns dos pilares, para fazer o diagnóstico do problema e estudar uma solução adequada – pois foi verificado que, durante a construção, foi instalada apenas a metade dos condutores de ferro fundido previstos no projeto –, procedeu-se à demolição total dessas vedações de tijolos, deixando as colunas sem sua “carne” (e assim permaneceram até a redação deste texto), com ruidosas e poeirentas obras de demolição, iniciadas em março de 2009, em pleno período letivo, executadas em horário de aulas, causando grande transtorno, ainda mais grave na biblioteca, em que a higienização total do acervo acabara de ser concluída.

Ao projeto dos departamentos, que gerou descontentamentos, às transformações da diretoria e área administrativa, à adubagem do jardim feita com fertilizante não curado de modo adequado que causou mau cheiro insuportável por quase duas semanas, à abertura das colunas com a consequente sujeira e ruído, veio somar-se a proposta, feita no final de 2008 e início de 2009, de colocar uma sobre-cobertura no Edifício Vilanova Artigas. Foi a gota d’água que deu vazão a uma revolta geral, que repercutiu na imprensa, nos órgãos de preservação, e levou à realização de Congregações abertas, em maio de 2009, para controlar e dar novo direcionamento às questões que envolviam o espaço físico da Faculdade.

Essa sintética descrição de algumas das intervenções em curso nos últimos anos teve por objetivo mostrar a complexidade da situação em que estava a Faculdade, o que acabou por levar a propostas, algumas delas sem precedentes na instituição. Após a seção aberta de maio de 2009, a Congregação da FAU decidiu: interromper todas as obras em andamento, com exceção das emergenciais e previamente aprovadas pela Congregação, nomeadamente a proteção das cabeças e a recuperação das vigas principais da cobertura e a conclusão das obras dos departamentos; reformular o Conselho Curador, que passou a ser órgão com caráter consultivo, vinculado à Congregação, e que teria como primeira tarefa elaborar um Plano Diretor Participativo

(PDP). O Conselho Curador, na forma anterior, não tinha a prerrogativa de convocar a si próprio, somente seu presidente, que era o Diretor da Faculdade, poderia fazê-lo, e não estava claro se era órgão consultivo ou deliberativo. Era acionado esporadicamente, apenas para ser informado do que estava ocorrendo, sem poder se manifestar sobre o andamento das obras e sobre o mérito das questões apresentadas. Depois de numerosíssimas discussões com os vários setores da Faculdade, a reunião da congregação de agosto de 2009 estabeleceu as bases para o funcionamento do novo Conselho Curador e o sistema para a eleição de seus membros. O Conselho tornou-se paritário, ou seja, composto por sete servidores docentes, sete servidores não-docentes e sete estudantes (graduação e pós-graduação), com seus respectivos suplentes<sup>3</sup>. Esse Conselho reformulado tomou posse em dezembro de 2009 e, no início de 2010, começou a estabelecer os procedimentos para a elaboração do PDP.

O Conselho Curador, por possuir caráter consultivo e não deliberativo, pôde ter composição paritária, algo raro na estrutura universitária; os membros do Conselho elegeram um representante discente para a presidência, Fernando Túlio S. R. Franco, sendo o vice um docente, e a secretária executiva, a bibliotecária-chefe da FAU, Dina Elisabete Uliana. Fernando Túlio e Dina Uliana trabalharam de modo a organizar as atividades

da melhor maneira possível, com muita competência. Não foi tarefa fácil, pois o ritmo de reuniões e de trabalho foi frenético. Ambos deram lições exemplares de como conduzir uma comissão, com clareza de propósitos e procedimentos: a consciência de que é um trabalho conjunto, entre pares, e que a função principal dos dirigentes é organizar e encaminhar os trabalhos, e não dar ordens e impor visões pessoais.

Quando os trabalhos do conselho reformulado foram iniciados, não se tinha uma ideia precisa de como seria um plano diretor participativo. Raquel Rolnik e Nabil Bonduki, aproveitando sua experiência em processos semelhantes no planejamento urbano, estruturam a árdua tarefa, conduzindo o processo com a objetividade necessária. Outros professores foram assumindo a coordenação dos variados grupos de trabalho que se formaram nas diferentes etapas – Antonio Carlos Barossi, Beatriz Mugayar Kühl, Erica Yukiko Yoshioca, Marcos de Azevedo Acayaba, Milton Liebentritt de Almeida Braga –, e o desenvolvimento dos trabalhos contou com a participação de doze estudantes bolsistas, um da pós-graduação, os demais da graduação, que se alternaram entre os grupos dependendo da fase, alguns participando do início ao fim do processo, outros, em etapas específicas: André Leal, Aruã Wagner, Bianca Riotto, Gabriel de Andrade Fernandes, Guilherme Hayakawa, Luiza Strauss, Marcos Gibrin, Marcela Sayeg, Ricardo Aguillar

3 A composição inicial do Conselho após a eleição foi a apresentada na seqüência por ordem alfabética, apenas dos titulares. Categoria servidores-docentes: Antonio Gil da Silva Andrade; Beatriz Mugayar Kühl; Erica Yukiko Yoshioca; Marcos de Azevedo Acayaba; Milton Liebentritt de Almeida Braga; Raquel Rolnik; Nabil Bonduki. Servidores não-docentes: José Tadeu de Azevedo Maia; Ivanilda Soares da Silva; Rose Moraes; Dina Elisabete Uliana; Georgenaldo Falcão; Cândida Maria Vuolo; Maria José Polletti. Discentes: André Leal; André Azenha Turazzi; Fernando Túlio Salva Rocha Franco; Francisco Toledo Barros; Maira Fernandes da Silva; Paula Mollan Saito; Ricardo Aguillar da Silva.

da Silva, Silvio Oksman (pós-graduação), Suzana Seykoyume Tateoka. Os bolsistas desenvolveram o trabalho com competência e seriedade ímpares, assumindo de fato a responsabilidade pela execução e dando mostras de grande profissionalismo. O próprio site do PDP foi inteiramente concebido e gerido pelos bolsistas.

As propostas para estruturação do plano, em suas várias etapas, foram sempre apresentadas à Congregação, para discutir os temas envolvidos e aprovar o que se fizesse necessário. A estruturação do processo começou a ser elaborada nos primeiros meses de 2010, para ser apresentada à Congregação e depois à comunidade e dar início ao processo, em abril de 2010; as etapas principais foram:

- junho de 2010: leitura participativa feita “por territórios”, a saber: espaços públicos; espaços de aula; biblioteca; espaços administrativos; subsolo; anexo; Vila Penteado; Ateliê Fracarolli. Os usuários dos “territórios”, ou seja, dos variados espaços da Faculdade, foram convidados a participar de oficinas específicas para cada um deles para discutir problemas e qualidades daqueles espaços, através de metodologia advinda de planejamento participativo situacional. Cada participante poderia apontar, primeiramente, três problemas daquele

espaço e, depois, três qualidades/potencialidades; os temas levantados foram, em seguida, agrupados e discutidos pelo grupo como um todo;

- julho e agosto de 2010: leituras técnicas – o entendimento dos edifícios da FAU como bens culturais e um primeiro registro visual das condições físicas dos espaços, elaborando uma avaliação preliminar de seu desempenho no que diz respeito à segurança e habitabilidade; sistematização das leituras participativas; articulação dos resultados da leitura patrimonial, da leitura técnica e da participativa;
- setembro e outubro de 2010: leitura do funcionamento da FAU por natureza de atividades, considerando as funções de ensino – graduação e pós-graduação –, pesquisa, extensão universitária, convivência, gestão-administração; as reuniões de trabalhos foram abertas à comunidade, para discutir as variadas questões que surgem a partir das atividades;
- outubro e novembro 2010: releitura dos resultados das leituras técnicas e participativas, por território e por atividades, para a formulação de propostas, através de equipes de trabalhos estruturadas em várias frentes: Grupo FAU Bem-Cultural, que tratava das implicações relacionadas

- ao fato de os edifícios serem bens culturais; Grupo Técnicas, que aprofundou o registro e análise de patologias e de condições de desempenho dos espaços no que respeita ao uso, segurança e habitabilidade; Grupo Premissas e Programas, que trabalhou com a fundamentação para futuros projetos, as necessidades de áreas para as atividades desenvolvidas na Faculdade; Grupo Procedimentos, que estruturou uma série de propostas de encaminhamento das questões relacionadas à gestão e ao projeto dos espaços físicos da FAU (equipes de manutenção, de conservação, formas de elaboração de projetos, seja através de escritório acadêmico, seja através de concurso etc.);
- dezembro 2010, janeiro e fevereiro 2011: elaboração dos princípios, diretrizes e procedimentos que deverão ser seguidos no futuro nas intervenções nos edifícios. Foi feita uma leitura acurada dos espaços dos vários edifícios (a partir das leituras técnicas e participativas), para oferecer indicação de: usos que se consolidaram em determinadas áreas, que devem, porém, passar por manutenções ou, eventualmente, por readequações; áreas livres (circulação/exposição e convívio), que devem ser mantidas como tal; usos não-consolidados que podem, se necessário, ser transferidos para outras áreas, ou seja, de espaços que podem ser redefinidos através de novas utilizações. Outra atividade desse período foi a elaboração de material de divulgação para a preparação do fórum do PDP, em que os princípios, diretrizes e procedimentos seriam votados pela comunidade FAU;
  - março e abril de 2011: apresentações públicas das propostas em várias seções e horários, para informar devidamente toda a comunidade dos resultados obtidos e das propostas a serem votadas no Fórum;
  - abril e maio de 2011: após informar devidamente os vários seguimentos da comunidade FAU, houve um período para discussão e recebimento de emendas e sugestões aos artigos do PDP, através de endereço específico na internet, em que, para cada artigo, poderia ser feita sugestão de supressão, modificação ou adição. As emendas podiam ser individuais ou coletivas; também nesse período, todas as emendas apresentadas foram sistematizadas para serem votadas, juntamente com os artigos, no Fórum;
  - 31 de maio e 3 de junho: votação de todos os artigos e emendas propostas ao PDP, com participação de qualquer

membro da comunidade que quisesse se inscrever; o peso de cada uma das categorias – servidores não-docentes, servidores docentes e estudantes – era o mesmo na votação; os votos individuais eram computados nas respectivas categorias;

- o plano, com o resultado das votações, deverá ser submetido à apreciação da Congregação da Faculdade.

Como é possível perceber através dessa descrição sucinta, o processo foi extremamente trabalhoso e complexo, com variadas etapas sempre relidas em função dos resultados anteriores. Houve, sempre, um grande esforço para divulgar as atividades, tornar o processo de fato participativo e informar os resultados parciais obtidos. As emendas propostas aos artigos elaborados pelo Conselho Curador para o PDP pelos vários setores da comunidade FAU foram, em sua maioria, de grande interesse. Com a votação do Fórum, com efeito, a proposta resultou melhor do que a versão original do PDP. As sugestões deixaram a redação de determinados artigos mais clara e precisa, as aditivas especificaram de maneira mais adequada variadas questões, e as supressões foram voltadas a propostas que não estavam suficientemente amadurecidas naquele momento, mas que deverão ser retomadas nos desdobramentos futuros como consequência do PDP<sup>4</sup>.

Como mencionado, o plano diretor não se configura como projeto de aplicação imediata, mas como uma série de princípios, diretrizes e procedimentos que deverão ser seguidos em propostas futuras – que deverão ser todas devidamente debatidas e informadas à comunidade –, inclusive no que respeita à manutenção ordinária dos edifícios, sua conservação programada, restauração, mudanças de uso de áreas e novas construções. Uma das primeiras tarefas que sucederá ao PDP é a elaboração de um “plano de massas”. Ainda não se trata de projeto, mas de uma primeira proposta que espacializa as alterações de uso no espaço (realocando, eventualmente, funções), no conjunto de edifícios da Faculdade, prevê intervenções futuras e novas construções, tudo segundo os princípios, diretrizes e procedimentos aprovados no PDP. Outra tarefa será informar e formar as equipes de manutenção e de limpeza da FAU, para que sejam utilizados procedimentos e materiais compatíveis e não-danosos aos edifícios, e a elaboração de manuais de manutenção que deverão ser seguidos no futuro.

Os parâmetros para as alterações e inovações necessárias e para a salvaguarda dos edifícios reconhecidos como bens culturais da Faculdade são estabelecidos, portanto, pelos princípios e diretrizes presentes no plano, alguns dos quais voltados exclusivamente aos bens culturais, outros a todos os edifícios.

<sup>4</sup> Para dados sobre o processo é necessário entrar no site da FAU ([www.usp.br/fau](http://www.usp.br/fau)) e depois em Plano Diretor Participativo e em seguida, proposta. O texto do PDP para o fórum está em: <http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/proposta/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2011. Os resultados das votações e sua sistematização deverão estar disponíveis num futuro próximo.



5 O material desenvolvido pelas equipes e os resultados parciais estão na seção material complementar relacionada ao endereço do PDP. Os dados da equipe FAU-Bem cultural estão em: [http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/material/leitura\\_patrimonial/index.html](http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/material/leitura_patrimonial/index.html). Acesso em: 10 jun. 2011.

6 Para o estabelecimento das fases e elaboração da cronologia foram feitas entrevistas e consultadas várias obras, em especial: BAROSSII, Antonio Carlos. Ensino de projeto na FAUUSP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2005; GIANECCHINI, Ana Clara. Técnica e estética no concreto armado: um estudo sobre os edifícios do MASP e da FAUUSP. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2009; HOMEM, Maria Cecília Nacério. Carlos Ekman, um inovador na arquitetura paulista. In: FAUUSP. Vila Penteados 100 anos. São Paulo: FAUUSP, 2002.

7 A Cronologia foi desenvolvida por equipe coordenada por Beatriz Mugayar Kühn, e composta por Bianca Riotto, Luiza Strauss e Silvio Oksman, que também coordenou o trabalho em determinadas fases e elaborou a linha do tempo. O resultado da cronologia, em que são apresentadas quatro fases para cada um dos edifícios (com a justificativa para a escolha das fases e a metodologia utilizada) e mais a linha do tempo, estão em: [www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/material/leitura\\_patrimonial/cronologia.pdf](http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/material/leitura_patrimonial/cronologia.pdf). Acesso em: 14 jun. 2011.

Os princípios e diretrizes para os bens culturais foram desenvolvidos, em especial, pelo grupo de trabalho FAU-Bem Cultural, com muitas interfaces com as demais equipes, como o Grupo Técnicas – que realizou trabalho extenso e pormenorizado, coordenado por Erica Yukiko Yoshioca –, em que questões relacionadas aos procedimentos de manutenção, por exemplo, foram coordenadas a partir dos resultados parciais obtidos pelos dois grupos e com as propostas do grupo Procedimentos<sup>5</sup>.

Os trabalhos desenvolvidos pela equipe técnica FAU-Bem Cultural tratou, justamente, de variadas questões relacionadas ao fato de dois edifícios da FAU serem bens culturais, protegidos por lei estadual e municipal: a sede na Cidade Universitária e a Vila Penteados. São exemplares de interesse arquitetônico, de grande significância, não apenas para a USP, mas para a arquitetura brasileira. É um privilégio que implica, porém, responsabilidades, pois a Faculdade tem a obrigação de zelar da melhor maneira possível por eles, atuando de modo irrepreensível no que diz respeito ao método e procedimentos. Esses edifícios são representantes insígnies de momentos distintos da história arquitetônica de São Paulo: a Vila Penteados foi projetada por Carlos Ekman e é exemplar raro de arquitetura residencial da virada do século XIX para o XX (concluída em 1902), pois é um dos poucos edifícios residenciais filiados ao movimento secessão vienense que

sobrevive na cidade; o edifício projetado por Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi (terminado no final dos anos 1960) é um dos expoentes do “brutalismo” da chamada “escola paulista”. São ainda documentos de enorme relevância, portadores de conhecimentos em vários campos do saber, e associados a fatos de grande importância, passados e presentes, fazendo com que essas obras sejam significativas também por aspectos memoriais e simbólicos.

O grupo desenvolveu, numa primeira etapa, trabalhos paralelos que depois foram aprofundados nas etapas sucessivas. Foi feito, inicialmente, um estudo de cronologia desses edifícios, ou melhor, de como as funções foram distribuídas no espaço, com o intuito de compreender de que modo os edifícios foram ocupados ao longo do tempo<sup>6</sup>. Essa etapa foi essencial para sistematizar e sintetizar graficamente informações esparsas, permitindo um melhor entendimento das formas de ocupação dos prédios que, por sua vez, forneceram elementos para, na etapa sucessiva, elaborar análise mais acurada da caracterização da composição dos prédios, das formas de articulação de seus espaços, de modo a que esses elementos caracterizadores venham a ser respeitados em intervenções<sup>7</sup>. Essas análises são parte integrante do processo de aprofundamento cognitivo em relação às obras, e devem fazer parte de qualquer ação. Foi elaborada, ainda, uma linha do tempo em que foram

sistematizados graficamente dados sobre a Instituição, sobre a estruturação do ensino, e sobre os edifícios, de modo a auxiliar a compreensão de alterações de usos dos espaços. Foi feito, também, um levantamento das leis de tombamento, das resoluções de tombamentos referentes aos edifícios da FAU, e dos preceitos teórico-metodológicos e prático operacionais que guiam as ações em bens culturais. Na etapa sucessiva, foram analisadas as implicações legais e deontológicas ligadas ao fato de os edifícios da FAU serem bens culturais, estabelecendo a fundamentação teórica para elaborar as propostas que foram incorporadas nos princípios e diretrizes do PDP.

Um dado levado em consideração nos trabalhos do grupo foi o fato de o órgão estadual de preservação, o Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) ter sido membro do Icomos<sup>8</sup> (International Council on Monuments and Sites) e o CPC-USP (Centro de Preservação Cultural da USP), que tem também a finalidade de definir critérios e procedimentos relativos ao patrimônio cultural da USP, ser membro institucional do Icomos, órgão com papel consultivo e de colaboração da Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). Pela declaração de compromisso ético, os membros do Icomos deveriam atuar em acordo com suas cartas e doutrinas, convenções internacionais e, ainda, respeitar

as recomendações da Unesco. Do ponto de vista deontológico, portanto, deveriam ser seguidas as recomendações do Icomos ao atuar nos bens culturais da USP. Desse modo, foram analisadas as cartas patrimoniais, em especial a Carta de Veneza<sup>9</sup>, para estabelecer a fundamentação das diretrizes de intervenção.

Um dos pontos discutidos nas reuniões com a comunidade, que costuma causar muitos equívocos, diz respeito às implicações legais do tombamento. Um de seus efeitos é controlar alterações que venham a ser feitas nos bens, pois as ações devem seguir aquilo que é estipulado nas leis. As leis estabelecem que qualquer obra a ser feita no edifício, inclusive uma simples pintura, tem de ser autorizada pelos Conselhos deliberativos dos órgãos estadual, Condephaat, e municipal, Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo). A lei, ao contrário do que pensam muitos dos membros da comunidade FAU, não impede transformações nos edifícios, mas exige que as propostas sejam previamente examinadas pelos corpos técnicos dos órgãos e aprovadas pelos seus respectivos Conselhos para que os bens não sejam desnaturados. No entanto, os instrumentos normativos dos órgãos não definem as modalidades de intervenção, nem os princípios que deveriam guiá-las – ou seja, aquilo que é lícito fazer num bem tombado – nem remetem explicitamente a documentos

8 O Condephaat foi membro institucional do Icomos-Brasil, pelo menos até a última lista divulgada pela instituição, em 1999. Atualmente apenas a lista dos membros individuais está disponível no sítio do Icomos-Brasil. Na consulta feita ao sítio do Condephaat, não aparece nenhuma menção ao Icomos. <[www.cultura.sp.gov.br](http://www.cultura.sp.gov.br)>. Acesso em: 14 jun. 2011.

9 Para a análise do papel das cartas patrimoniais, interpretação circunstanciada dos artigos da Carta de Veneza e bibliografia sobre o tema ver: KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. Anais do Museu Paulista, São Paulo, vol. 18, n.2, p. 287-320, Dez 2010. Também disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142010000200008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142010000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 maio 2011.

que o façam. Por isso foram feitas as tentativas de estabelecer princípios no plano diretor a partir dos documentos lcomos e remeter também a esses documentos para aprofundamento e complementação. É muito relevante que propostas apresentadas aos órgãos de preservação sejam circunstanciadas, e baseadas em critérios coerentes, para poderem justificar eventuais mudanças que se façam necessárias.

Essas discussões repercutiram na elaboração de artigos do PDP<sup>10</sup>, que estabelece que devam ser asseguradas as condições de segurança, uso, habitabilidade e de preservação (artigo 3º), e é reiterada a responsabilidade da Faculdade, que deve agir de modo irrepreensível no que diz respeito a métodos e procedimentos, ainda mais por ter edifícios considerados bens culturais (artigo 5º). As intervenções devem valorizar a linguagem arquitetônica dos edifícios e sua relação com o entorno (artigo 8º).

Outro tema de grande importância diz respeito às manutenções: no artigo 15º, é estabelecida a necessidade de incorporar uma rotina de manutenção, corretiva e preventiva, à estrutura administrativa a Faculdade, devendo ser eficaz do ponto de vista técnico e baseada em estudos multidisciplinares. O tema é retomado no artigo 34º, em que são definidas as ações – de manutenção ordinária, manutenção extraordinária, conservação, restauro e ampliação – e qual deve ser o

procedimento a ser seguido na estrutura da Faculdade para cada uma delas.

A manutenção é retomada no artigo seguinte, que trata da elaboração de plano de manutenções – definindo os tipos de manutenção: preventiva, corretiva e emergencial –, especificando que deve ser precedido por estudos multidisciplinares, e nele baseado e, ainda, elaborada uma lista de controle com periodicidade regular, com relatórios e registros gráficos dos problemas, para monitorá-los e identificar pontos mais sensíveis, onde há maior probabilidade de um dano ocorrer e se repetir. Foi previsto também o estabelecimento de ciclos de manutenção a serem respeitados de maneira rigorosa. Esse monitoramento, com o registro do estado de conservação ao longo do tempo, é de especial importância, pois ajuda a definir prioridades: a intervenção em elementos que estão em estado razoável de conservação, mas apresentam decaimento acelerado, pode se mostrar mais urgente do que aquela em elementos muito degradados, mas estáveis. Nesse sentido, apurar não apenas o estado de conservação, mas levar em conta o fator tempo é essencial. Outro dado de grande interesse especificado no artigo é que, em qualquer obra de maior porte (como a cobertura do Edifício Vilanova Artigas, por exemplo), o projeto deva vir acompanhado de um programa de manutenção, em que devem ser estabelecidos os procedimentos e a periodicidade das ações.

10 A numeração dos artigos aqui apresentada é a do “jornal” “Plano diretor participativo FAU 2011 2018. Proposta para debate no fórum”, que foi elaborado para ir a votação no Fórum. Quando a redação deste texto foi concluída, a versão final do plano, com as integrações das votações, e com os aportes da Congregação, ainda não haviam sido finalizados. O material do “jornal” está disponível na rede, no seguinte endereço: <http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/proposta/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2011.

11 O texto dos artigos, como enunciados no “jornal” é citado a seguir e está disponível em: <http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/proposta/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2011.

art. 16: Qualquer obra ou intervenção que venha a ser feita nos edifícios da FAUUSP, deve ser precedida por extensos estudos, necessariamente multidisciplinares, que levem ao aprofundamento cognitivo a respeito da obra e a um processo acurado de diagnóstico para justificar a proposta e se configurar como projeto – entendido como instrumento que prefigura e controla a intervenção.

art. 17: Respeitar, no que concerne aos bens culturais, as obras em seus aspectos materiais, de conformação e documentais, justificando o projeto à luz das motivações da preservação: as razões de cunho cultural - aspectos estéticos, históricos, memoriais e simbólicos dos bens-, científico – o conhecimento que transmitem nos vários campos do saber -, e ético - por não se ter o direito de apagar testemunhos relevantes de gerações passadas e de privar o presente e o futuro de bens portadores de elementos identitários, além da possibilidade de conhecimento que transmitem.

art. 18: Respeitar, nos projetos de intervenção, os requisitos de desempenho para as atividades previstas para a Faculdade, segundo critérios, embasados em normatização internacional, de: segurança – estrutural, contra incêndio, no uso e na operação, incluindo acessibilidade; salubridade – estanqueidade, pureza e qualidade do ar, condições de saúde e higiene; e conforto ambiental – conforto higrotérmico, acústico, visual, tátil e antropodinâmico.

Como consequência do trabalho de análise e de diagnóstico das variadas equipes e considerando as leituras participativas, foram estabelecidas algumas metas para obras em todos os edifícios da faculdade, especificando aquelas que devem ser realizadas imediatamente, as de curto prazo e as de médio e longo prazo (art. 30º).

Outros artigos tratam mais diretamente de princípios teórico-metodológicos que devem guiar as intervenções e estão enunciados nos artigos 16º a 23º<sup>11</sup>.

No artigo 16º, insiste-se na necessidade de que qualquer intervenção nos edifícios seja precedida por estudos multidisciplinares, que conduzam ao aprofundamento do conhecimento sobre a obra e a um diagnóstico aprofundado, para embasar e justificar a proposta, que deve ser prefigurada e controlada através de projeto. Isso poderia parecer uma obviedade, ainda mais numa faculdade de arquitetura, mas o passado recente mostrou que esse tipo de aproximação metodológica é menos evidente do que parece.

O artigo 17º trata diretamente dos bens culturais<sup>12</sup>, exigindo o seu respeito no que concerne aos seus aspectos materiais, documentais e de conformação, e que esse respeito seja baseado naquilo que motiva a preservação, nomeadamente as razões de cunho cultural, científico e ético.

O artigo é baseado no entendimento da preservação como ato de cultura e essa visão é resultado de processo plurissecular. Os princípios teóricos que devem fundamentar as intervenções práticas, como enunciados no artigo 20º, provêm desse processo; ou seja o entendimento das razões de se preservar deve conduzir a formas idôneas de como fazê-lo . As raízes desse tipo de relação com bens legados por outras épocas estão no século XV, em que as formas de agir em obras entendidas como de interesse cultural passaram, paulatinamente, e muito lentamente, e não sem variadas contradições, a não mais ser ocasionadas apenas por razões práticas (como as de uso ou econômicas, por exemplo), que continuam sempre presentes, mas a ser movidas por questões:

**de cunho cultural – voltadas aos aspectos estéticos, históricos, memoriais e simbólicos dos bens –, científico – pelo conhecimento que as obras transmitem nos vários campos do saber, tanto humanidades quanto ciências naturais –, e éticas – por não se ter o direito de deformar nem de apagar testemunhos tidos como relevantes de gerações passadas e privar o presente e as gerações futuras da possibilidade de conhecimento de que os bens são portadores, nem de sua função como suporte da memória, individual e coletiva.**

**Os preceitos teóricos da restauração – que deveriam guiar a intervenção em bens considerados de interesse cultural – são**

parágrafo único: Os mesmos requisitos devem ser respeitados durante a execução da obra.

art. 19: Atuar segundo o princípio de compatibilidade de técnicas e materiais: levar em conta a consistência física dos edifícios, com a utilização de técnicas compatíveis, que não sejam nocivas ao edifício e aos seus usuários, e cuja eficácia seja comprovada através de experimentação.

art. 20: Observar, no caso dos bens culturais, os princípios da distinguibilidade da ação contemporânea, retrabalhabilidade, mínima intervenção e demais recomendações constantes nos documentos do ICOMOS (International Council on Monuments and Sites).

art. 21: Atuar, em toda e qualquer proposta, com qualidade irrepreensível nos procedimentos, técnicas e materiais.

art. 22: Compatibilizar as intervenções espaciais com as atividades-fins da escola.

art. 23: Organizar e disponibilizar os estudos e relatórios retrospectivos bem como documentos e projetos de restauro e ampliação dos edifícios da FAUUSP.

12 No que respeita especificamente à fundamentação dos artigos relacionados aos bens culturais, a equipe técnica de trabalho FAU-Bem Cultural – naquela fase composta por Beatriz M. Kühl, Bianca Riotta, Luiza Strauss, Marcos Acayaba, Marcos Gibrin e Silvio Oksman – elaborou texto intitulado “Edifícios da FAU como Bens Culturais: Fundamentação Teórica para intervenções”, disponível em: [www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/plano diretor/material/leitura\\_patrimonial/fau\\_bem\\_cultural.pdf](http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/plano diretor/material/leitura_patrimonial/fau_bem_cultural.pdf). Acesso em: 14 jun.

2011. Trechos desse texto de fundamentação, que coordenei, são retomados por extenso nas análises que se seguem, pois constituem a base para os enunciados dos artigos 17º, 19º e 20º do PDP.

**relacionados diretamente com aquilo que motiva a preservação. São fruto de pelo menos dois séculos e meio de formulações teóricas associadas a experimentações sistemáticas na prática e um século em que a restauração é entendida como campo disciplinar autônomo, mas não isolado, pois é necessariamente multidisciplinar. A restauração possui, portanto, referenciais teóricos e instrumentos técnico-operacionais que lhe são próprios, que têm o intuito de transmitir os bens da melhor maneira possível – respeitando seus aspectos materiais, documentais e de conformação, suas várias estratificações e as próprias marcas da passagem do tempo –, sem desnaturá-los, sem falseá-los, para que cumpram seu papel como bens culturais, a saber: para que possam, de fato, continuar a ser documentos fidedignos e, como tal, servir como efetivos suportes do conhecimento e da memória coletiva. Por isso, qualquer intervenção deve ser justificável e justificada do ponto de vista das razões por que se preserva<sup>13</sup>.**

A repercussão desse enunciado para os bens culturais pertencentes à FAU é retomada no artigo 20º, embasado na Carta de Veneza, em que se remete também às recomendações dos documentos do Icomos (os artigos possuem caráter complementar, e não substitutivo, à Carta, chamando a atenção para determinados pontos); é preconizado que sejam respeitados os princípios da distinguibilidade da ação contemporânea, da retrabalhabilidade, da mínima intervenção;

o todo associado ao artigo 19º, em que se prescreve que as técnicas utilizadas sejam compatíveis com a consistência física dos edifícios, e cuja eficácia seja comprovada através da experimentação:

**3. Princípios básicos que guiam as intervenções (trabalhados de modo concomitante e não excludente):**

**3.1. Distinguibilidade da ação contemporânea:** pois a restauração (que é vinculada à história), não propõe o tempo como reversível e não pode induzir o observador ao engano de confundir a intervenção, ou eventuais acréscimos, com o que existia anteriormente, além de dever documentar a si própria. Se for necessário alterar uma disposição interna, ou inserir novos elementos, esses novos elementos não deverão recair na imitação, nem, tampouco, em competição com a obra como estratificada ao longo do tempo (Carta de Veneza: Artigos 9º, 12º, 13º). Lembre-se que em casos de manutenção, ordinária ou extraordinária, materiais, técnicas e formas semelhantes podem ser usadas.

**3.2. Retrabalhabilidade:** pois a restauração não deve impedir, tem, antes, de facilitar qualquer intervenção futura; portanto, não pode alterar a obra em sua substância, devendo inserir-se com propriedade e de modo respeitoso em relação ao preexistente, de forma a não impedir ou inviabilizar intervenções futuras que se façam necessárias (Carta de Veneza: Artigo 5º, 10º).

3.3. Mínima intervenção: pois a restauração não pode desnaturar o documento histórico nem a obra como imagem figurada, devendo respeitar suas várias estratificações e preservara a pátina.

- A remoção de uma adição só pode ser justificada à luz de questões de cunho documental, formal e material, quando forem alterações que deturpam, ou são incongruentes, com a obra como estratificada ao longo do tempo; desse modo, quando são propostas remoções de adições, não é por vontade de voltar a um suposto estado original, mas é proposição fruto de processo crítico, fundamentado do ponto de vista documental, formal e material, que considera determinadas estratos como não adequados ou até mesmo prejudiciais, para a percepção da obra, ou até mesmo para a sua sobrevivência, por problemas de incompatibilidade de materiais. (Carta de Veneza: Artigo 11º)
- Respeito pela pátina; as limpezas deverão ser controladas de modo a respeitar a superfície da obra como alterada pelo tempo, não se confundindo, porém, pátina com patologias, que deverão ser tratadas.
- 3.4. Compatibilidade de técnicas e materiais: deve-se levar em conta a consistência física do objeto, com a aplicação, para seu tratamento, de

técnicas compatíveis que não sejam nocivas ao bem e cuja eficácia seja comprovada através de muitos anos de experimentação. (Carta de Veneza: Artigo 10º)<sup>14</sup>.

O artigo 18º volta-se a todos os edifícios da Faculdade (assim como o artigo 19º), e não apenas aos bens culturais, prescrevendo o respeito, em qualquer intervenção, aos requisitos de desempenho para as atividades, com base na normativa internacional de segurança, salubridade e conforto ambiental, que também devem ser respeitados durante a execução das obras. O artigo 21º reitera ser necessário atuar com qualidade irrepreensível no que respeita a procedimentos, técnicas e materiais. Já o 22º especifica que as intervenções espaciais devem ser compatíveis com as atividades-fim da escola. O artigo 23º enuncia que estudos, relatórios, projetos, devam ser disponibilizados para a comunidade; esse artigo recebeu uma emenda aditiva (aceita em votação) que especifica que também as obras realizadas devam ser documentadas em suas várias fases e disponibilizadas para a comunidade.

Como é possível notar através desses enunciados, aprovados com a participação de toda a comunidade, muito se avançou na FAU nos últimos dois anos em relação a um maior amadurecimento e conscientização no que respeita às intervenções nos edifícios da Faculdade, estabelecendo-se uma base

comum. A consciência a respeito de certas questões poderia parecer estar consolidada, mas, na verdade, as leituras e interesses envolvidos em determinados problemas são ainda bastante díspares.

Um exemplo pode ser visto em parte do artigo 29º (item II, a2) em que, para o edifício da Vila Penteado, era preconizada a alteração de circulação, que permitiria que se girasse em torno de toda a volta do saguão principal. Houve muita polêmica em relação ao artigo como um todo no próprio Conselho Curador – pois esse artigo avançava em questões de distribuição de funções no espaço que não faziam parte do escopo do plano diretor e, sim, do plano de massas, e não estavam suficientemente amadurecidas – e, felizmente, sua supressão foi decidida no fórum.

O edifício da Vila Penteado era, originalmente, destinado a uso residencial; um corpo que, em realidade, abrigava duas casas: a de Álvares Penteado, que ocupava o corpo central e uma das alas laterais; e a de uma de suas filhas, casada com A. Prado que ocupava a outra ala (a noroeste). A ala noroeste era independente do restante da casa, possuindo entrada autônoma, e não havia comunicação interna com a ala Álvares Penteado. Desse modo, a face norte da vila (que era a fachada principal, voltada para a Avenida Higienópolis), mesmo sendo simétrica, abrigava um organismo que

não possuía simetria bilateral. Esse corpo, com alguns anexos de serviço (galinheiro, depósito de lenha etc.) estava “solto” no quarteirão, que era todo de propriedade de Álvares Penteado. Com o passar do tempo, o quarteirão foi fracionado e vários dos lotes receberam edifícios em altura; a Vila perdeu seu acesso para a avenida Higienópolis, para a qual era voltada sua fachada principal e a antiga entrada de serviço, pela rua Maranhão, passou a ser a entrada principal. Foram estabelecidas formas de comunicação entre a ala Penteado e a ala Prado, no térreo e no primeiro pavimento, e construídos corpos anexos para o funcionamento da FAU, que se estabeleceu no prédio em 1948, nas laterais do edifício e na atual parte posterior do lote, para uso como ateliê de projeto, maquetaria, depósito etc.

A Vila Penteado era uma residência que se tornou sede de uma Faculdade; apesar das transformações ao longo do tempo, manteve as leituras desses dois usos diversos, sendo ainda possível compreender perfeitamente a residência, mesmo com as transformações feitas pela utilização como Faculdade. Essa deveria ser uma lição a ser aprendida e respeitada: o novo uso, mesmo que modifique a distribuição originária e se transforme ao longo do tempo, deve respeitar as várias estratificações da casa; as mudanças devem ser feitas de modo a permitir a leitura dos vários estratos, sem que o mais recente

venha a obliterar os outros e a achatar as possibilidades de percepção do bem.

Com a proposta que estava implícita no artigo 29º essa percepção seria muito prejudicada, pois implicaria impor um tipo de circulação em torno do saguão central, no piso superior, que nunca existiu e que resultaria em demolições de paredes (portantes, de alvenaria) para estabelecer uma lógica e distribuição totalmente alheias à concepção do prédio.

O elemento principal de articulação dos espaços da Vila é, com efeito, o saguão principal, que tem pé-direito duplo; é em relação a ele que se distribuem os espaços, tanto no pavimento térreo, quanto no superior. Quando a Vila funcionava como residência, a então entrada principal na face norte, conduzia diretamente ao saguão; a entrada lateral, na face sudeste, também conduzia a esse salão. Com o acesso principal agora sendo feito pela face voltada à rua Maranhão e com a união com a ala Prado, o saguão não perdeu importância, pelo contrário; com o acesso agora feito pelo antigo escritório de Álvares Penteadado, atual hall de entrada, ou pela antiga entrada principal, a distribuição para as diversas áreas da casa é feita preferencialmente pelo saguão central<sup>15</sup>.

No pavimento superior, o saguão é elemento essencial de referência para a percepção do espaço e para a circulação; duas de

suas laterais são cegas, mas existem dois espaços, que atualmente funcionam como sala de estudos, que se abrem para o saguão e para as fachadas, nas faces norte e sul, ampliando a percepção do espaço; são também palco privilegiado de observação para quem ali circula ou permanece. Uma das salas tem mais trânsito, a voltada para a rua Maranhão, por permitir a união entre as várias alas da casa. A outra, volta-se a um fluxo mais restrito, pois era, na verdade, uma antecâmara aos aposentos de Álvares Penteadado (que hoje é sala de aula). Destruindo os elementos divisórios dos aposentos de Álvares Penteadado, seria estabelecida uma circulação indistinta em torno de todo o saguão, não mais havendo a hierarquização dessa circulação e perdendo-se a noção da distribuição originária da residência. Lembre-se que, ademais, esse tipo de fragmentação é compatível com as necessidades do programa de pós-graduação, que utiliza espaços de variados tamanhos e, mesmo, espaços abertos com maior ou menor circulação, para que as atividades, como o funcionamento de grupos de estudo e de discussão, por exemplo, possam ser desenvolvidas. Desse modo, o saguão, seus acessos, e as vistas a ele relacionadas deveriam ser rigorosamente respeitados no que concerne à lógica espacial, como exige o artigo 17º; e, no que tange à materialidade da obra, paredes de alvenaria portante não devem ser suprimidas.

<sup>15</sup> Antes da abertura feita em 2002 da parede do hall em direção à ala oeste, os frequentadores do edifício deviam, necessariamente, dirigir-se ao saguão para deslocar-se pelas alas da casa.



Um dos argumentos utilizados para propor essa modificação é que o saguão da Vila Penteadado teria sido uma das fontes de inspiração de Vilanova Artigas para a concepção do salão Caramelo, na sede da FAU na Cidade Universitária, em torno do qual é possível girar em todos os pavimentos. Isso foi utilizado como justificativa para impor essa mesma lógica em algo que não foi pensado para funcionar dessa forma. Nem todos os membros da FAU compartilham desse raciocínio, algo que pode ser notado pela supressão do artigo 29º, mas ainda existe na Faculdade certa dificuldade em perceber as particularidades e características de edifícios do final do século XIX e início do século XX, e uma mentalidade que parece atribuir mais valor às soluções do modernismo do que às de outros períodos e em que está presente, também, uma visão idealizada dos próprios edifícios modernos. Isso diz respeito ao edifício de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi que foi concebido com amplos espaços abertos, mas que também previa partes fragmentadas em alguns de seus pavimentos, como é o caso do espaço destinado aos departamentos. Esse espaço foi pensado, em sua origem, como fragmentável, através de divisórias leves que chegavam até a caixilharia da fachada, para poder alterar a subdivisão por causa de transformações das necessidades<sup>16</sup>. Nas polêmicas envolvendo as recentes transformações dos departamentos, houve propostas para que o espaço fosse

totalmente aberto, sendo uma das exigências do Departamento do Patrimônio Histórico, ligado à Secretaria de Cultura do Município e São Paulo, que as divisórias não chegassem até a caixilharia. Aquele espaço é tão mais bonito quanto mais vasto, é bem verdade, mas não há nada, na lógica compositiva do edifício, que impeça a fragmentação daquela área que, por ter sido pensada como versátil, poderia ser transformada. Seria mais adequado buscar a mínima fragmentação possível para que os departamentos pudessem desenvolver suas funções, sem tentar impor um único tipo de solução num espaço que não foi concebido para ser, necessariamente, aberto por completo.

Apesar do muito que se avançou nos últimos anos, existe, sim, um risco de que a configuração dos prédios, como concebida e transformada ao longo do tempo, não seja de fato respeitada nas intervenções. Nem tanto por se ater a uma equivocada noção de “progresso” das funções da Faculdade, mas por se voltar a uma visão idealizada da concepção da obra arquitetônica e querer impô-la à obra real de Artigas e Cascaldi, ou a um edifício de época totalmente distinta, e não trabalhar com as obras como realmente concebidas, construídas e estratificadas ao longo dos anos.

Os artigos do plano diretor, no entanto, apresentam princípios coerentes, embasados no entendimento dos procedimentos de

16 Como é possível ver em: VILANOVA ARTIGAS, João Batista. Caderno dos riscos originais. Projeto do Edifício da FAUUSP na Cidade Universitária. São Paulo: FAUUSP, 1998, p. 50. Na construção, a disposição foi diversa daquela esboçada por Artigas, mas o espaço era fragmentado.

intervenção em bens culturais como campo disciplinar autônomo, com seus referenciais teórico-metodológicos e técnico-operacionais que devem conduzir a uma ação, de fato, respeitosa. Esses princípios-guia não se colocam como regras de aplicação fácil; não são receitas que podem ser aplicadas diretamente na prática; são base deontológica de atuação, cujo embasamento deve ser interpretado, de maneira fundamentada, jamais apressada ou redutora, para se tornar operacional. E é isso que se espera que ocorra nas propostas que serão feitas daqui em diante para a Faculdade.

## BIBLIOGRAFIA

BAROSSO, Antonio Carlos. *Ensino de projeto na FAUUSP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2005.

FAUUSP. *Edifício Vilanova Artigas*. Reformas programadas e em andamento. São Paulo: FAUUSP, 2009.

\_\_\_\_\_. *Restauro e recuperação no Edifício Vilanova Artigas, no Anexo e no Edifício Vila Penteado*. São Paulo: FAUUSP, 2009.

\_\_\_\_\_. *Restauro e recuperação no Edifício Vilanova Artigas: cobertura*. São Paulo: FAUUSP, 2010.

\_\_\_\_\_. *Plano diretor participativo FAU 2011 2018 – proposta para debate no fórum*. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/proposta/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2011.

GIANECCHINI, Ana Clara. *Técnica e estética no concreto armado: um estudo sobre os edifícios do MASP e da FAUUSP*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2009.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. Carlos Ekman, um inovador na arquitetura paulista. In: FAUUSP. *Vila Penteado 100 anos*. São Paulo: FAUUSP, 2002.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 18, n.2, p. 287-320, Dez 2010.

\_\_\_\_\_. et all. Edifícios da FAU como Bens Culturais: Fundamentação Teórica para intervenções. Disponível em: [www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/material/leitura\\_patrimonial/fau\\_bem\\_cultural.pdf](http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/material/leitura_patrimonial/fau_bem_cultural.pdf). Acesso em: 14 jun. 2011.

VILANOVA ARTIGAS, João Batista. *Caderno dos riscos originais*. Projeto do Edifício da FAUUSP na Cidade Universitária. São Paulo: FAUUSP, 1998.



## EXPERIÊNCIA NA GESTÃO DE UM CENTRO HISTÓRICO DE PEQUENO PORTE: VASSOURAS (RJ)

**Isabel Rocha<sup>1</sup>**

Em 2008, um convite de Lia Motta<sup>2</sup>, para que o Escritório Técnico Médio Vale do Paraíba (ETMP) partilhasse suas experiências com os alunos, do Programa de Especialização em Patrimônio, motivou uma pausa para se realizar, pela primeira vez, uma retrospectiva dos então 24 anos de atividades<sup>3</sup>. Agora o convite restringe o relato à trajetória do Escritório Técnico, reduzido à gestão do centro histórico de Vassouras, relatando suas [poucas] conquistas e muito de suas angústias.

A partir dos anos de 1980, através da política institucional que objetivou levar o IPHAN até as áreas de concentração de bens tombados, atuando diretamente junto às comunidades detentoras de fragmentos da memória nacional, foram instalados os Escritórios Técnicos. Cabendo aqui uma correção, a bem da verdade, foram instalados “*euscritórios*”, pois a presença, na maioria absoluta dos casos, de um só técnico para cumprir todas as funções no ET - desde a limpeza do local de trabalho até a emissão de pareceres em processos de tombamentos - fez desses profissionais “indivíduos técnicos”.

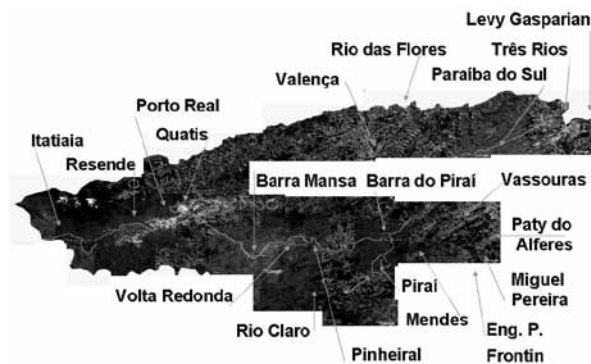
O Escritório Técnico de Vassouras foi instalado em 02 de fevereiro de 1984 com

1 Arquiteta (FABP).  
Doutoranda em Arquitetura  
(PROARQ/FAU/UFRJ). P.  
professora de Arquitetura  
Brasileira e Técnica  
Retrospectiva (UGB).  
Arquiteta do Escritório  
Técnico do IPHAN em  
Vassouras.

2 Coordenadora Geral  
de Documentação e  
Pesquisa – COPEDOC -  
IPHAN, responsável pelo  
Mestrado Profissional em  
Patrimônio, antes Programa  
de Especialização em  
Patrimônio.

3 O presente texto revê e  
complementa a palestra  
citada, vide ROCHA et  
PARILHA.

a responsabilidade específica de atuar no Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras, tombado pelo Processo 566-T-57, atender às demandas de quatro imóveis com tombamento isolados, implementar uma política preservacionista na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, sul do Estado do Rio de Janeiro e, ainda, administrar o Museu Casa da Hera (1984-1986; 1995-2007). Projeto ambicioso, principalmente se considerada a área abrangida (Fig. 1), o potencial existente, e os recursos disponíveis. Em suma, um desafio.



**Figura 1. Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense. Fonte: Google Earth 2007.**

## 1. VASSOURAS – UMA PAISAGEM, UM MODO DE VIDA

O registro de Vassouras como patrimônio nacional foi resultado direto da atuação do então jovem arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, descendente direto do Barão de Vassouras, profundo conhecedor da

interessante vila implantada em uma meia encosta. Segundo seu próprio testemunho, uma obra do acaso.

Foi o seguinte: um dia, eu tinha feito umas fotografias de Vassouras [...] Alcides da Rocha Miranda viu aquilo e disse: ‘Você mostrou ao Rodrigo essas fotografias?’ Eu falei: ‘Não sei se o Rodrigo se interessaria por isso’. Ele me levou ao oitavo andar [...] falou com Rodrigo. Ficamos vendo as fotografias até as onze horas da noite. [...] Doutor Rodrigo falou: ‘Pega esse material todo, faz um resumo disso e faz uma proposta de tombamento’. Não sabia nem o que era tombamento [...] foi o primeiro tombamento de um conjunto do século XIX<sup>4</sup>.

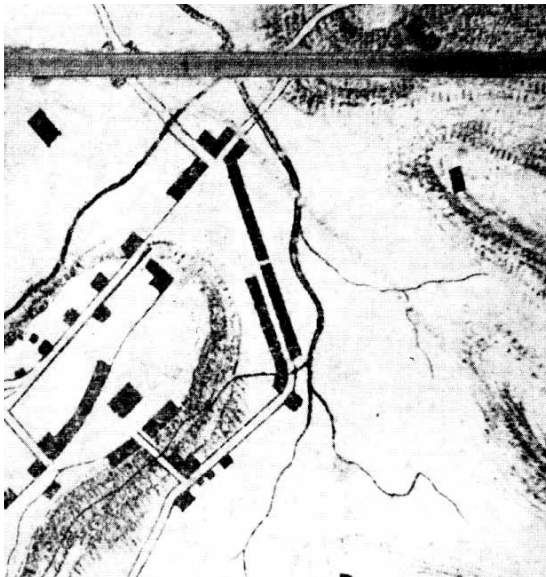
O parecer do relator ao Conselho, Paulo Thedim Barreto, é poético, abordando os aspectos mais significativos do centro histórico, provavelmente, por isso inscrito como Conjunto Paisagístico e Urbanístico, e não arquitetônico como por ele mesmo citado.

Trata-se de um Conjunto Urbanístico e Arquitetônico do século XIX de valor apreciável, merecendo ser preservado nos termos do Decreto Lei nº 25. A área indicada para tombamento expressa sentido de urbanização ordenada no significado ao respeito a topografia, localização do centro comercial, residencial, cívico, administrativo, religioso, assistência social, funerário e paisagístico [...]

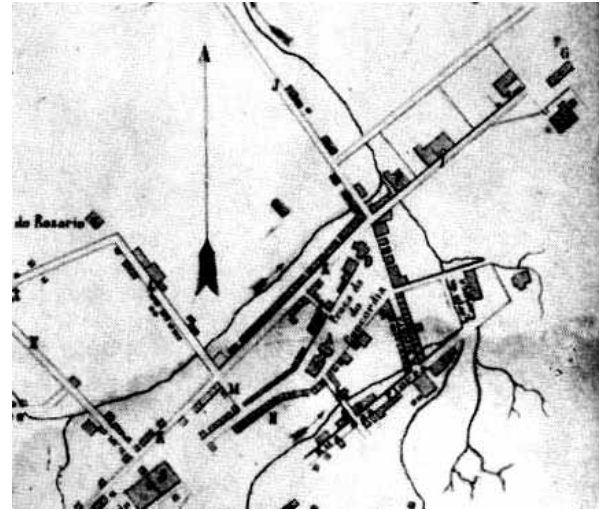
Na concepção urbanística de Vassouras manifesta-se, com clareza, correspondência lógica e sincera do viver e morrer em coletividade organizada<sup>5</sup>.

Jurema Arnaut, com muita precisão, destaca nesse parecer uma intenção de se preservar o intangível, o modo de vida moldando a cidade que é hoje identificado como imaterial<sup>6</sup>.

O tombamento foi inscrito no livro Arqueológico, Paisagístico e Urbanístico, em 26/06/1958, através do Processo nº 566-T-57 tendo como base a zona urbana cujo traçado começou a ser definido ainda antes de 1836 (Fig. 2). Com a riqueza produzida pelo café, a planta cadastral de 1858/61 demonstra um adensamento coeso e bem definido (Fig. 3).



**Figura 2. Vassouras, 1836.**  
**Fonte: In: Silva Telles, 1968, p. 20.**



**Figura 3. Vassouras, 1858/61.**  
**Fonte: In: Silva Telles, 1968, p. 21.**

Não se tem, até o momento, documento comprobatório de um projeto, ou risco, para a definição prévia do traçado. Contudo, a cidade não acompanhou a Estrada do Comércio aberta por volta de 1820. Pelo contrário, foi gerada por uma perpendicular traçada a partir da estrada, para dar acesso à pequena capela construída em 1828 no alto da pedra. Nas plantas do século XIX, pode-se perceber que a ocupação acompanhou o leito dos rios e córregos, e, sempre que possível, contornando a topografia. Uma permuta de terras fez surgir uma grande gleba nesse local, cuja propriedade passou para a recém criada Irmandade de N. S. da Conceição de Vassouras, quando um grupo de proprietários rurais e de políticos forçou a criação de uma vila apta a atender seus interesses.

5 IPHAN. Processo nº 566-T-57, Parecer de Tombamento de Vassouras.

6 THOMPSON, Analucia (org.). Entrevista com Augusto da Silva Telles, p. 82-83.

Até 1833, Paty do Alferes, junto à Estrada Real para Vila Rica, mantinha a primazia entre freguesias mais importantes da região. Contudo, havia conflitos entre as mentalidades locais. Produtores mais antigos, ligados à cultura da cana (arraigados ao modelo colonial) emperravam as ideias urbanas dos novos e recém-instalados proprietários que vislumbravam no café uma nova ordem econômica (tendo o império como modelo) provocando sua extinção e a criação de Vassouras<sup>7</sup>.

Um acordo entre o grupo político, vitoriosos na disputa contra Paty e detentores da riqueza, e a Irmandade, proprietária da terra, permitiu a divisão da área em terrenos foreiros cuja cessão obrigava à ocupação e construção em apenas um ano, sob o risco de a Câmara transferir o lote para outro, e a consequente perda do investimento realizado. Além disso, do interessado era exigida a obtenção do “alvará de arruado”, só emitido depois de criadas as adequadas condições de trânsito na área fronteira ao seu imóvel. Tais obrigações comprovam a intenção de se criar em ritmo acelerado uma cidade digna da emergente nobiliarquia imperial, tanto que seu primeiro Código de Postura foi editado ainda em 1834.

Com tamanho empenho, o Censo de 1851 computou, só na Freguesia sede, a de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, uma população composta de 3.291 pessoas

livres e 10.086 escravos. Uma visão da real vontade desse grupo foi registrada pela lente de Victor Frond, em 1859 (Fig. 4) e expôs o acelerado processo de implantação do novo espaço urbano. Ou seja, em apenas 26 anos de fundação, Vassouras já contava com imponentes edificações.



**Figura 4 – Vassouras, Victor Frond, 1859.**  
**Fonte: In: Ribeyrolles, 1976.**

A primitiva capela foi ampliada até que, em 1872, incorporava amplo adro à igreja concluída. A praça frontal ao templo funcionava como centro das atividades, com um monumental chafariz (1842) para o abastecimento de água de seus habitantes. A conclusão da praça se deu na Presidência de Caetano Furquim de Almeida, em 1857, com a pavimentação do passeio e o plantio das palmeiras imperiais. Em 1860, as antigas e primitivas edificações já haviam sido substituídas por imóveis, de gosto apurado, a maior parte de inspiração neoclássica: a Casa de Câmara e Cadeia; o Banco Comercial

<sup>7</sup> Sobre a ocupação de Vassouras, do Vale do Paraíba e sua história, vide Silva Telles (1968), Lamego (1950) e Muniz (1979 e 2005) e Rocha (2002).



e Agrícola; as residências do Barão do Ribeirão, do Barão de Vassouras, do Barão de Itambé, de João Evangelista Teixeira Leite, de Francisco José Teixeira e Souza, de Caetano Furquim de Almeida entre outras. Situadas na área central, nobre, em torno da praça (Fig. 5) e da igreja, algumas mesclavam soluções oriundas de um modo de viver e fazer ainda mineiro, revelados, por exemplo, pela adoção de avarandado na fachada de fundos.



**Figura 5 – Vassouras, Praça Barão de Campo Belo, c. 1955.**  
**Fonte: Coleção particular de Lúcio Corrêa e Castro.**

Rompido o bloqueio da pedreira por detrás da Matriz, a cidade se expandiu através de uma pequena e estreita rua (Fig. 6) desembocando em amplo largo diante do monumental portão do Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora (Fig. 7). Essa rua, atendendo ao cortejo fúnebre, passou a abrigar as casas mais simples, geminadas, típicas de nossas cidades interioranas. Assim, a vila passou a conjugar dois cenários bem distintos cujo limite era o largo inicial dessa última rua. Junto e a frente da Matriz, as “boas e honradas” famílias enriquecidas pelo café,

aos fundos os mais humildes, os profissionais liberais, os assalariados.



**Figura 6 – Rua Barão de Massambará, Vassouras, Eurico Calvente, 1974.**  
**Fonte: Arquivo Noronha Santos, IPHAN, F096326**

Nos extremos da rua os largos faziam as vezes de salas de espera e estar, fosse para lazer, fosse para organização do cortejo (Fig. 8), ou de recepção junto ao cemitério. Espaços monumentais, particularmente, o do cemitério com sua capela, no melhor estilo palladiano<sup>8</sup>.

41



**Figura 7**  
**– Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora**  
**Fonte: Isabel Rocha, 2004**

<sup>8</sup> Trata-se de referência ao notório arquiteto renascentista italiano Andrea di Pietro della Gondola, vulgo Palladio (1508-1580).



**Figura 8 – Praça Sebastião de Lacerda, Vassouras,  
Fonte: Isabel Rocha, 2004.**

A distribuição espacial permite, portanto, observar “com clareza, [uma] correspondência lógica e sincera do viver e morrer em coletividade organizada”, tão bem registrada por Thedim Barreto e entendido por Jurema Arnaut, já citados.

Pela linha longitudinal (Fig. 9) pode-se vislumbrar uma “cidade-procissão”, metáfora da própria vida. Procissão que brota aos pés da ampla praça da matriz, e desenrola-se até o repositório final no cemitério situado, literalmente, em seu extremo oposto. A trilha percorrida é arborizada, fornecendo refrigério aos caminhantes calejados pelo irregular calçamento em pé de moleque e lajedo de pedra, passando antes pelos espaços de sociabilidade, lazer<sup>9</sup>, abastecer<sup>10</sup>, conviver, morar e fazer.



**Figura 9 – Centro Histórico de Vassouras, 1985.  
Fonte: Acervo do Escritório Técnico do Médio Paraíba –  
IPHAN-RJ.**

A procissão tem um hiato/lacuna, bem ao centro ao lado da Igreja, no espaço de tratar – curativo ou não – no Hospital da Santa Casa de Misericórdia construído e mantido pelo Barrão de Tinguá em 1853, seu provedor perpétuo que atendia, indistintamente, brancos e negros.

Em torno da vila, e, portanto, fora dela, o Largo da Forca na pedreira<sup>11</sup> e as chácaras. Sendo elas dos Teixeira Leite: a de Joaquim José no alto da rua do Colégio; a de Francisco Carlos no caminho próximo à pedreira; as dos Corrêa e Castro: a de Pedro, no alto atrás do hospital; a de Laureano nos fundos da vila, atrás da Casa do Barão do Ribeirão e, por fim, a do Visconde de Araxá, reinando absoluta no caminho da boiada.

9 Curiosamente, por um período, o Teatro da cidade funcionou em imóvel junto ao largo do Cemitério que, na analogia aqui proposta, simboliza um ‘grand finale’.

10 Principalmente de água, outro chafariz fora edificado atrás da Matriz quando o Imperador Pedro II, em visita a cidade (1848) doou recursos para nova captação, por ter reprovado o sabor da água do Chafariz Monumental.

11 Pode ser que haja engano, mas é um dos raros casos que de cidade que ainda registra o local do enforcamento, condenação por “morte natural na forca”. Nesse local, por exemplo, foi executado Manoel Congo, considerado líder de uma insurreição da qual participaram cerca de 300 negros de um só senhor.

A paisagem urbana, edificada durante o império, foi cenário e palco de tantos dramas, entre eles: casamentos, divórcios e adultérios<sup>12</sup>; heranças disputadas por herdeiros, ou, ainda, médicos cobrando tratamentos não realizados no falecido e credores suspeitos; termos de bem viver para vizinhos e desafetos; o negociante que no final da vida confessou ser judeu e não pode ser enterrado no cemitério<sup>13</sup>; do barão que preferiu a negra e impôs sua presença entre a elite local; os vereadores que faltavam às sessões lançando mão das desculpas mais inusitadas.

O tombamento, formalmente, informado à Câmara Municipal não provocou reações públicas até 1963 quando o Correio Vassourense passou a publicar uma série de reportagens assinadas “colaboração de Antônio Dias Rosa”<sup>14</sup>. Dentre os termos utilizados, está o lugar comum de se responsabilizar o IPHAN: “entravaram-lhe o progresso,” “impuzera-lhe mais de cem anos de atraso” (Correio de Vassouras, 20.01.1963, p. 1). Um dos artigos cita as obrigações do citado órgão no processo de tombamento, como a notificação prévia dos proprietários dos imóveis, garantindo-lhes, assim, o direito de resposta e questionamento. Como se tratava de um conjunto, a notificação em questão deveria ser à Câmara e ao Prefeito, e não aos proprietários isoladamente, situação questionada pelo o autor que, por esse motivo se insurgia:

Assim sendo, o meu conselho aos prejudicados, notadamente àqueles que estão sendo apouquentados pelos fiscais do DPHAN, é exigir deles a prova do regular e legal tombamento, e se não derem essa prova, devem mandá-los pentear macacos<sup>15</sup>.

## 2. A JORNADA, RETOMANDO O DESAFIO

Foi nesse rico e diverso patrimônio que o IPHAN instalou seu ET em 04.02.1984 cujo Plano de Trabalho foi submetido à 6ª DR três meses depois propondo 04 áreas de atuação bem distintas:

1. **Administrativo:** Convênios; Orientação à comunidade; Vistoria e fiscalização.
2. **Memória e Preservação:** Registro da memória e história regional; Cadastro da memória arquitetônica; Debates sobre a intervenção em bem tombado; Estreitar ação junto à municipalidade.
3. **Escola:** Integração IPHAN/Escolas; Assessoria a Diretores
4. **Cultural:** Documentar as manifestações; Prestigiar a produção.

O objetivo de cada uma das áreas de atuação tornava bastante claro e precisa a política pública do IPHAN que se pretendia implantar na região. Com base nessa proposta o ET apresentou seu primeiro conjunto de planos os quais privilegiava o

12 Tanto o Arquivo Público Municipal (hoje no ETMP) quanto o Arquivo do Judiciário (na Universidade Severino Sombra), guardam memórias de casos quase inacreditáveis para o período, como o da senhora e depois de sua filha, que divorciadas passaram a exigir pensão alimentícia. Ou do marido traído pela esposa com um de seus escravos que, provavelmente, provocou aborto por não saber de quem era o filho; além de diversos casos envolvendo escravos e senhores e de como seu “deu cabo” ao facinora Cigano Beijo.

13 Esse caso, entre outros, está descritos em Rocha, 2002.

14 Não é claro se o cronista é colaborador do jornal, ou se o artigo foi feito com a sua colaboração.

15 CORREIO DE VASSOURAS, p. 1.

conhecimento, mapeamento e estudos do centro histórico. Dos 28 planos apresentados ao longo do tempo, tendo como objetivo o conjunto urbano, só em 2007 e 2008 foram realizados os inventários sumários do Centro Histórico de Vassouras. O risco de perda<sup>16</sup> de bens tombados obrigou à apresentação de 37 propostas, muitas delas tendo sido, inclusive, reapresentadas exaustivamente, 03 foram realizadas com recursos próprios do IPHAN<sup>17</sup>, sempre em caráter emergencial: o telhado das casas geminadas da Rua Barão de Massambará, da ASEPAVA e primeira recuperação de um imóvel para instalação da Casa de Cultura. Recursos captados pela Prefeitura Municipal de Vassouras, tanto nos Ministérios da Cultura e do Turismo quanto na iniciativa privada permitiram obras em outros imóveis (Casa da Cultura, Casa de Câmara e Cadeia, Casa do Barão do Ribeirão).

Como se vê, a ação pública se reportou à emergência de forma geral, o “apagar de incêndios” pontuais. Para tanto, de muito valeu o auxílio de alguns raros e bravos parceiros. O apoio decisivo deveria vir da Prefeitura Municipal de Vassouras, proprietária de maior parte do acervo tombado e interessada direta nos benefícios que seu centro histórico traz para a qualidade do ambiente urbano e para a economia gerada pelo turismo em constante e crescente expansão. A expectativa de um apoio municipal caracteriza-se em ledor

engano, já que os Prefeitos dos pequenos centros, de forma geral, não têm força política suficiente para fazer frente aos interesses imediatistas da classe econômica dominante dessas cidades. Não constituindo exceção, Vassouras, muito pelo contrário, segue a regra geral do confronto legando ao IPHAN o ônus institucional, político, econômico, social e cultural das ações preservacionistas<sup>18</sup>. Para se ter uma idéia, apesar do atual quadro, muito favorável à preservação no Vale, o Prefeito de Valença promove campanha de destombamento de imóveis em seu centro histórico, recentemente tombado pelo INEPAC por força de ação movida pela comunidade local junto ao Ministério Público Estadual.

Outra questão, muito clara para o ETMP, envolve o contexto histórico no qual se insere Vassouras. Além da falta de retorno simbólico e factual, a República promoveu uma desconstrução dos valores, imagens e símbolos que haviam sido gestados ao longo do período imperial. A economia cafeeira, sustentáculo do Império, era cultivada, em grande escala, no sul fluminense cujos fazendeiros, à época se mobilizaram como seria de se esperar, à ameaça abolicionista. Assim, Petrópolis guardou a face romântica do Império e Vassouras a face, literalmente, velada.

A República fez duas intervenções relevantes no Vale, a primeira com a criação

16 A luta para a preservação do Centro Histórico de Vassouras tem sido perdida para o cupim, sendo esse um dos problemas mais graves, mas não é o único. A situação é de tal ordem grave que a aplicação de recursos em imóveis isoladamente não mais combate a infestação. Situação criada pela dificuldade de conservação preventiva dos telhados da maior parte dos imóveis residenciais e públicos cujas dimensões monumentais inviabilizam o investimento por parte da maioria de seus proprietários, principalmente quando já na posse de herdeiros.

17 Não foram computados os serviços no Museu Casa da Hera, por se tratar de tombamento isolado, situada fora da então vila do século XIX, embora hoje dentro da área urbana da cidade.

18 Situação hoje, já bastante clara, para parte significativa da comunidade, principalmente das classes mais favorecidas. Por exemplo, em 2008, dois dias após a ruir a maior parte da Casa do Barão de Vassouras, um empresário local comentou: “A cidade precisa parar de esconder a sua incompetência atrás da máscara falsa que criaram para o IPHAN. Não fosse o IPHAN e o nosso Centro Histórico estaria no chão há tempos” (Tribuna do Interior, 20.03.2008, p. 5).

de Barra do Piraí (1890) e a segunda com a implantação da Companhia Siderúrgica (a partir de 1941). Afora isso, alterou o traçado da Rodovia Presidente Dutra (Rio-São Paulo), retirou as redes de ferrovia de menor porte primeiro e, depois, transformou a Central do Brasil num corredor de passagem de cargas, sem paragem, cortando todo o Estado do Rio de Janeiro.

Esse quadro está bastante explícito no brasão de Vassouras (1929) com os dizeres: “Mihi Maxime Debetur Brasiliae Incrementum”, desenhado pelo ilustre Affonso Escragnolle Taunay que, em nome dos munícipes, esclarecia os fatos e cobrava a conta da falta de investimentos: *“A mim imenso deve o progresso do Brasil.”*

### **Superando a história**

Nesse quadro, o tombamento de Vassouras em 1958, ficou a mercê do esforço heróico dos técnicos do IPHAN que se deslocavam periodicamente para a cidade de onde deveriam ser expulsos com expressões do tipo vão “pentear macacos” como aconselhou o jornal já citado.

Situação que persistia em 1984 quando da instalação do ET cujo trabalho dos primeiros anos foi o de dar continuidade aos trabalhos dos arquitetos Dora e Pedro Alcântara, que lecionavam na Faculdade de Arquitetura de Barra do Piraí, desde 1971. A contribuição inquestionável de ambos relacionou-se ao

seu empenho no sentido de estimularem junto aos habitantes da região a consciência do imenso patrimônio aí existente. Os diversos centros urbanos, a arquitetura rural, as inúmeras manifestações culturais, o acervo arqueológico, o acervo arquivístico, histórico e natural, a conquista das diversas etnias, em suma, caracterizavam a tentativa de se amearhar a comunidade com o objetivo de se reverter a desvalorização construída pelas elites dominantes e pela república em relação ao império.

Ações pontuais surgiram em todas as áreas e, hoje, o Vale – quiçá o Império – amplia seu lugar na construção da identidade nacional, particularmente com o espaço arduamente conquistado pelas manifestações culturais de origem africana e das comunidades de baixa renda. Por outro lado, várias cidades criaram legislação de proteção com a participação do ET: Três Rios, Paraíba do Sul, Mendes e Volta Redonda. A ação mais forte e direcionada sempre foi voltada à participação da comunidade, por meio de palestras, pareceres e orientações: Três Rios, Barra do Piraí, Pentagna e Conservatória (distritos de Valença), Barra Mansa, Valença. Nesse sentido, e ainda partindo do dedicado trabalho de Pedro e Dora Alcântara, o maior êxito tendo sido junto aos proprietários de fazendas, com várias orientações e técnicas repassadas para promover a conservação desse patrimônio. Nesse sentido, deve-se louvar, em particular a Fazenda Cachoeira

do Mato Dentro cuja proprietária já havia desistido de pensar na sua conservação e está, paulatinamente, recuperando os espaços que já se abrem ao público, partindo das orientações recebidas no ETMP.

Contudo, os investimentos mais significativos são direcionados aos eventos geradores de grande público, para os espetáculos que, efetivamente, podem acontecer em outro cenário e, não necessariamente na paisagem histórica. Pouco e/ou equivocados esforços são direcionados à pesquisa, a recuperação das fontes primárias, a formação de artesãos nas áreas de restauro, de valorização do artesanato tradicional em extinção, e, principalmente para a questão do presente Simpósio, da especialização de arquitetos urbanistas, historiadores, sociólogos, arqueólogos e demais profissionais para atuarem nesses centros. Esforço fundamental é o agora Mestrado Profissional de Patrimônio promovido pelo Copedoc.

O desaparecimento dos órgãos públicos municipais de pequeno porte, tanto de insumos quanto de profissionais, além da falta da vontade política já citada, para elaborarem planos diretores com efetiva participação da sociedade, tem sido o maior entrave. Vassouras já produziu três, o primeiro e mais completo sendo de 1977, está em vigor até o momento. Em 1991, a Prefeitura contratou firma “especializada em plano diretor” que, como produto final, apresentou um trabalho de o “copia e cola” a partir do Plano da

Cidade do Rio de Janeiro. Situação mais grave foi a tentativa de 2005.

Excelente projeto, elogiado pelas instituições patrocinadoras, foi elaborado com a presença de um técnico da Prefeitura, do IPHAN e da Universidade Severino Sombra, na construção do Termo de Referência do Plano Diretor Participativo. De tal ordem ficou o projeto que o Programa Monumenta garantiu junto à UNESCO quase o triplo do valor destinado as demais cidades. Lamentavelmente, turbulências na política local inviabilizaram o projeto e desmontaram a equipe. Na sequência, o Plano Diretor Participativo desaguou no córrego de um só técnico que trouxe propostas prontas, porém e irrelevantes para o município, desarticulando a participação e conduzindo a um descrédito do que se propunha daquilo que seria o processo da construção de uma cidade possível. Os recursos destinados foram equivocadamente utilizados em Vassouras, frustrando a expectativa criada, particularmente na geração de material técnico indispensável para um pensar coletivo da gestão do centro histórico. Não foram produzidos sequer os mapas temáticos e o mapeamento georreferenciado que permitiria, pelo menos, o conhecimento mais aprofundado da área a ser preservada. Muito pelo contrário, no que pese a conquista de parte significativa da comunidade local, hoje estão em avançado estado de ruína três dos maiores imóveis da cidade – o Asilo Barão do Amparo (antigo hospital), a casa do

19 Principalmente para espetáculos que tiverem como parâmetros a utilização de trios elétricos e/ou equipamentos geradores de mega decibéis. A Nota Técnica nº 2 da Superintendência da Bahia, preocupada com os impactos causados no Pelourinho e demais áreas, definiu e restringiu os eventos nesses locais. Outro exemplo de transposição de eventos, consagrados e geradores de risco para os pequenos centros, a queima de fogos na passagem de ano provocando deslocamento de ar suficiente para abalar as edificações a sua volta.

Barão de Vassouras, início da história desse tombamento e a casa das 14 janelas que pertenceu ao irmão do mesmo barão.

O instrumento mais importante utilizado pelo IPHAN foi a conquista da Portaria 12/86, no que pesem todas as críticas que venham a sofrer, deve-se admitir que no contexto da árdua luta preservacionista vassourense, ainda é o que tem permitido garantir algum controle na expansão da área de entorno. Trata-se da simples transposição de parte do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) elaborado pela antiga SECPLAN (1977) no trecho que trata do centro histórico de Vassouras. Sem legislação federal para a área, a Câmara, promoveu em um ano, cinco alterações no PDDU com objetivo claro de cercear a atuação do IPHAN quando da instalação do ET. A fiscalização sistemática e a obrigação de se submeter os projetos para análise, os conflitos de interesse foram declarados e a alternativa foi a montagem da Portaria para evitar o confronto concreto. Apesar desses fatos, e reconhecendo a necessidade urgente de se fazer a cartografia, o IPHAN RJ aprovou recursos e realizou um inventário sumário do centro histórico e da área de entorno que viabilizará a revisão da Portaria 12/86.

Outro projeto de profundo impacto relaciona-se ao Arquivo Público Municipal. Desde 1984 o ET vinha envidando esforços para acessar os documentos dos séculos XIX e

XX que se dizia compor o Arquivo Público. Sem condições de mantê-lo, em 1999, a Prefeitura não só permitiu o acesso como delegou ao ETMP a responsabilidade de salvar a documentação. Foi preciso o risco de perda total para que a experiência institucional se fizesse útil para a memória local. O Convênio já garantiu o acesso público para pesquisadores de volume significativo desse acervo. Assim, a história está sendo revista, pelas mais diversas áreas de formação profissional, com os documentos disponíveis. Esse projeto só foi possível graças ao apoio da Fundação VITAE que viabilizou a aquisição de equipamentos e materiais. No momento, a redução do número de servidores municipais e o aumento constante de envio de documentos tem inviabilizado a consulta pública.

Para finalizar, esses primeiros tempos, que já se compõem na memória de um escritório, foram tempos duros e solitários. Foi uma época precedida de uma experiência hercúlea de Mário Affonso Carneiro que, após quatro meses de profunda solidão, pediu transferência, lamentavelmente. Retomou por breve período, suficiente para realizar todo o levantamento histórico da Santa Casa de Misericórdia de Valença. Injustiçado no governo Collor foi colocado em disponibilidade, retomando posteriormente, não mais para Vassouras.

A extensa área de atuação com distâncias extremas de até 124 km, a total falta de infraestrutura (inclusive de telefone), as acomodações à época, em um anexo construído para abrigar o vigia do Museu Casa da Hera, tomava a experiência muito mais difícil e, por isso mesmo, estimulante.

Depois cresceu e ocupou a senzala numa cessão especial. Nos últimos anos tem recebido reforços preciosos. O principal dele foi a contratação do arquiteto Paulo Parrilha Figueiredo Filho que passou a dirigir o ET e, com apoio do atual Superintendente Regional, Carlos Fernando Andrade, tem sido aparelhado com equipamentos e veículo. No momento, está em andamento a elaboração de projetos para recuperar imóveis em ruínas e para restaurar a futura Casa do Patrimônio no sobrado do Barão do Ribeirão, imóvel pertencente ao Tribunal de Justiça do Estado, cedido ao IPHAN que vai abrigar o Arquivo Público e a sede do ETMP. Outro aliado de importância e peso tem sido o Ministério Público Federal, localizado em Volta Redonda, ao garantir o respaldo legal das ações preservacionistas na cidade de Vassouras, cobrando ações aos responsáveis.

Cabe registrar, ainda, que cunhar o conhecimento administrativo e técnico do serviço público, em condições tão adversas, forja um aprendizado intransferível, mas memorável. O trajeto percorrido com partida na amplitude do ânimo da juventude, como

o largo espaço da praça a frente da Matriz, já está se adentrando no afunilamento da “cidade procissão”; no passar da idade. Segundo Marcos Corrêa de Sá a luta em “tentar salvar Vassouras de si mesma” defendendo “palácios dos outros como se fossem seus”; a arquiteta do IPHAN “conhece até os tijolos e pedras enterrados nas paredes dos monumentos arquitetônicos”. Assim, parafraseando Luiz Gonzaga.

**Adeus Leblon, Copacabana, Icaraí  
Tô em Vassouras  
Mas não vou ficar aqui**

A iniciativa do IPHAN em tombar pequenos centros é fundamental para a compreensão de nossa formação enquanto nação. Contudo, a instalação de escritórios que frutifiquem políticas públicas de preservação esbarra em algumas questões de urgente solução: o orçamento destinado à instituição para fazer frente à demanda no território nacional; a carência permanente de concurso para aparelhamento institucional, principalmente nas pontas; a distribuição das verbas, entre outros.

A legislação de incentivo fiscal – Pronac – não consegue atender às necessidades desses centros urbanos. Os motivos estão ligados, por um lado, a ausência de projetos, para o Fundo Nacional de Cultura, por parte das prefeituras, que carecem de alterar sua postura diante de seu patrimônio e/ou da documentação necessária, além da carência

20 SÁ, Marcos Corrêa de. Os órfãos de Eufrásia. Revista Piauí.

21 Composto em 1952, com o título “Vassouras, Vassouras” por Luiz Gonzaga e David Nasser, tornou-se hino na cidade quando recentemente foi resgatado do esquecimento por André Jacques Martins Monteiro em uma de suas inúmeras pesquisas sobre a cidade.

22 Composto em 1952, com o título “Vassouras, Vassouras” por Luiz Gonzaga e David Nasser, tornou-se hino na cidade quando recentemente foi resgatado do esquecimento por André Jacques Martins Monteiro em uma de suas inúmeras pesquisas sobre a cidade.

23 Denominação interna dos Escritórios por se situarem nas comunidades fora das regionais. O IPHAN conquistou a realização de concurso em 1979 e o seguinte só ocorreu em 2009.



de pessoal habilitado. Por outro lado, pelo desinteresse dos ‘mecenas’ em investir em cidades cujo retorno não as atraem. Nesse sentido, seria determinante que o PRONAC dispusesse de mecanismos mais eficientes para conquistar investimentos para essas áreas. Uma ideia poderia ser a criação de um maior desconto no imposto de renda para os investidores que aplicassem recursos para recuperação e manutenção de imóveis em conjuntos tombados com menor número de habitantes, tornando mais atrativa a ação junto às comunidades detentoras de patrimônio cultural que assistem impotentes ao seu desaparecimento.

Os técnicos do IPHAN nesses locais ficam expostos aos argumentos, desde os mais incipientes, como dos que nos mandam “pentear macacos” até aqueles que citam investimentos de vulto em imóveis isolados situados em centros maiores. Sem desmerecer e/ou diminuir a importância de cada um dos exemplares assim recuperados, algumas dessas edificações consomem valores suficientes para recuperar todo o centro histórico de Vassouras e ainda sobrar para os imóveis isolados na área de atuação do ETMP. Esta reflexão tem por objetivo chamar a atenção para que mecanismos de incentivos fiscais devam e possam ser revistos para atrair ‘mecenas’ para os pequenos centros históricos que clamam por ações urgentes, impedindo a agonia de nossa memória.

## BIBLIOGRAFIA

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e as Serra*: setores da evolução fluminense. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os Donos da Terra*: Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense no século XIX - Dissertação de Mestrado, Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais - UFF, 1979.

\_\_\_\_\_. *Riqueza Fugaz*: Trajetórias e Estratégias de Famílias de Proprietários de Terras de Vassouras, 1820-1890, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ, 2005.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Vol. 1. São Paulo: Livraria Martins Editora / INL, 1976.

ROCHA, Isabel; PARRILHA, Paulo. *Vassouras e o Vale do Paraíba*: Relato de uma experiência, 1984-2008. In: COPEDOC. Contribuição dos palestrantes da Oficina PEP 2007 – Goiânia e Oficina PEP 2008 – Vassouras. Caderno de Estudos do PEP. Rio de Janeiro: IPHAN, UNESCO, 2008, p. 133-148.

ROCHA, Isabel. Vassouras. In: PESSOA, José (org) et PICCINATO, Giorgio. *Atlas de centros histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da

Palavra, 2007. p. 132-139.

\_\_\_\_\_. Benjamin Benatar: um pouco da vida social de Vassouras. Vassouras: edição da autora, 2002.

SÁ, Marcos Corrêa de. Os órfãos de Eufrásia. *Revista Piauí*, Rio de Janeiro: nº 19, 2008.

SILVA TELLES, Augusto Carlos. *Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana*. Separata da Revista do IPHAN, vol. 16. Rio de Janeiro, 1968.

THOMPSON, Analucia (org.). *Entrevista com Augusto da Silva Telles*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

### **RELATÓRIOS OFICIAIS**

IPHAN. *Processo nº 566-T-57*, Parecer de Tombamento de Vassouras, 1958.

### **PERIÓDICOS**

CORREIO DE VASSOURAS. Vassouras, ano XXV, v. 1250, 20.01.1963.

TRIBUNA DO INTERIOR. Vassouras, 20.03.2008.

# PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CONJUNTOS TOMBADOS: A Experiência do Plano Diretor do *Campus* do Observatório Nacional e do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Rio de Janeiro, RJ)

1 Arquiteto e Urbanista. Doutorando em Urbanismo (PROURB/FAU/UFRJ). Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Pesquisador do Laboratório de Projetos Urbanos do PROURB (UFRJ).

2 A equipe técnica para elaboração do Plano Diretor ON-MAST foi composta por: Henrique Barandier (Coordenação Técnica); Leonardo Name e Paula Garcia Wettstein (Arquitetos); Cibele Correa (Consultora em urbanismo); Karin Segala (Consultora em gestão de resíduos sólidos); Luciana Hamada (Consultora em gestão energética e conforto ambiental); Maria da Graça Neves (Consultora em administração e gestão pública); Tiago Rodrigues Barboza (Consultor jurídico); Ricardo Moraes (Supervisão Técnica); Ana Lúcia Nadalutti La Rovere (Supervisão Geral).

3 De acordo com o disposto no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, pode ser delimitado como Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC “o território de domínio público ou privado, que apresenta conjunto edificado de relevante interesse cultural, cuja ocupação e renovação devem ser compatíveis com a proteção e a conservação de sua ambiência e suas características sócio espaciais identificadas como relevantes para a memória da cidade e para a manutenção da diversidade da ocupação urbana constituída ao longo do tempo”.

**Henrique Barandier<sup>1</sup>**

## INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta aspectos do Plano Diretor do *Campus* do Observatório Nacional e Museu de Astronomia e de Ciências Afins (PD ON-MAST), com o objetivo de contribuir para reflexões sobre planejamento e gestão de conjuntos tombados. O processo de elaboração do PD ON-MAST, que contou com assessoria técnica do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, foi desenvolvido em 2005, constituindo-se como relevante experiência de mediação das percepções e expectativas de várias instituições em relação ao mesmo bem. O PD ON-MAST, como produto de um processo de planejamento, representa compromissos que deverão nortear a ação tanto dos gestores da área quanto dos órgãos de tutela do patrimônio que a tombaram.

O *Campus* ON-MAST, localizado na área pericentral do Rio de Janeiro e situado em Área de Proteção do Ambiente Cultural

– APAC , é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (1986) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC (1987). O Observatório Nacional – ON e o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, duas instituições historicamente ligadas, mas sem vinculação hierárquica de uma em relação à outra, compartilham o campus e mantinham, até o início do processo de elaboração do PD ON-MAST, expectativas distintas sobre o aproveitamento do mesmo território.

A iniciativa do Plano Diretor resultou de uma exigência dos órgãos de tutela do patrimônio no momento em que parecia ter chegado ao ponto de saturação da capacidade do *Campus* para novas construções. O grande desafio seria indicar alternativas para atender às expectativas por novos espaços, que se configuravam como demandas do desenvolvimento institucional de ON e MAST, sem se perder a perspectiva da recuperação e valorização do patrimônio e protegido.

O conjunto arquitetônico aqui enfocado, construído no início da década de 1920 para abrigar as atividades do Observatório Nacional, é um dos únicos dessa época, no mundo, que manteve instrumentos originais de observação em seus espaços de origem. A arquitetura dos pavilhões e cúpulas revela o momento histórico de sua implantação, sendo expressão de um período singular do desenvolvimento técnico-científico, de fé no

progresso e na ciência. A vegetação atual do Campus, abundante, é marcante na sua relação com o bairro em que está inserido



**Figura 01.**  
**Vista geral do Campus ON-MAST**  
**Fonte: IBAM.**

Ao longo do tempo, diversas construções não previstas no projeto original foram erguidas no *Campus*, atendendo a novas necessidades do ON e, mais recentemente do MAST. Por outro lado, construções de valor histórico e cultural da fase inicial de implantação do *Campus* tiveram usos alterados. As atividades desenvolvidas no local foram modificadas em quase cem anos. A observação científica, por exemplo, praticamente não é mais realizada no *Campus*, tanto pela obsolescência dos equipamentos instalados no início século quanto pelo crescimento urbano no entorno.

Proteção do patrimônio e construção de novas edificações eram temas que se

colocavam como contraditórios no início do processo de elaboração do Plano Diretor. Mas o que, de fato, os tombamentos pretendiam preservar? Seria mesmo impossível promover intervenções no *Campus* e até mesmo construir novas edificações sem prejuízo dos valores protegidos pelos termos de tombamento?

A idéia e o desafio do Plano Diretor foi a de construir um instrumento que desse às quatro instituições diretamente interessadas no *Campus* (ON, MAST, IPHAN e INEPAC) uma visão de conjunto do bem protegido, orientando a ação planejada no tempo, segundo critérios previamente acordados, de modo a evitar a sobreposição de intervenções pontuais desarticuladas.

É importante observar, ainda, que estava em questão não apenas a definição das possibilidades construtivas, mas a própria reformulação e fortalecimento dos canais de interlocução entre ON e MAST, e desses com os órgãos de proteção do patrimônio histórico, para se moldar melhores condições para a gestão compartilhada do *campus*. O quadro de escassez de espaços construídos e a perspectiva de limitação, no futuro próximo, para novas construções eram fatores que, de certo modo, tensionavam o relacionamento entre essas instituições, pois representavam um cenário de incertezas e, eventualmente, de disputas.

O processo de elaboração do PD ON-MAST foi pautado por algumas questões

principais, a saber:

- a) A interpretação dos termos de tombamento do IPHAN e do INEPAC de modo a firmar o entendimento sobre os valores que se deseja proteger;
- b) A definição de mecanismos para conciliação das expectativas de novas construções com ações de valorização do patrimônio, dentre as quais o tratamento paisagístico do *campus*, a restauração de edificações tombadas e a demolição de construções que descaracterizam o conjunto arquitetônico;
- c) A indicação do potencial construtivo do *Campus* e as condições para atingi-lo.

## **1. O OBSERVATÓRIO NACIONAL, O MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS E O *CAMPUS* ON-MAST**

### **1.1. O Observatório Nacional**

A recomendação da criação do Observatório Nacional foi efetuada por D. Pedro I, tendo como objetivo a orientação da navegação e a implantação de ensino e estudos geográficos do território brasileiro. Inicialmente chamado de Imperial Observatório do Rio de Janeiro, foi instalado no torreão da Escola Militar, tendo sido transferido, por volta de 1845, para o terraço da antiga igreja dos jesuítas, no Morro do Castelo, no centro da cidade do Rio de Janeiro, local que

ocupou até a transferência total para o *Campus* atual, em 1922.

Atualmente, o ON é uma Unidade de Pesquisa vinculada à Subsecretaria de Coordenação de Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e tem como missão institucional realizar e coordenar pesquisas geofísicas, astronômicas e astrofísicas, formar pesquisadores em suas áreas de atuação, abrigar padrões metrológicos e gerar, manter e disseminar a hora legal brasileira, procurando alcançar os mais elevados níveis internacionais de qualidade científica e tecnológica, sem causar danos ao meio ambiente.

Dentre os principais objetivos do ON, estão:

- Desenvolver pesquisas científicas nas áreas de astronomia, astrofísica e geofísica, medindo e armazenando grandezas físicas, acompanhando as suas aplicações e atuando como pólo nacional de pós-doutoramento e de formação de pesquisadores por intermédio de seus programas de mestrado e doutorado, em estreita ligação com a comunidade científica;
- Desenvolver, manter e operar equipamentos e instrumentos de medidas astronômicas, geofísicas e metrológicas em áreas de sua competência;
- Realizar estudos tecnológicos e estudos

estratégicos em geofísica;

- Ser o laboratório primário em tempo, frequência e em grandezas de uso na geofísica, gerar a Hora Legal Brasileira e seu sincronismo em tempo real e executar pesquisa e serviços tecnológicos nesses campos.

## **1.2. O Museu de Astronomia e Ciências Afins**

O MAST foi criado em 08 de março de 1985, subordinado ao Núcleo de Pesquisa em História da Ciência do CNPq. Sua concepção teve origem no projeto “Memória da Astronomia e Ciências Afins no Brasil” desenvolvido pelo Observatório Nacional a partir de 1982. Em agosto de 1984, foi encaminhado à presidência do CNPq o projeto de criação do Museu, fundamentado em realizações semelhantes em Observatórios Internacionais.

O acervo do MAST é constituído de bens móveis e imóveis oriundos, principalmente, do Observatório Nacional. O acervo museológico é composto por cerca de 2.000 peças e vem sendo ampliado com coleções oriundas de outros órgãos de pesquisa como o IEN e o CETEM. As coleções, juntamente com o patrimônio natural e arquitetônico do *Campus* ON-MAST, são tombadas pelo INEPAC e pelo IPHAN.

Atualmente, o MAST é uma unidade de pesquisa integrante da estrutura do

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. Como um centro nacional de pesquisa, de intercâmbio científico, de formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico, tem por finalidade preservar e estudar os elementos constitutivos do legado científico e tecnológico nacional; realizar atividades educativas e de divulgação científica dirigidas ao estímulo e sensibilização para a ciência; desenvolver atividades culturais voltadas para a compreensão da natureza e das relações entre sociedade, ciência e técnica; e produzir conhecimento sobre a história das ciências e da técnica no Brasil, sobre a preservação de bens móveis e imóveis relativos à Ciência e Tecnologia, educação e divulgação em ciências.

Dentre os principais objetivos do MAST, estão:

- Coletar e preservar acervos documentais e museológicos ligados a Ciência e Tecnologia;
- Promover e realizar estudos e pesquisas no campo da preservação, da história da ciência, da educação e divulgação em ciências;
- Promover e patrocinar a formação e especialização de recursos humanos na área de suas finalidades;
- Divulgar o conhecimento produzido na Instituição, por meio da biblioteca

especializada, atividades e exposições;

- Estabelecer intercâmbio científico com Instituições similares e estreitar relações com a comunidade científica;
- Prestar serviços técnicos de sua competência, bem como vender produtos e tecnologias gerados pelo MAST.

### **1.3. O Campus ON-MAST**

O *Campus* ON-MAST ocupa área de aproximadamente 40ha de uma pequena colina, no bairro Vasco da Gama, Região Administrativa de São Cristóvão. Localiza-se a cerca de 5km do centro da cidade numa área com grande potencial de lazer e cultura que reúne diversos bens de interesse histórico e cultural, tais como a Quinta da Boa Vista, o Museu do Primeiro Reinado, entre outros. A vegetação abundante contrasta com a aridez do entorno imediato.

A organização espacial do conjunto é caracterizada pela distribuição na grande área central do *Campus*, no topo do morro, de cúpulas, pavilhões e demais elementos utilizados para observação do céu à época de sua implantação. O edifício principal, inicialmente sede do ON e atualmente sede do MAST, destaca-se pela sua imponência e qualidade arquitetônica.



**Figuras 02 a 05.**  
**Pavilhões e cúpulas que formam o conjunto de observação**  
**situado no topo do morro onde se localiza o campus.**  
**Fonte: IBAM.**



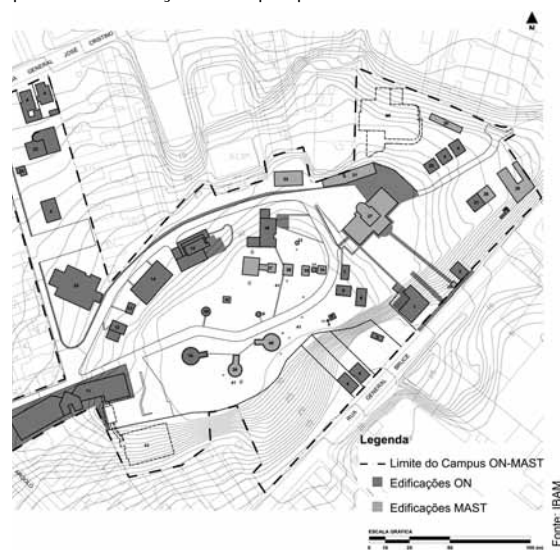


**Figuras 06 e 07.**  
**Edifício Sede, na época da implantação do conjunto e atualmente, meio à vegetação do campus.**  
**Fonte: INEPAC, IBAM.**

O mapa apresentado a seguir representam a distribuição das edificações do campus entre o ON e MAST<sup>4</sup>. A compreensão da distribuição dos usos no *campus*, dos elementos que materializam os valores protegidos pelos tombamentos, bem como

<sup>4</sup> Tais informações referem-se à situação verificada no diagnóstico para elaboração do Plano Diretor, em 2005.

das condições em que se encontrava cada construção foram referências fundamentais para formulação das propostas consolidadas



**Figura 08.**  
**Rede Física do Campus ON-MAST: distribuição das edificações por instituição**  
**Fonte: IBAM, 2005.**

Considerando o estado de conservação do *campus*, o diagnóstico que embasou o PD ON-MAST destacou como mais relevantes aspectos relativos:

- A conservação e a ordenamento da cobertura vegetal;
- O tratamento das vias e caminhos, destacando-se a falta de unidade entre os caminhos novos e os mais antigos;

- A conservação das edificações;
- O tratamento estético e/ou paisagístico dos diversos elementos construídos, tais como muros, guaritas, etc.;
- As condições de acessibilidade nos percursos do *Campus* e internamente nas edificações;
- Os impactos negativos sobre o espaço do *Campus* produzidos pelas edificações dos lotes vizinhos.

Destacou-se, ainda, que das 14 edificações identificadas como em estado de conservação ruim, nove delas pertenciam ao conjunto original enfatizado no tombamento federal. O diagnóstico demonstrou que as alternativas a serem traçadas para ampliação do potencial construtivo proposto para o *Campus* teriam que estar atreladas à recuperação e conservação do conjunto existente de interesse histórico e cultural.

## **2. INTERPRETAÇÃO DOS VALORES A SEREM PROTEGIDOS E VOCAÇÕES DO *CAMPUS* ON-MAST**

A discussão dos valores do *Campus* ON-MAST a serem protegidos e de suas vocações resultou nos princípios gerais do plano diretor que balizaram as propostas contidas no documento e devem orientar a gestão do conjunto no tempo.

No tombamento pelo IPHAN, em 14 de agosto de 1986, com base no processo 1009-T79, inscrição 509 no Livro Histórico e inscrição 095 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o *Campus* foi denominado como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Observatório Nacional. O tombamento definiu como bem a ser preservado todo o conteúdo da poligonal que define os limites do *Campus*, destacando os seguintes aspectos:

- Os edifícios do *Campus* implantados nas três primeiras décadas do século XX, fase inicial do funcionamento do Observatório Nacional no Morro de São Januário;
- Referência à relevância arquitetônica e paisagística do conjunto, entendendo que a ele estão incorporados seus elementos artísticos como luminárias, estatuária, serralheria, vidraria, revestimentos decorativos de pisos, paredes e forros, bem como o acervo do Museu.

O tombamento pelo INEPAC se deu em 21 de outubro de 1987, por meio da Resolução nº 34, com base no processo E-03/31273/83, com destaque para os seguintes aspectos:

- Tomba o imóvel Sede do Observatório Nacional;
- Inclui no tombamento o acervo de instrumentos, documentos, equipamentos e móveis existentes;

- Identifica como área de proteção da ambiência todo o *Campus* que constitui a propriedade, incluindo as árvores existentes e a Ladeira do Gusmão.

Tanto o tombamento pelo IPHAN quanto o tombamento pelo INEPAC remetem para uma visão de conjunto do *Campus* ON-MAST, com o primeiro enfatizando o projeto original de implantação do Observatório Nacional e o outro buscando assegurar a preservação da ambiência do conjunto no qual o Edifício Sede está inserido.

Quase duas décadas depois dos atos de tombamento, na perspectiva de orientar a gestão do conjunto, partiu-se da interpretação dos valores que se buscou proteger, numa compreensão temporal e espacial do bem tombado.

A valorização, por meio do tombamento, do conjunto implantado em 1921, transcende os valores arquitetônicos e paisagísticos, remetendo a um período singular da história do desenvolvimento técnico-científico da nação, de firme fé no progresso da Ciência, quando o Rio de Janeiro ainda era Capital Federal. Nesta perspectiva, seria importante priorizar no plano medidas que valorizassem as marcas dessa implantação histórica.

Do ponto de vista espacial, os valores do *Campus* ON-MAST são percebidos tanto na escala do próprio *campus*, como na da sua relação com o bairro e a cidade. O conjunto

de pavilhões e cúpulas, particularmente interessantes pela arquitetura singular, apesar do mau estado de conservação de algumas construções e dos espaços livres, permaneceu preservado nas relações espaciais mais relevantes, sem interferências significativas. O conjunto tem, ainda, destaque na paisagem do bairro, também em função de sua topografia (Morro de São Januário), podendo ser visto a partir de grandes distâncias ou ângulos inusitados. A vegetação abundante do *Campus* ON-MAST é outro aspecto fundamental na composição de sua ambiência e na sua relação com a região da São Cristóvão.

A interpretação do valor cultural que o conjunto arquitetônico e paisagístico representa e que deve ser preservado remete para indicação, numa visão de futuro, das vocações do *Campus* ON-MAST, que foram delineadas no plano levando em consideração ainda:

- A interpretação das atividades historicamente desenvolvidas no *Campus* ON-MAST, em grande medida ainda presentes;
- A necessidade do *Campus*, na sua condição de bem tombado, poder ser usufruído pela sociedade;
- As legítimas necessidades de expansão que as duas instituições que compartilham o *Campus* se

colocam para cumprimento de suas respectivas missões.

No âmbito do PD ON-MAST, considerou-se como vocações do *Campus*: vocação histórica, vocação cultural e vocação científica e tecnológica.

A vocação histórica é justificada por tratar-se de um dos únicos conjuntos no mundo que manteve instrumentos originais de observação em seus espaços de origem, caracterizando-se como um registro das atividades do Observatório Nacional nas primeiras décadas do século XX e representando um testemunho do estágio científico e tecnológico do país naquele momento.

A vocação cultural é dada pelo seu patrimônio arquitetônico e pelo acervo documental e de instrumentos científicos que abriga, caracterizando-se como bens de interesse coletivo que devem ser acessíveis à sociedade por meio de atividades tais como: visita pública do *Campus*; realização de exposições temporárias ou permanentes; abertura da biblioteca especializada para todo e qualquer interessado; realização de atividades educativas e de difusão do conhecimento científico, nas áreas de interesse das duas instituições.

A vocação científica e tecnológica do *Campus* ON-MAST resulta de sua condição de pólo de

produção do conhecimento, particularmente nas áreas de astronomia, geofísica, história da ciência, preservação de acervos e educação em ciência, e, no campo da metrologia de tempo e frequência, pela atribuição do Serviço da Hora do Observatório Nacional de geração da Hora Legal Brasileira e certificação eletrônica de documentos.

### **3. A CONSTRUÇÃO DE CRITÉRIOS GERAIS PARA INTERVENÇÃO NO CAMPUS ON-MAST**

As demandas do ON e do MAST por novos espaços construídos exigiram a construção, à luz dos valores e vocações do *Campus*, de critérios gerais para futuras intervenções. Ressalte-se que as expectativas expressas no âmbito do processo de elaboração do plano diziam respeito a necessidades objetivas de ON e MAST para realização, em boas condições, tanto das atividades que já acontecem no *Campus*, bem como de outras atividades relacionadas às perspectivas de expansão e diversificação de suas atividades.

Foram compreendidas, portanto, como legítimas aspirações das instituições para cumprimento de suas missões, tendo sido assimiladas no plano, aquelas compatíveis com as vocações do *Campus* ON-MAST.

Para atender às necessidades de novas construções foram estabelecidos alguns critérios gerais de intervenção que permitiram

a identificação de áreas adequadas e ações necessárias. Foram eles:

- A ocupação apenas periférica, admitindo-se novas construções nas cotas mais baixas do *Campus*, descartando quaisquer ocupações na parte mais alta do Morro de São Januário onde se localiza o maior número de edificações de relevância histórica e arquitetônica, e que possui maior destaque na paisagem da cidade;
- O condicionamento de novas construções pretendidas a contrapartidas tais como a demolição de outras construções que interfiram na harmonia do *Campus*, intervenções paisagísticas, reforma ou restauração de edifícios relevantes, sempre visando à valorização do conjunto;
- A preservação e valorização da visão dos edifícios de valor histórico e arquitetônico, com destaque para a atual sede do MAST e as cúpulas e pavilhões;
- Evitar ao máximo a derrubada de árvores, a não ser que interfiram negativamente na visão dos edifícios de valor histórico ou se tornem risco de segurança; no caso de tal situação se tornar inevitável sempre promover o replantio em maior quantidade em outro local do *Campus*.

- A priorização de novas edificações para as atividades cuja realização esteja diretamente ligada à vocação do *Campus*.

#### **4. PROPOSIÇÕES: GESTÃO DO BEM TOMBADO, DIRETRIZES E POTENCIAL CONSTRUTIVO DO CAMPUS ON-MAST**

O PD ON-MAST apresenta uma série de proposições dentre as quais cabe destacar:

- A criação de uma unidade gestora do *Campus*;
- A indicação de um conjunto de diretrizes visando à unidade, legibilidade e acessibilidade do *Campus*;
- A definição de áreas de expansão e/ou reordenamento espacial.

A unidade gestora foi proposta com o objetivo de se constituir um ambiente institucional mais adequado para a gestão compartilhada do *campus*. Na etapa de diagnóstico do PD ON-MAST verificou-se que era bastante frágil a integração das duas instituições na condução dos assuntos comuns relativos à administração e manutenção do *campus*. De certo modo, esse quadro se refletia em problemas de conservação do próprio campus e do patrimônio tombado, bem como em disputas por espaços. A elaboração do

plano transformou-se numa oportunidade para avaliação e revisão de práticas, a partir do acordo sobre as diretrizes e propostas para o *campus*.

Em linhas gerais, a unidade gestora foi uma figura criada para contribuir para que as atividades desenvolvidas pelo ON e pelo MAST possam se dar de forma harmoniosa, sendo as iniciativas de cada instituição do conhecimento de todos e atendendo às vocações do *Campus*. Com composição paritária, seria a instância responsável por zelar pela preservação do patrimônio tombado do *Campus* ON-MAST e por conduzir o processo de acompanhamento da execução do Plano Diretor. Dentre as atribuições da unidade gestora, destaca-se a de supervisionar o desenvolvimento e implantação dos principais projetos de intervenção físico espacial previstos pelo PD ON-MAST:

- Projeto paisagístico do *Campus*;
- Projetos de novas construções para as áreas de expansão e reordenamento espacial;
- Projeto de sinalização do *Campus*;
- Projetos de valorização do conjunto tombado.

As diretrizes para o *Campus* ON-MAST foram propostas de modo a favorecer sua compreensão no tempo e no espaço,

ressaltando seus valores culturais, artísticos, estéticos e naturais. Devem orientar as ações sobre o conjunto tombado visando ao resgate de sua unidade e legibilidade, bem como melhores condições de acessibilidade.

Para cada uma das áreas foram definidos critérios específicos de ocupação (área máxima de projeção para novas edificações, gabaritos etc.), bem como contrapartidas para autorização de novas construções. O plano prevê ainda as ações necessárias para a liberação de cada área e indica remanejamentos de usos das edificações. Os critérios específicos de cada área e as contrapartidas previstas conformam um sistema de compromissos das instituições ocupantes do campus entre si e com os órgãos de tutela do patrimônio. Por um lado se atende às necessidades de ampliação da área construída do campus e por outro se reforça a necessidade de ações integradas para recuperação e conservação do conjunto tombado.

O plano prevê um potencial construtivo para cada área e sugere como principal contrapartida a implantação do projeto paisagístico. Para orientar a gestão do plano, o *campus* foi subdividido em quatro setores paisagísticos que serão reconfigurados no momento de execução das novas edificações em cada uma das áreas de expansão e/ou reordenamento.

- Diretrizes para os Acessos e Circulação e Estacionamento;
- Diretrizes para Sinalização e Interpretação dos Espaços do *Campus*;
- Diretrizes para o Projeto Paisagístico e Integração dos Espaços;
- Diretrizes para as Edificações.

A implantação do projeto paisagístico foi considerada ação estratégica para o *Campus* ON-MAST. Na avaliação do plano diretor, a elaboração desse projeto era fundamental para articulação das diversas ações previstas, para permitir o adequado aproveitamento das áreas de expansão, para propiciar a integração dos diferentes espaços que compõem o conjunto tombado. Complementarmente, o projeto paisagístico poderia contribuir para a sustentabilidade ambiental do *campus* e, de modo mais amplo, para a permanência qualificada do ON e do MAST nesse local<sup>5</sup>.

A discussão de princípios gerais do PD ON-MAST, o desenho de uma unidade gestora do campus e a formulação de diretrizes gerais foram os balizadores para definição das áreas que poderiam receber novas construções no *campus* para atender às demandas de ON e MAST. Se no momento inicial a ideia de saturação do campus era bastante forte, a análise aprofundada do conjunto e seus condicionantes permitiram vislumbrar alternativas.

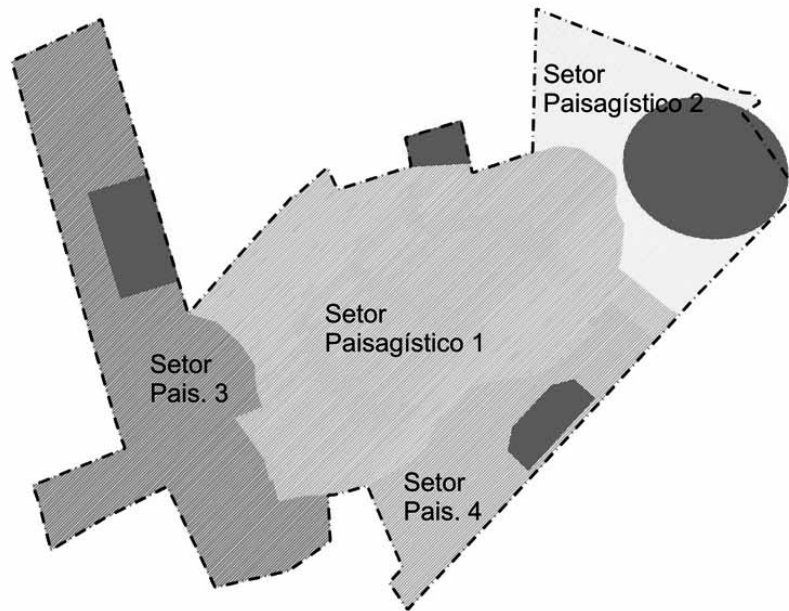
Atendendo aos critérios gerais de intervenção estabelecidos, foram definidas três áreas adequadas para implantação de novas construções, com possibilidade de aumento da área construída atual. Tais áreas foram denominadas áreas de expansão. E foi definida, ainda, uma área, denominada de reordenamento espacial, que poderia ser renovada, mas desde que novas construções não ultrapassem a área construída do conjunto ali localizado.

Para cada uma das áreas foram definidos critérios específicos de ocupação (área máxima de projeção para novas edificações, gabaritos etc.), bem como contrapartidas para autorização de novas construções. O plano prevê ainda as ações necessárias para a liberação de cada área e indica remanejamentos de usos das edificações. Os critérios específicos de cada área e as contrapartidas previstas conformam um sistema de compromissos das instituições ocupantes do campus entre si e com os órgãos de tutela do patrimônio. Por um lado se atende às necessidades de ampliação da área construída do campus e por outro se reforça a necessidade de ações integradas para recuperação e conservação do conjunto tombado.

O plano prevê um potencial construtivo para cada área e sugere como principal contrapartida a implantação do projeto paisagístico. Para orientar a gestão do

<sup>5</sup> Cabe assinalar que em 2007 o MAST promoveu um concurso público, organizado pelo IAB-RJ, para a escolha do projeto paisagístico do Campus. Iniciativa muito importante para a implementação do PD ON-MAST.

plano, o campus foi subdividido em quatro setores paisagísticos que serão reconfigurados no momento de execução das novas edificações em cada uma das áreas de expansão e/ou reordenamento.



64

**Figura 09.**  
**Setores Paisagísticos**  
**Fonte: IBAM.**

O quadro a seguir apresenta os números a serem obtidos com a aplicação dos critérios específicos de ocupação de cada área e demais propostas do PD ON-MAST, demonstrando a possibilidade de expressivo aumento do potencial construtivo do *campus*.



<b>DESCRIÇÃO / TIPO DE ÁREA</b>	<b>ÁREA CONSTRUÍDA APROXIMADA</b>
Edificações Existentes ON	6800
Edificações Existentes MAST	2800
<b>Total Parcial 1</b>	<b>9600</b>
Edificação ON projetada	1500
Edificação MAST em construção	3000
<b>Total Parcial 2</b>	<b>4500</b>
Unidades sob a guarda do ON a serem demolidas total ou parcialmente como contrapartidas para novas construções	- 1310
Unidades sob a guarda do ON a serem demolidas total ou parcialmente como contrapartidas para novas construções	- 450
<b>Total Parcial 3</b>	<b>- 1760</b>
Unidades residenciais a serem liberadas e incorporadas para novos usos no Campus	690
Unidades residenciais a serem demolidas para implantação de novas edificações	- 400
<b>Total Parcial 4</b>	<b>400</b>
<b>Áreas de Expansão e/ou Reordenamento Espacial</b>	
Área 1	2000
Área 2	3600
Área 3	1200
Área 4	0
<b>Total Parcial 5</b>	<b>6700</b>
<b>POTENCIAL CONSTRUTIVO ESTIMADO PARA O CAMPUS ON-MAST</b>	<b>19440</b>

Embora o resultado final se expresse de forma simples e objetiva, não se trata de um arranjo óbvio. A necessidade de liberação de áreas para a construção de novas edificações, uma vez que áreas livres não eram mais disponíveis no *campus*, mostrou-se como uma grande oportunidade para se combinar as ações de renovação do ambiente construído com a valorização do patrimônio cultural.

Os números mostram que apesar de considerado inicialmente saturado, o *Campus ON-MAST* pode mais do que dobrar sua área construída. Ainda que sejam descontadas as áreas das edificações que já estavam projetadas no início de processo de elaboração do plano, as alternativas propostas permitem o acréscimo de cerca de 5.000m<sup>2</sup> de área construída no *campus*, mais de 50% do total atual, o que não parece desprezível.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o PD ON-MAST se constitui numa referência para o ordenamento do espaço físico do *campus* e para gestão do conjunto tombado. Consiste num documento que: apresenta uma caracterização da situação atual do *Campus*; identifica as condicionantes para a previsão de intervenções sobre o espaço físico; expressa demandas das instituições que compartilham o *Campus*; define vocações do *Campus*; e indica áreas adequadas para novas construções com seus critérios específicos.

O PD ON-MAST estabelece uma base estratégica para a atuação sobre o bem tombado, planejando os trabalhos de conservação e construção de forma de comunicação eficazes entre os diferentes agentes, possibilitando a consolidação de um referencial mais consistente para a atuação sobre um determinado conjunto ao longo do tempo.

O processo de elaboração do PD ON-MAST, pode-se dizer, se constituiu numa estratégia para:

- Aproximação e interação entre órgãos de patrimônio e instituições responsáveis pela gestão do bem protegido;
- Desfazer a noção de que o tombamento significa o congelamento de um determinado conjunto e, simultaneamente, orientar as ações sobre esse conjunto;
- Favorecer e potencializar a relação do bem tombado com o meio urbano no qual está inserido;
- Que demandas de intervenção sobre o bem tombado não sejam apresentadas aos órgãos de patrimônio isoladamente, no varejo de cada ação, mas sempre ancoradas numa visão de conjunto da área protegida;
- Revelar às pessoas que utilizam o *Campus* seu valor histórico e cultural para que possam zelar pela sua preservação e pautar suas ações sempre na perspectiva de valorização do patrimônio.

1 Arquiteta. Mestre em Arquitetura (PROARQ/FAU/ UFRJ). Arquiteta da do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

2 O POAP é elaborado por uma equipe técnica formada por profissionais da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). Fazem parte da equipe da Fiocruz Marcos José Pinheiro (Vice Diretor de Informação e Patrimônio Cultural/COC), Ana Maria Marques (Arquiteta e Urbanista – chefe do DPH/COC), Cristina Coelho (Arquiteta e Urbanista - DPH/COC - Coordenação), Inês El-Jaick Andrade (Arquiteta e Urbanista - DPH/ COC), Rubens Moreira R. de Carvalho (Arquiteto e Urbanista - DPH/COC), Luciana Falcão (Engenheira Civil - Infraestrutura/COC), Daniel Moreira (Arquiteto e Urbanista - Infraestrutura/COC), Luis Madeira (Arquiteto e Urbanista – PICFMA/Presidência), Alline Serpa (Arquiteta e Urbanista – DIRAC/Presidência) e Ana Claudia Penna (Arquiteta e Urbanista – DIRAC/Presidência). Fazem parte da equipe contratada do Ibam Tereza Cristina Baratta (Administradora Pública - Direção), Ricardo Moraes (Arquiteto e Urbanista - Supervisão Técnica e Gerencial), Henrique Barandier (Arquiteto e Urbanista - Coordenação Técnica), Ricarda Lucília Domingues Tavares (Arquiteta e Urbanista), Alice Amorim Belem (Arquiteta e Urbanista), Graça Neves (Consultora em Planejamento Estratégico), Adriana Caúla - Arquiteta e Urbanista (Consultora em Paisagismo), Luciana Hamada (Arquiteta e Urbanista - Consultora em Conforto Ambiental e Eficiência Energético) e Cristóvão Duarte (Arquiteto e Urbanista - Consultor em Preservação do Patrimônio Cultural).

# PLANO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO DO CAMPUS FIOCRUZ MANGUINHOS

**Maria Cristina Coelho Duarte<sup>1</sup>**

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o contexto; os objetivos; o processo de construção, ainda em curso, e as premissas do Plano de Ocupação da Área de Preservação do Campus Fiocruz Manguinhos<sup>2</sup> (POAP Manguinhos).

O Campus da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Manguinhos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, se caracteriza por ser o *campus* de fundação e tradicional sede da instituição, que ocupa uma área de 850.000m<sup>2</sup> em região de densa e desordenada ocupação cortada pela Avenida Brasil<sup>3</sup>, um dos principais eixos viários da cidade, entre outras vias de grande circulação.

67



**Figura 01. Localização do Campus de Manguinhos no seu entorno imediato. Fonte: Elaboração Ibam, a partir de imagem do Google Maps (2010).**

3 A Av. Brasil foi implantada na década de 1940 cortando a área ocupada pelo então Instituto Oswaldo Cruz e redefinindo seus acessos e caminhos.

Sua vasta arborização, que emoldura edifícios de estilos e tipologias arquitetônicas marcantes, garante, nesse contexto, qualidade ambiental diferenciada e se destaca como paisagem singular que tem o Pavilhão Mourisco<sup>4</sup> como referencial maior da instituição presente no cotidiano da cidade.



**Figura 02. Vista aérea do Campus, na virada do século XX para o XXI, que revela o processo mais recente de ocupação do Campus. Fonte: DAD/Fiocruz.**



**Figura 03. Vista do Campus Fiocruz Mangueiras desde o prédio da Expansão da Fiocruz. Fonte: Equipe Laurd, 2009.**

Seu acervo arquitetônico e paisagístico, de reconhecido valor histórico e cultural, vem

sendo, desde a década de 1980, objeto de ações de preservação empreendidas pela própria instituição<sup>5</sup> que, por outro lado, vive momentos de expressiva expansão de suas atividades apontando, portanto, para a necessidade de revisão de seus espaços livres e construídos de modo criterioso.

Nesse contexto, o POAP Mangueiras assume papel de extrema importância no processo constante de preservação do acervo arquitetônico e paisagístico e visa atuar na esfera da valorização, por meio da requalificação do patrimônio arquitetônico e paisagístico existente sob diversos aspectos, e da regulação sobre novas intervenções, de modo a garantir a manutenção dos valores intrínsecos de seus acervos atuais e futuros.

## **1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CAMPUS FIOCROZ MANGUEIRAS E A CONSTITUIÇÃO DE SEU ACERVO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO**

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) tem origem no Instituto Soroterápico Federal (ISF), fundado em 25 de maio de 1900 em terras da antiga Fazenda de Mangueiras, desapropriada em 1892 pelo Governo Federal para a instalação de fornos destinados à queima do lixo urbano na cidade do Rio de Janeiro/RJ, que funcionaram no local até o ano de 1900.

A Fiocruz foi criada com a finalidade de fabricar soros e vacinas contra a peste bubônica que acometia a população brasileira na virada do século XIX para o XX e teve como

<sup>4</sup> Popularmente conhecido como Castelo da Fiocruz.

<sup>5</sup> Na década de 1980 é criada a unidade técnico-científica Casa de Oswaldo Cruz, com a missão de desenvolver atividades de preservação da memória da Instituição, e das ciências e saúde no Brasil, dentre outras atribuições.

primeiro diretor geral o Barão de Pedro Afonso e como diretor técnico o jovem bacteriologista Oswaldo Cruz, recém chegado da França onde fez sua especialização em saúde pública, no Instituto Pasteur de Paris.

Já em 1902, Oswaldo Cruz assumiu a direção geral do Instituto, ampliando suas atividades, que passaram a incluir também a pesquisa básica aplicada e a formação de recursos humanos.

Em seus primeiros anos de funcionamento, a instituição utilizou as instalações adaptadas da antiga fazenda que foram, paulatinamente, sendo substituídas por novas edificações. O primeiro conjunto de edificações, construído nas duas primeiras décadas do século XX, foi projetado pelo arquiteto português residente no Brasil, Luiz Moraes Júnior, sob orientação do próprio Oswaldo Cruz e constitui hoje o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (Nahm) que integra o acervo de arquitetura eclética da instituição, com alguns de seus exemplares<sup>6</sup> tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na década de 1980.



**Figura 04. Vista dos primeiros edifícios construídos para abrigar o então Instituto Oswaldo Cruz no início do séc. XX.**

<sup>6</sup> O Pavilhão Mourisco, a Cavalariça e o Pavilhão do Relógio.

**Em destaque o Pavilhão Mourisco e, ao lado, a estrebaria da antiga fazenda que permaneceu nos primeiros anos de funcionamento do Instituto servindo-lhe provisoriamente. Fonte: DAD/COC**



**Figura 05. Pavilhão Mourisco, construído no período de 1905 a 1918. Principal exemplar do Nahm, tombado pelo IPHAN em 1981. Foto: Ibam, 2010.**

**Figura 06. Cavalariça, construído em 1904 e tombado pelo IPHAN em 1981. Foto: Ibam, 2010.**





**Figura 07. - Pavilhão do Relógio, antigo Pavilhão da Peste, construído em 1904 e tombado pelo IPHAN em 1981. Foto: Ibam, 2010.**

A implantação dessas primeiras edificações apresenta uma lógica coerente com a política higienista de fins do século XIX e início do XX, visto que se deu principalmente nas colinas existentes. Na colina maior, o Pavilhão Mourisco (sede) e os demais edifícios que com ele, à época, constituíam o complexo voltado para a pesquisa e produção de vacinas e, na colina menor e mais ventilada, o Hospital Oswaldo Cruz<sup>7</sup>, mais tarde denominado Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas (Ipec).



**Figura 08. Está em processo de tombamento pelo Iphan. Foto: Ibam, 2010.**

70

7 O primeiro de um conjunto de seis pavilhões que comporiam um complexo hospitalar, cujos outros cinco não chegaram a ser erigidos.

8 Essa edificação representa hoje o elo entre dois momentos expressivos do então Instituto Oswaldo Cruz – o de sua fundação quando se construiu um conjunto de edificações ecléticas e o de sua primeira grande expansão, nas décadas de 1940/1950, com a construção de edificações modernistas

Durante a primeira metade do século XX, outras instituições de saúde foram se instalando no mesmo terreno, como a Fundação Rockefeller na década de 1930, e mais tarde foram congregadas ao então Instituto Oswaldo Cruz (IOC), denominação que o ISF passou a ter em 1908, dando origem à Fundação Oswaldo Cruz em 1970.



**Figura 09. Pavilhão Rockefeller, construído entre 1935 e 1937<sup>8</sup>. Acervo: DAD/COC-Fiocruz.**

Nesse processo, novas construções foram executadas para sediar essas instituições e também para possibilitar a expansão do IOC que se estruturava cada vez mais em suas atividades, agregando novas como a produção de fármacos e a formação profissional em diversos níveis.



**Figura 10. O Campus da Fiocruz na década de 1950 com novas instalações. Fonte: DAD/COC-Fiocruz.**

Assim como as duas primeiras décadas de formação do então IOC, as décadas de 1940 e 1950 também produziram novo salto de desenvolvimento da instituição com novas construções, agora seguindo os preceitos da arquitetura modernista, projetadas por arquitetos da Divisão de Obras do então Ministério da Educação e Saúde, que hoje constituem o acervo modernista do Campus de Manguinhos com alguns de seus exemplares<sup>9</sup> tombados definitivamente pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac) no início da década de 2000.



**Figura 11. Pavilhão Arthur Neiva, construído em 1947 e tombado**

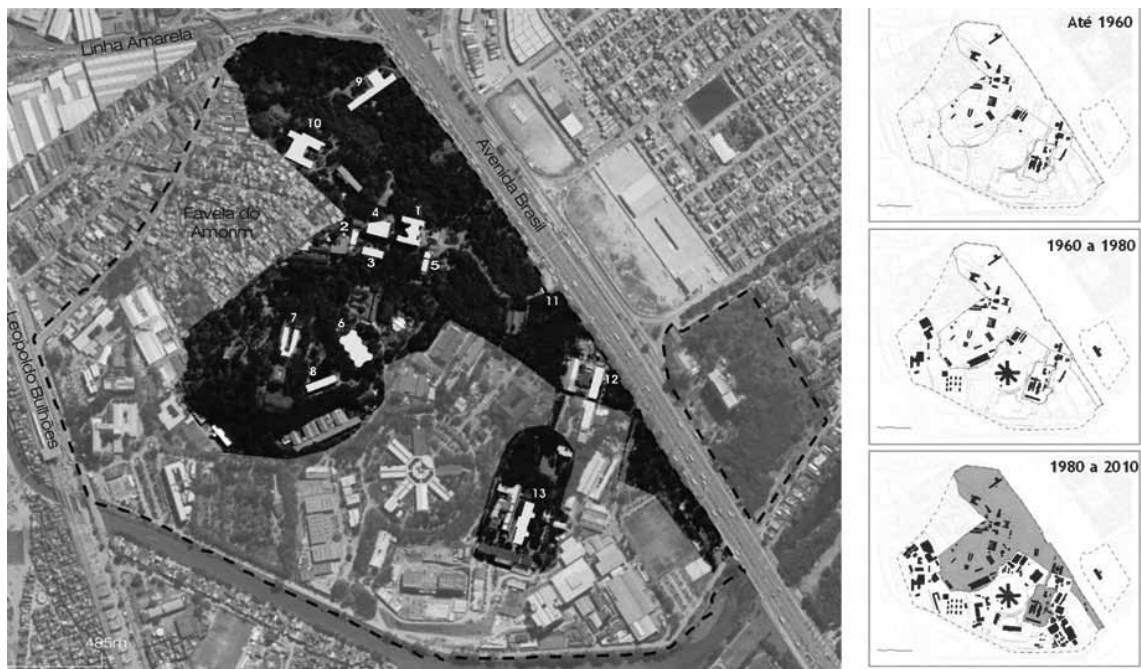
<sup>9</sup> O Pavilhão Arthur Neiva, também conhecido como Pavilhão de Cursos, e o Pavilhão Carlos Augusto da Silva, que abrigava o antigo Refeitório Central, projetados pelo arquiteto Jorge Ferreira, premiado na I Bienal de Arquitetura de São Paulo.



**Figura 12. Pavilhão Carlos Augusto da Silva, antigo Restaurante Central, construído em 1948 e tombado pelo Inepac em 2001. Foto: Ibam, 2010.**

Em 1947 foi inaugurada a Avenida Brasil como um importante eixo de ligação do centro da cidade com a Zona Norte e a Baixada Fluminense, que estavam em pleno processo de ocupação, e, com ela, deu-se a construção da portaria da Av. Brasil, também modernista, para o campus do IOC que teve, em 1948, seus limites definidos como se apresenta hoje.

Ao analisar o processo de ocupação do território que hoje constitui o Campus Fiocruz Manguinhos, identificam-se três períodos distintos que marcam sua evolução.



**Figura 13. Foto aérea do Campus de Manguinhos com destaque para a Área de Preservação, onde estão as edificações tombadas e com interesse de preservação (1- Pavilhão Mourisco; 2- Pavilhão do Relógio; 3- Cavalariça; 4- Quinino; 5- Casa de Chá; 6- Pombal; 7- Casa Amarela; 8- Pavilhão Henrique Aragão; 9- Pavilhão Arthur Neiva; 10- Pavilhão Carlos Augusto Silva; 11- Portaria da Av. Brasil; 12- Pavilhão Rockefeller; 13- Hospital Evandro Chagas). À direita, os mapas demonstrando a evolução do processo de ocupação. Neles, os elementos em cinza escuro representam as edificações construídas no período correspondente ao mapa e em cinza claro, as pré-existentes ao período referido no mapa. Fonte: Elaboração Ibam, a partir de imagem do Google Maps (2011).**

10 A delimitação da Área de Preservação do Campus foi indicada originalmente em relatório de Edgar Jacintho (FNPM/IPHAN, 20/12/1985) para ser mantida "sob regime de proteção rigorosa". Não foi incluída no tombamento do Iphan, mas é objeto de atenção da Fiocruz desde a origem da Casa de Oswaldo Cruz e foi gravado em mapa do Plano Diretor do Campus da Fiocruz de Manguinhos, elaborado pelo IBAM em 1988.

O primeiro período, que vai do ano de fundação da instituição até 1960, é marcado pela ocupação da área que mais tarde veio a ser recomendada como área de proteção

rigorosa em parecer do Iphan<sup>10</sup>, que hoje é foco do POAP, e cujo traçado das vias guarda características anteriores a esse período e tem no Caminho Oswaldo Cruz seu referencial mais significativo.





**Figura 14. Caminho Oswaldo Cruz – Foto: Cleide Leitão. Acervo: COC-Fiocruz (Foto inscrita no concurso “Olhares sobre o Patrimônio” realizado pela COC em 2010).**

Essa área contém o registro temporal de formação da instituição, com exemplares arquitetônicos de todos os momentos do processo de formação da Fiocruz, desde sua fundação até os tempos atuais. Alguns desses exemplares<sup>11</sup> foram contemplados na sua concepção com jardins, projetados especialmente para compor-lhes a ambiência, que hoje são reconhecidos como jardins históricos.

Embora novas construções tenham surgido após 1960 nessa parcela do território, pouco se alterou a configuração físico espacial alcançada nessa data, o que demonstra uma prática preservacionista da instituição mesmo antes de seus acervos terem seus valores histórico-culturais reconhecidos oficialmente pelos órgãos de tutela do patrimônio cultural.

É desse período, também, o início do reflorestamento da área que garante, ainda hoje, uma qualidade elevada do ambiente, especialmente se considerarmos a aridez que a região passou a ter com as ocupações irregulares que se formaram no entorno do *campus*.

O segundo período, que vai de 1960 a 1980, é marcado pelo início da ocupação da área de baixada do *campus*. São construções que, embora algumas delas tenham sido propostas seguindo preceitos arquitetônicos reconhecidos, sofreram descaracterizações consideráveis e não representam hoje períodos ou estilos significativos da arquitetura.

É nesse período, mais precisamente em 1966, que o Campus Fiocruz de Manguinhos é registrado como Sítio Arqueológico de Manguinhos no Cadastro Nacional de Sítios (CNS) do Iphan, em decorrência de achados fortuitos em razão de uma forte chuva que provocou a queda de uma parte do barranco nas imediações do Pavilhão Rockefeller. A pesquisa desenvolvida teve a colaboração do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro que identificou vestígios pré-históricos de um aldeamento tupinambá.

O terceiro período, que vai de 1980 e se estende aos dias atuais, é marcado pela forte ocupação da área de baixada do *campus* resguardando em grande medida a área reconhecida como de proteção rigorosa,

11 Como o Pavilhão Mourisco e o Pavilhão Arthur Neiva.

do ponto de vista da preservação histórico-cultural, e assumida pela instituição como Área de Interesse Histórico Paisagístico<sup>12</sup>, aqui tratada como Área de Preservação.

É nesse período que se dão os tombamentos - federal e estadual – de edificações existentes no *campus* e também que é criada a Casa de Oswaldo Cruz (COC) com a finalidade de pesquisar a história e de preservar e divulgar a memória da instituição, e seus suportes, e da saúde no Brasil. A COC conta, na sua estrutura, com o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) que tem a missão de zelar pela preservação do acervo arquitetônico e urbanístico, tombado e com interesse para preservação, da instituição.

74

De certo modo, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que se constituiu claramente uma área de preservação e um corpo técnico especialmente para esse fim, no restante do *campus* a ocupação se deu de forma intensa chegando atualmente a uma situação limite para novos processos de expansão sem reformulações estruturantes.

Nesse período, poucas construções foram erguidas na Área de Preservação. Destas, podemos destacar dois grupos principais:

- as edificações de caráter permanente e linguagem contemporânea, projetadas segundo critérios que buscam a integração com os bens de interesse para preservação nas suas áreas de entorno,

como o Anexo do Pavilhão do Relógio; o Anexo da Cavaleriça e a edificação que abriga o Serviço de Tecnologias da Informação da COC;



**Figura 15. Prédio anexo ao Pavilhão do Relógio construído na década de 2000. Foto: Ibam, 2010.**



**Figura 16. Prédio anexo à Cavaleriça construído na década de 1990. Foto: Ibam, 2010.**

<sup>12</sup> Assim denominada no Plano Diretor da Fiocruz, elaborado em 1988 pelo IBAM.



**Figura 17. Edificação que abriga o Serviço de Tecnologias da Informação/COC, construída em 2010. Foto: Ibam, 2010.**

- as edificações voltadas à infraestrutura do campus (subestações, casas de máquinas, instalações provisórias para obras e manutenção etc.), permanentes ou provisórias, com implantação que prioriza a funcionalidade e desprovidas de critérios formais e de integração com o entorno.

Além desses dois grupos, verificam-se também intervenções em bens de interesse para preservação que não seguiram critérios aceitáveis de preservação, seja por necessidade de atualização das edificações para absorver os avanços tecnológicos relacionados às atividades laboratoriais, de produção de pesquisa e também administrativas seja para abrigar novos usos ou para ampliação de usos preexistentes. No

13 Que tem em sua estrutura cinco vice-presidências e nove assessorias que contam com estruturas independentes.

entanto, essas edificações são, em geral, passíveis de serem recuperadas nas suas características essenciais.

Atualmente, a Fiocruz é composta por grande número de unidades técnico-científicas e técnico-administrativas, espalhadas por todo o Brasil, mas ainda é no Campus Fiocruz de Manguinhos que a maioria dessas unidades se concentra, junto com a Presidência<sup>13</sup>, desenvolvendo atividades das mais diversas naturezas – pesquisa, produção, educação, assistência, administração, divulgação científica etc., e muitas das quais ocupam edifícios localizados na Área de Preservação, alguns deles tombados, em processo de tombamento ou com interesse para preservação pelo olhar do DPH.

Esse panorama demonstra a complexidade que o POAP deve enfrentar tanto no processo de sua elaboração quanto no de sua implantação e monitoramento.

## **2. O PLANO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO DO CAMPUS FIOCROZ MANGUINHOS (POAP Fiocruz Manguinhos)**

A elaboração do POAP Fiocruz Manguinhos vem sendo discutida desde 2008, mas foi em setembro de 2010 que a Casa de Oswaldo Cruz deu início efetivo a esse processo, que ainda se encontra em curso. Conta com a consultoria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) que junto com a Fiocruz vem construindo de forma

participativa, na instituição e com os órgãos de tutela dos bens tombados - Iphan e Inepac -, as diretrizes e as recomendações que deverão nortear todas as futuras intervenções na Área de Preservação e algumas fora dela, em especial as que possam causar impactos a essa área e aos bens tombados e com interesse para preservação nela presentes.

Sob coordenação geral da COC, o processo de elaboração do POAP se organiza em instâncias diferenciadas de atuação que vêm, ao longo do processo, sofrendo constantes avaliações e reformulações na busca cada vez maior de uma construção transparente e colaborativa que resulte em corresponsabilidades na gestão por um *campus* culturalmente valorizado, que preserve os suportes de sua memória inscrita no território de forma integrada com o desenvolvimento institucional.

Como instância de discussão de conteúdos, tomadas de posição e definição das proposições para a elaboração do POAP, foi criado o Grupo Gestor (GG) que é formado por técnicos da Casa de Oswaldo Cruz, em especial do Departamento de Patrimônio Histórico da Diretoria de Infraestrutura do Campus (Dirac), da presidência da Fiocruz e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) com encontros semanais ao longo de um período que já se estende por mais de um ano.

Para interagir com os órgãos de tutela e com as outras unidades da Fiocruz, foi proposto inicialmente o Comitê Interinstitucional (CI) composto pelo GG e por representantes desses órgãos e unidades, em encontros mais esparsos que a agenda do GG, no formato de oficinas de trabalho para discutir e validar as etapas e os resultados do processo em curso. Mas, o desenvolvimento dos trabalhos, já no início, mostrou que a relação com os órgãos de preservação deveria se dar de forma mais direta, visando uma participação mais efetiva desses órgãos no processo de reflexão e proposições do plano, e que a relação com as unidades da Fiocruz deveria ser de forma customizada, conforme suas especificidades e demandas, visto à grande diversidade de funções e de formas de apropriação dos espaços do *campus* por essas unidades.

Com nova dinâmica, o POAP ganhou corpo nas discussões periódicas tanto com os órgãos de preservação quanto com as unidades da Fiocruz, que o GG vem buscando conhecer, uma a uma, mais detalhadamente quanto às suas especificidades e necessidades, por meio de reuniões com seus diretores e assessores diretos além de lhes apresentar as premissas do plano e debater como essas unidades poderiam se integrar ao processo incorporando no seu planejamento, e principalmente na sua prática, as recomendações e diretrizes

do POAP, a partir da sua conclusão como instrumento normativo e de sua implantação monitorada.

O POAP deve, assim, constituir-se num instrumento de auxílio à gestão e ao planejamento físico territorial do *campus*, por meio da orientação aos diferentes agentes que atuam sobre o conjunto protegido, buscando a ordenação e a requalificação da área preservada, de modo a confirmá-la e legitimá-la como ambiência valorizadora dos bens culturais nela presentes e, portanto, como bem cultural maior na sua integralidade.

Nesse contexto, o POAP tem como premissa básica a preservação do acervo arquitetônico e paisagístico do Campus Fiocruz Manguinhos e, a partir de uma visão estratégica da área como fator de valoração institucional, está alinhado com o Plano Quadrienal da Fiocruz para o período de 2011 a 2014 (PQ Fiocruz 2011-2014<sup>14</sup>), aprovado no último Congresso Interno<sup>15</sup> da Fiocruz realizado em outubro de 2010, figurando direta ou indiretamente em alguns macro-projetos tais como:

- “Governança, inovação e sustentabilidade, em uma perspectiva territorializada nos *campi* da Fiocruz” que tem entre os seus produtos esperados a elaboração dos Planos Diretores dos *campi*, com implantação monitorada; o estabelecimento de projetos de cooperação interinstitucional para

preservação e memória do patrimônio cultural do território dos *campi* e a elaboração de projetos arquitetônicos segundo critérios de eco-eficiência, sustentabilidade ambiental e de preservação patrimonial nos *campi*;

- “Gestão do Patrimônio da Ciência e Tecnologia em Saúde” que tem entre os seus objetivos o fortalecimento da colaboração nacional e internacional na área de patrimônio cultural e científico visando à preservação e o fortalecimento de uma política de acesso ao acervo do patrimônio científico e cultural da Fiocruz, e
- “Fiocruz Saudável” que tem entre os seus objetivos a integração de ações de infraestrutura e a busca de seu alinhamento junto aos objetivos macroestratégicos da Fiocruz; a elaboração e a implementação do Plano Diretor de Ocupação do Campus da Fiocruz em Manguinhos tendo como etapas preliminares o plano de diretrizes urbanísticas, o plano de preservação ambiental e o plano de preservação da área de interesse histórico que, neste caso e num primeiro momento, se traduz no POAP Fiocruz Manguinhos.

A partir dessas inserções e da sua premissa básica, o POAP deve resultar num termo de compromisso ampliado que alia orientações dos órgãos de proteção do patrimônio com as

14 Disponível em [http://www.fiocruz.br/congressointerno/media/relatorio\\_final\\_ultima\\_versao.pdf](http://www.fiocruz.br/congressointerno/media/relatorio_final_ultima_versao.pdf).

15 O Congresso Interno é o órgão máximo de representação institucional da Fundação Oswaldo Cruz. A ele compete deliberar sobre assuntos estratégicos relacionados ao macroprojeto institucional, sobre o regimento interno e propostas de alteração do estatuto, bem como sobre matérias que possam interferir nos rumos da instituição. O Congresso acontece a cada quatro anos, sempre no primeiro ano de cada nova gestão da Presidência da Fiocruz. (Disponível em <http://www.fiocruz.br/cgij/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=381>).

metas institucionais da Fiocruz e tem como principais objetivos:

- Propor diretrizes para assegurar a preservação da área de influência dos bens tombados e garantir a preservação do patrimônio arquitetônico e paisagístico, propondo ações de curto, médio e longo prazo;
- Propor ações para garantir a legibilidade, a mobilidade e a acessibilidade no campus e, mais especificamente, na área foco do POAP;
- Alcançar a compatibilidade entre a expansão do campus e a preservação e a recuperação das edificações tombadas e de suas áreas de influência, assim como de outros bens que, no futuro, possam vir a ser protegidos oficialmente.

Para tanto, o POAP deverá conter:

- Diretrizes gerais para a Área de Preservação visando à manutenção e valorização das suas características histórico-culturais;
- Diretrizes específicas das áreas de abrangência dos bens culturais imóveis visando garantir a vitalidade da área e a dinâmica da instituição associadas à preservação de forma integrada e valorizadora;
- Propostas de ação visando à

requalificação dos bens patrimoniais e dos espaços livres que os envolvem de modo a promover, paulatinamente, a recuperação e o fortalecimento dos valores atribuídos e intrínsecos do acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico do *campus* e,

- Critérios de intervenção e recomendações para uma atuação focada nos valores intrínsecos do patrimônio arquitetônico e paisagístico da Fiocruz.

Para definir as diretrizes gerais da Área de Preservação e as específicas das áreas de abrangência dos bens culturais imóveis vêm sendo tratados diversos temas que nortearão as propostas do plano. Dentre eles, destacam-se principalmente: bens de interesse histórico e cultural e valores a serem protegidos; edificações, elementos e usos impactantes no conjunto preservado; áreas de renovação de conjuntos edificados; remoções e relocações; acessos, circulação, estacionamentos e condições de acessibilidade; infraestrutura urbana e de logística; áreas verdes e valores paisagísticos; conforto ambiental e eficiência energética; projetos em andamento ou previstos na Área de Preservação e no *campus* Manguinhos; vocações e gestão da Área de Preservação, entre outros.

É importante destacar que toda essa discussão só tem sido possível a partir do conhecimento compartilhado de vasto

levantamento realizado sobre o Campus Fiocruz Manguinhos como um todo e, em especial, sobre a sua área de preservação, empreendido pelo DPH e pela Dirac ao longo de vários anos e complementado pelo IBAM no âmbito da elaboração do POAP.

### 3. CONCLUSÃO

Resta dizer, a título de conclusão do relato de um processo ainda em curso, que essa experiência vem promovendo, com maior intensidade, a reflexão e a discussão sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural da instituição nas suas diversas unidades fortalecendo, assim, a consciência da responsabilidade de todos sobre essa tarefa.

E, embora a Fiocruz tenha em sua estrutura um setor responsável pelas ações de preservação no seu patrimônio arquitetônico e urbanístico, a experiência mostra que essas ações só se tornam efetivas enquanto práticas incorporadas no cotidiano das pessoas que dele usufruem.

Dessa forma, espera-se que o POAP Fiocruz Manguinhos possa se concretizar como meio para um processo de produção de um ambiente saudável, seguro, confortável e culturalmente enriquecedor tendo:

- *A preservação como celebração da vida, assegurando a dinamização e a vitalidade dos espaços e bens protegidos.*

- *A preservação do conjunto arquitetônico e paisagístico de Manguinhos como uma prática sócio espacial incorporada à dinâmica do cotidiano vivido pela Fiocruz.*
- *O Campus Manguinhos como espaço privilegiado para a conservação e a disponibilização dos acervos científico, arquitetônico, paisagístico, urbanístico, iconográfico, bibliográfico, arqueológico, museográfico etc, etc, etc, que compõem o Patrimônio Cultural da Fiocruz.*
- *O Campus Manguinhos como “vitruve” da Fiocruz, reforçando a vocação de “Campus-Parque”, dedicada ao ensino, pesquisa e extensão, à divulgação científica, à produção cultural<sup>16</sup>.*

### BIBLIOGRAFIA

COC. *Portal da Casa de Oswaldo Cruz.*

Disponível em <http://www.coc.fiocruz.br/>.

FIOCRUZ. *Portal da Fundação Oswaldo Cruz.*

Disponível em <http://www.fiocruz.br/>.

\_\_\_\_\_. *Plano Quadrienal Fiocruz 2011-2014.*

Disponível em [http://www.fiocruz.br/congressointerno/media/relatorio\\_final\\_ultima\\_versao.pdf](http://www.fiocruz.br/congressointerno/media/relatorio_final_ultima_versao.pdf).

IBAM. *Plano de Ocupação da Área de Preservação do Campus Fiocruz Manguinhos - Produto 1: Plano de trabalho.* Rio de Janeiro: COC-Fiocruz, setembro/2010.

16 Plano de Ocupação da Área de Preservação do Campus Fiocruz Manguinhos - Produto 3: propostas preliminares. Rio de Janeiro: Ibam/COC-Fiocruz, 2011.

\_\_\_\_. *Plano de Ocupação da Área de Preservação do Campus Fiocruz Manguinhos - Produto 2: Levantamentos e diagnóstico*. Rio de Janeiro: COC-Fiocruz, abril/2011.

\_\_\_\_. *Plano de Ocupação da Área de Preservação do Campus Fiocruz Manguinhos - Produto 3: propostas preliminares*. Rio de Janeiro: COC-Fiocruz, agosto/2011.

LABORATÓRIO DE ANÁLISE URBANA E REPRESENTAÇÃO DIGITAL (LAURD). *Análise Visual Urbana do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Campus Manguinhos*, Rio de Janeiro: LAURD/PROURB/FAU-UFRJ/FUJB, 2010.



# PLANO DIRETOR DO CAMPUS FIOCRUZ DA MATA ATLÂNTICA: a preservação do patrimônio cultural e ambiental como aspecto relevante da estratégia de ocupação e gestão territorial

**Luis Carlos Soares Madeira Domingues<sup>1</sup>, Laís  
Camaz Vinhosa<sup>2</sup> e Maria Cecilia Benites<sup>3</sup>**

1 Arquiteto e urbanista.  
Mestre em Planejamento  
Urbano e Regional  
(IPPUR/UFRJ). Fundação  
Oswaldo Cruz - Fiocruz.  
Coordenador do Escritório  
Técnico de Planejamento  
Territorial e Regularização  
Fundária do Programa de  
Desenvolvimento do Campus  
Fiocruz da Mata Atlântica  
(Fiocruz).

2 Arquiteta e urbanista.  
Especialista em Engenharia  
Urbana e Ambiental  
(PUC-Rio). Fundação  
Oswaldo Cruz – Fiocruz.  
Arquiteta do Escritório  
Técnico de Planejamento  
Territorial e Regularização  
Fundária do Programa de  
Desenvolvimento do Campus  
Fiocruz da Mata Atlântica.

3 Arquiteta. Master em  
Arquitetura e Desenho  
Urbano pela Columbia  
University. Pertenceu  
à equipe da Fundação  
Oswaldo Cruz – Fiocruz  
como Arquiteta do Escritório  
Técnico de Planejamento  
Territorial e Regularização  
Fundária do Programa de  
Desenvolvimento do Campus  
Fiocruz da Mata Atlântica.

## INTRODUÇÃO

As experiências de planejamento territorial sobre áreas que apresentam características especiais quanto ao patrimônio cultural e ambiental devem responder aos desafios de sua preservação como parte de uma política que estabeleça a proteção unificada dos interesses culturais, estéticos, ecológicos e sociais do respectivo território.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) recebeu, recentemente, do Governo Federal uma área onde está sendo implantado o *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica (CFMA), que apresenta excepcionalidades quanto ao patrimônio ambiental e cultural. Os desafios à sua preservação refletem a tensão entre a expansão da cidade e a preservação da floresta contígua ao Campus e o patrimônio cultural existente no *Campus* e seu entorno. A implantação em curso de um grande programa público de urbanização e a previsão de novos empreendimentos imobiliários nesse contexto tendem a valorizar a terra e estimular o adensamento

dos assentamentos já existentes, aumentando a pressão sobre o patrimônio ambiental e cultural.

O *Campus* é um dos setores da antiga colônia Juliano Moreira, resultado do processo de municipalização iniciado nos anos 1990 que deflagra um processo de planejamento e ação interinstitucional cujas etapas subsequentes de planejamento e ações efetivas na elaboração de projetos e na gestão territorial tendem a apresentar resultados positivos na conservação do patrimônio ambiental e cultural, de forma associada a outras políticas. As diversas escalas de atuação e a possibilidade efetiva de garantir acompanhamento das ações a serem implementadas, configuram aspectos relevantes para a transformação desse território em um bairro saudável e integrado à cidade.

O presente artigo propõe apresentar e traçar algumas considerações sobre o processo de planejamento implantado, no sentido de contribuir com a política de preservação de sítios históricos, com a elaboração de estratégias de preservação, consolidadas em instrumentos de planejamento, e com sua efetividade. O texto é estruturado em 3 partes. Inicialmente o Campus Fiocruz da Mata Atlântica é contextualizado como um dos setores da Colônia Juliano Moreira, é descrito o processo de municipalização e como a área foi recebida pela Fundação

Oswaldo Cruz. Em seguida, é realizada uma breve caracterização e apresentada a situação atual do patrimônio cultural e ambiental da Colônia Juliano Moreira e, mais especificamente, do *Campus*. Por fim, é apresentada a proposta de planejamento concebida para o *Campus*, o processo de planejamento integrado com outras instituições tendo como objeto a Colônia, ressaltando aspectos relacionados aos objetivos e desafios da conservação do patrimônio ambiental e cultural.

## **1. O CAMPUS FIOCROZ DA MATA ATLÂNTICA E A COLÔNIA JULIANO MOREIRA**

O *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica localiza-se no bairro de Jacarepaguá, na Zona Oeste do município de Rio de Janeiro, e representa uma parcela da antiga colônia Juliano Moreira. Esta foi dividida em seis setores no final dos anos 1990 em decorrência do processo de municipalização dos serviços de saúde do Hospital Psiquiátrico Colônia Juliano Moreira da esfera federal do Sistema Único de Saúde. A municipalização do hospital insere-se no conjunto de medidas governamentais de implementação da Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, de 19/9/1990.



**Figura 01. Mapa Localização Campus Fiocruz da Mata Atlântica e a antiga colônia Juliano Moreira. Fonte: Acervo PDCFMA/ Fiocruz. 2007.**

A área da Colônia Juliano Moreira, com cerca de 786 hectares, foi adquirida em 1912 e concebida dentro da ótica asilar, na época inovadora, de colônia agrícola instalada num próprio da União Federal de dimensões rurais. O início da construção dos pavilhões para os “alienados” data de 1919. A distante região de Jacarepaguá, até então de caráter exclusivamente rural e pouco articulada aos demais centros urbanos da cidade, apresentava-se como espaço apropriado para a instalação da nova instituição que preconizava o isolamento como modelo de assistência psiquiátrica.

A antiga colônia agrícola, por muito tempo, foi referência nacional em atenção à Saúde Mental. Dos anos 1920 aos 1980, funcionava como destino final para pacientes considerados irrecuperáveis e, na década de 1960, chegou a abrigar

cerca de 5.000 pessoas. Principalmente nas últimas décadas, suas terras foram alvo de ocupações diversas. Cerca de 10% da área atual é formada por uma densa favela (área extramuros); por outro lado, aproximadamente 50% integra uma reserva de mata atlântica. Após a municipalização o equipamento de atenção à saúde mental passou a chamar-se Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira e abriga hoje cerca de seiscentos pacientes.

O processo de municipalização da Colônia Juliano Moreira definiu uma profunda negociação sobre a regularização das ocupações que esse próprio da União Federal abriga e as responsabilidades das instituições cessionárias sobre suas áreas. A principal etapa desse processo, no que se refere à sua municipalização, preservação, destinação e jurisdição patrimonial, sinalizou os procedimentos decorrentes, que compreendem aspectos sociais, jurídicos, de segurança e de fiscalização. A transferência dessa unidade requereu, assim, um melhor dimensionamento da área necessária aos serviços municipais e o planejamento de regularização fundiária que apresenta uma problemática de ordem socioeconômica associada aos desafios de conservação ambiental e cultural.

A Fundação Oswaldo Cruz já estava presente na Colônia Juliano Moreira desde 1995 com

a reativação do projeto de produção de medicamentos fitoterápicos, intensificando ações em prol da pesquisa e do fomento do setor Saúde e assegurando assim o domínio de parte da área. Entretanto, o Setor 1 da antiga colônia Juliano Moreira foi formalmente recebido pela instituição somente em 2003, através de uma autorização precária de uso realizada pelo Outorgante Cedente, a Superintendência de Patrimônio da União, posteriormente consolidada em 25 de junho de 2007 através de um Contrato de Cessão de Uso (processo no 05018.009490/2003-95), que impõe um conjunto de responsabilidades à Outorgada Cessionária, entre elas a administração, uso, conservação e demais responsabilidades oriundas do desenvolvimento de suas atividades fins.

## **2. O PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CULTURAL DO CAMPUS**

O Campus Fiocruz da Mata Atlântica ocupa o maior setor da antiga colônia e o mais bem preservado ambientalmente, com cerca de cinco milhões de metros quadrados (500 hectares), dos quais aproximadamente 80% são cobertos por importante remanescente de Mata Atlântica, tendo sido por isso denominado o “setor ambiental” da antiga colônia. O diagnóstico ambiental e o levantamento florístico já realizados destacam o valor ambiental da área considerando critérios como qualidade da biodiversidade, presença de espécies endêmicas ou espécies

raras, zonas de matas ciliares protegendo riachos, fragmentos de ecossistemas ameaçados, estágio avançado de conservação florestal e presença de nascentes.

O *Campus* é envolvido pelo Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) e 54% de sua área, ou seja, 260 hectares, encontra-se acima da cota 100 e constituem, portanto, uma Área de Proteção Ambiental, também sob gestão do PEPB. O PEPB possui aproximadamente 12.500 hectares, é uma unidade de conservação integral, representa uma das maiores florestas urbanas do mundo e pertence ao bioma Mata Atlântica, reconhecida uma das maiores biodiversidades do planeta e uma das mais ameaçadas. A área cedida à Fiocruz encontra-se em sua zona de amortecimento (Resolução CONAMA nº 13, de 06 de dezembro de 1990).

O PEPB e seu entorno representam laboratórios vivos de como a diversidade biológica reage às alterações humanas na região da Mata Atlântica. A localização do *Campus* é, portanto, estratégica para a conservação dos remanescentes florestais do Maciço da Pedra Branca. Através de reconhecimento em campo, análise aerofotográfica, entrevistas e análise de mapas da região foram adequadas sugestões e restrições de uso e manejo de oito biótipos.

A preservação desse patrimônio da cidade é do interesse da sociedade como um todo,

tanto pelos serviços ambientais que ele presta à região, quanto pela beleza cênica que oferece ao bairro. O PEPB compreende todas as encostas do Maciço da Pedra Branca localizadas acima da cota de nível de 100 metros. A Fiocruz, assim como outras instituições vizinhas (Projac, GlaxoSmithKline, Furnas) que atualmente gerenciam áreas de fronteira entre o PEPB e a cidade, vem se esforçando na recuperação das áreas do seu entorno e na criação de condições favoráveis para alcançar um equilíbrio entre a acelerada expansão urbana e a preservação deste patrimônio natural.

São bens naturais tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) e que impactam diretamente o *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica: o Parque Estadual da Pedra Branca – constituído pelo tombamento da Mata Atlântica, de 1991 e o Morro Dois Irmãos – tombado em 1972. A área que envolve os três tombamentos do Inepac – Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, Parque Estadual da Pedra Branca e Morro Dois Irmãos – é definida como área de ambiência destes bens.

Observam-se, ainda, na área do *Campus* e em seu entorno, registros de sucessivos ciclos históricos, com suas peculiaridades quanto ao uso dos recursos naturais e às formas de ocupação do território, materializados em um rico conjunto arquitetônico, patrimônio cultural tombado pelo Inepac e pelo Instituto

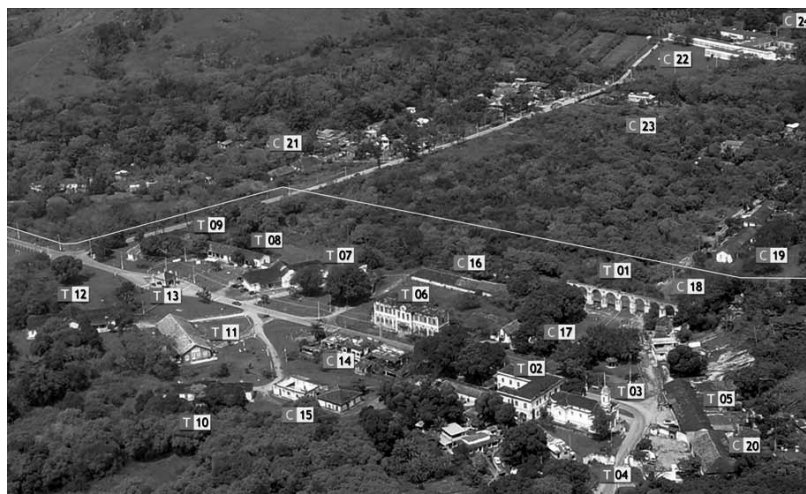
do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Compõem esse patrimônio, além da cultura local, variados bens móveis e imóveis de valores histórico, artístico e científico. Tal diversidade cultural evidencia-se pelo conjunto de acervos de ordem arqueológica, arquitetônica, documental, científica e imaterial, valorizados pelo patrimônio natural que os abriga (DOMINGUES, 2007).

O Núcleo Histórico Rodrigues Caldas (NHRC) constitui-se o primeiro núcleo de pacientes da Colônia e é representativo destas transformações históricas. Sua implantação respeitou o núcleo original da antiga fazenda, reformando e utilizando as edificações remanescentes da época do engenho como instalações da nova instituição e construindo as novas edificações de forma contígua e harmoniosa às edificações preexistentes. Vale ressaltar que o plantio de cana de açúcar é considerado o principal entre vários ciclos econômicos observados no início da ocupação na região de Jacarepaguá no período colonial, o que a caracterizou como a “Planície dos Onze Engenhos”

O aqueduto e as canaletas do séc. XVIII, que abasteciam e movimentavam a antiga fábrica do engenho, a sede da fazenda do século XIX, e os pavilhões construídos a partir da década de 1910 exclusivamente para abrigar as atividades de tratamento psiquiátrico da Colônia, representam os vários momentos da história, constituem marcos

simbólicos importantes para a população local e para a cidade do Rio de Janeiro, valor explicitado pelas diversas formas de proteção desse conjunto. Apesar do parcial estado de abandono e degradação que o Núcleo se encontra, em um processo que coincide com o declínio das atividades da Colônia, fica clara a importância e o potencial de desenvolver e viabilizar uma proposta de recuperação patrimonial e de gestão integrada.

O patrimônio cultural da antiga colônia compõe-se assim por bens de valor histórico e arquitetônico no âmbito da saúde, testemunhas de uma parte importante da História da Saúde Pública no Rio de Janeiro no século XX, com ênfase na Assistência Psiquiátrica. São reconhecidos como patrimônio cultural na esfera estadual, tombados pelo Inepac em 1990: a antiga sede da Fazenda Engenho Novo e a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, edificados no século XIX e os sete pavilhões hospitalares da década de 1920, construídos para abrigar os psicopatas transferidos das colônias da Ilha do Governador. Além destas edificações, o Inepac faz referência às casas geminadas dos funcionários e ao Chafariz como bens integrados ao conjunto.



LEGENDA:

- |                                    |                                   |  |
|------------------------------------|-----------------------------------|--|
| 1- Aqueduto dos Psicopatas         | 9- Pavilhão 4                     | 17- Oficinas de manutenção                 |
| 2- Casa-sede da antiga Fazenda     | 10- Pavilhão 5                    | 18- Antigo Cinema                          |
| 3- Igreja N. Sra. dos Remédios     | 11 - Pavilhão 6                   | 19- Pavilhões 10 e 12 (descharacterizados) |
| 4- Portal e muro da antiga Fazenda | 12- Pavilhão 7                    | 20- Garagem de ambulâncias                 |
| 5- Residência dos funcionários     | 13- Chafariz                      | 21- Vacarias (antigas estrebarias)         |
| 6- Pavilhão 1                      | 14- Antigo Refeitório (ruínas)    | 22- Pavilhão Agrícola                      |
| 7- Pavilhão 2                      | 15- Anexos do Refeitório (ruínas) | 23- Pociлга                                |
| 8- Pavilhão 3                      | 16- Oficinas de manutenção        | 24- Horto da Pedra Branca                  |

**Figura 02. Mapa Núcleo Histórico Rodrigues Caldas. Identificação edificações e status proteção patrimonial. Fonte: Acervo DPH-COC 2010.**

É bem cultural tombado pelo Iphan, em 1938, o aqueduto do século XVIII, localizado no Núcleo Histórico Rodrigues Caldas. Em torno do bem é definida, na Portaria nº003/ 1990 do IPHAN, uma área de ambiência que abarca parte do *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica, cuja revisão visando seu aprimoramento está em processo de negociação com o órgão, de modo a compatibilizar o instrumento de proteção ao resultado dos estudos e do processo de planejamento integrado realizado para o *Campus* e para o NHRC.

**Figura 03. Ruínas da canaleta do Sistema do Aqueduto. Fonte: Acervo PDCFMA/Fiocruz. 2007.**

São bens arqueológicos inscritos no Iphan, constituindo a Jazida Arqueológica do Vale do Mosquito, as ruínas do complexo de construções coloniais, incluindo o antigo sistema de canalização de água (aqueduto, canaletas e reservatório). O sistema do Aqueduto foi construído com mão de obra escrava no século XVIII, tem como manancial o Rio Engenho Novo, e compõe-se de um complexo de canaletas, reservatório e sistema de comportas, com a captação em uma barragem conhecida como Barragem da Cachoeira. As canaletas apresentam seções construídas com blocos de pedra bruta, aparelhada e semi aparelhada; seixos rolados; laterais e bordas argamassadas; trechos apresentando tijolos e lajotas cerâmicos. Ao longo das canaletas existem trilhas que serão preservadas com a criação de uma faixa com acesso restrito. Atualmente se encontram em ruínas, com somente pequenos trechos preservados e outros recebendo impacto indireto de ocupações residenciais pela proximidade e apropriação de uso inadequada. (MUSEU NACIONAL, 2010).



**Figura 04. Aqueduto  
Fonte: Acervo PDCFMA/Fiocruz. 2007.**

São edificações de valor histórico e arquitetônico no âmbito da saúde, localizadas no CFMA, nas áreas de ambiência dos bens tombados pelo Iphan e Inepac: o Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios; o Pavilhão

Agrícola; as antigas vacarias; a antiga pocilga; e o antigo cinema. Essas edificações também apresentam parcial estado de abandono e degradação, e alguns bens e mesmo áreas de interesse arqueológico são impactadas por apropriação inadequada de suas áreas de influência. Outras edificações funcionais, como os Pavilhões de Higienização 9 e 10, sofreram adaptações ao serem ocupadas por moradores e serão consolidadas como moradias no processo de regularização fundiária.

Um dos desafios que se impõem à preservação do patrimônio ambiental e cultural no CFMA e na antiga colônia se refere à mitigação dos impactos da ocupação residencial. A antiga colônia Juliano Moreira abriga um conjunto de comunidades em seu interior, contando atualmente com aproximadamente 6000 famílias, concentradas em assentamentos adensados no setor 3 e assentamentos de baixa densidade no Setor 2 e no Setor 1 (Campus Fiocruz da Mata Atlântica), respectivamente com aproximadamente 600 e 220 famílias. A maioria das comunidades do setor 1 e 2, diferentemente das famílias do Setor 3, originou-se pela ocupação dos funcionários da Colônia, a partir dos anos 1960. Estes foram autorizados, formal ou informalmente, a construir casas, como maneira de garantir uma presença mais próxima do local de trabalho. Mas são nesses dois setores onde

se verifica de forma mais clara, o impacto dos assentamentos residenciais sobre o patrimônio cultural e ambiental, seja na ocupação de edificações funcionais, algumas já citadas, seja na apropriação das áreas de influência e no impacto paisagístico.

Se a tensão entre a expansão da cidade e a preservação da floresta e do patrimônio cultural existente na Colônia já tendia a se acentuar, com a implantação do PAC Colônia e a valorização da terra estimulando o adensamento desses assentamentos e definindo a implantação de novos assentamentos no interior do setor 2 e no entorno imediato da antiga colônia - a pressão sobre o patrimônio ambiental e cultural aponta para riscos crescentes. A perspectiva de regularização fundiária das famílias existentes pode significar uma oportunidade de consolidar pactos territoriais importantes no sentido de reverter esse cenário, associado a ações mais específicas de recuperação e gestão patrimonial e outras ações de planejamento territorial, consolidando a zona de amortecimento do PEPB e do NHRC.

### **3. O PLANO DIRETOR DO *CAMPUS FIOCRUZ DA MATA ATLÂNTICA***

A primeira etapa do planejamento do Campus foi iniciada em 2003, quando a Fiocruz recebeu a área do Governo Federal, e consistiu na elaboração de um conjunto de estudos e diagnósticos. Entre os estudos



realizados destacam-se os diagnósticos social, habitacional, ambiental, de infraestrutura e o urbanístico, que incorporou de forma integrada o conteúdo dos anteriores. Estes auxiliaram a definição das diretrizes de uso e ocupação para o *Campus* e dos eixos programáticos de atividades (Biodiversidade e Saúde; Preservação do Patrimônio Cultural da Saúde; e Fitomedicamentos) que conformavam a proposta de diretrizes para o CFMA preliminarmente validada pela Presidência, já em 2005.

Em 2006, iniciou-se uma parceria de planejamento entre Fiocruz e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com a consolidação de um grupo de trabalho que tinha então como objetivo definir um plano de ocupação para os outros setores da Colônia, no entorno imediato do CFMA, visando sua requalificação, e elaborar propostas para sua viabilização.

A etapa seguinte foi iniciada em 2007 quando há ampliação da equipe de implantação do *Campus*, cujos profissionais passam a ser organizados em Escritórios Técnicos, visando elaborar projetos estruturantes para o *Campus* e para a Colônia e desenvolver as ações de planejamento a partir das diretrizes aprovadas pela Presidência da Fiocruz. O Escritório Técnico de Planejamento Territorial e Regularização Fundiária foi o responsável pela coordenação das ações necessárias ao desenvolvimento

do Plano Diretor do CFMA, e tem entre suas atribuições o acompanhamento das ações de aprimoramento do Plano e o apoio à avaliação e elaboração de projetos que possuam impacto territorial, e sejam regulados pelo mesmo. O Escritório Técnico de Educação e Gestão Ambiental ofereceu contribuição relevante na definição das condicionantes ambientais e tem entre suas atribuições o desenvolvimento de estudos, projetos e ações efetivas de recuperação e gestão ambiental. A equipe da Casa de Oswaldo Cruz (COC) é responsável pelo Programa Memória, História e Patrimônio Cultural da Saúde, que busca a identificação, a preservação, a valorização, o conhecimento e a divulgação do Patrimônio Cultural da Saúde presente no Campus Fiocruz da Mata Atlântica e em seu entorno, cujas ações e projetos no processo de planejamento e gestão patrimonial baseiam-se na aplicação dos princípios de conservação integrada, recomendado pela Declaração de Amsterdã (1975). Essa orientação influenciou sobre medida as definições do Plano Diretor do CFMA nesse tema.

Essa etapa de planejamento comportou um conjunto de ações coordenadas em diferentes frentes. Entre as etapas realizadas constam: a revisão do diagnóstico e das condicionantes para a ocupação; pesquisa de referências de Projetos Urbanos e Planos Diretores de Campi e pequenos municípios e

Planos de Conservação do patrimônio ambiental e cultural, o que auxiliou não somente na definição da organização espacial do território, como na estrutura do instrumento normativo; a formulação de diretrizes gerais para a elaboração da proposta de ocupação; o aprimoramento da proposta de ocupação em sua dimensão conceitual e de zoneamento; a elaboração da minuta do Plano Diretor, constituído por eixos temáticos concebidos a partir do conhecimento do *Campus* e para atender às suas especificidades, assim como para facilitar a incorporação de pareceres de consultores de cada área de conhecimento; a divulgação do Plano no contexto da instituição.

Todo o processo de trabalho se deu de forma participativa, através de apresentações dos estudos realizados e das diretrizes preliminares do Plano para as unidades da instituição. Posteriormente foi solicitada a contribuição dos parceiros por eixo temático e, finalmente, a contribuição sobre a minuta do documento, divulgada para todos os que participaram do processo, até a sua aprovação no ano de 2010 pelo Conselho Deliberativo e pela Presidência da Fiocruz. Em 28 de abril de 2011, a Presidência da Fiocruz assina a Portaria 139/2011-PR que confere eficácia ao Plano Diretor como instrumento de planejamento e gestão que, com vistas a nortear as políticas e ações, define as

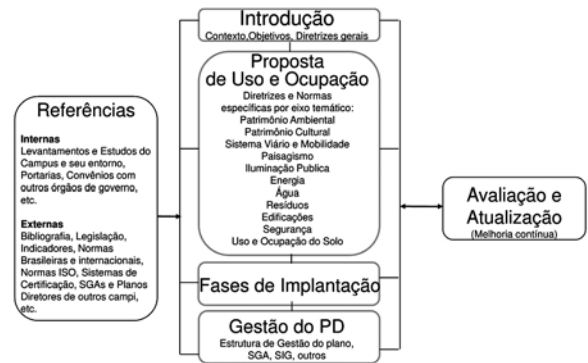
diretrizes, critérios e parâmetros de uso e ocupação a serem respeitados no Campus Fiocruz da Mata Atlântica ao longo do seu processo de desenvolvimento e cria o Comitê de Acompanhamento do Plano Diretor do *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica (CFMA), como mecanismo de consulta e avaliação.

Um dos objetivos do CFMA é servir como área de expansão da instituição, promovendo uma ocupação sustentável que garanta o equilíbrio entre as necessidades de suas diferentes unidades, a necessidade de preservação do patrimônio ambiental e cultural e a saúde dos seus funcionários, usuários e vizinhança. O CFMA apresenta também a oportunidade de servir a um efetivo reordenamento do *Campus* de Manguinhos, com uma oferta de áreas que permitirá planejar uma reestruturação e otimização das suas funções. Sua ocupação foi planejada reconhecendo a vocação da instituição para pesquisas e o desenvolvimento científico e cultural, bem como na área ambiental e da biodiversidade & saúde, e a contribuição institucional para a promoção da saúde e do desenvolvimento local. Pretende-se que a sustentabilidade deste empreendimento contribua para fortalecer uma parcela da zona de amortecimento do Parque Estadual da Pedra Branca e possa ser referência para outros gestores em áreas de fronteira e outros *campi* da Fiocruz ou de instituições similares.

O Plano Diretor do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PD-CFMA) é o instrumento de gestão que, em acordo com a legislação vigente e coerente com os interesses público e institucional, orientará as políticas e ações, definindo as diretrizes, critérios e parâmetros de uso e a ocupação a serem respeitados no *Campus* ao longo do seu processo de implantação. Procurou-se encontrar um equilíbrio no instrumento entre as funções normativas, de orientação, de diretrizes e de recomendações para a gestão, no intuito de criar um instrumento normativo de fácil aplicabilidade e fortemente embasado em conceitos de sustentabilidade e efetividade quanto a indicadores ambientais, critérios de conservação patrimonial e desenvolvimento local, com base em uma ação territorializada.

Os eixos temáticos do Plano Diretor refletem essa preocupação e foram assim estruturados: Uso e Ocupação do solo; Patrimônio Ambiental; Patrimônio Cultural; Sistema Viário e Mobilidade; Paisagismo; Iluminação Pública; Energia; Água; Resíduos; Edificações e Segurança. Essa estrutura responde também à necessidade de atender às especificidades institucionais da Fiocruz (sua vocação orientada à saúde, pesquisa, ensino e preservação da biodiversidade e do patrimônio cultural), bem como a intenção de definir com clareza as competências de cada uma destas temáticas, ao mesmo tempo em que promove sua

interdependência e a possibilidade de contínua atualização com contribuições das diferentes unidades da Fiocruz.



**Figura 05. Estrutura do Plano Diretor. Fonte: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Plano Diretor do Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Rio de Janeiro, 2009.**

A procura por um equilíbrio entre a expansão das áreas construídas e a preservação do patrimônio ambiental, cultural e paisagístico do lugar foi observada em grande parte dos planos consultados, que consideram os sistemas naturais e a paisagem cultural como a base do sentido do lugar e prevêm seu crescimento entendendo as edificações como parte da paisagem, contribuindo com a mesma, privilegiando os deslocamentos de pedestres. Estes exemplos auxiliaram na adoção de parâmetros urbanísticos diferenciados para as distintas quadras do CFMA de maneira que fosse otimizada a ocupação e, ao mesmo tempo, conservadas as características fundamentais de cada área dentro do *Campus* e sua paisagem.

Nesse contexto, definiram-se diretrizes e instrumentos normativos que objetivam garantir um adequado tratamento dos espaços e edificações de interesse patrimonial, reforçando a coerência entre a preservação dos bens do *Campus* e de toda a Colônia Juliano Moreira.

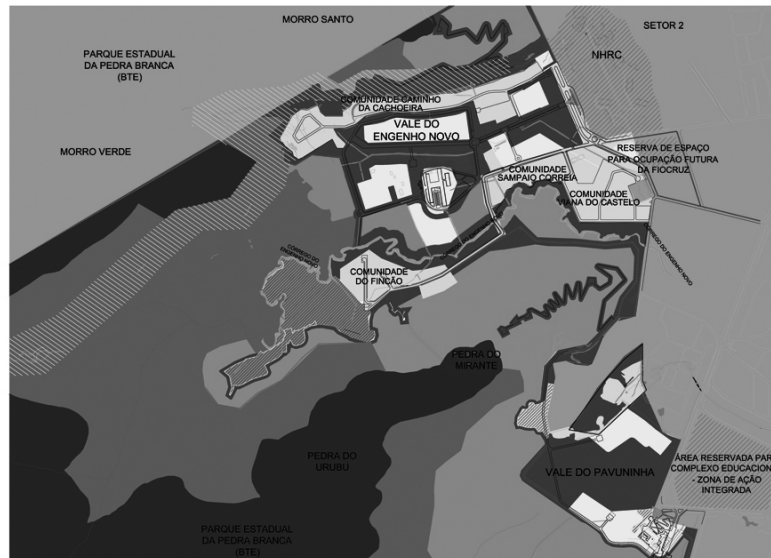
O zoneamento foi usado como recurso para se atingirem os objetivos definidos tanto na conservação e no manejo, como

no plano de ocupação, estabelecendo critérios, parâmetros e usos diferenciados para cada zona. Buscou-se conciliar a pressão urbana e a regeneração da mata, com níveis de restrição à ocupação que vão diminuindo gradativamente em direção a área urbana, reforçando a lógica e a função de amortecimento entre unidade de conservação e cidade deste *Campus*.

**Figura 06. Mapa de Zoneamento do CFMA**

**Fonte:**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Plano Diretor do Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Rio de Janeiro, 2009.**



- **Z. INTANGÍVEL** - 262 ha - Porção localizada acima da cota de 100 metros (PEPB) e áreas florestadas abaixo dessa cota que se encontram em bom estado de conservação. Esta Zona é dedicada à proteção integral dos ecossistemas, à pesquisa e ao monitoramento ambiental.
- **Z. PRIMITIVA** - 91,8ha - Áreas com pequeno grau de modificação antrópica e adjacentes à área delimitada como Zona Intangível, configurando uma faixa de transição entre esta e as demais zonas. O objetivo geral do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural do ambiente e a facilitação das atividades de pesquisa científica e educação.
- **Z. DE RECUPERAÇÃO** - 76,5ha - Áreas de solo exposto e/ou coberto por gramíneas; áreas de planície com afloramento do lençol freático; margens de cursos de água; áreas de vegetação secundária em estágio inicial e/ou avançado de regeneração; áreas limítrofes com setores urbanizados. Tem como objetivo a recuperação de áreas degradadas importantes para a manutenção da rede hidrográfica, encostas, áreas alagadas, áreas de amortecimento da zona intangível e primitiva.
- **Z. DE HORTOS** - 3,4ha - Destinadas à implantação de culturas, prioritariamente com espécies medicinais e aquelas orientadas para a restauração ambiental de setores do campus ou áreas próximas, sendo vedada à implantação de edificações à exceção das necessárias a infra estrutura e atividades de apoio.
- **Z. DE USO EXTENSIVO** - 29,8ha - Dedicada à manutenção de um ambiente natural com pequeno impacto humano, com acesso de público para fins educativos e recreativos. Constitui uma zona "tampão" entre Zonas Primitiva e de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com pequeno impacto humano, apesar de oferecer acesso ao público com facilidade, para fins educativos e recreativos.
- **Z. DE USO INTENSIVO** - 12,4ha - Áreas com interesse para futura ocupação territorial, as que já se encontram edificadas, com uso agrícola ou antropizadas. Esta Zona, onde efetivamente se dará a implantação de novas atividades e das novas edificações, está organizada em Quadras, cada uma das quais apresentando vocações de uso e gabaritos próprios, segundo sua localização no conjunto.
- **Z. DE REG. FUND.** - 24,5h - Áreas onde ocorre concentração de populações humanas residentes e suas respectivas áreas de uso. Uma vez regularizada a situação fundiária da população residente, as áreas hoje ocupadas serão incorporadas à cidade.
- Zona de interesse do Patrimônio Cultural - Canaleta do Aquaduto

Para as quadras do *Campus* inseridas na Zona de Uso Intensivo, foram estabelecidos indicadores urbanísticos que promovem uma ocupação de baixa densidade (taxa de ocupação média de 35% e índice de aproveitamento do terreno médio de 0,95), baixo índice de impermeabilização do solo (50% nas áreas mais adensadas), afastamentos amplos que viabilizam ventilação e arborização dos espaços entre os edifícios e gabaritos de no máximo três

andares com pilotis para evitar impacto na paisagem, garantindo a continuidade do verde com a criação de corredores ecológicos, a amenização do clima através de barreiras vegetadas, e facilitando a implantação de um campus predominantemente pedestre.

Somam-se às áreas do CFMA, duas áreas no Setor 2 da antiga colônia (indicadas no mapa de zoneamento como Reserva de área para uso institucional Fiocruz - equipamento público), contíguas ao *Campus* e geridas atualmente pela Secretaria Municipal de Saúde, que podem servir a atividades da Fiocruz e/ou instituições parceiras. A cessão dessas áreas com usos predefinidos é estratégica para o *Campus*, para a Colônia e para a cidade, pela sua dimensão e localização, ao definir usos que podem superar demandas sociais importantes, atuar como amortecimento em relação à área ocupada de entorno, e para a instituição, por serem áreas planas para ocupação intensiva, aumentando a área edificável e a capacidade de ampliação das atividades institucionais, sem pressionar áreas ambientalmente mais frágeis.

Com a implantação do CFMA será possível mitigar os impactos do iminente processo de mudanças climáticas com ações de reflorestamento e restauração ecológica, que inclui o manejo e o enriquecimento da biodiversidade intervindo diretamente na recuperação ambiental de aproximadamente

70 hectares, e conseqüentemente do seu entorno. O Plano Diretor oferece subsídios, com diretrizes e instrumentos normativos específicos, a uma gestão do patrimônio ambiental do CFMA que garanta uma melhoria contínua e ao mesmo tempo viabilize uma ocupação sustentável.

Entre as diretrizes definidas nesse tema merecem destaque: a defesa e proteção do patrimônio ambiental evitando processos promotores de degradação tais como efeito de borda, incêndios florestais, etc; a preservação e restauração da biodiversidade; preservação e recuperação dos sistemas hídricos; a recuperação de áreas degradadas e/ou erodidas; a criação de corredores ecológicos visando restabelecer o fluxo gênico entre fragmentos e matriz florestal (Parque Estadual da Pedra Branca); a orientação de implantação de novas edificações somente em clareiras já existentes ou, em casos estritamente necessários, em outras áreas, oferecendo contrapartidas ambientais que atenuem qualquer impacto previsto seguindo os critérios aqui relacionados; a implantação de espécies nativas nos reflorestamentos; a preservação da conformação natural do terreno, sempre que possível, evitando grandes deslocamentos de terra; a sensibilização das comunidades, interna e externa, em relação aos impactos de suas ações no

meio ambiente; o fomento e a articulação de iniciativas de caráter socioambiental.

Entre as principais normativas definidas no tema podemos citar: a orientação de que cada unidade a se instalar no CFMA deverá solicitar seu correspondente licenciamento ambiental aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais competentes; a orientação de elaboração de Avaliação Ambiental Estratégica para cada atividade a ser implantada no CFMA tendo em vista a definição das melhores alternativas e a agilidade seu processo de Licenciamento Ambiental; a determinação de elaboração de Avaliações de Impacto Ambientais (AIA's), a partir das propostas de intervenção no CFMA, que nortearão a elaboração dos projetos, tanto de edificações como de infraestrutura e paisagismo. As análises previstas para as atividades futuras devem ter como cenário as definições do projeto de Revegetação de Áreas no *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica: Recuperação de Áreas Degradadas, Manejo e Enriquecimento da Biodiversidade<sup>4</sup>.

O Plano Diretor do CFMA também objetiva proporcionar diretrizes e valorizar instrumentos normativos que garantam um adequado tratamento de seu patrimônio cultural, reforçando a coerência entre a preservação dos bens do *Campus* e de toda a Colônia. Importante ressaltar que a Fiocruz detém diversos acervos com diferentes características, entre eles acervos científicos, históricos e artísticos

que integram um conjunto de bens cuja experiência na sua proteção, preservação, conservação e divulgação, fazem-na uma instituição com grande tradição na defesa do Patrimônio Cultural.

Entre as diretrizes definidas nesse tema para o CFMA merecem destaque: a defesa dos bens culturais em situação de risco; a identificação, preservação e divulgação do patrimônio cultural do *campus* e seu entorno; o controle sobre a intervenção, usos propostos e a garantia da ambiência do patrimônio edificado através da manutenção de seu entorno; defesa e proteção de jazida arqueológica registrada no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Iphan, a ampliação da ficha de registro da jazida supracitada e o registro de novas jazidas evidenciadas, bem como incorporação dos vestígios arqueológicos identificados ao plano de ordenação do território e nos projetos de restauração patrimonial previstos; a ampliação do acesso da população da cidade do Rio de Janeiro ao patrimônio cultural local; incentivo à formação e capacitação técnica de jovens, para os ofícios de restauração de edificações e documentação.

O Plano Diretor define que os bens culturais ou quaisquer dos seus elementos componentes não poderão ser demolidos, salvo no caso de ruína iminente, nem modificados, transformados, restaurados, pintados ou removidos, sem a prévia

autorização, em qualquer hipótese, do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH/COC) e nos termos em que ela for concedida. Esses bens deverão ser recuperados e mantidos com atenção à sua integridade e valorizados em sua área de influência, através de projeto paisagístico específico, merecendo destaque os espaços do entorno imediato das edificações de interesse cultural como o Pavilhão Agrícola, as vacarias e o Pavilhão de Nossa Senhora dos Remédios. Foi definido também que a ocupação dessas edificações deve ser prioritária em relação à construção de novas edificações, desde que os usos sejam compatíveis.

As novas edificações a serem construídas nas proximidades de qualquer bem cultural deverão ainda seguir as recomendações presentes no Plano, no que se refere à qualidade arquitetônica e apropriada inserção no contexto em que serão implantadas, tanto na proximidade desses bens como na paisagem em geral. As novas edificações ou acréscimos construídos nas proximidades dos bens culturais não devem sobrepô-los pela forma, volume ou cor, preservando sua escala. As novas construções devem integrar-se e, ao mesmo tempo, distinguir-se desses bens, sendo destacada a contemporaneidade das novas construções. O Plano Diretor valoriza a inserção de novas edificações que estejam atentas à legibilidade entre o novo conjunto edificado e o protegido.

Os projetos de saneamento, paisagismo e urbanização a serem implantados no entorno dos bens culturais também deverão ser avaliados previamente pelo DPH/COC, respeitando-se a ambiência e as perspectivas interessantes e sempre com o objetivo de salvaguardar o bem. Deverão ser suprimidos, sempre que possível, o posteamento e a fiação excessivos nas proximidades dos bens culturais.

Deverá ser cumprida a Lei Federal 3924/61 e o Decreto Municipal nº 22.872 de 07/05/2003, através do acompanhamento e da pesquisa arqueológica, com a comunicação imediata de achados fortuitos durante as obras de implantação que envolvam a movimentação do solo ou que representem empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico. A contratação e o acompanhamento dos serviços especializados de arqueologia, de acordo com a Portaria SPHAN nº 7 / 1988, deverão ser especificados e geridos pelo DPH/COC.

O Plano Diretor como instrumento orientador do uso e ocupação do *Campus* e como importante suporte às ações de preservação patrimonial deve oferecer a legitimidade necessária para a ação de órgãos externos de proteção patrimonial, compreendendo a especificidade da Fiocruz de possuir uma unidade interna responsável pelo tema. Era, portanto, indispensável a apresentação

de restrições e orientações claras para as questões de interesse patrimonial sem, entretanto, impedir a criatividade dos profissionais e a necessária flexibilidade do processo de análise e desenvolvimento de propostas de intervenção sobre o sítio. As orientações específicas no tema da preservação patrimonial integram-se às orientações de outros temas como mobilidade, paisagismo, desenho urbano, bem como ao “desenho” do instrumento, e seu aprimoramento contínuo com foco em sua efetividade. Considera-se que os aspectos acima trazem uma contribuição à prática regulatória em estratégias de conservação do patrimônio cultural e ambiental.

A Fiocruz, devido à sua experiência neste tipo de atividade, à complexidade deste trabalho e à necessidade de envidar esforços integrados, também assumiu o compromisso, a partir da cessão da área do CFMA, de participar e promover ações destinadas à preservação e salvaguarda das edificações em sua área e no Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, bem como das outras edificações da antiga colônia Juliano Moreira consideradas Patrimônio Cultural de Saúde. Uma ação determinante para o cenário futuro da região, que se deu em paralelo ao desenvolvimento do Plano Diretor, foi o desenvolvimento do Plano de Ocupação da antiga colônia e o início efetivo do PAC Colônia - Programa de Aceleração do Crescimento da Colônia Juliano Moreira -

parceria entre União e a prefeitura prevista no PAC Urbanização de Favelas e Saneamento cujo Acordo de Cooperação Técnica, que inclui a Fiocruz e o Ministério do Planejamento, foi assinado em 25 de setembro 2008.

O PAC Colônia consiste em um investimento público previsto para os setores 1, 2 e 3 da Colônia, da ordem de 100 milhões de reais, posteriormente complementado com outros 42 milhões, que visa a melhoria da habitabilidade na área através de investimento na estruturação urbana, em equipamentos públicos, e na regularização urbanística e fundiária dos assentamentos residenciais, além de prever, no projeto original, verba para a recuperação do aqueduto, das vias, praças e de um dos pavilhões do NHRC. Essa ação, de responsabilidade dos governos federal e municipal, conta com Fiocruz no planejamento, projeto e monitoramento de todas as ações que são desenvolvidas, e foi fruto da parceria estabelecida desde 2006 entre a instituição e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) após longo processo de negociação com o Governo Federal<sup>5</sup>.

Esse projeto viabilizou, de forma associada à regularização fundiária e urbanística das famílias e à qualificação urbana do futuro bairro, a definição de estratégias de conservação patrimonial que estão sendo atualmente implantadas. Entre elas cabe citar a recuperação de antigos pavilhões ociosos



e em franco processo de deterioração para abrigar moradias ou equipamentos públicos educacionais e de saúde, o tratamento qualificado de suas áreas de influência, além das ações já citadas que apontam para um processo de médio prazo visando à recuperação do NHRC. Foram também definidos os limites de áreas que serão ambientalmente recuperadas e protegidas.

O início efetivo do processo de regularização fundiária e urbanística das famílias do CFMA, que vem sendo desenvolvido através de oficinas de planejamento participativo com os moradores das comunidades internas ao *Campus*, também aponta para a mitigação de impactos sobre áreas de preservação ambiental e a consolidação de limites e a recuperação de áreas de influência de bens de interesse patrimonial, de forma associada à superação da precariedade nos índices urbanísticos e de situações que ofereciam risco à saúde e a vida de muitas famílias. Podemos citar como resultado do pacto territorial definido no projeto urbanístico aprovado pelas comunidades, a perspectiva de recuperação e consolidação da área de influência da Canaleta, que faz parte do sistema do Aqueduto, e da faixa marginal de proteção do Rio Engenho Novo e outros cursos d'água.

A área de fronteira entre o CFMA, o NHRC e os assentamentos residenciais se configura

como o principal acesso ao CFMA, e área extremamente sensível para o NHRC. O planejamento e desenho urbano propostos para a área foram definidos considerando a preservação de visadas, a integridade do conjunto edificado, a melhoria dos acessos, a requalificação e redefinição dos padrões de uso e apropriação dos logradouros públicos, principalmente o uso das vias por veículos motorizados, a incorporação de funções urbanas complementares aos usos propostos para essa área e de forma associada garantindo o acesso adequado ao assentamento residencial existente próximo à área e ao *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica.

Compreende-se também a Fiocruz, no CFMA, não somente contribuindo no processo de planejamento, elaboração de projetos e na gestão de algumas atividades do NHRC, mas também como âncora econômica do futuro bairro Colônia, garantindo, junto com a comunidade, uma maior apropriação do espaço, oferecendo sentido ao mesmo. No aspecto social, a implantação do *campus* está associada a diversos projetos de desenvolvimento local com perspectivas de formação de agentes comunitários, capacitação para o trabalho, e um conjunto de outras ações que visam contribuir com a construção de um território saudável, social, econômico e ambientalmente justo e equilibrado. Tais empreendimentos devem também provocar

impactos positivos na geração de empregos e na oferta de serviços públicos e privados para a população local, bem como aumento de oportunidades de formação e capacitação associado a processos de educação patrimonial e ambiental.

A próxima etapa prevista para o Plano Diretor do CFMA propõe revisar o documento e aperfeiçoá-lo a partir da conclusão do processo de regularização fundiária, da redefinição dos limites do *Campus* (em função de seus resultados), da finalização das obras do PAC e das negociações advindas do processo de gestão de áreas do setor 2. Tais ações têm previsão de conclusão em 2013.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As características excepcionais encontradas em relação ao patrimônio ambiental e cultural da colônia e, mais especificamente, no CFMA sinalizam a importância de decisões racionais de planejamento e manejo para a manutenção e expansão desses atributos. O processo de planejamento territorial desenvolvido no CFMA e na antiga colônia é coerente com a abordagem proposta pela Recomendação Europa, de 11 de Setembro de 1995, que trata sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes de políticas paisagísticas e entre suas recomendações aponta para:

a necessidade do desenvolvimento de estratégias para integrar a evolução orientada da paisagem e a preservação das áreas de paisagem cultural como parte de uma política que abranja a totalidade da paisagem e que estabeleça a proteção unificada dos interesses culturais, estéticos, ecológicos e sociais do respectivo território<sup>6</sup>.

A pertinência e a utilidade do conceito de paisagem cultural na abordagem sobre o objeto deste artigo se dá pelo fato da existência de bens na intercessão entre o patrimônio ambiental e cultural e por tratar-se de uma área:

[...] topograficamente delimitada da paisagem, formada por características específicas naturais e ocupação humana, que ilustra sua evolução, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço, além de valores social e culturalmente reconhecidos graças à remanescentes físicos que refletem atividades desenvolvidas no passado[...]<sup>7</sup>.

Compreende-se a oportunidade de se refletir sobre o processo de estabelecimento de chancela da área como Paisagem Cultural Brasileira, segundo previsto na Portaria 127 do Iphan, de 30 de abril de 2009. Isso se justifica pelo fato do objeto contemplar integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais, por já reconhecer e atuar sobre a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação

6 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Recomendação Europa de 11 de setembro de 1995.

7 Ibid. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Recomendação Europa de 11 de setembro de 1995.

de um contexto cultural complexo e pelo fato de já ter se estabelecido um processo de planejamento e gestão integrada.

O processo de planejamento territorial no CFMA e na antiga colônia buscou integrar um conjunto de temas, entre eles o patrimônio cultural e ambiental e a regularização fundiária e urbanística, principalmente onde os conflitos de terra e a ilegalidade são aspectos importantes da problemática. Além disso, as ações institucionais integradas tendem a gerar cenários mais promissores, maior sustentabilidade às ações, além de eficácia na ação e efetividade de resultados dado que as propostas são avaliadas por diversos agentes que tendem a maximizar a sua contribuição na apropriação das oportunidades geradas pela recuperação patrimonial.

Essa oportunidade é resultado da inclusão, desde o início do processo de planejamento, das instituições responsáveis pela proteção patrimonial. O planejamento do *Campus* respeitou as áreas de influência definidas como estratégia de proteção do patrimônio cultural presentes nos outros setores da Colônia, principalmente a área do NHRC, contígua ao mesmo. A integração entre o Plano Diretor do CFMA e o Plano de Ocupação da Colônia, assim como entre os projetos urbanísticos e de gestão é uma das características específicas que tem sido considerada um diferencial dessa experiência. O trabalho realizado ao longo das últimas duas

décadas, principalmente nos últimos cinco anos, demonstra a capacidade dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais de transcender interesses específicos e regionais, tornando possível integrar conhecimentos, fortalecer valores e tomar atitudes, ampliando-se os horizontes e as perspectivas de uma atuação conjunta, tendo como base o interesse público.

A ação de planejamento também incorporou diversas escalas de análise, desde a restrita aos limites do *Campus*, até sua relação com a antiga colônia, e a inserção da estratégia de requalificação da área da Colônia e de seu Núcleo Histórico, com forte influência nos bairros de entorno e em seu contexto regional, já que, por exemplo, compreende-se a importância dessa parcela no âmbito de um projeto que vise recuperar a memória da planície dos 11 engenhos, que abrange toda a região de Jacarepaguá.

A implantação do CFMA deverá se dar a longo prazo, mas as intervenções do PAC Colônia já estão sendo realizadas e suas transformações se darão em até dois anos, ou seja, até o final de 2013. A rápida transformação que deverá ocorrer na antiga colônia desperta a importância de avaliação e monitoramento constante sobre a paisagem e os impactos sócio-culturais das mudanças que ocorrerão. Nesse contexto, a presença da Fiocruz e o processo gradativo de implantação do CFMA

apontam para um maior controle e mitigação dos riscos apontados.

O processo de planejamento interinstitucional, que marca a municipalização da antiga colônia, se renova de forma contínua e para um futuro próximo tende a apresentar resultados relevantes na conservação do patrimônio ambiental e cultural, na regularização fundiária e urbanística da população residente, na requalificação urbana e ambiental de toda a área e na perspectiva de transformação daquele território em um bairro saudável e integrado à cidade.

## **BIBLIOGRAFIA**

CONSELHO GESTOR DO PAC-COLÔNIA. *Resolução N°1* de 15 de Dezembro de 2008. (Dispõe sobre as diretrizes de uso e ocupação do solo da Colônia Juliano Moreira). Publicado no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2009.

\_\_\_\_\_. *Resolução N° 2* de 15 de Dezembro de 2008 (Dispõe sobre a operacionalização de ações diversas, relativas ao desenvolvimento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC da Colônia Juliano Moreira). Publicado no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2009.

DOMINGUES, Luis Carlos Soares Madeira; RODRIGUES, Claudison. *Campus Fiocruz da Mata Atlântica: o desafio de implantação de*

um novo *Campus* associando a promoção da conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico em uma área de fronteira junto ao Parque Estadual da Pedra Branca, município do Rio de Janeiro. *In: APP Urbana 2007: Seminário Nacional sobre o tratamento de áreas de preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo*. São Paulo, 2007.

DOMINGUES, Luis Carlos Soares Madeira; VINHOSA, Laís Camaz. *O Campus Fiocruz da Mata Atlântica e o LEED-ND - Avaliação da proposta de uso e ocupação de um Campus Institucional a partir dos critérios do Sistema de Certificação Ambiental - um estudo de caso*. *In: IV Encontro Nacional e II Latino-Americano Edificações e Comunidades Sustentáveis*. Anais, Recife, 2009. [CD]

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Conhecimento da Área e Diagnóstico Urbanístico*. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. *Diagnóstico Ambiental*. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Presidência. *Portaria 139/2011-PR* (Confere eficácia ao Plano Diretor como instrumento de planejamento e gestão que, com vistas a nortear as políticas e ações, define as diretrizes, critérios e parâmetros de uso e ocupação a serem respeitados no Campus Fiocruz da Mata Atlântica ao longo do seu processo de desenvolvimento e Cria o

Comitê de Acompanhamento do Plano Diretor do *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica, como mecanismo de consulta e avaliação).

\_\_\_\_. Programa de Desenvolvimento do *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica. Plano Diretor do *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica. Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_. Programa de Desenvolvimento do *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica. *Projeto de recuperação e restauração ecológica no Campus Fiocruz da Mata Atlântica e adjacências em Jacarepaguá, RJ*. (Projeto aprovado pelo Edital da Mata Atlântica pelo BNDES - 4 anos). Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_. Programa de Desenvolvimento do *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica. *Plano de trabalho de regularização fundiária*. Julho de 2010.

\_\_\_\_. DPH-COC. *Relatório e Parecer sobre o Pavilhão Agrícola (CFMA)*. Abril de 2011.

\_\_\_\_. DPH-COC. *Parecer sobre o Pavilhão Remédios (CFMA)*. Abril de 2006.

\_\_\_\_. *Relatório sobre o Processo de Desocupação do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios*. Outubro de 2006. (Produto relativo ao Projeto: Desenvolvimento Comunitário e Educação para o Meio Ambiente no *Campus* FIOCRUZ da Mata Atlântica: Pesquisa e Intervenção Social, Convênio N° 98/2005).

INEPAC. *Inventário do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas*, incluindo definição de área de ambiência. 1990. (Processo de tombamento E-18/001.178/90).

IPHAN. *Portaria N°003 de 13/05/1990*. (Determina as especificações a serem observadas para quaisquer intervenções nas áreas de entorno da Igreja Nossa Senhora da Pena, a Casa da Fazenda do Engenho D'Água, a Casa da Fazenda da Taquara e sua respectiva capela e o Aqueduto da Colônia dos Psicopatas, situados em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ).

\_\_\_\_. *Portaria 127 de 30 de abril de 2009*. (Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira).

\_\_\_\_. *Inventário do Aqueduto da Colônia de Psicopatas*. (N° Processo 0101-T-38. Outro processo 0154-T-38. Livro Belas Artes N° inscr.: 053; Vol. 1; F. 010; Data: 11/05/1938. Livro Histórico N° inscr.: 031; Vol. 1; F. 007; Data: 11/05/1938).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Colônia Juliano Moreira: ações conclusivas do processo de municipalização e redefinição de área: Relatório final*. Brasília, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Recomendação Europa* de 11 de setembro de 1995 (sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes

das políticas paisagísticas, adotada pelo Comitê de Ministros por ocasião do 543º encontro de vice-ministros).

MUSEU NACIONAL UFRJ. *Relatório Final de Diagnóstico de Potencial e Levantamento Arqueológico* - campus Fiocruz Mata Atlântica - Núcleo Histórico Rodrigues Caldas; coordenação de Tânia Andrade Lima. Rio de Janeiro, 2010.

PINHEIRO, Marcos José A.; SÁ, Bruno Teixeira de; CARVALHO, Rubens Moreira Rodrigues de. *Preservação, território e requalificação: o patrimônio cultural no planejamento da Colônia Juliano Moreira (RJ)*. In: PPLA 2010: SEMINÁRIO POLÍTICA E PLANEJAMENTO, 2, 2010. Curitiba. Anais... Curitiba: Ambiens, 2010. [CD].

SPHAN. *Portaria nº 7*, de 01 dezembro de 1988. (Estabelece os procedimentos necessários para regulamentar os pedidos de permissão e autorização quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País).

# PROGRAMA DE EXPANSÃO E REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS E JARDINS HISTÓRICOS DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

Ana Rosa de Oliveira<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A área do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) é um tipo especial de paisagem, com demandas únicas e inerentes à própria constituição e missão. Por um lado, é um jardim histórico - “uma composição arquitetônica vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte apresenta interesse público e como tal é considerado <monumento>”<sup>2</sup>. Por outro, é um jardim botânico, “uma área protegida, constituída, no seu todo ou em parte por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do país, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente”<sup>2</sup>

Sendo reconhecida sua importância histórica, cultural, científica e paisagística, o Jardim Botânico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como monumento histórico e artístico nacional. A UNESCO definiu parte de sua área como Reserva da Biosfera.

1 Paisagista. Doutora em Urbanismo (FAU/PROURB/UFRJ). Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Laboratório da Paisagem.

2 Cury, Isabelle (org.). Cartas patrimoniais.

Por ser um monumento vivo, a salvaguarda do jardim histórico requer regras específicas, as quais se constituem objeto da Carta de Florença<sup>3</sup> entre outros. Como instituição científica, que abriga um jardim botânico, sua finalidade é “promover, realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos florísticos do Brasil, visando ao conhecimento e à conservação da biodiversidade, assim como à manutenção das coleções científicas sob sua responsabilidade.”<sup>4</sup> No que se refere ao gerenciamento das coleções botânicas, Leadley e Greene<sup>5</sup> indicam que esse deveria ser feito no contexto das metas e dos objetivos de cada Jardim Botânico, ou seja, em harmonia com sua missão.

Com relação às diretrizes para intervenção no conjunto da paisagem do JBRJ, o plano diretor de 2002 destacou, entre outras, a necessidade de restauro de jardins e áreas históricas e de criação de novas áreas para ampliar coleções nacionais de referência e manter unidades associadas representativas dos diversos ecossistemas brasileiros.

Nesse sentido, as ações que incidem na paisagem do JBRJ têm sido basicamente orientadas à preservação de seus valores do passado e do presente, bem como ao planejamento e ao desenho da configuração da paisagem do jardim botânico do futuro. Tal processo supõe ações de: (a) proteção: conservação ou manutenção de seus traços

significativos e característicos, justificadas por seu valor patrimonial; (b) gestão: ações que visam assegurar a manutenção dessa paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as novas intervenções humanas e as alterações resultantes das dinâmicas cíclicas próprias das plantas e de seu meio; (c) ordenamento e projeto: ações com caráter prospectivo, visando à valorização, à recuperação ou à criação de coleção e de novas áreas de uso público.

No que concerne ao desenho das paisagens de jardins botânicos, Treib<sup>6</sup> observa que apesar das peculiaridades dessas instituições, muitas das questões que se sintetizam na concepção de seus projetos aplicam-se amplamente a outras tipologias de paisagens. Isso inclui a composição de ecótopos, a orientação e a educação de visitantes, o papel da interpretação e representação de ambientes naturais, a criação de novas formas da paisagem na contemporaneidade. Treib<sup>6</sup> indica os jardins botânicos de Barcelona (1999), Bordeaux (2002) e Melbourne (2007) como exemplos significativos de posturas voltadas não apenas à criação de uma reserva para plantas, mas também à provisão de um lugar, uma expressão da cultura contemporânea equivalente a outras modalidades artísticas e culturais mais estabelecidas e reconhecidas.

Outra especificidade do desenho das paisagens do JBRJ, é que, como em outras

3 Carta relativa à proteção dos jardins históricos, redigida pelo ICOMOS - comitê internacional de jardins e sítios históricos e pela IFLA - Federação internacional de Arquitetos Paisagistas, em Florença no ano de 1981.

4 Lei No 10.316, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2001.

5 Leadley, E. & Greene J. (Org.). Manual Técnico Darwin para os Jardins Botânicos.

6 TREIB, Marc. Representing a continent. A new Botanical Garden in Melbourne favors reference over replication.



paisagens históricas, novas ações supõem também uma intervenção sobre seu modo de transmissão no tempo. Como bem observa Dourado<sup>7</sup>, trabalha-se com o próprio 'documento' que se pretende preservar. Nesse sentido, sugere que as novas propostas dialoguem com as preexistências histórico-culturais, não avançando sobre elas indiscriminadamente.

Contextualizado no exposto e no intuito de contribuir para discutir premissas de intervenção em jardins botânicos históricos apresentam-se a seguir algumas das intervenções propostas pelo Laboratório da Paisagem<sup>8</sup> no Jardim Botânico do RJ através dos seguintes programas: Programa de Expansão e Revitalização de áreas e jardins históricos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Programa Paisagens do Horto.

## **1. PROGRAMA DE EXPANSÃO E REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS E JARDINS HISTÓRICOS DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO<sup>9</sup>**

Atualmente o Jardim Botânico do Rio de

Janeiro ocupa uma área de 137 hectares, situada na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, entre os bairros da Gávea e do Jardim Botânico. Do total dessa área, 54 ha constituem o Arboreto, aberto à visitação pública, contendo os jardins históricos e as coleções históricas e científicas de plantas e 83 ha são de área de remanescentes de Mata Atlântica, entremeados por ocupações habitacionais ou institucionais.

O terreno é de propriedade da União e está sob administração do JBRJ. Desde a década de 1970, correm, na Justiça Federal, 247 ações de reintegração de posse face às moradias construídas no interior dessa área pública. Sempre se evidencia conflito, quando ocorrem tentativas de execução de sentenças favoráveis à reintegração. Na maioria dos casos, os moradores organizam-se em manifestações públicas e impedem a execução das sentenças. O Quadro 1 mostra a evolução dessas ocupações habitacionais e denota que não há processo de crescimento descontrolado.

105

7 DOURADO, Odete. Conservação ou Invenção? Notas sobre uma relação ambígua.

8 O Laboratório da Paisagem tem como principais linhas de ação o planejamento, o projeto, preservação e restauro da paisagem, a elaboração de normas técnico-científicas em restauração e conservação da paisagem do jardim Botânico do RJ, bem como o ensino, a pesquisa, extensão e intercâmbios técnico-científicos.

9 Autores: Ana Rosa de Oliveira - paisagista e Celso Bredariol - engenheiro agrônomo.

<b>Ano</b>	<b>Número de Casas</b>
1975	377
1985	408
2005	589

**Quadro 1 - Evolução das Ocupações Habitacionais no JBRJ**

**Fontes: Relatório Osvaldo Menezes de 1976/79, Levantamento Cadastral Censitário IBDF - 1985 e Cadastro ITERJ - 2005.**

Há, no entanto, um ambiente conflitivo, no que se refere ao controle urbano sobre ampliações de construções existentes ou sobre novas construções. Moradores e instituição temem o processo de favelização da área. Para os primeiros há, permanente contradição entre o interesse individual (melhorar, vender ou expandir a sua moradia) e o interesse coletivo (evitar a favelização). Para a instituição há o temor de que a expansão da ocupação habitacional inviabilize o cumprimento da sua missão institucional.

O JBRJ é área de proteção ambiental segundo a legislação federal, estando, pois, obrigado ao cumprimento das leis federais que regem seu funcionamento. O Plano Diretor do Jardim Botânico elaborado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 2002) e aprovado pela Diretoria da Instituição em 2002 estabelece como seus setores, dentre outros:

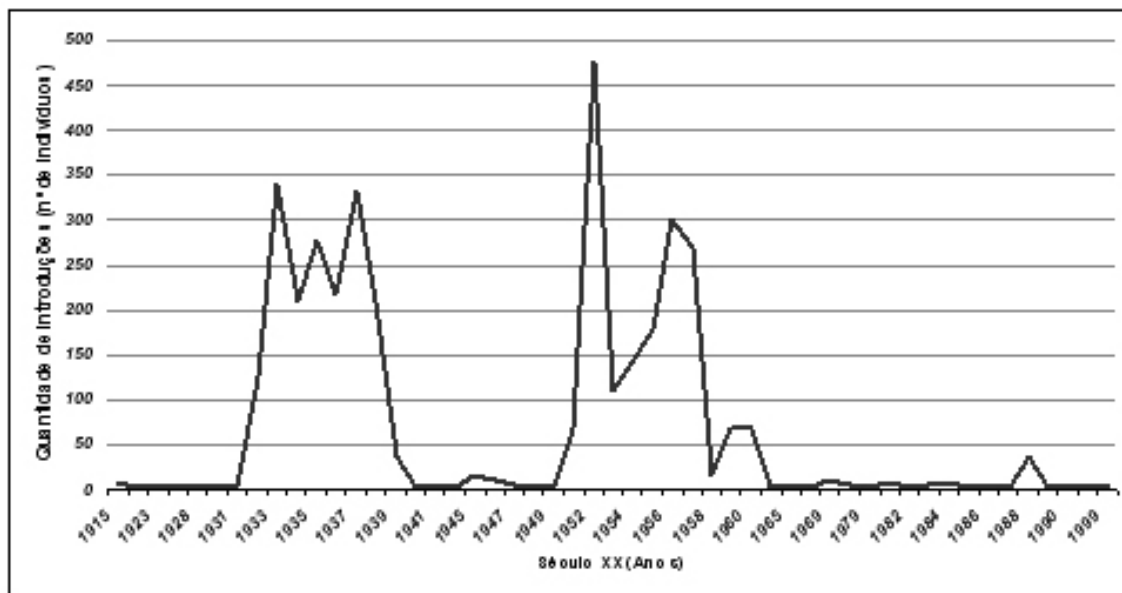
- O Arboreto: área de acondicionamento das coleções botânicas e jardins;

As áreas de expansão do Arboreto: áreas de acondicionamento das coleções botânicas, de ocupação progressiva e em longo prazo, que visam à inserção de novos canteiros e caminhos para percurso e lazer dos visitantes e plantio de novas espécies, consolidando sua função de conservação *ex-situ* de espécies brasileiras, bem como de laboratório de pesquisas sobre elas.

Neste mesmo Plano Diretor entre outras recomendações encontramos as seguintes:

- Expandir o Arboreto através da delimitação de áreas com este fim e do plantio progressivo de espécies, visando ampliar a atuação do Jardim Botânico como laboratório de pesquisas e local de conservação *ex-situ* de elementos vegetais;
- Criar uma agenda de expansão progressiva do Arboreto, compatível com o andamento jurídico das desocupações. Os novos canteiros, aleias e possíveis edificações ou quiosques nas Áreas de Expansão do Arboreto deverão ter projeto de linguagem e estética contemporânea e serem submetidos à análise do IPHAN.

Um estudo elaborado pela Coordenação de Coleções Vivas do Jardim Botânico em 2003 constatou que a introdução de novas espécies neste Jardim foi muito limitada nas últimas décadas, conforme pode ser observado na Figura 1.



**Figura 1. Introdução de espécies nas coleções Vivas do JBRJ no século XX. Fonte: Laudo da Coordenação de Coleções Vivas do JBRJ ao Ministério Público Federal 2003.**

A expansão de novas coleções botânicas estava, no entanto, limitada à capacidade de a área física do Arboreto abrigar novas coleções. Como se observou anteriormente, o Plano Diretor do JBRJ, elaborado pelo IBAM, já alertava, em 2002, para a necessidade de se retomar uma política de expansão do Arboreto, através da delimitação de novas áreas e da implementação progressiva de novas coleções botânicas.

Da área total de 137 hectares do Jardim Botânico, 83 hectares constituem remanescentes de Mata Atlântica e, aproximadamente, 54 hectares são

destinados ao Arboreto e à área de visitação pública. Um estudo da Diretoria da Prefeitura e da Procuradoria Geral do JBRJ constatou que as áreas disponíveis para novos usos totalizavam em torno de 10.800 m<sup>2</sup>. O Quadro 2 mostra estas áreas selecionadas para o Programa de Expansão do Arboreto e discrimina a ocupação então existente, o tamanho aproximado da área a ser integrada ao JBRJ e as ações necessárias para a desocupação.

Como se observa pelos dados do Quadro 2, estas áreas, tinham ocupação alheia aos fins do Jardim Botânico, dentre elas: disposição de resíduos vegetais provenientes das atividades de manutenção do Arboreto (5.500 m<sup>2</sup>); espaço residencial (2.000 m<sup>2</sup>); pátio de escola pública (800 m<sup>2</sup>); fixação de antena de

<b>Terreno liberado</b>	<b>Ocupação existente</b>	<b>Área aproximada (m²)</b>	<b>Alternativa de desocupação efetivada</b>
para expansão do Jardim Botânico	Disposição de Resíduos Vegetais	2.000	Criação de Unidade de Compostagem e deslocamento de área de descarte.
Antiga área de descarte - Bicano	Resíduos, vestiário e campo de bocha	500	Ação demolitória das construções sobre o Aqueduto, limpeza e restauração do monumento.
Entorno imediato do Aqueduto da Levada	Disposição de Resíduos Vegetais	3.000	Limpeza, terraplanagem e aproveitamento do composto orgânico para a produção de mudas no Horto do JBRJ.
Jardim das Crianças	Residencial	1.000	Ação civil pública e indenização de benfeitorias.
Residência Sr. Amâncio	Educação	800	Convênio para renovação de cessão de uso e integração da Escola ao Arboreto.
Pátio da Escola Júlia Kubistcheck	Residencial	1.000	Ação de reintegração de posse e reassentamento para casa vazia.
Entorno do Estufim do Bromeliário	Estacionamento improvisado	2.000	Limpeza, pavimentação, instalação de portão e estacionamento.
Entrada Pacheco Leão, 1235	Antena de Celular	500	Ação ordinária em tramitação com sentença determinando a reintegração.
<b>Área total</b>		<b>10.800 m²</b>	

telefonia celular (500 m<sup>2</sup>); estacionamento improvisado (2.000 m<sup>2</sup>).

- Atendendo às diretrizes do Plano Diretor do JBRJ, que remetem à recuperação de jardins e áreas históricas e à insuficiência de espaço físico no Arboreto para ampliar as coleções vivas nacionais de referência e manter unidades associadas representativas dos diversos ecossistemas brasileiros, o Laboratório da Paisagem, da Diretoria de Ambiente e Tecnologia do JBRJ, elaborou o *Programa de Expansão e Revitalização de Áreas e jardins históricos do Jardim Botânico do RJ*. Os projetos que integraram esse programa compreendem, entre outras atividades, a restauração de jardins históricos; ampliação de áreas; criação de novas coleções botânicas e temáticas; recuperação de áreas degradadas, implantação de equipamentos de uso coletivo; educação ambiental; sensibilização para uso racional de recursos.



**Áreas e jardins históricos do Jardim Botânico do RJ, com os diferentes projetos contemplados. Fonte: JBRJ.**

A efetivação de um *Programa de Expansão*

*e Revitalização de Áreas e jardins históricos do Jardim Botânico do RJ* não se resumia, no entanto, à elaboração de um projeto paisagístico, restauração e/ou implementação das coleções. A reconquista progressiva das áreas ocupadas implicou desenvolver práticas de negociação entre os atores sociais envolvidos e a viabilização de recursos para a criação de alternativas para seu deslocamento. Foi necessário construir um suporte minimamente homogêneo a ser usado para os fins científicos e paisagísticos desejados e também atender a questões de infra-estrutura e do próprio funcionamento do Jardim Botânico como um todo, particularmente em relação ao destino dos resíduos.

109

A área de intervenção do programa aqui apresentada, já executada e em pleno funcionamento, compreende o projeto de recuperação da área de descarte do Jardim Botânico e do entorno do Aqueduto da Levada, a revitalização do Roseiral e a implementação do Jardim dos Beija-flores. Estes projetos buscam ilustrar respectivamente algumas premissas para recuperação de áreas degradadas, gestão ecológica de resíduos, restauração de jardins históricos, conservação da diversidade biológica e ao estreitamento das relações do Jardim com a sociedade. Descrevem-se, a seguir, a metodologia adotada e os

resultados alcançados.

## 2. METODOLOGIA E RESULTADOS

### 2.1. Projeto de recuperação da antiga área de descarte<sup>10</sup>:

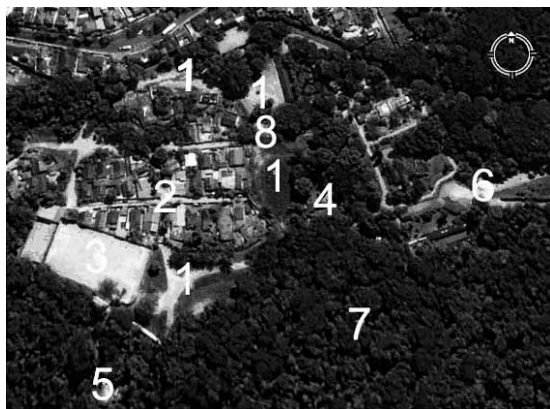
A área de intervenção do *Projeto de recuperação da antiga área de descarte* situa-se no entorno do Aqueduto da Levada. Ela faz limite com o Clube Caxinguelê, de antigos funcionários do Horto, com o assentamento Caxinguelê, implantado, na década de 1960, para a remoção de favela que se formava no interior do Arboreto e para propiciar moradias a funcionários do JBRJ, e com a área de instalação do Centro de Compostagem junto à subestação territorial da Light.

Quando iniciamos este trabalho, no ano de 2003, a área era utilizada para descarte. O volume de resíduos era da ordem de 550 m<sup>3</sup>/mês; compreendendo folhas, galhos, troncos, tocos de madeira, material triturado, saibro, barro, entulho, provenientes de obras e ações de manutenção do Arboreto como poda, corte de grama, remoção de árvores mortas e galhos. Evidenciava-se um quadro de degradação típico de áreas de disposição improvisadas.

No interior da área, o Aqueduto da Levada, encontrava-se, completamente oculto pela vegetação e em avançado estado de degradação, embora fosse um bem tombado e um dos poucos aquedutos de pequeno porte da cidade do Rio de Janeiro, construído em 1853 na administração de Cândido Baptista de Oliveira.

Diante desse quadro, a intervenção visou basicamente à recuperação de uma área degradada com uma coleção de situações desarticuladas, sua transformação em um conjunto coerente e à sua reintegração ao tecido do Arboreto. A necessidade de recuperação emergencial da área fez com que trabalhássemos às avessas, ou seja, primeiro se instalou o Centro de Compostagem e se fez a reconstrução do relevo e dos acessos, depois se iniciou o programa de estabelecimento de novas coleções, o qual está sendo gradativamente implementado.

110



**de Expansão do Arboreto; 2. Assentamento Caxinguelê; 3. Clube Caxinguelê, dos antigos funcionários do Horto; 4. Casa reintegrada ao Arboreto através de negociação; 5. Casa no interior da mata atrás do Aqueduto; 6. Arboreto; 7. Área de remanescentes de Mata Atlântica em regeneração; 8. Área reintegrada ao Arboreto através de reassentamento de funcionário;**

10 Ficha Técnica: Autoria e gestão do projeto: Ana Rosa de Oliveira, paisagista; Celso Bredariol- Engenheiro Agrônomo; Projetos complementares: Restauro Aqueduto: Mônica Rocio Neves, Lea Therezinha, Unidade de Compostagem: Luiz Antônio Silva- Engenheiro Agrônomo, Sinalização: Bernardo Zortea arquiteto e designer, Cláudio Resmini arquiteto. Patrocínio: Eletrobrás, CEG-Gás Natural, Emendas parlamentares: Jorge Bittar e Roberto Saturnino Braga, Ministério da Cultura - Lei de Incentivo à Cultura



Fonte: Laboratório da Paisagem - JBRJ

A intervenção permitiu integrar o Jardim Botânico à Trilha da Mata Atlântica (recuperada) e ao Aqueduto da Levada (restaurado) e disponibilizar 5.500 m<sup>2</sup> para disposição de novas coleções botânicas. Paralelamente, para atender à necessidade de disciplinar a coleta, disposição e destinação de resíduos provenientes das atividades de manutenção do JBRJ foi criado o Centro de Compostagem do JBRJ.<sup>13</sup> Sua complementação permitiu padronizar, estocar e destinar resíduos brutos (toras, tocos, etc) além de transformar resíduos verdes em adubos orgânico (compostagem). Para execução dessas intervenções em áreas tão próximas de moradias em situação de contestação judicial foi também necessário trabalhar amplamente com negociação de conflitos socioambientais.

Com o intuito de mostrar outros procedimentos adotados pelo Programa, apresentam-se dois projetos voltados, respectivamente, à implementação de

novas coleções botânicas e à restauração de jardins históricos.

## 2.2. Coleção de plantas de mata atlântica polinizadas por beija-flores; Jardim dos Beija-Flores<sup>12</sup>

A flora brasileira apresenta muitas plantas ornamentais ricas em néctar que podem ser cultivadas em jardins. No entanto, o que se observa é que, em detrimento da diversidade de espécies de nossa flora, nossos jardins normalmente apresentam um repertório muito reduzido com predominância de plantas exóticas e divorciadas da realidade paisagística local. Os jardins, porém, podem auxiliar na manutenção de polinizadores e de plantas ricas em néctar, contribuindo simultaneamente para a conservação da flora e da fauna autóctones.

Sabe-se que existem cerca de 320 espécies de beija-flores que são encontrados exclusivamente nas Américas, particularmente na América do Sul. Seu metabolismo é muito elevado e isso leva a à necessidade de consumo de grandes quantidades de alimento, que têm como base o néctar das flores. Quando um beija-flor visita uma flor para tomar néctar, os grãos de pólen ficam presos no bico ou em parte do seu corpo, tornando-o também um excelente vetor para o transporte de pólen entre as flores. Por isso eles desempenham importante papel na polinização das espécies,

11 Projeto de autoria de Luiz Antonio Silva - engenheiro agrônomo.

12 Ficha Técnica: Autores: Ana Rosa de Oliveira - paisagista; Leandro Silva - botânico, Nara L. Cardoso Vasconcelos - bióloga; Projetos complementares: sinalização do jardim: Bernardo Zortea - arquiteto e designer, Cláudio Resmini, Estrutura para epífitas: Luiz Cancio - paisagista. Colaboradores: Elisângela Medeiros de Almeida- bióloga; Lia Gianelli de Azevedo -paisagista. Patrocínio: CEG - Gás Natural.

processo essencial para a formação de frutos e sementes na maioria das plantas.



Fonte: Laboratório da Paisagem - JBRJ

A motivação para criar uma coleção temática de plantas de Mata Atlântica polinizadas por beija-flores associou-se por um lado à disponibilidade destes recursos (beija-flores) no entorno imediato do Jardim Botânico – em área remanescente de Mata Atlântica da Floresta da Tijuca – e por outro a uma intuída necessidade, a de despertar a visão dos visitantes nacionais e estrangeiros para um recurso típico da América Tropical e, fundamentalmente, para as interações entre animais e plantas. Tal iniciativa ia ao encontro das principais competências do JBRJ: a promoção do conhecimento e a conservação da biodiversidade<sup>13</sup>.

Figuras. 6 e 7. Vistas



das plantas ornitófilas de Mata Atlântica e dos beija-flores que ocorrem no JBRJ. Fonte: Laboratório da Paisagem - JBRJ

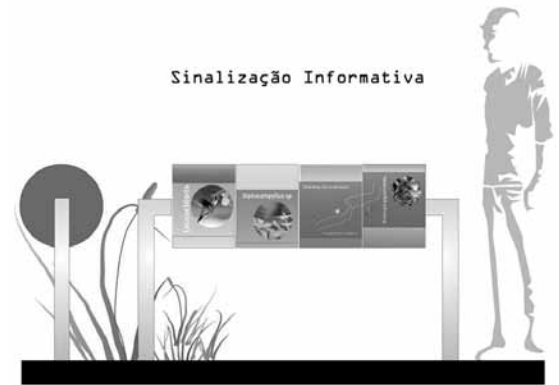


A coleção foi situada em uma área de 1000 m<sup>2</sup> junto à Trilha da Mata Atlântica que articula o Jardim com uma área remanescente de Mata Atlântica ligada à Floresta da Tijuca e ao Parque da Cidade. As premissas



básicas para seleção do local da coleção contemplaram presença de água, certo isolamento e distância de locais tumultuados, buscando a melhor adequação do espaço existente às atividades de contemplação e observação dos beija-flores e plantas. Os levantamentos prévios à implementação do jardim contemplaram a identificação e registro da composição de espécies de beija-flores que ocorrem no JBRJ e a sua variação ao longo do ano, o inventário de plantas de Mata Atlântica polinizadas por beija-flores com registro de aspectos referentes por exemplo, às suas necessidades lumínicas, aspectos da biologia floral e fenologia. O jardim foi tratado enquanto lugar de parada para contemplação de beija-flores e sensibilização através de implementação do sistema de sinalização e interpretação do mesmo. Além do plantio de espécies de Mata Atlântica que atraíam beija-flores, foi implementada uma infraestrutura básica para o mesmo com previsão de construção de pequenos terraços e contenções de áreas erodidas, bancos, caminhos, canais de água e fontes. A apresentação de dados sobre beija-flores, plantas ornitófilas e relações planta-polinizador foi feita através de tambores rotatórios (vide figura em anexo) articulados por temas (interações ecológicas entre plantas e animais, dados gerais sobre beija-flores e plantas ornitófilas e dados específicos sobre os beija-flores e as plantas de Mata Atlântica encontrados no referido jardim).

14 Ficha técnica Roseiral:  
Autoria do projeto de revitalização: Ana Rosa de Oliveira (Paisagista).  
Projetos complementares:  
Fitossanidade: Maria Lúcia França Teixeira (fitopatologista)  
Márcia Inácio Freire (fitopatologista), Solos e nutrição de plantas (Luiz Antônio Silva) José Roberto de Melo Santos (engenheiro florestal). Colaboradores:  
Cristiana Dieguez Bezerra, Lia Gianelli, Eleanor Mitch. Equipe de Conservação de áreas verdes do JBRJ. Patrocinador Leite de Rosas.  
15 Glasl, C. Relatório do Jardim Botânico e da Fazenda Nacional, 45p.  
16 Vieira, M.E. de Q. Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, 49 p.  
17 Rodriguésia. Noticiário e Atividades várias 1(1) 95-96.



**Figura 8. Vista dos tambores de sinalização do Jardim dos Beija-flores**  
**Fonte: Laboratório da Paisagem - JBRJ**

### 2.3 Revitalização do roseiral<sup>14</sup>

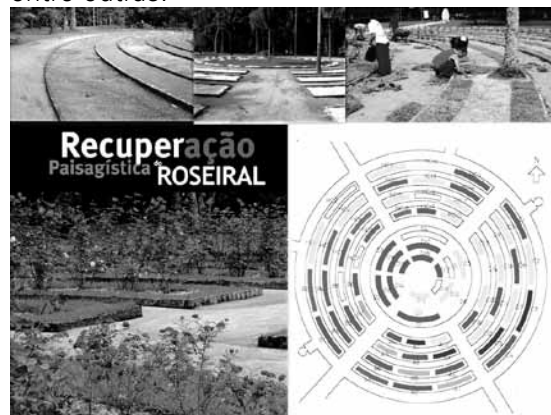
A data de criação do roseiral do JBRJ é desconhecida. Há registros do cultivo de rosas no JBRJ desde 1873<sup>15</sup>. Em 1914, consta que durante a administração de John Willis, em “área próxima à estufa 1” um terreno que “sofria inundações constantes” foi readequado para implementação do roseiral<sup>16</sup>. Consta também, que um roseiral foi inaugurado em 1935, na mesma área que o atual, durante a administração de Paulo de Campos Porto. Naquela época, “em 19 canteiros concêntricos foram plantadas 1144 roseiras, num total de 300 variedades antigas e modernas”<sup>17</sup>. Quando iniciamos o trabalho de recuperação do Roseiral, em 2003, esse jardim histórico já tinha sofrido uma reforma pela sua empresa mantenedora anterior que havia substituído todas as rosas

existentes por híbridas de chá. Por outro lado, a carta de Florença, no seu artigo 17, estabelece que quando um jardim houver desaparecido totalmente ou quando só se possuírem elementos conjunturais de estados sucessivos, não se poderia empreender uma reconstituição relevante sob a noção de jardim histórico. Baseado nessa orientação e dadas as condições existentes, optou-se por elaborar um novo projeto de coleção de rosas para o roseiral, respeitando o traçado de seus canteiros concêntricos e adotando diretrizes voltadas para a melhoria das condições existentes para o cultivo dessas plantas (solos, luminosidade, aeração, programa de controle de pragas e doenças) e, fundamentalmente para o enriquecimento da coleção de rosas.

Das cerca de 126 espécies de roseiras silvestres hoje dispomos de mais de 30 mil híbridos de roseiras. Essas variedades são provenientes dos esforços de produtores voltados à obtenção de rosas com formas, cores, aromas, vigor e beleza mais acentuados. As rosas atuais lembram pouco as rosas selvagens que tinham apenas cinco pétalas. A coleção de rosas que encontramos no roseiral do JBRJ compreendia apenas rosas híbridas de chá. Estas variedades apesar de apresentarem rosas maiores, mais vistosas, não têm um bom efeito plástico em jardins pelo seu porte alto e esguio. Por outro lado, sabe-se que as rosas são espécies de climas temperado e têm sua área

de ocorrência natural restrita ao hemisfério norte. O clima do Rio de Janeiro não é o mais indicado para o cultivo de rosas.

Visando uma melhor adequação dos exemplares ao Roseiral do JBRJ, privilegiou-se a escolha de rosas sempre floridas e poliantas, variedades que melhor se adaptam aos climas quentes como o do Rio e pela melhor adequação de seu porte e produção de flores à criação de jardins de rosas. A proposta previu a inclusão de 55 variedades de cultivares de rosas. Além das rosas poliantas e floribundas incluíram-se rosas anãs, rasteiras, biscuits, trepadeira, entre outras.



**Figura 9 - Planta da nova proposta do Roseiral com a lista de variedades de rosas**

**Fonte: Laboratório da Paisagem - JBRJ**

No que se refere aos seus aspectos plásticos, buscando uma melhor legibilidade e percepção do conjunto, separaram-se as rosas por grupos cromáticos e por variedades, buscando tirar maior partido de seus recursos

plásticos. As cores selecionadas constituíram uma gama que vai do branco puro ao vinho. Em sua disposição previu-se espirais de cores que partem do centro do jardim e deslocam-se para as extremidades.

### 3. PROGRAMA PAISAGENS DO HORTO

Dando continuidade ao programa de expansão de áreas de uso público e coleções do Jardim botânico vem sendo desenvolvido o Programa Paisagens do Horto, para a área do “Horto Florestal”, cujos 83 hectares pertencem ao Jardim Botânico e cujo território apresenta-se como o último remanescente para expansão de coleções e áreas de uso público do Jardim. É constituído de remanescentes florestais, cursos d’água, infraestrutura associada ao apoio das atividades do jardim Botânico (viveiro de mudas, unidade de compostagem, setor de máquinas, caminhos e vias etc) e remanescentes de edificações e plantações históricas que remontam aos séculos XIX e XX. Além da infraestrutura e edificações diretamente associadas ao Jardim Botânico a área apresenta em seu interior zonas urbanas consolidadas e informais, edificações associadas a outras instituições públicas e privadas (SERPRO/LIGHT). O uso dessa paisagem sem um planejamento prévio além de ocupar grande parte da última área remanescente para expansão do Jardim foi acompanhado de ações de canalização de cursos de água, ocupação de áreas com riscos hidrogeológicos (encostas e margens

de rios), desmatamento de remanescentes de Mata Atlântica, poluição, ocupações informais gerando impactos negativos com incidência na zona natural e urbana.



**Figura 10 - Planta da área do Horto Florestal**  
**Fonte: Laboratório da Paisagem - JBRJ**

A proposta irá desenvolver um *plan master* para a área e projetos para novas áreas de uso público e coleções. As propostas serão focadas na sensibilidade para a paisagem (em termos de valor e qualidade) e inseridas numa dimensão natural, cultural e social, tomando como fonte de referência diferentes atitudes, estratégias, políticas de intervenção, focadas na solução de problemas de suas áreas críticas e buscando integrar componentes às vezes conflitivos, indefinidos, contraditórios. Paralelamente pretende-se desvelar componentes que tenham potencial de revelar esse território como uma poderosa paisagem, proporcionando uma consciência do ambiente sociocultural e natural e ao mesmo tempo criando um sistema de “novas centralidades”, revelando valores inesperados que todo território costuma apresentar.

## BIBLIOGRAFIA

CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DOURADO, Odete. Conservação ou Invenção? Notas sobre uma relação ambígua. In: CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes; OLIVEIRA, Olívia Fernandes de. (org.). *(Re) Discutindo o Modernismo: universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil*. Salvador: MAu, v. 1, 1997, p. 139-146.

GLASL, C. *Relatório do Jardim Botânico e da Fazenda Nacional*. Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1843.

LEADLEY, E.; GREENE, J. (org.) *Manual Técnico Darwin para os Jardins Botânicos*. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro/Rede Brasileira de Jardins Botânicos, 1999.

RODRIGUÉSIA. *Noticiário e Actividades várias* 1(1) 95-96, 1935.

TREIB, Marc. Representing a continent. A new Botanical Garden in Melbourne favors reference over replication. *Landscape Architecture*, October, 2007.

VIEIRA, M.E. de Q. *Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio*, 1914.

# **A PESQUISA PARA CONSERVAÇÃO PROGRAMADA DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA.**

**Claudia S. Rodrigues de Carvalho<sup>1</sup>**

## **INTRODUÇÃO**

A afirmação de que a manutenção e a prevenção são as formas de conter o avanço dos processos de deterioração dos edifícios, é tão verdadeira quanto pouco praticada, sobretudo os de interesse histórico e artístico, retardando, assim, a necessidade de intervenções de grande porte que via de regra comprometem os tecidos antigos e a autenticidade material.

Dos escritos de John Ruskin, em que dizia

[...] cuide bem de seus monumentos, e não precisará restaurá-los. Algumas chapas de chumbo colocadas a tempo num telhado, algumas folhas secas e gravetos removidos a tempo de uma calha salvarão tanto o telhado como as paredes da ruína. Zele por um edifício antigo com ansioso desvelo; proteja-o o melhor possível, e a qualquer custo, de todas as ameaças de dilapidação. Conte suas pedras como se fossem jóias de uma coroa; coloque sentinelas em volta dele como nos portões de uma cidade sitiada; amarre-o com tirantes de ferro onde ele ceder; apóie-o com escoras de madeira onde ele desabar; não se importe

<sup>1</sup> Arquiteta. Doutora em Arquitetura (FAU/USP). Centro de Memória e Informação da Fundação Casa de Rui Barbosa.

com a má aparência dos reforços: é melhor uma muleta do que um membro perdido; e faça-o com ternura, e com reverência, e continuamente, e muitas gerações ainda nascerão e desaparecerão sob a sua sombra<sup>2</sup>.

à Teoria da Restauração de Cesare Brandi, a preocupação com a prevenção é explicitada de várias formas. Com Brandi temos:

A restauração preventiva é também mais imperativa, se não mais necessária, do que aquela de extrema urgência, porque é voltada, de fato, a impedir esta última, que dificilmente poderá ser realizada com uma salvatagem da obra de arte<sup>3</sup>.

Pode-se observar nos principais documentos do campo que a preocupação com a prevenção vem sendo objeto de manifestações desde a primeira carta europeia sobre a preservação dos bens culturais, a Carta de Atenas para Restauração de Monumentos Históricos de 1931 que trás em suas Doutrinas e Princípios Gerais:

[...] uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de um sistema de manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a preservação dos edifícios<sup>4</sup>.

Trinta anos mais tarde, a Carta de Veneza, de 1964, reiterou no artigo de nº4 que “é essencial para a conservação de monumentos que eles sejam mantidos em uma base permanente”<sup>5</sup>.

A Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1972, salientou a importância da gestão pública e privada em todos os níveis de cuidados com o patrimônio, e em seu artigo 5º declara que cada estado membro deve:

[...] desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnica e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitem a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu patrimônio cultural e natural, mencionando ainda a responsabilidade compartilhada para a manutenção continuada e o controle das mudanças como instrumento de gestão<sup>6</sup>.

Poderíamos ainda destacar a Declaração de Amsterdã, de 1975<sup>7</sup>, que apontou claramente para a necessidade de manutenção para combater a deterioração e a negligência. E ainda somam-se a esta lista a Carta de Burra, com definições relativas à manutenção, ao reparo e à reconstrução: “A manutenção significa a contínua proteção do tecido original e deve ser distinguido da reparação. Reparação envolve a restauração e a reconstrução”<sup>8</sup>, e a Carta de Washington sobre a conservação das cidades históricas<sup>9</sup>, que ressaltou que “a manutenção permanente é crucial para a conservação efetiva de uma cidade histórica ou de uma área urbana”.

De uma forma geral estes documentos preconizam a necessidade de manutenção regular para a preservação do patrimônio

2 RUSKIN, J. A lâmpada da Memória, p.82.

3 BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração, pág. 102.

4 CURY, Isabelle. Cartas Patrimoniais, p. 13.

5 Ibid., p.91.

6 Ibid., p.177.

7 Ibid., p.211.

8 Ibid., p.247.

9 Ibid.,p.281.

construído, mas a conservação preventiva aplicada ao patrimônio construído tem apresentado um desenvolvimento substancialmente menor se comparada à aplicação da abordagem preventiva aos bens móveis e coleções, nos últimos quarenta anos.

A preservação arquitetônica preventiva envolve inspeções frequentes e informadas, intervenções mínimas e soluções que minimizem os riscos. Envolve ainda, e principalmente uma mudança de ponto de vista, passando das ações de preservação singulares e espaçadas no tempo para o entendimento de que a conservação se constitui num processo. O desafio de incorporar à preservação do patrimônio construído estratégias de conservação preventiva reside não só na necessidade de desenvolvimento de ferramentas apropriadas e suporte tecnológico, mas também no desenvolvimento de políticas adequadas de tutela e gestão.

Dentre os esforços para incorporar a prevenção na preservação do patrimônio edificado destacam-se ações na Europa e nos Estados Unidos. Com o objetivo de discutir melhores práticas, abordagens preventivas e necessidades de pesquisa no campo, foi lançada a cátedra da UNESCO em Conservação Preventiva, Monitoramento e Manutenção de Monumentos e Sítios – PRECOMOS<sup>10</sup>, na Universidade Católica de Leuven, em 2009.

A Conservação Preventiva se refere a um conjunto de ações para mitigar as forças responsáveis pela deterioração e pela perda de significância dos bens culturais, envolvendo todas as medidas para retardar a perda de material autêntico e, como consequência, a sua integridade. O cuidado preventivo deve ser contínuo e cautelosamente repetido, além de incluir as medidas de emergência, também entendidas como a prevenção de novos danos.

Os conceitos que regulam a conservação preventiva encontram-se ainda em desenvolvimento, tendo em vista que os resultados destas ações são de quantificação difícil porque não envolvem a melhoria das qualidades artísticas ou estéticas dos bens culturais. A desaceleração dos processos de deterioração material pode levar um longo período para ser percebida e a sua adoção depende de uma mudança de abordagem administrativa que encare a prevenção como uma estratégia de ação.

O presente trabalho relata as ações para conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa, da Fundação Casa de Rui Barbosa que é instituição vinculada ao Ministério da Cultura e que tem como missão promover a preservação e a pesquisa da memória e da produção literária e humanística brasileira, bem como congregar iniciativas de reflexão e debate sobre a cultura brasileira. A Instituição promove atividades de pesquisa,

10 PRECOMOS - Preventive Conservation, Maintenance and Monitoring of Monuments and Sites (<http://precomos.org>, acesso em 10 de agosto de 2011).

antes restritas a utilização dos seus acervos e a divulgação da obra de Rui Barbosa, agora abrangendo novos campos do conhecimento, como é o caso das pesquisas para a preservação do patrimônio cultural.

## **1. O PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO MUSEU CASA DE RUI BARBOSA**

O Museu Casa de Rui Barbosa foi fundado em 1930, na casa que abrigou o ilustre brasileiro nos últimos 28 anos da sua vida. Um dos primeiros monumentos nacionais a ser tombado pelo IPHAN, em 1938, o edifício tem reconhecido valor histórico e artístico, por se tratar de importante exemplar da arquitetura carioca de matriz classicizante do século XIX, e também por abrigar um valioso acervo documental e de artes decorativas, com destaque para a biblioteca composta por mais de 30.000 títulos.

Construído em 1850, o edifício apresenta soluções da arquitetura tradicional brasileira, entre elas paredes externas portantes em alvenarias mistas de tijolos e pedras, paredes divisórias internas em tabiques estucados, estrutura de pisos, forros e telhado em madeira, e cobertura em telhas cerâmicas do tipo francesas. As fachadas apresentam nas suas linhas gerais e na modenatura a influência da arquitetura acadêmica com acréscimos de detalhes do final do Oitocentos. As superfícies arquitetônicas têm acabamento em pintura na cor rosa salmon,

o que confere ao conjunto uma unidade formal. Desde a sua construção, a edificação vem passando por inúmeras transformações que estão relacionadas principalmente aos processos históricos, de uso, de envelhecimento natural dos seus materiais constitutivos e das agressões ambientais decorrentes das transformações do seu entorno, e mais recentemente dos processos de alteração climática que vem atingindo os quatro cantos do planeta.

A sua preservação é objeto da preocupação de técnicos e especialistas que têm dirigido inúmeras intervenções de conservação e restauração. Destacam-se nos trabalhos de preservação duas intervenções de maior porte: a primeira na década de 1970, que foi muito extensa, atingindo quase a totalidade do edifício, desde o porão até a cobertura. Nesta ocasião foram aplicadas argamassas de cimento nas fachadas; foram restauradas as pinturas decorativas dos forros e os papéis de parede foram totalmente substituídos. A segunda grande intervenção, realizada em 1986, contemplou a restauração da Ala de Serviço do Museu, para que passasse a integrar o circuito de visitação. Ambas intervenções foram realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com supervisão do arquiteto Lucio Costa.

Desde o final dos anos 1990, as ações de preservação buscam integrar edifício histórico e as coleções que abriga, tendo como base



a prevenção, para minimizar os processos de deterioração, evitar intervenções invasivas e garantir a sua transmissão para as gerações futuras, que vem sendo consubstanciados no Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa<sup>11</sup>.

O Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui é coordenado pelo Núcleo de Preservação Arquitetônica e tem os seguintes objetivos:

1. Incrementar e ampliar as ações de preservação do patrimônio cultural, promovendo a interdisciplinaridade e a cooperação, com o compromisso de estabelecer ações sustentáveis para a preservação integrada do conjunto.
2. Identificar as causas de deterioração através do diagnóstico, monitoramento e inspeção das condições de conservação.
3. Priorizar intervenções que reduzam as causas da deterioração, garantindo a aplicação dos recursos de forma equilibrada e sustentável.
4. Definir estratégias de preservação e desenvolver projetos para a sua aplicação.
5. Desenvolver pesquisas para aprimorar os instrumentos de identificação dos riscos que afetam os bens culturais, assim como para o desenvolvimento de métodos para reduzir e ou eliminar estes riscos, com abordagem sustentável<sup>12</sup>.

No escopo do Plano, vêm sendo realizados levantamentos, diagnósticos, projetos e apontadas intervenções para mitigar as causas dos processos de deterioração do edifício histórico, bem como da coleção que abriga. As primeiras ações tiveram como objetivo a redução da umidade descendente através da conservação geral das coberturas, e o controle da biodeterioração, através de plano de combate à infestação de térmitas. Na sequência, foram realizadas a reforma do sistema de drenagem e esgoto do Jardim Histórico, a restauração das esquadrias externas e a conservação e restauração da antiga cavalaria. Em 2004, foi iniciado um projeto para o controle climático para a Biblioteca Rui Barbosa, através de cooperação técnica com Getty Conservation Institute. O trabalho, que contou com patrocínio de Vitae, Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social resultou na instalação, em 2006, de um sistema de ventilação e desumidificação que atende não só à preservação da coleção e do edifício, mas também às condições de conforto do visitante<sup>13</sup>.

A partir de 2005, o Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa passou a contar com linha de pesquisa intitulada *Estratégias de Conservação Preventiva para edifícios históricos que abrigam coleções*, e desde então já foram realizados estudos para a conservação programada das coberturas e dos elementos de madeira; das alvenarias e seus

11 O Plano de Conservação Preventiva, segundo a definição aprovada no Curso Regional Programação da Conservação Preventiva em Instituições, em Havana, 22 de setembro 2000, consiste na "concepção, coordenação e execução de um conjunto de estratégias sistemáticas organizadas no tempo e espaço, desenvolvidas por uma equipe interdisciplinar com o consenso da comunidade a fim de preservar, resguardar e difundir a memória coletiva no presente e projetá-la para o futuro para reforçar a sua identidade cultural e elevar a qualidade de vida."

12 Ver também [http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID\\_S=218](http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=218).

13 Ver também [http://www.getty.edu/conservation/science/climate/climate\\_component4.html](http://www.getty.edu/conservation/science/climate/climate_component4.html).

revestimentos internos: papéis de parede; das superfícies arquitetônicas externas, e também um sistema contínuo de gerenciamento das informações, cuja metodologia e resultados serão expostos a seguir.

## **2 - CONSERVAÇÃO PROGRAMADA – METODOLOGIA DE PESQUISA E RESULTADOS**

A linha de pesquisa *Estratégias de conservação preventiva para edifícios históricos que abrigam coleções* integra o grupo de pesquisa da FCRB/CNPQ: Museu-Casa de Rui Barbosa: memória, espaço e representações. Seu objeto é a busca de soluções sustentáveis para preservação integrada do edifício-histórico e das coleções que abriga, e está focada no perfil museu-casa. Suas ações abrangem a identificação do patrimônio tutelado pela Instituição na sua historicidade, composição e materialidade; a avaliação dos riscos para sua preservação; o desenvolvimento de métodos para prevenção e tratamento e a criação de instrumentos didáticos para difusão da conservação preventiva no Brasil.

O primeiro módulo de pesquisas foi realizado de 2006 a 2007, e tratou da Conservação Programada das Coberturas. Em 2008, iniciaram-se os estudos para a Conservação Programada das Alvenarias e seus Revestimentos Internos e Externos, dando-se prioridade ao estudo dos revestimentos em papel de parede, nos interiores do edifício, em

função dos problemas existentes que afetam a integridade e legibilidade do Monumento.

Encontram-se em desenvolvimento os estudos para Conservação das Superfícies Arquitetônicas do Museu Casa de Rui Barbosa em função da complexidade das ações envolvidas, assim como demos início a um processo contínuo de documentação sobre o conjunto edificado-acervo do Museu Casa de Rui Barbosa para que se constitua num instrumento de monitoramento e controle da qualidade para sua preservação, gerenciamento e uso. Trata-se do estabelecimento de um sistema de informações apropriadas e atualizadas relativo à história, ao valor de patrimônio, à materialidade, às intervenções passadas e às condições atuais do bem cultural, cujo título é *Documentação para Preservação*.

Estas pesquisas vêm sendo desenvolvidas, sob nossa orientação, com bolsistas do *Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da FCRB*, o qual pretende formar, treinar e capacitar recursos humanos em programas de desenvolvimento tecnológico, de referência em preservação e tratamento de acervos, assim como em humanidades<sup>14</sup>.

### **2.1- Conservação Programada das Coberturas**

14 A pesquisa para Conservação programada das coberturas e elementos de madeira foi realizada pelo bolsista arquiteto Jorga Astorga Garro, de março de 2006 a dezembro de 2007; A pesquisa para Conservação programa das alvenarias e seus revestimentos internos e externos foi realizada pelos bolsistas arquiteto Daniel Lopes Moreira, e estudantes de arquitetura Ilka Moura da Silva e Patrícia Cavalcante Cordeiro, de março de 2008 a julho de 2009. A conservação das superfícies arquitetônicas está sendo desenvolvida pelo bolsista arquiteto MSc. Thiago Turino, e teve início em agosto de 2010. O projeto Documentação para Preservação contou com a participação da bolsista arquiteta Juliana Pavan (agosto de 2010 a fevereiro de 2011) e esta sendo desenvolvido pela bolsista arquiteta Patrícia C. Cordeiro, desde agosto de 2010

## e Elementos de Madeira

Destacam-se dentre os objetivos da nossa pesquisa para conservação programada:

- Sistematizar procedimentos que previnam e minimizem a necessidade de intervenções de maior porte, permitindo, assim, controlar de modo racional as transformações do edifício histórico em estreita relação com a natureza dos materiais, as características técnicas e a interação com o ambiente circundante.
- Possibilitar o projeto de intervenções futuras com base em critérios que levem em consideração a vulnerabilidade da parte afetada e as instâncias específicas da sua conservação, com indicação dos tempos de realização e dos resultados obtidos em intervenções anteriores, corretamente analisados.
- Estabelecer procedimentos para controlar culturalmente os processos de degradação e as necessidades de transformação, com ações planejadas com base em intervenções mínimas, conjugando assim as necessidades de conservação da obra para o futuro às necessidades da sua fruição e funcionamento no presente.

O foco da pesquisa para Conservação Programada das Coberturas e Elementos de madeira foi o desenvolvimento de

propostas operacionais de manutenção, com procedimentos, especificações técnicas, temporalidade e sistemas de informação e registro, que pudessem embasar os processos administrativos de contratação e fiscalização dos serviços.

O trabalho foi desenvolvido conforme metodologia a seguir descrita:

1. Pesquisa documental sobre o histórico da construção da edificação e da incorporação de seu acervo, e registro de todas as intervenções de obras civis e de restauração realizadas nos elementos estruturais de madeira.
2. Levantamento bibliográfico sobre o tema.
3. Atualização em campo das plantas e base cadastrais da arquitetura.
4. Relatório fotográfico.
5. Registro gráfico dos diversos momentos da construção.
6. Identificação das patologias existentes e criação de legendas para o mapeamento.
7. Diagnóstico do estado de conservação das áreas estudadas.
8. Avaliação do estado das intervenções já executadas.
9. Avaliação das relações interdisciplinares e das interfaces constatadas.

10. Recomendações gerais para restauração das áreas comprometidas, priorização das intervenções, e elaboração de planilha de quantidades.
11. Redação de um plano de manutenção em forma de caderno de manutenção com procedimentos e as recomendações para as intervenções.
12. Preparação de um calendário para a execução da conservação programada.

A pesquisa estabeleceu três modalidades de ações para preservação: ações preventivas, ações de manutenção e ações de reparo. As ações preventivas são constituídas por rotinas de inspeção e execução de relatórios e registros fotográficos para documentar e subsidiar tomadas de decisão. As ações de manutenção respondem às demandas verificadas durante as inspeções e se constituem de serviços simples como limpeza de calhas e substituição de telhas quebradas, por exemplo. Já as ações de reparo são mais complexas por que visam minimizar as vulnerabilidades e corrigir problemas. Neste sentido foram programadas as ações de curto, médio e longo prazo.

Este trabalho propiciou a contratação dos serviços de conservação programada das coberturas do Museu Casa de Rui Barbosa, que foram realizados em 2009. Os resultados puderam ser avaliados quando das grandes chuvas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro,

em abril de 2010.

## **2.2- Conservação Programada das Alvenarias e seus revestimentos internos e externos**

Na etapa relativa aos revestimentos internos do Museu, foram destacados os três materiais mais comuns: papéis de parede, pinturas artísticas e revestimentos cerâmicos. Os papéis de parede, de maior ocorrência na Casa, foram estudados na primeira fase de desenvolvimento do projeto.

Os papéis de parede cujo estado de conservação reflete questões estruturais do edifício e resultados de intervenções anteriores mal sucedidas, comprometem a figuratividade dos ambientes do Museu, assim como sua caracterização histórica. A metodologia do trabalho contemplou uma investigação histórica dos papéis de parede, seus aspectos técnicos e seu uso no Museu Casa de Rui Barbosa, considerando os fatores de risco ao material, estado de conservação e as condições de intervenção sobre o mesmo.

A pesquisa foi realizada em três etapas:

1. Identificação dos revestimentos atualmente existentes no museu, bem como avaliação das transformações dos ambientes interiores à luz da iconografia disponível.
2. Levantamento das intervenções nos papéis de parede a partir da documentação do Arquivo

Histórico Institucional.

3. Inspeção e identificação de danos existentes.

O resultado da pesquisa foi a indicação de soluções de tratamento e definição de parâmetros para substituição, dependendo do caso, estabelecendo graus de prioridade.

### **2.3- Conservação Programada das Superfícies Arquitetônicas**

As superfícies arquitetônicas externas – fachadas – do Museu Casa de Rui Barbosa foram restauradas na década de 1970 com materiais e técnicas distintas daquelas originalmente usadas na construção do edifício. A compatibilidade dos materiais utilizados, as agressões ambientais, bem como a manutenção deficiente, provocaram a deterioração atualmente verificada (excesso de umidade, desagregação de material, empolamento das pinturas, etc.), sendo necessária a aplicação de novas argamassas, bem como de tintas, para sua restauração e conservação.

Diante da complexidade desta ação, demos início à pesquisa com os seguintes objetivos:

- Fornecer parâmetros técnicos para a conservação das superfícies arquitetônicas do Museu e do acervo que ele abriga.
- Estabelecer fundamentação teórica para tomada de decisões em

relação a conservação das superfícies arquitetônicas.

- Contribuir para a melhoria dos projetos, contratações e execução de obras de conservação do patrimônio cultural.
- Contribuir para o avanço do treinamento e educação no campo da preservação arquitetônica.

A metodologia aplicada neste trabalho se resume em seis etapas básicas: levantamento bibliográfico, consolidação das informações, análise tipológica e formal, diagnóstico de conservação, estabelecimento de parâmetros e definição de procedimentos técnicos.

No desenvolvimento do trabalho vimos ser de extrema utilidade a execução de argamassas testes para uma melhor definição dos procedimentos técnicos que deverão ser empregados quando da restauração das fachadas. Demos assim início a uma primeira fase experimental, que contou com a consultoria da Arquiteta Dra. Maria Isabel Kanan, cuja contribuição maior se deu na definição das formulações das argamassas para teste, bem como na orientação de técnicos quanto aos procedimentos a serem adotados.

A partir dos resultados da avaliação destas argamassas teste poderemos estabelecer uma especificação técnica para as argamassas de restauração das fachadas do

Museu Casa de Rui Barbosa.

## **2.4- Documentação para preservação**

A eficácia das ações preventivas requer um adequado sistema de organização para que o processo esteja sob controle em todas as suas etapas, desde o planejamento até o monitoramento dos resultados, de modo a se sedimentar o conhecimento necessário.

O processo de documentação é uma ferramenta indispensável para identificação, proteção, interpretação e preservação material dos bens culturais. Através da documentação e dos inventários do patrimônio cultural pode-se garantir a precisão e a consistência das tomadas de decisão para a preservação, e por este motivo os inventários ocupam lugar significativo na maioria das convenções internacionais de salvaguarda da herança cultural.

A documentação do Museu Casa de Rui Barbosa é constituída por informações reunidas através do tempo pelas mais variadas formas de coleta e pesquisa, relativas a sua configuração física, condição de conservação e uso do monumento que embora conformem uma base de conhecimento, requerem estruturação e criação de acesso sistemático para que possam efetivamente integrar o processo de conservação do bem cultural.

Os objetivos gerais da pesquisa são:

- Adquirir o conhecimento necessário para ampliar o entendimento sobre o Museu Casa de Rui Barbosa enquanto bem de valor cultural, seu transcurso no tempo, seus valores que devem ser transmitidos às gerações futuras;
- Fornecer subsídios para o controle das intervenções e transformações que impactam sobre o monumento, garantindo através do conhecimento que qualquer ação de preservação deste patrimônio seja sensível a sua forma, materialidade, tecido construído e ao seu valor histórico e cultural;
- Promover o interesse e o envolvimento de outros atores na sua preservação, através da disseminação da informação; disponibilizando o sistema de informações criado através de portal na internet, ligado ao site da Fundação Casa de Rui Barbosa;
- Estabelecer suporte para integração dos processos de documentação e conservação do Patrimônio Construído do século XIX, promovendo a análise comparativa do conjunto edificado do Museu Casa de Rui Barbosa, com a produção arquitetônica remanescente do período no Rio de Janeiro.

A documentação envolve um processo cultural e interpretativo e depende de um suporte tecnológico, que vai transformar os dados e suas interpretações em instrumentos

eficientes. O processo de documentação não pode ser considerado “standardizado”. Para cada bem cultural específico há uma forma determinada de aquisição, arquivamento e gerenciamento de dados adequado ao objetivo da documentação.

Neste sentido, a metodologia baseia-se nas etapas que compõem o processo de documentação de bens culturais, quais sejam, o planejamento, a prática, o acesso e a disseminação. A estratégia de ação será desenvolver um ferramental específico para o Museu Casa de Rui Barbosa, estruturado nas seguintes etapas metodológicas:

I- Planejamento: definição dos objetivos da documentação, através da avaliação dos dados e recursos disponíveis.

II- Documentação/ Levantamento e organização dos dados: Coletar, processar, e analisar as informações disponíveis para formatar um banco de dados, contendo os seguintes aspectos do Monumento:

a- Identificação;

b- Localização/entorno;

c- Cronologia dos principais eventos relativos ao projeto, construção e intervenções pelas quais o imóvel tenha sofrido;

d- Dados biográficos sobre proprietários, empreendedores e usuários;

e- Aspectos do programa;

f- Descrição de materiais e sistemas técnico-construtivos aplicados;

g- Descrição e cronologia das ações de preservação;

h- Descrição e cronologia das ações de manutenção e reparo;

i- Estado de conservação (bom, regular e péssimo);

j- Avaliação de riscos para a preservação do Monumento;

k- Referências às fontes bibliográficas e documentais utilizadas.

III- Gerenciamento e Disseminação das informações: homogeneizar os dados e identificar soluções tecnológicas que permitam compartilhar as informações de forma ampla, visando a recuperação rápida dos dados coletados; a atualização dos dados, e a possibilidade de diferentes tipos de investigação

O trabalho em fase de desenvolvimento prevê a criação de um banco de dados de acesso restrito aos profissionais envolvidos nos processos de preservação e um site para divulgação do trabalho junto ao público.

Várias instituições vêm se debruçando no desenvolvimento de pesquisas e no estabelecimento de protocolos, que se

traduzam na definição de uma metodologia para execução das atividades de prevenção e manutenção, com processos, instruções operacionais e forma de registro. Trata-se, principalmente, de promover a ideia de conservação programada como um processo, em contraposição as ações isoladas de restauro. Pretendemos, com as pesquisas que vem sendo desenvolvidas para a conservação programada do Museu Casa de Rui Barbosa, contribuir para o estabelecimento de uma nova forma de atuar no campo da preservação arquitetônica, que se constitua, como bem disse o Prof. Paolo Gasparoli, do Politécnico de Milão, num:

[...] modo de pensar e agir alternativo em relação ao passado e ao presente, que promova as estratégias de prevenção e cura, em confronto a tática de considerar o restauro como solução para todos os problemas; a reflexão, indagação, escolha e decisão em confronto com o fazer, intervir, modificar... perseguindo a eficácia a longo prazo em contrapartida a busca da eficiência e do benefício imediatos<sup>15</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Trad. Beatriz M. Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CORDEIRO, Patrícia C. *Relatório de Pesquisa*, FCRB, 2011.

CURY, Isabelle. (Org.) *Cartas Patrimoniais* (2ª

ed. rev. aum.) Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FEILDEN, Bernard M. *Conservation of Historic Buildings*. Oxford: Architectural Press, 2001.

GARRO, Jorge Astorga. *Conservação Programada das Coberturas e Elementos de Madeira do Museu Casa de Rui Barbosa*, relatório final da bolsa.

GASPAROLI, Paolo. *Uma metodologia operativa per attività di prevenzione e manutenzione delle aree archeologiche di Roma e Ostia Antiche*. Disponível em [http://www.best.polimi.it/uploads/media/ALLEGATO\\_RICERCHE\\_2\\_01.pdf](http://www.best.polimi.it/uploads/media/ALLEGATO_RICERCHE_2_01.pdf).

JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999.

KÜHL, Beatriz. O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.12, p.309-330, jan/dez.2004.

LAENEN, M.; JOKKILETO, J. Sustainable development and Immaterial Heritage. *ICCROM Newsletter*, local?, nº 25, p. 2-3, julho 1999.

MORRIS, William. Manifesto of the Society for the Protection of Ancient Buildings. In: PRICE, N.S; TALLEY JR, M.K; VACCARO, A.M. *Historial and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute,

15 GASPAROLI, Paolo. Uma metodologia operativa per attività di prevenzione e manutenzione delle aree archeologiche di Roma e Ostia Antiche.



1996, p. 319-321.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. William Morris e a SPAB. Rotunda, Campinas, n° 3, p. 22-35, out. 2004.

RIEGL, Alois. Le Culte Moderne des Monuments. Son essence et sa Genèse. Trad. Daniel Wieczorek. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

RUSKIN, John. Les Sept Lampes de l'architecture. Paris: Editions Denoël, 1987.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène. Restauração. Trad. Beatriz M. Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.



# DESAFIOS DE CONSERVAÇÃO DOS ACERVOS ARQUITETÔNICO E ARTÍSTICO DO SÍTIO ROBERTO BURLE MARX

Yanara Costa Haas<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Uma avaliação dos acervos tombados do Sítio Roberto Burle Marx (SRBM) foi realizada entre os anos 2008 e 2011 objetivando estabelecer um plano para a conservação dos diversos elementos existentes. Utilizando medições, imagens antigas, pesquisando em arquivos locais e observando cada peça, a equipe da Divisão Técnica, especialmente da Área de Arquitetura descortinou um quadro de preocupação sobre o estado das estruturas arquitetônicas enquanto abrigo da coleção artística. Alguns desafios foram elencados indicando urgência na elaboração de uma diretriz para ações emergenciais, de curto, médio e longo prazo.

## 1. O TOMBAMENTO

Com estudo iniciado no ano de 1984 no Processo nº 1.131-T-84, seu tombamento ocorreu em 14 de junho de 2002 (Portaria 321 fl 329 do DOU), sob duas inscrições: a inscrição nº. 129, referente ao Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e a inscrição nº. 623, no Livro do Tombo das Belas Artes. Esta dupla inscrição, ratificada em 02 de maio de 2011, incide sobre a obra

<sup>1</sup> Arquiteta Conservadora.  
Mestre em História e  
Preservação do Patrimônio  
Cultural (PROARQ/FAU/UFRJ).  
Sítio Roberto Burle Marx  
(IPHAN).

denominada Sítio Roberto Burle Marx e sua coleção museológica e bibliográfica. Para o tombamento a natureza específica da obra é o conjunto paisagístico e os acervos.

## **2. ARQUITETURA E ARTE**

Quando doado a então Fundação Nacional pró-Memória, Roberto Burle Marx determinou as funções básicas do SRBM - conservação, pesquisa e difusão de bens naturais e culturais – e o caracterizou como um centro de estudos, no caso um Centro de Estudos de Paisagismo, Botânica e Conservação da Natureza. Atualmente o Sítio Roberto Burle Marx é muito mais que um laboratório vivo de estudos em botânica e em paisagismo, este lugar é uma explosão de sensações das artes. Nele seu famoso proprietário construiu, produziu, colecionou e viveu muito mais do que a natureza, ele a completou com arquitetura e arte. Neste caso TUDO é considerado acervo.

São os acervos:

- Paisagístico e Botânico – o SRBM existe fundamentalmente pela coleção botânica, pelo conjunto paisagístico e pelos experimentos deles derivados;
- Arquitetônico – conjunto atual formado por 10 construções;
- Bibliográfico – coleção própria e aquisição permanente;

- Museológico – artístico - coleção e produção - móveis e integrados, mobiliário, vestuário.

### **2.1. As Edificações**

O SRBM é atualmente composto de dez construções, além das áreas de sombrais, que podem ser divididas geograficamente em três conjuntos:

GRUPO 1. Casa Principal e Loggia – Capela – Cozinha de Pedra – Antiga Adega.

GRUPO 2. Ateliê de Pintura – Garagem.

GRUPO 3. Prédio da Administração – Marcenaria - Casa de Pedra.

#### **Casa Principal**

A data de sua construção é atribuída à mesma da capela (século XVII).

Originalmente erguida pelos proprietários do então Engenho da Bica (Belchior da Fonseca Dória e família) foi alterada e ampliada sucessivamente por Roberto Burle Marx desde sua aquisição em 1949.

Trata-se de construção térrea, em dois níveis, com paredes caiadas na cor branca e esquadrias azuis. Em estilo colonial, possui diversos ambientes internos e uma varanda frontal que se estende ao longo de toda a fachada perfazendo 650m<sup>2</sup> de área construída. Até o ano da morte de Burle Marx (1994) foi utilizada como moradia, tendo

atualmente a função de museu-casa. Devido às suas inúmeras alterações possui diversas características construtivas, mas todas mimetizando o sistema colonial, como os forros de gamela e paredes grossas.

O museu-casa abriga as mais importantes coleções – arte sacra, cerâmica, conchas, mobiliário - e algumas produções de Roberto Burle Marx – esculturas, desenhos e pinturas.



**Figura 1. Casa Principal – década de 60**  
**Fonte: acervo SRBM**

## Loggia

Idealizada por Roberto Burle Marx este espaço foi construído na década de 70 para abrigar um ateliê de estamperia. Na forma de uma *loggia*, este pequeno ateliê com arcada em pedra e paredes internas revestidas com azulejo estampado por Burle Marx, hoje serve de passagem, eventos e contemplação dos visitantes.

## Capela

A mais antiga das construções do SRBM, a capela do século XVII, mais precisamente de 1861, foi construída por Belchior da Fonseca Dória em homenagem a Santo Antônio, santo de devoção de sua família ainda em Portugal. Tipologicamente classificada como igreja colonial da primeira fase do Rio de Janeiro<sup>2</sup>, a capela possui altar central e dois pequenos laterais na nave; coro com acesso por escada de madeira interna; sacristia e sala de votos; torre sineira externa na fachada principal à esquerda; fachada composta por porta central e duas janelas superiores simétricas e torre sineira frontal junto a lateral esquerda. Submetida às poucas obras de restauração, esta construção ainda mantém características originais como alvenaria de pedra, estrutura do telhado em madeira e telhão colonial. Sempre utilizada como espaço de culto religioso, a pequena capela é mantida também pela comunidade local que tem acesso livre aos finais de semana.

## Cozinha de Pedra ou Pavilhão e Pérgula da Flor de Jade

Encomendado aos amigos arquitetos Francisco Haroldo Barroso Beltrão e Rubem Breitmam este belo espaço moderno objetivava melhorar a área de recepção para as constantes festas promovidas por Burle Marx. Pelo seu caráter de modernidade o projeto foi premiado em 1963 – 1º prêmio IAB-GB, com artigo publicado na Revista ARQUITETURA nº. 19 em janeiro de 1964 – e

2 ALVIM, Sandra. Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro - vol.2, pag. 211. Esta classificação foi composta por datas, configurando a primeira delas o período entre o século XVI até o início do XVIII.

construído nos primórdios da década de 70. Totalmente construída em concreto e pedra de cantaria de demolição, o espaço com 563m<sup>2</sup> é semiaberto, em dois níveis, tendo em sua cobertura um espelho d'água que verte sobre um pequeno lago com carpas. Sobre o lago estão pérgulas em concreto cujos cachos de flor de jade destacam-se no conjunto paisagístico. Um painel de azulejo, também de autoria de Burle Marx, foi encaixado em data posterior e entre pilares compondo uma das laterais da construção.

### **Antiga Adega**

Construção de menor ou nenhum valor estético, este prédio de dois pavimentos abrigou originalmente uma adega climatizada, uma lavanderia para os acessórios de pintura e um depósito para as serigrafias. Sua construção, realizada por Burle Marx, data de 1992 e atualmente, serve como sanitários adaptados para os visitantes.

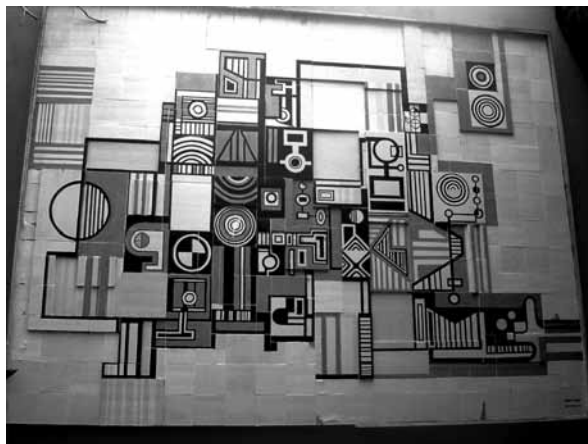
### **Ateliê de Pintura**

No início da década de 1980 Roberto Burle Marx adquiriu uma fachada em cantaria na Rua de São Bento (esquina da Rua Conselheiro

Saraiva) no centro do Rio de Janeiro. Sua desmontagem, transporte e remontagem sob promontório retangular na cota 50 do terreno ficou a cargo do Sr. Hermann Schelle. Entre 1991 e 1994 o construtor Adelino Bornelli Neto construiu o belo projeto de Acácio Gil Borsoi e de sua esposa Janete Costa para abrigar um novo Ateliê de Pintura e casa para Burle Marx. Com estilo e materiais modernos, o ateliê foi construído em concreto, telhas metálicas e muito vidro. Seu proprietário não chegou a usufruir do Ateliê devido ao seu falecimento em agosto de 94. Lá ele deixou telas grandiosas preparadas especialmente para as paredes, mais um painel de azulejaria, parte da sua biblioteca e da coleção de arte.



**Figura 2. Ateliê vista interna em 2008**  
**Fonte: arquivo pessoal**



**Figura 3. Painel de azulejo integrado ao Ateliê**  
Fonte: arquivo pessoal



**Figura 4. Fachada em cantaria R. São Bento**  
Fonte: acervo SRBM

### **Garagem**

Edificada por Burle Marx, trata-se de construção espúria sem qualquer referência estético arquitetônica. Com 72m<sup>2</sup> utiliza-se para a guarda dos automóveis e materiais de construção.

### **Prédio da Administração**

Objetivando a doação do SRBM para o Governo Federal, Roberto Burle Marx mandou erigir um prédio para abrigar as funções administrativas e técnicas da nova instituição. Por este motivo encomendou ao seu amigo, o arquiteto Ary Garcia Rosa um projeto cuja construção de 550m<sup>2</sup> foi realizada ao longo de três anos (de 1981 a 1984). Neste local, até hoje, estão as referidas estruturas funcionais, um auditório, um herbário e um laboratório para pesquisas além da principal biblioteca com cerca de 1.600 títulos especializados em botânica, arquitetura e paisagismo. Suas características estético estilísticas, no entanto, deixam a desejar em relação aos demais edifícios modernos da instituição.

### **Marcenaria**

Local emblemático devido à sua eterna função – construída para abrigar as máquinas de carpintaria e marcenaria. Desde 1988 e com 21m<sup>2</sup> este local produziu 90% das peças, forros, mobiliário, chassis das telas entre outros artefatos existentes no SRBM. Ainda hoje antigos funcionários nela trabalham para a manutenção e conservação das estruturas arquitetônicas.

### **Casa de Pedra**

Para servir de pouso e moradia temporária, Guilherme Siegfried Marx, irmão e sócio de Roberto, construiu com pedras lavradas da

região uma pequena residência de 107m<sup>2</sup>. Deste local foi administrado o Sítio e seus negócios particulares, antes de se tornar instituição pública.

## 2.2. As Bibliotecas

Na última contagem realizada nas bibliotecas do Sítio Roberto Burle Marx foram confirmados 2.634 títulos catalogados por assunto e em torno de 250 novos títulos não catalogados. Divididos em espaços distintos (Ateliê e Administração) os livros estão em mal estado de conservação e os espaços concorrem essencialmente para este quadro.

O prédio da Administração abriga a biblioteca principal com especialidades em botânica, arquitetura e paisagismo. Em sala do segundo pavimento, logo abaixo das caixas de água de abastecimento do prédio, os livros estão em estanterias de aço.

No Ateliê de Pintura, está a outra parte da biblioteca tombada como elemento compositivo do espaço que serviria, mas não foi efetivado, como moradia e ateliê de Roberto Burle Marx.

## 2.3. A Coleção Museológica

A coleção Roberto Burle Marx de acervo museológico é composta de 3126 objetos das mais variadas procedências. Segundo a classificação estabelecida no *Tesouro* do IPHAN<sup>3</sup> são objetos de artes visuais, interiores (em especial os utensílios de cozinha), de

trabalho artístico e objetos pessoais (como vestimentas e óculos).

Além destes bens móveis podemos citar aqueles integrados às estruturas arquitetônicas e paisagísticas, de autoria do paisagista, como as composições de painéis azulejados, em cantaria ou em mosaico de vidro.

Toda a coleção pode ser dividida em dois grupos: um referente às peças colecionadas por Roberto segundo seu gosto e vontade e o outro referente à sua produção enquanto artista plástico.

Outra forma de apreender esta coleção é observá-la segundo a disposição espacial montada pelo próprio Burle Marx: na casa principal estão todas as peças colecionadas e poucas de sua autoria, enquanto no ateliê estão guardadas somente peças produzidas por ele.

Separadamente, no prédio da Administração está guardado o conjunto de diplomas, certificados e medalhas que o profissional recebeu ao longo de sua vida. Nas áreas livres muitas esculturas presenteadas a Burle Marx estão expostas.

Mais detalhadamente encontramos as seguintes distribuições:

1. Na Casa-Principal (ou museu-casa) Carrancas, painéis de pedra sabão e de cobre, pedras preciosas como ametistas e

<sup>3</sup> A publicação "Tesouro para Bens Móveis e Integrados" contém um conjunto de termos e classificações que visa a uma correta identificação e indexação dos bens culturais do IPHAN.



quartzos; uma grande coleção de conchas com variados tamanhos, especialmente a *Tridacna gigas*, a maior da sua coleção, além de pedras de cantaria, lustres, pinturas, desenhos, esculturas sacras, esculturas em cerâmica (coleção do Vale do Jequitinhonha), utensílios de cozinha, vestuário, mobiliário, painéis de azulejo cerâmico (Gea e Brennand), piano, tecidos (colchas, almofadas e toalhas de mesa pintadas por BM), vidros e cristais.

#### 2. Na Capela

Imagens sacras, três altares em madeira e uma pia batismal em pedra sabão.

#### 3. Na Loggia

Painel de azulejo cerâmico pintado à mão e lustres em madeira.

#### 4. Cozinha de Pedra

Painel fabricado pela Cerâmica Gea a partir de desenho de Burle Marx, assim como outro painel, da fábrica Brennand, dentro do sanitário.

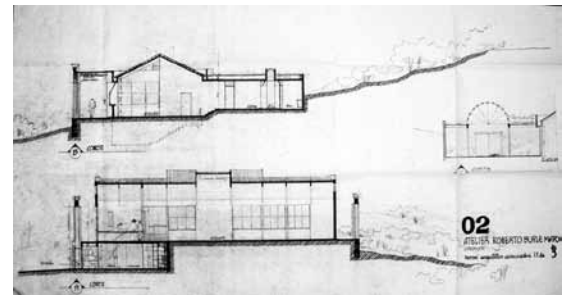
#### 5. No Ateliê de Pintura

Esculturas em vidro, bronze, madeira e cerâmica, lustre em ferro e vidro, telas de autoria de Burle Marx, tapeçaria, mobiliário, vestuário, biblioteca e piano. Neste local estão acondicionados em mapotecas cerca de 1700 desenhos, sendo 1489 de sua própria autoria. O painel de azulejo, considerado como elemento integrado, está fixado na parede externa da construção.

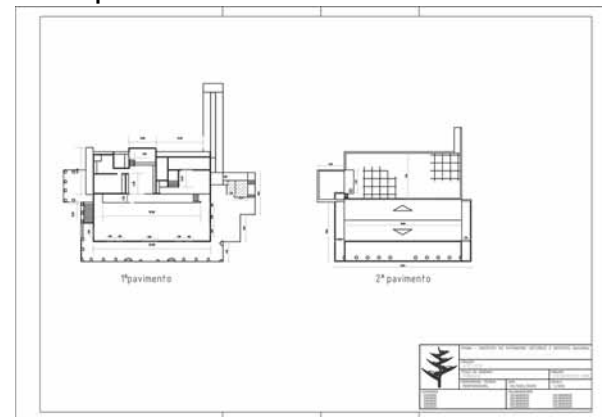
### 3. O ESTADO ENCONTRADO E OS PROBLEMAS

#### 3.1. Acervo arquitetônico

O cadastramento das diversas estruturas arquitetônicas estava impreciso e poucos na forma digital. Não havia um arquivo específico ou organizado sobre o assunto. Foram encontrados diversos desenhos com obras realizadas e/ou projetadas para realização futura.



**Figura 5. Cópia heliográfica do projeto original**  
Fonte: arquivo SRBM



**Figura 6. Desenho digital em 2008**  
Fonte: arquivo SRBM

Com pouca iconografia o entendimento da evolução arquitetônica das edificações estava comprometido.

Nas edificações, todas as formas de cobertura – telhados ou laje de concreto – estavam permitindo infiltração de águas de chuva sobre os acervos internos. As instalações de segurança, incluindo o sistema elétrico, estavam comprometidas ou desativadas. Muitas esquadrias estavam sem condições de abertura ou sem função de isolante externo-interno das intempéries.

### 3.2. Acervo Bibliográfico

Com muitas peças para restaurar, a biblioteca não conta com profissional habilitado e as novas aquisições sequer são incorporadas ao acervo. A sua catalogação foi realizada por títulos, mas não há informatização dos dados, o que dificulta o acesso aos livros por título ou autor. Por estar abrigada em dois locais diversos também há dificuldade na compreensão da totalidade dos títulos.



**Figura 7. Biblioteca ala esquerda**  
Fonte: arquivo pessoal



**Figura 8. Biblioteca ala direita**  
Fonte: arquivo pessoal

No Ateliê de Pintura a biblioteca estava intocada e sem conservação, sofrendo com as constantes infiltrações da laje sobre a estante de madeira. Esta coleção, pelo posicionamento das estantes em relação às claraboias, é submetida à incidência solar direta.

No Prédio da Administração os livros estavam sob condições climáticas extremas: temperaturas oscilantes diuturnamente e umidade relativa não submetida a controle e, ainda, suscetível às alterações na presença de pessoas. Acrescido a estes fatores houve um período de oito meses em que os livros ficaram trancados na sala, sem funcionários, submetidos ao condicionamento de ar ininterrupto.

### 3.3. Acervo Museológico

Todo o acervo, sem nenhuma exceção, foi catalogado, fichado e fotografado. O maior problema encontrado residia na ausência de manutenção. Algumas telas estavam no Ateliê exatamente abaixo de infiltrações de telhado. Outros 22 quadros, outrora “amontoados” em quarto da Casa Principal foram expostos nas paredes da Administração por não haver outro melhor local para guardá-los. Sem limpeza ou controle do ambiente algumas destas telas retraíram, envergando o suporte.

Muitas pequenas peças do acervo da Casa Principal não recebem a correta manutenção de limpeza, apesar de a estrutura museal ter sido preparada para tal. Os aparelhos desumidificadores não são submetidos à rotina necessária. O moderno sistema de sensores de aproximação, presença e fumaça foi desativado por desconhecimento da equipe de manutenção.

Os 1489 desenhos de Burle Marx foram higienizados, acondicionados em papel seda e guardados em mapotecas em sala do Ateliê de Pintura, mas este local

não tinha parâmetros ambientais ideais para a conservação ou estabilização dos



**Figura 9. Ateliê – antiga sala mapoteca**  
**Fonte: arquivo pessoal**

Não obstante as questões observadas em cada tipo de acervo, pontuamos questões de ordem estrutural, como:

- Insuficiência de segurança física, humana e eletrônica. O desafio da parte eletrônica está nos surtos que atingem o quadro geral de energia, pois a região é desprovida de estabilizador de tensão e na ausência de treinamento de equipe para rotineiramente manter os equipamentos em plena função. Os muros delimitadores do terreno só foram construídos na parte frontal com 350m de extensão. As laterais com cerca de

1 km cada e a parte limítrofe posterior não estão cercadas. A segurança humana, terceirizada, precisa de constante capacitação.

- A escassez de recurso público para manutenção de um bem tombado da dimensão e complexidade do Sítio Roberto Burle Marx concorreu para a intensa degradação dos acervos.
- Ausência de entendimento do meio ambiente como instrumento degradador e ausência de ações programadas de forma integrada para a conservação das peças. É fator de consideração a multiplicidade do acervo e de seu comportamento específico.
- Ausência de Plano de conservação e de Plano museológico estabelecidos - a escassez de recursos humanos comprometendo a continuidade das ações de preservação, além do que o efetivo não qualificado e comprometido concorrendo para o quadro preocupante.

#### **4. AS AÇÕES - O GRANDE DESAFIO**

O maior desafio para a conservação desta inestimável coleção está na ausência de profissionais especializados em conservação de acervos no corpo de funcionários da Instituição. Todos os trabalhos direcionados por arquitetos, museólogos, bibliotecários, entre outros, que porventura

trabalharam na instituição em tempos passados foram de essencial competência e valia. Agora, o comprometimento maior reside na continuidade destas ações sem os especialistas.

Atualmente, a Divisão Técnica do SRBM conta somente com trabalhos no campo da biologia, agronomia e arquitetura. Mesmo assim, foram definidas algumas diretrizes para reiniciar ou dar continuidade as ações, como:

1. Reconhecimento da instituição em termos de missão, função, operacionalização (recursos humanos, qualificação e quantidade – equipamentos - instalações) e potencial;
2. Deste conhecimento, extração das potencialidades e ações exequíveis;
3. Mãos a obra!

Com domínio sobre os pontos fortes e fracos do Sítio Roberto Burle Marx, buscamos uma forma de resolução das ações, sempre necessariamente integrada à missão da instituição: guardar, conservar e divulgar os acervos. Cientes que o nome e a obra de Roberto Burle Marx eram de grande potencialidade para arrecadação de recursos e que o tempo era o nosso melhor aliado, programamos o tempo com o seguinte critério:

- ações de emergência – até três anos;

- ações de curto prazo – até cinco anos;
- ações de médio e longo prazo – até sete anos.

O plano de conservação arquitetônica foi composto com trabalhos sequenciais desde a pesquisa de dados e informações históricas até a efetiva realização das obras ou ações de conservação. Deste plano foram extraídos os itens exequíveis e fundamentais para recondicionar os espaços enquanto abrigo das demais coleções. Assim, para as ações emergenciais os recursos financeiros foram arrecadados e executados em três anos – de 2008 a 2011. Visionando a condição de abrigo, os programas e projetos listados referiam-se à realização das obras em telhados e coberturas e de regularização da rede de segurança elétrica.

Pelo grave quadro de conservação, algumas obras de restauração foram fundamentais intervindo na laje de cobertura da Cozinha de Pedra, nas coberturas e telhados do Ateliê de Pintura. Foram ainda estabilizados os quadros e sistemas de segurança da Casa Principal e do Ateliê de Pintura. Precedida de obras de melhoria do Ateliê de Pintura e nova sala e layout da biblioteca principal na administração, uma nova organização dos espaços de guarda da pinacoteca (Reserva Técnica) e das mapotecas assegurou estabilidade do ambiente para as coleções. Especialmente a retirada da biblioteca de sala imediatamente abaixo da caixa de água

da edificação para sala sem proximidade com instalações hidráulicas.

As ações de curto prazo referem-se, na sua maioria, à conservação de parte do acervo museológico, disposto em áreas de risco ou continuamente manipulado de forma inadequada. Mesmo sem recurso humano, já foram realizados:

- Digitalização dos desenhos através de fotografias de alta resolução;
- Higienização e recondicionamento dos desenhos em nova sala de mapoteca submetida a controle ambiental;
- Conservação urgente de telas e painéis de azulejo em estado mau estado de conservação;
- Transferência de todas as telas para uma nova Reserva Técnica e das mapotecas para novo espaço;
- Avaliação de cada ambiente-abrigo de acervo em função das características ambientais.

Estão ainda propostos:

- Avaliar toda a documentação existente nos arquivos sobre os acervos museológico e bibliográfico;
- Criar banco de dados informatizado, utilizando-se dos elementos já digitalizados;

- Substituir o mobiliário de guarda dos acervos como estanteria de livros e traineis para a Reserva Técnica;
- Proceder à conservação das peças segundo a especificidade do acervo;
- Criar um manual de manutenção direcionado aos funcionários da casa;
- Alterar a condição ambiental das salas que abrigam acervo de telas;
- Melhoria na iluminação.

Para médio e longo prazo foram pontuadas ações ao nível de conservação preventiva e divulgação do acervo. Os planos de validação, acompanhamento e manutenção das obras arquitetônicas e das ações que serão implementadas nos acervos também são objetos deste tempo. Estão listados:

- Novas obras de melhoria de instalações prediais, revisão de forros e luminárias, pintura das edificações, novos remanejamento de salas funcionais no prédio da administração;
- Plano para eliminar e evitar riscos;
- Implantar sistemas de monitoramento e controle ambiental;
- Desenvolver e implantar um plano museológico;
- Possibilitar acesso aos acervos bibliográfico e museológico;

- Desenvolver um plano de manutenção predial e dos diversos acervos, buscando, sobretudo, integrar e capacitar todos os funcionários da instituição.

## **CONCLUSÃO**

As ações praticadas nestes três últimos anos podem ser consideradas satisfatórias, tanto para o acervo quanto para as estruturas arquitetônicas. A partir das avaliações, diretrizes e da meta do tempo este trabalho tem demonstrado o quão se faz importante um acompanhamento sistemático de cada etapa, trazendo à luz novas avaliações e novas metas.

Entendemos que tudo é uma questão de planejamento, com participação interdisciplinar, e é por isso que alcançamos:

- resolução das infiltrações nos telhados da casa, da capela, do ateliê e em breve na administração;
- digitalização evitando a manipulação dos desenhos constantemente solicitados
- reordenamento e otimização dos espaços-abrigo das coleções, especialmente as bibliotecas e a nova reserva técnica;
- pleno funcionamento dos dispositivos de segurança eletrônica do Ateliê e da Casa Principal.

Muitas etapas estão a cumprir, alterações de percurso serão consideradas, principalmente

as derivadas dos recursos financeiros. Os desafios continuam.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALVIM, Sandra P. F. *Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro: plantas, fachadas e volumes. Volume 2*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1999.

CHOAY, Françoise; tradução de Luciano Vieira Machado. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

DIAS, Robério. *O patrimônio Paisagístico do Sítio Roberto Burle Marx*. Rio de Janeiro: RJ, 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Cartas Patrimoniais*. Caderno de documentos no 3. Brasília: IPHAN, 1995.

\_\_\_\_\_. *Inventário de Bens Arquitetônicos*. Departamento de Identificação e Documentação (DID), 2002.

\_\_\_\_\_. *Tesouro para bens móveis e integrados*. Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), 2006.





# CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO ACERVO HISTÓRICO DA FIOCRUZ: O Caso do Pavilhão Mourisco

Carla Maria Teixeira Coelho<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Desde as últimas décadas do século XX a conservação preventiva vem se fortalecendo como estratégia para conservação de acervos imóveis (edifícios históricos) e móveis (coleções arquivísticas, bibliográficas, museológicas) de forma integrada. Partindo do princípio fundamental de que devemos atuar principalmente nas causas da deterioração ao invés de atuar nas consequências, a conservação preventiva pode ser entendida como um conjunto de estratégias, definidas de forma interdisciplinar, visando garantir a conservação de edifícios e coleções de maneira sustentável<sup>2</sup>. Tem como objetivos a identificação dos riscos e a erradicação ou minimização das causas de deterioração de bens culturais, evitando assim intervenções de grande impacto.

Para o alcance de tais objetivos, a conservação preventiva baseia-se no desenvolvimento de diagnósticos minuciosos dos objetos, do ambiente onde se encontram, dos agentes e dos processos de deterioração, abordando de forma integrada os conjuntos formados por acervos móveis, os edifícios que os abrigam e os sítios onde esses se localizam.

<sup>1</sup> Arquiteta. Mestre em Arquitetura (PROARQ/FAU/UFRJ). Núcleo de Estudos de Urbanismo e Arquitetura em Saúde do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz).

<sup>2</sup> O conceito de sustentabilidade está intimamente relacionado ao de desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. ONU; BRUNDTLAND. Nosso futuro comum.

Uma das ferramentas mais importantes para estabelecimento de estratégias de conservação preventiva é o diagnóstico de conservação. A partir da experiência acumulada pelos pesquisadores da instituição, o Getty Conservation Institute (GCI) desenvolveu uma metodologia referencial para elaboração de diagnósticos de conservação integrados de edifícios e coleções, consolidada no final da década de 1990 através do manual *The conservation assessment: a proposed model for evaluating museum environmental management needs*.

Ainda na década de 1990 foi realizada a primeira experiência de aplicação desse tipo de diagnóstico no Brasil, no Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia. A partir de um trabalho de parceria entre o Museu, o GCI, a Fundação Vitae e o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Minas Gerais (Cecor-UFMG) foi desenvolvido um trabalho de diagnóstico tendo como um dos objetivos testar a adequação da metodologia do GCI para instituições brasileiras. O Museu de Arte Sacra trata-se de um importante conjunto formado por edificações do século XVII - que abrigavam o antigo Convento de Santa Teresa d'Ávila – e pelo acervo composto por peças de arte sacra do século XVII ao XIX originárias de diversas irmandades religiosas. O trabalho realizado buscou identificar as causas e os agentes dos processos de deterioração do edifício e das coleções, e

definiu diretrizes de curto, médio e longo prazo para aprimoramento das condições de conservação do conjunto.

No Rio de Janeiro, desde 1997, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura vem realizando um estudo de longo prazo no sentido de desenvolver estratégias para a conservação preventiva dos bens móveis e imóveis sob sua tutela, adotando a metodologia proposta pelo GCI como base para elaboração das diferentes etapas do diagnóstico. Dentre os resultados obtidos a partir do trabalho desenvolvido pela instituição – que é responsável pela preservação de acervo relacionado à vida e à obra de Rui Barbosa, incluindo o edifício onde residiu, mobiliário, biblioteca e arquivo pessoal – podemos destacar a implementação de um sistema de controle ambiental para a biblioteca localizada no Museu-casa; e o estabelecimento de planos de conservação programada para o conjunto edificado.

## **1. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL-CIENTÍFICO DA FIOCRUZ**

Criada em 1900 com o nome de Instituto Soroterápico Federal, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição pública de pesquisa ligada ao Ministério da Saúde sediada no Rio de Janeiro, é responsável pela preservação de importante acervo relacionado ao patrimônio cultural da saúde. Grande parte

desse acervo foi gerada ao longo de mais de um século pelos processos de trabalho da própria instituição.

A Casa de Oswaldo Cruz (COC), criada na década de 1980, é a unidade técnico-científica da Fiocruz responsável pela preservação e valorização da memória da instituição e dos seus campos de atuação. Atualmente, a equipe técnica da COC atua na preservação de edifícios históricos, acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos que representam importante fonte de conhecimento tanto no campo da cultura quanto das ciências. Além dos acervos sob sua direta responsabilidade, existem ainda aqueles que pertencem a outras unidades da Fiocruz e encontram-se abrigados em edificações cuja preservação faz parte das ações da COC.

Nos últimos anos a COC vem buscando investir em ações preventivas para garantir a conservação desses acervos, fomentando a interdisciplinaridade entre as equipes de seus diferentes departamentos e de outras unidades da Fiocruz.

A conservação preventiva deve ser uma responsabilidade compartilhada, exigindo grande interação entre diferentes tipos de profissionais – arquivistas, museólogos, conservadores, arquitetos, engenheiros – que trazem diferentes experiências e perspectivas para identificar os problemas e propor soluções, evitando a sobreposição

de esforços<sup>3</sup>. Dessa forma, em 2008 a COC criou um Grupo de Trabalho formado por profissionais de diferentes áreas e perfis cujo objetivo é conceber, organizar e desenvolver ações para a implantação de planos de conservação preventiva para os acervos sob sua responsabilidade. Através do trabalho interdisciplinar o Grupo busca contribuir com estratégias de caráter preventivo para a conservação de bens móveis e imóveis.

Uma das primeiras ações do Grupo foi a elaboração do projeto de pesquisa “Conservação preventiva dos acervos preservados pela Casa de Oswaldo Cruz”, selecionado pelo Programa de apoio a pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico 2009-2010 da COC. O desenvolvimento do projeto conta com a colaboração da Fundação Casa de Rui Barbosa, através de convênio estabelecido entre as instituições.

## **2. O PROJETO DE PESQUISA**

O projeto de pesquisa “Conservação preventiva dos acervos preservados pela Casa de Oswaldo Cruz” tem como objetivos identificar as causas de degradação e riscos potenciais aos acervos preservados pela COC e definir estratégias de conservação para edifícios e coleções – entendidos contemporaneamente como conjuntos sistêmicos e não mais como objetos isolados – reduzindo a necessidade de intervenções restauradoras.

<sup>3</sup> CASSAR, May. Interdisciplinarity in preventive conservation.

Com o objetivo de estabelecer uma experiência piloto, foram definidos como objetos de estudo da pesquisa o Pavilhão Mourisco e a Reserva Técnica do Museu da Vida. No presente trabalho enfocaremos as pesquisas relacionadas ao Pavilhão Mourisco, pois além de abrigar importantes acervos móveis o Pavilhão trata-se de uma edificação de grande importância artística e histórica, tendo sido tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1981.

Localizado no campus principal da Fiocruz, no bairro de Manguinhos (zona norte da cidade do Rio de Janeiro), o Pavilhão Mourisco faz parte da primeira geração de edifícios construídos para abrigar as atividades da instituição e ainda hoje é seu maior símbolo. Foi projetado pelo arquiteto português Luiz Moraes Junior e construído entre 1905 e 1918 no alto de uma das colinas do terreno da instituição, com fachada principal voltada para a Baía de Guanabara. Segue a tendência de composição arquitetônica do final do século XIX e início do século XX no Brasil – o ecletismo – revelando influências da arquitetura mourisca<sup>4</sup>, principalmente em sua rica ornamentação.



**Figura 1. Pavilhão Mourisco.**

**Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico/COC**

A configuração do terreno do *campus* foi modificada ao longo do tempo, e atualmente ele encontra-se limitado a leste pela Avenida Brasil, a oeste pela Avenida Leopoldo Bulhões e a noroeste pela Linha Amarela, vias de tráfego intenso que cortam a cidade. O limite sul do terreno é definido pelo Rio Faria-Timbó.

Projetado para receber os laboratórios e salas de pesquisa dos primeiros cientistas da Fiocruz, o edifício conta com 5 pavimentos habitáveis e 2 pavimentos técnicos. Abriga atualmente acervos de grande importância, como a Coleção Entomológica, a Seção de Obras Raras da Biblioteca de Ciências Biomédicas e parte do acervo museológico do Museu da Vida. Além das áreas de acervo, o Pavilhão abriga ainda salas de trabalho da presidência e de outras unidades da Fiocruz.

A Coleção Entomológica, sob responsabilidade do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), é composta por aproximadamente 5 milhões de insetos coletados desde 1901 pelos primeiros cientistas da instituição. Desde então ela vem crescendo e ocupando salas do 2º pavimento do Pavilhão Mourisco. Em 2008 foi concluída a obra de restauração da ala frontal do Pavilhão, incluindo a construção de estanterias metálicas com arquivos deslizantes próprios para o armazenamento das gavetas de madeira onde estão acondicionados os insetos da coleção. Um sistema de vedação com borrachas foi previsto em cada um dos módulos dos arquivos deslizantes com o objetivo de garantir a estanqueidade do conjunto.



**Figura 2. Vista da Coleção Entomológica.**  
**Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico/COC**

Ainda no 2º pavimento encontram-se as salas de exposição Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, que abrigam parte do acervo museológico sob responsabilidade do Museu da Vida/

COC, composto por objetos diversos como equipamentos de laboratório, mobiliário e obras de arte.



**Figura 3. Vista da sala Oswaldo Cruz.**  
**Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico/COC**

A Seção de Obras Raras A. Overmeer da Biblioteca de Ciências Biomédicas, sob responsabilidade do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), ocupa ainda hoje as salas originalmente projetadas para abrigar a biblioteca do Instituto, localizadas no 3º pavimento do Pavilhão Mourisco. O acervo é abrigado em área separada do salão de leitura, em um conjunto de estantes de aço de quatro andares importado de Nova York e instalado em 1913. Constituído de material bibliográfico diversificado (livros, periódicos, teses e folhetos), o acervo é composto por cerca de 40 mil volumes de obras nas áreas de história natural, ciências biológicas, medicina e saúde pública publicadas entre os séculos XVII e XX.



**Figura 4. Vista da área de acervo da Seção de Obras Raras.  
Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico/COC**

### **3. A METODOLOGIA UTILIZADA**

O estado atual de um bem cultural, seja ele móvel ou imóvel, é o resultado cumulativo de condições ambientais passadas e atuais; da vulnerabilidade intrínseca dos materiais; da presença de fatores que fomentam a deterioração; do uso; e do histórico das intervenções que ele sofreu. O conhecimento sobre todos esses fatores é fundamental para a definição de estratégias para a conservação dos objetos.

A partir da metodologia para elaboração de diagnósticos de conservação desenvolvida pelo GCI – que propõe a análise integrada do macroclima, do edifício, das coleções e dos aspectos organizacionais que impactam sobre sua preservação – foi definido

pelo grupo um plano de trabalho para o desenvolvimento da pesquisa contemplando três etapas principais: elaboração do diagnóstico de conservação dos acervos e do edifício; monitoramento ambiental das áreas de guarda dos acervos; e o estabelecimento de estratégias de conservação.

A metodologia proposta pelo GCI não é especificamente formatada para avaliação de edifícios históricos, mas sim para qualquer tipo de edifício que abrigue acervos. Tendo em vista a especificidade do objeto de estudo da pesquisa, foram incorporadas ao trabalho análises mais aprofundadas em relação ao histórico do edifício, às intervenções realizadas ao longo dos anos e ao estado de conservação dos materiais construtivos.

O processo de diagnóstico deve ser sempre iniciado com a reunião de toda a informação disponível sobre o edifício e as coleções, tendo em vista que a análise da documentação existente sobre um bem é capaz de revelar dados que não podem ser obtidos através da observação direta. Durante a primeira fase do diagnóstico foi identificada a existência de farta documentação técnica relativa às obras realizadas no Pavilhão Mourisco a partir da década de 1980 - época da criação do Departamento de Patrimônio Histórico da COC. A forma de organização e armazenamento dessa documentação, entretanto, não permitia que essas

informações estivessem acessíveis para consulta.

Com a orientação dos técnicos do Departamento de Arquivo e Documentação da COC foi realizada a organização dessa documentação em dossiês por projeto/obra, tendo sido necessária a separação prévia dos documentos referentes a outros prédios do *campus* Manguinhos que se encontravam misturados. Cada dossiê criado possui plantas, especificações técnicas, diários de obra, relatórios e fotografias. A partir desse trabalho foi possível estabelecer uma cronologia das intervenções realizadas no edifício.

Além de tornar acessíveis informações sobre as ações de conservação e restauração, essa organização prévia dos dados possibilitou a identificação de alguns pontos vulneráveis da edificação, como, por exemplo, a cobertura. Desde o final da década de 1980 foram realizadas as obras de reimpermeabilização do 5º e 7º pavimentos (1988 e 1991), de restauração das ameias e torreões do 5º e 7º pavimentos (1996 e 1997) e dos dutos de águas pluviais (2000). Em 2005, um novo estudo para revisão da impermeabilização das coberturas foi realizado. As torres norte e sul do Pavilhão passaram por obras de restauração de grandes proporções em 1989 e 1990 respectivamente. Em 2008, um mapeamento de danos realizado para subsidiar um novo projeto de restauração já

indicava graves problemas de conservação e a necessidade de uma nova intervenção (atualmente o projeto aguarda liberação de verbas para ser executado).

Na fase de levantamento de dados foi realizada ainda pesquisa em material bibliográfico existente sobre a edificação e sobre os acervos. O objetivo dessa etapa foi consolidar os dados históricos existentes, incluindo as questões relacionadas ao uso e modificações na edificação desde sua construção até os dias atuais; e a organização das informações sobre materiais e técnicas construtivas para alimentação do inventário sobre o edifício.

A segunda fase do diagnóstico incluiu visitas a campo para levantamento de informações. Através da observação direta e entrevistas com curadores das coleções e usuários do edifício, foram coletadas informações sobre o estado de conservação dos materiais construtivos do edifício, das instalações existentes, e das coleções; e ainda sobre os métodos de armazenamento e de exposição das coleções, rotinas de limpeza e manutenção, e políticas de preservação.

Para o desenvolvimento do diagnóstico das coleções foi contratada a empresa *Papel e Natureza Assessoria em Preservação*. O trabalho foi coordenado pela diretora técnica da empresa, a museóloga Ingrid Beck e contemplou os três acervos abrigados no Pavilhão.

Na Biblioteca, por exemplo, foi realizado um levantamento por amostragem aleatória para a quantificação da frequência dos danos no acervo. O diagnóstico indicou como principais problemas danos causados por insetos, papel quebradiço e danos mecânicos nas encadernações. Foram identificados ainda problemas relacionados ao excesso de radiação ultravioleta, tendo em vista que a sala principal do acervo possui amplas janelas em ferro e vidro localizadas nas fachadas voltadas para norte, sul e leste.

O diagnóstico de conservação do acervo apontou que os problemas de conservação identificados possivelmente têm relação com condições inadequadas de umidade, temperatura, radiações luminosas e poluentes, confirmando as informações coletadas pelo monitoramento ambiental.

Seguindo a abordagem de trabalho que leva em consideração as diferentes camadas que compõem o conjunto estudado (macroambiente, edifício e coleções) o diagnóstico das condições ambientais teve início com o levantamento de dados sobre a cidade do Rio de Janeiro (temperatura, umidade relativa e pluviometria) através do site do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet)<sup>5</sup>. A instituição possui um banco de dados com medições que vêm sendo realizadas desde a década de 1930, e disponibiliza para consulta as Normais Climatológicas – coletânea de dados de

cada um dos índices citados anteriormente transformados em médias mensais. Para o trabalho, foram levantadas as Normais mais recentes (1961-1990).

A análise das Normais Climatológicas revela que a umidade relativa do ar na cidade do Rio de Janeiro mantém-se elevada ao longo do ano inteiro, variando entre 77% e 80% na média, apresentando pouca variação entre os meses do ano. Já em relação à temperatura, observa-se uma variação entre 19° C e 30° C ao longo do ano. O conhecimento desses valores é importante pois eles indicam, de maneira geral, as condições ambientais a que estão submetidos os bens culturais localizados na cidade.

No caso de climas tropicais úmidos, um dos principais agentes de deterioração é a umidade relativa elevada. A presença de umidade nos ambientes leva à biodeterioração de materiais construtivos dos edifícios e da matéria que compõe os acervos móveis, especialmente aqueles de base orgânica<sup>6</sup>.

Dados sobre a qualidade do ar e movimentação do vento na cidade foram levantados em documentos produzidos pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea). De acordo com o monitoramento realizado pelo Inea, a Avenida Brasil é responsável por 25 a 30% do total de poluentes do ar (incluindo particulados e gases, como dióxido de enxofre e monóxido de carbono) emitidos pelas vias de tráfego na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

5 Informações disponíveis em <http://www.inmet.gov.br>.

6 Grande parte dos autores que tratam desse tema estabelece o índice de 65% de UR como limite de segurança para evitar a biodeterioração. A partir desse valor, e dependendo do tempo de exposição, materiais de base orgânica estarão mais sujeitos à deterioração por agentes biológicos.



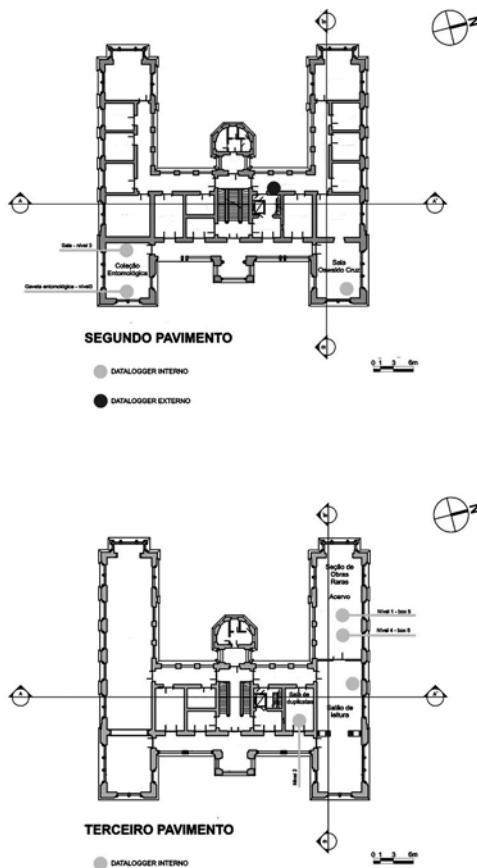
A análise dos dados sobre movimentação do vento na cidade indica que a predominância nessa região é de ventos no setor sul sudeste, ou seja, no caso do Pavilhão Mourisco o vento contribui para o transporte dos poluentes gerados na Avenida Brasil em direção ao edifício. O conhecimento desses dados ratifica as informações levantadas durante o diagnóstico de conservação do edifício e dos acervos – que indicou a presença de poeira como uma das questões preocupantes para todo o conjunto.

Buscando aproximar mais a análise do objeto de estudo, foi proposta no plano de trabalho da pesquisa uma rotina de monitoramento ambiental do conjunto. O monitoramento ambiental compreende o recolhimento e registro de dados relativos aos parâmetros ambientais em determinado local, medidos de maneira sistemática, uniforme e repetitiva. A coleta de dados a longo prazo possibilita a identificação das relações entre a deterioração dos objetos e suas causas, possibilitando ainda a verificação da eficácia das soluções de conservação adotadas para os acervos.

O Pavilhão Mourisco possui aproximadamente 6.000 m<sup>2</sup> de área construída e mais de 60 compartimentos. Para o desenvolvimento da pesquisa foram definidas áreas prioritárias a serem monitoradas: Sala da Coleção Entomológica; Biblioteca de Obras Raras (sala do acervo, sala de duplicatas e salão de leitura); e Sala de exposição Oswaldo Cruz. Foi

definido ainda um ponto de monitoramento externo na varanda leste da edificação.

Para realização do monitoramento vem sendo utilizados equipamentos tipo *dataloggers*, que medem e armazenam dados de temperatura e umidade a cada hora, em cada um dos pontos definidos, buscando diferentes escalas de observação (exterior; sala do acervo; objeto). O tempo mínimo de duração desse tipo de monitoramento deve ser de um ano, para que as características ambientais das áreas em questão possam ser avaliadas ao longo das quatro estações, visto que cada uma delas representa mudanças em relação à temperatura, umidade relativa do ar, insolação e incidência de ventos. Levando-se em consideração a duração da pesquisa, foi estabelecido um período de 18 meses de monitoramento.



**Figura 5. Localização dos equipamentos de monitoramento ambiental instalados no Pavilhão Mourisco.**

**Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico/COC/Fiocruz.**

Os dados coletados foram mensalmente recolhidos e organizados em planilhas digitais, e gráficos mensais e anuais foram produzidos para cada um dos pontos monitorados. A partir da análise dos dados de umidade relativa e temperatura levantados, e das

questões apontadas pelo diagnóstico de conservação dos acervos é possível avaliar o impacto que as condições ambientais externas têm sobre os ambientes de guarda dos acervos; e a relação entre as condições nas áreas de guarda e a conservação dos acervos.

As informações levantadas vêm sendo organizadas em um caderno de diagnóstico que engloba tanto as questões relacionadas ao edifício quanto às coleções, e alguns desdobramentos do trabalho já podem ser observados. Foi constatado, por exemplo, que o sistema de climatização central existente (instalado na década de 1990) precisaria ser substituído. O diagnóstico realizado forneceu dados sobre os impactos no edifício causados pelo sistema existente; e sobre as condições ambientais observadas nas áreas de acervo. Tais informações contribuíram para o estabelecimento de diretrizes para um novo sistema de climatização, cujo projeto encontra-se atualmente em desenvolvimento.

De forma mais geral, as análises realizadas durante o projeto de pesquisa serão importantes para o estabelecimento de um plano de conservação preventiva, que estabelecerá prioridades e estratégias de intervenção no conjunto.

## **BIBLIOGRAFIA**

CARVALHO, Claudia Rodrigues. *O projeto de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa*. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB\\_ClaudiaCarvalho\\_Projeto\\_de\\_conservacao\\_preventiva\\_do\\_museu\\_Casa\\_de\\_Rui\\_Barbosa.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_ClaudiaCarvalho_Projeto_de_conservacao_preventiva_do_museu_Casa_de_Rui_Barbosa.pdf). Acesso em: mar.2007.

CASSAR, May. *Environmental Management: guidelines for museums and galleries*. Roudledge, Londres. 1995.

\_\_\_\_\_. 2006. *Interdiscipinarity in preventive conservation*. UCL, London. Disponível em <http://www.ucl.ac.uk/sustainableheritage/interdiscipinarity.pdf>. Acesso em : 4 ago. 2008.

DARDS, Kathlenn. *The conservation assessment: a proposed model for evaluating museum environmental management needs*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1998. Disponível em [http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf\\_publications/assessmodeleng.pdf](http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/assessmodeleng.pdf). Acesso em: 19 jun.2008.

GUICHEN, Gael de. Preventive conservation: a mere fad or far-reaching change? In : *Museum International*, Paris, v. 51, n. 201, pp. 4-6, 1999.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de; COSTA, Renato da Gama-Rosa; PESSOA, Alexandre José de Souza. *Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos*. Rio de

Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

ONU; COMISSÃO BRUNDTLAND. *Nosso futuro comum*. Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

PUTT, Neal; SLADE, Sarah. *Teamwork for Preventive Conservation*. ICCROM, Roma, 2003. Disponível em [http://www.iccrom.org/eng/02info\\_en/02\\_04pdf-pubs\\_en/ICCROM\\_doc01\\_Teamwork.pdf](http://www.iccrom.org/eng/02info_en/02_04pdf-pubs_en/ICCROM_doc01_Teamwork.pdf) . Acesso em: 18 abr. 2008.



# MUSEU DA PATOLOGIA: gestão e áreas de atuação

**Barbara Cristina Euzebio  
Pereira Dias de Oliveira<sup>1</sup>**

**Marcelo Pelajo-Machado<sup>2</sup>**

## **INTRODUÇÃO**

O Museu da Patologia foi criado por Oswaldo Cruz em 1903 quando se fazia necessário erradicar a Febre Amarela no País. Para tanto, Oswaldo Cruz incumbiu os pesquisadores do então Instituto Soroterápico de Manguinhos<sup>3</sup> de realizarem o estudo da anatomia patológica desta doença e seu diagnóstico necroscópico. Após a autópsia, os principais órgãos com alteração deveriam ser recolhidos ao Museu do Instituto Soroterápico de Manguinhos. Foi estipulado que todas as peças anatômicas provenientes dos trabalhos e pesquisas do Instituto deveriam ser protocoladas junto ao Museu além da obrigatoriedade da organização de uma Coleção de preparados de histologia normal e patológica, de embriologia comparada e humana (Decreto nº 17.512 de 5 de novembro de 1926, artigos: 16 a 18). Assim, inicialmente a guarda desta Coleção estava a cargo da Seção de Anatomia Patológica do então ainda Instituto Soroterápico Federal; com o crescimento do Instituto e da Seção, esta passou a se chamar Divisão de Anatomia Patológica (Decreto n.10.252 de 14 de agosto de 1942) já com o Instituto também com o seu nome alterado

157

<sup>1</sup> Graduada em Microbiologia e Imunologia (UFRJ). Doutora em Ciências - Microbiologia (UFRJ). Pesquisadora Visitante, Laboratório de Patologia/ Museu da Patologia do Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz).

<sup>2</sup> Graduado em Medicina (UFRJ). Doutor em Biologia Celular e Molecular (Fiocruz) e pós-doutor em Biociências (Centro Alemão de Pesquisas sobre o Câncer DKFZ). Pesquisador Titular e Chefe do Laboratório de Patologia do Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz).

<sup>3</sup> BENCHIMOL, J. L. (coord). Manguinhos do Sonho à vida – A Ciência na Belle Époque, p.28.

para, em homenagem a seu fundador, Instituto Oswaldo Cruz. São exemplos das contribuições da Seção de Anatomia Patológica: a) os estudos de Rocha Lima e de Magarinos Torres sobre a anatomia patológica da febre amarela e b) as lesões histológicas da doença de Chagas, pela primeira vez descritas por Gaspar Vianna e ilustradas por Castro-Silva.

Em paralelo aos trabalhos da Divisão de Anatomia Patológica e muitas vezes em colaboração com patologistas membros desta, começa a surgir uma nova Coleção no campus do IOC em Manguinhos, a Coleção Histopatológica do Laboratório de Histopatologia da Febre Amarela, atualmente denominada Coleção de Febre Amarela. Tanto o Laboratório quanto a Coleção foram frutos do convênio entre o governo brasileiro e a Fundação Rockefeller, firmado logo após a epidemia ocorrida em 1928, no qual esta Fundação assumiu as ações de combate à febre amarela no País com o intuito de erradicá-la por completo. Cabe aqui ressaltar que ainda não era conhecido o ciclo da febre amarela silvestre, o qual mais tarde seria o motivo pelo qual a febre amarela não poderia ser erradicada por completo do País. Para melhorar e possibilitar o diagnóstico necroscópico da doença e o controle da ocorrência dos casos em todo território nacional sem a necessidade da presença de um médico para a coleta de material foi implantada a viscerotomia. Com

o instrumento (viscerótomo) e a técnica apropriada, qualquer pessoa treinada, mesmo sem formação na área de saúde, era capaz de coletar um fragmento de fígado de uma pessoa que tivesse falecido com suspeita de febre amarela. Estes fragmentos eram enviados para o Laboratório de Histopatologia criado no campus de Manguinhos, e neste eram devidamente processados e analisados por cinco patologistas que deveriam ter um consenso diagnóstico para que fosse possível liberar o diagnóstico final e alimentar seguramente as estatísticas da época. Este Laboratório funcionou como parte do convênio até 1939; em seguida, o governo brasileiro assumiu sozinho o combate à doença criando o Serviço Nacional de Febre Amarela, que continuava a funcionar nos mesmos moldes de gerenciamento da Fundação Rockefeller. A doença foi ficando restrita às regiões silvestres do País. Em 1949, todo o acervo do Laboratório de Histopatologia, seus funcionários e infraestrutura foram transferidos para o Instituto Oswaldo Cruz. Como os patologistas deste laboratório já colaboravam com os da Divisão de Anatomia Patológica, lá se instalaram juntamente com o acervo. Magarinos Torres, então chefe do Laboratório de Histopatologia da Febre Amarela, continuou a desenvolver no IOC as suas pesquisas sobre a histopatologia da Febre Amarela em colaboração com vários outros pesquisadores.

A Divisão de Anatomia Patológica, já com os dois acervos e ocupando todo o atual Pavilhão Carlos Chagas, sofreu juntamente com o Instituto muitas perdas durante o evento denominado “Massacre de Manguinhos”<sup>4</sup>. Durante as décadas de 1970-1980, a Divisão foi transferida para um dos andares do atual Pavilhão Gomes de Faria, um espaço muito pequeno quando comparado com o que tinha nos cinco andares do Pavilhão Carlos Chagas. Na década de 1980, com a reestruturação do IOC, agora uma Unidade da Fiocruz, foi criada a estrutura administrativa de Departamentos. Nesse momento, a Divisão dá origem ao Departamento de Patologia. Em 1984, dois pesquisadores foram convidados a se integrarem no Departamento, os Dr. Henrique L. Lenzi e a Dra. Jane Lenzi. Iniciaram então, uma grande reforma no Departamento ao longo dos anos com o objetivo de capacitar mais pessoas para o trabalho com Patologia Experimental e modernizar a infraestrutura instalada na época de sua chegada. Com o início dos trabalhos de Patologia Experimental no Departamento iniciou-se uma nova Coleção denominada Coleção do Departamento de Patologia do IOC, que guarda atualmente em seu acervo a memória biológica e documental de quase 30 anos de pesquisa nas várias áreas de atuação no Departamento bem como a memória de todos os serviços prestados em diagnóstico para o SUS e das mais diversas colaborações científicas realizadas. Associadas a esse

material existem mais de 500 mil imagens de microscopia nos mais diversos suportes dos materiais analisados pelo Departamento ao longo dos anos.

Na década de 1980, o Departamento de Patologia do IOC assumiu a salvaguarda dos acervos produzidos pela Seção/Divisão de Anatomia Patológica e da Coleção de Febre Amarela e iniciou um trabalho de inventário e manutenção desses acervos. A partir de um acordo com a Casa de Oswaldo Cruz, todos os documentos referentes à Coleção de Febre Amarela foram recuperados, organizados e inventariados pelo Departamento de Documentação e Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz e encontram-se sob a sua guarda. No início da década de 2000, essas Coleções foram transferidas para um local compatível com o seu tamanho, localizado no Pavilhão Lauro Travassos. Neste local, foi montado um laboratório para a manutenção do acervo. Com isso, foi possível implantar o Programa Permanente de Salvaguarda do Acervo das Coleções do Museu e o Programa de Digitalização Continuada dos acervos.

Em 2007, a Coleção da Seção de Anatomia Patológica do IOC foi totalmente recuperada e inventariada. Atualmente, conta com 854 peças anatômicas remanescentes e dois armários expositivos da Coleção original. Neste mesmo ano, durante o projeto de revitalização das Coleções que estavam sob a guarda deste Departamento, o Museu

4 LENT, H. O Massacre de Manguinhos.

foi reestruturado e passou a abrigar três Coleções de material biológico (Fig. 1), assim constituídas:

1. Coleção da Seção de Anatomia Patológica (CSAP): Constitui a Coleção original do Museu da Patologia. Este nome foi adotado para esta Coleção, por ser a primeira “unidade” a ser responsável pela coleta e guarda do acervo;
2. Coleção de Febre amarela: composta atualmente por duas sub-coleções (Sub-coleção Histórica e Sub-Coleção Experimental). A sub-Coleção Histórica constitui o acervo gerado pelo Laboratório de Histopatologia da Febre Amarela, fruto do convênio entre o governo brasileiro e a Fundação Rockefeller. O acervo biológico desta Sub-Coleção é composto de, aproximadamente, 500 mil amostras de fígado coletadas por viscerotomia durante as campanhas antiamarílicas ocorridas entre as décadas de 1930 e 1970, procedentes de todo o território brasileiro e de alguns países vizinhos. Além disso, acompanha o material biológico uma extensa documentação (sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz), com dados importantíssimos, por exemplo, sobre a

origem e localização dos casos. A Sub-Coleção Experimental foi iniciada em 2009 a partir da necessidade de uma Coleção que recebesse o depósito de material histopatológico de febre amarela proveniente de um projeto realizado por colaboração entre duas Unidades da Fiocruz (Biomanguinhos e IOC), e é composta atualmente por 34 casos (depositados pelo Laboratório de Patologia – produto de projeto de estudo da análise histopatológica de embriões de galinha infectados com amostra de vírus 17DD). Acompanha esse material a documentação referente aos protocolos de pesquisa, fotomicrografias de campo claro, de microscopia confocal a laser (imunofluorescência, colorações especiais e reconstruções 3D) e de lâminas completas escaneadas.

3. Coleção do Departamento de Patologia: constitui o documento biológico de



**Figura 1. Imagens do acervo do Museu da Patologia do IOC por Coleção a que pertence. Fonte: autor.**



Experimental, realizadas pelo Departamento e Laboratório de Patologia do IOC. Este Departamento/Laboratório é historicamente o sucessor da Seção/Divisão de Anatomia Patológica do IOC (responsáveis pela montagem da Coleção original do Museu até por volta da década de 1960-1970).

Esta reestruturação baseou-se tanto no histórico de formação do Museu e das outras duas Coleções que atualmente o compõe quanto na sua Missão Institucional como patrimônio histórico-científico testemunho das pesquisas e serviços realizados por esta centenária instituição de pesquisa. Em seguida, a equipe do Departamento de Patologia iniciou um processo de Planejamento estratégico para o Museu e suas Coleções para o período de 2007 a 2016. Desta forma, foram redigidos os Planos Diretores que vem norteando o nosso trabalho de Gestão desses acervos biológicos. Nesse sentido, foram definidas a Missão e a Visão do Museu e de cada uma das três coleções. Este Planejamento Estratégico baseou-se na matriz S.W.O.T. com análise de cenários. Para tanto, buscamos identificar os pontos fortes e fracos do Museu e analisamos as ameaças e as oportunidades existentes. A partir dessa análise foram definidos planos e estratégias que diminuíssem a probabilidade de problemas provenientes das ameaças identificadas, e que convertessem os pontos fracos identificados em pontos positivos de modo a permitir através das oportunidades

(identificadas e as que viriam a surgir neste período), o alcance da visão no prazo de 10 anos. Em seguida, esses planos e estratégias foram convertidos em um portfólio de projetos.

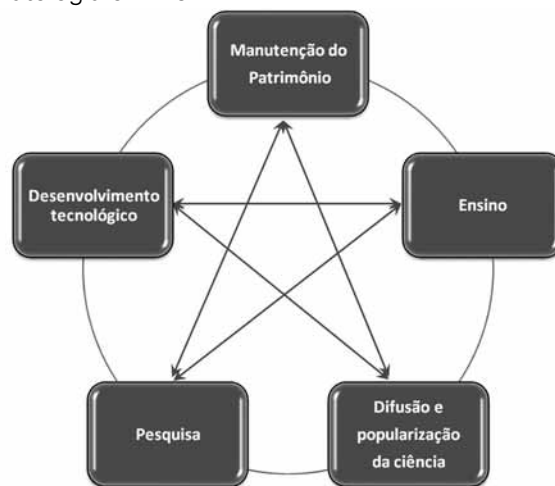
Os projetos, juntamente com os seus objetivos, metas e planos de ação foram definidos em cinco eixos estruturantes que chamamos de “áreas de atuação das Coleções”, que são: Patrimônio, Ensino, Divulgação Científica, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (Fig. 2). Estes projetos levaram em conta o potencial de cada coleção, bem como o tipo de acervo que a compõe. Cabe aqui ressaltar, por exemplo, que a Coleção da Seção de Anatomia Patológica, devido ao método de conservação e a idade do material, apresenta um caráter mais expositivo e de pesquisa macroscópica do que aplicação para desenvolvimento tecnológico enquanto que a Coleção do Departamento de Patologia apresenta exatamente o oposto, um apelo muito maior para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do que um caráter expositivo.



**Figura 2. Esquema representando as áreas de atuação do Museu da Patologia do IOC com seus respectivos objetivos ou metas. Fonte: autor.**

Embora os projetos estejam separados por eixo estruturante, os resultados alcançados são sempre analisados com uma visão multidisciplinar, promovendo o diálogo entre as várias vertentes de atuação (Patrimônio, Pesquisa, Difusão e Popularização da Ciência, Ensino e Desenvolvimento Tecnológico – Fig. 3) o que favorece o fomento e ampliação do escopo de análise ou do levantamento de dados individualizados em cada vertente. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas nas três coleções que compõem o Museu de Patologia do IOC são superpostas e interdependentes e seus resultados são complementares a uma visão mais global e integradora. Por exemplo, a pesquisa e digitalização dos documentos são realizadas por representantes das áreas de informática e de pesquisa biológica e documental. Desta forma, os resultados obtidos contribuem

tanto para o desenvolvimento e futura alimentação do banco de dados quanto para fomento de questionamentos e dados para o desenvolvimento da pesquisa. Estes resultados também permitem que os pesquisadores atuem em conjunto com parte da equipe que é responsável pelo desenvolvimento das atividades didáticas a serem realizadas, tanto no espaço não-formal de ensino aprendizagem, como também as que vão figurar na página do Museu da Patologia on-line.



**Figura 3. A interligação de atuação dos eixos estruturantes. Fonte: autor.**

Para a sustentabilidade financeira do Plano Direto, a equipe do Museu busca submeter projetos às agências de fomento à pesquisa ou à manutenção de acervos e conta ainda com um valor anual do Tesouro proveniente da Vice-Diretoria de Coleções e Laboratórios de Referência do IOC. Nesse sentido, contamos

por meio de projetos aprovados em editais com o apoio da Faperj, CNPq e BNDES.

O Plano Diretor do Museu da Patologia do IOC e de suas respectivas coleções é revisto a cada dois anos, buscando monitorar a eficácia dos planos executados e estratégias adotadas, verificar o andamento dos cronogramas dos projetos, a capacidade de resposta às chamadas de editais existentes, bem como às intempéries que tenham surgido. A cada avaliação, os orçamentos e cronogramas são atualizados, um novo ranking de prioridades de projeto é elencado e novas estratégias de fomento são estudadas, visando o cumprimento dos objetivos para os quais as estratégias habituais de fomento não sejam válidas.

Para ilustrar a forma de atuação do trabalho em vertentes, apresentamos a seguir a nossa experiência de trabalho nas vertentes de preservação de patrimônio e divulgação científica.

## **1. PATRIMÔNIO: PRESERVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA COLEÇÃO DE FEBRE AMARELA**

A Preservação e a modernização da Coleção de Febre Amarela estão sendo realizadas a partir do cumprimento de dois Programas voltados para a salvaguarda do acervo, a saber:

### **1.1. Programa Permanente de Salvaguarda do Acervo (Apoio Faperj - APQ4)**

Todo o acervo da Coleção de Febre Amarela (fragmentos formolizados, blocos e lâminas coradas – Fig. 4) constitui patrimônio inestimável à ciência e ao povo brasileiro. Estes espécimes dependem de manutenção técnica constante e permanente, quer pela troca de fixador (no caso das viscerotomias), quer pela limpeza individual de cada bloco e lâmina. Esse processo é, portanto, muito trabalhoso, em especial quando é considerado o tamanho do acervo (498 mil casos).



Frascos com material envolto em gaze imerso em formalina, após a troca do fixador e com a nova etiqueta de identificação (quando existe etiqueta original esta é preservada também); (B) Gaveta representando a forma original de armazenamento das lâminas; (C) Comparação entre os frascos antes (esquerda) e depois (direita) da recuperação. (D) Nova forma de armazenamento das lâminas após a limpeza física individual das mesmas; (E) Detalhe do bloco histológico de parafina contendo um fragmento de fígado – original da Coleção; (F) Lâminas histológicas coradas. Antes (esquerda) e após (direita) a recuperação.

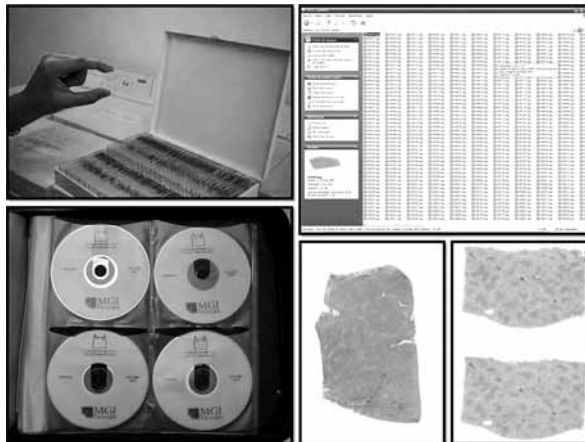
Fonte: Maria Castro (A a E) e Guttemberg Brito (F).

## 1.2. Programa de Digitalização Continuada do acervo da CFA (Apoio BNDES – edital: Apoio A Projetos de Preservação de Acervos).

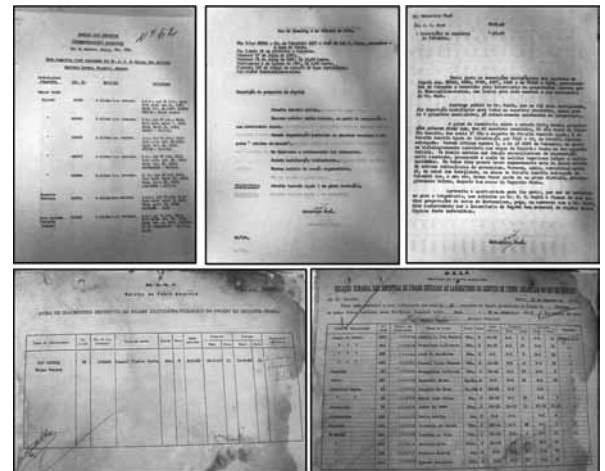
Com o recurso captado junto ao BNDES foi possível contratar os serviços de uma empresa especializada em digitalização de acervos, permitindo que fossem digitalizadas 90 mil lâminas da CFA em pouco mais de um ano. Coube à nossa equipe a limpeza técnica individual desses preparados e seu acondicionamento em caixas plásticas para lâminas além do controle individual da qualidade das imagens que eram recebidas gravadas em DVD (Fig. 5).

Nesse período, iniciamos a estruturação do banco de dados que irá gerenciar essas imagens, correlacionando-as com os demais dados que temos de cada caso (especialmente a partir da documentação impressa, sob a guarda da COC – Fig. 6), e permitindo seu acesso ao público externo (dentro de diretivas de segurança e sigilo apropriadas). Os descritores já foram todos definidos bem como as máscaras e os relatórios a serem emitidos pelo banco de dados.

164



digitalizadas (notar que a indexação respeita a numeração original da CFA); quatro dos DVDs personalizados entregues pela empresa que prestou o serviço de digitalização; imagens digitalizadas de duas lâminas originais da Coleção de Febre Amarela do IOC, uma com um único corte corado e outra com dois cortes. Fonte: autor.



## DISPONIBILIZAÇÃO CONTINUADA DAS INFORMAÇÕES DAS COLEÇÕES DO MUSEU DA PATOLOGIA DO IOC

### 2.1. Desenvolvimento de atividades didático-

## **pedagógicas para o ensino não-formal e formal**

Para a área de ensino não formal, foram formuladas atividades pedagógicas para o espaço enfatizando a experimentação e a comunicação ativa dos visitantes com os objetos técnicos ou objetos de experiência. Assim, as atividades desenvolvidas foram testadas em ambientação não formal pelos professores vinculados à equipe do projeto, com alunos dos Colégios Estaduais onde lecionam. Estas atividades proporcionam, além da participação do visitante, a possibilidade de construir um conhecimento processual que integre as questões científicas em um contexto histórico (nacional e institucional) e cultural. Para isso, foram utilizados fatos da história da Patologia para desmontar a visão dominante de uma evolução linear do conhecimento, gerando dúvidas e expectativas, revelando a ciência como um processo dinâmico, com continuidades e descontinuidades, permanências e rupturas em que não existem certezas absolutas. Essas atividades foram aplicadas em eventos destinados ao público em geral (cinco edições consecutivas do Fiocruz pra Você e na edição 2009 da Feira Nacional de Ciência e Tecnologia) e algumas delas já se encontram disponibilizadas no espaço-professor de nosso site (<http://museudapatologia.ioc.fiocruz.br/>).

## **2.2. Divulgação do Museu da Patologia do**

## **IOC em eventos de científicos e em eventos abertos a comunidade**

Adotamos como estratégia para divulgação das informações “arquivadas” nos acervos pertencentes ao Museu da Patologia do IOC, a participação em eventos científicos tanto da área de divulgação e comunicação científica como em eventos abertos à comunidade leiga. Nesse sentido, estamos ampliando a visibilidade das Coleções e do Museu bem como contribuindo com o fomento a pesquisa científica nos acervos (parcerias formadas em eventos científicos com público especializado) biológicos e documentais bem como a divulgação e popularização da ciência em nossa área de trabalho.

Para tanto, já participamos de seis edições consecutivas do “Fiocruz pra Você” (2006-2011), em uma edição da “Semana Nacional de Ciência e Tecnologia” (2009) e em três exposições organizadas pela Casa de Oswaldo Cruz (exposição da Semana do Patrimônio de 2009, Exposição de Longa Duração “Carlos Chagas e Oswaldo Cruz” e a exposição comemorativa dos 100 anos da exposição de Dresden de 1911). Durante os eventos “Fiocruz pra Você” e “Semana Nacional de Ciência e Tecnologia” os estandes tiveram uma média de 300 visitantes por dia de evento, pertencentes a todos os níveis sociais com idade variando entre 3 e 50 anos. Em eventos dedicados ao público especializado podemos citar entre

outros: CRICS8, I e II Simpósio Nacional de Coleções Científicas, Congressos de Virologia, Congresso Brasileiro de Histotecnologia, Semana de Patrimônio de 2009 e Simpósio Internacional Brasil-Alemanha (Fig. 7).

buscamos também apresentar os acervos científicos como patrimônio cultural, a ciência como parte do cotidiano das pessoas, o modo de trabalho dos pesquisadores de nossa área de atuação e os benefícios obtidos para a sociedade, informações sobre as formas de prevenção e combate das mais variadas doenças cujas peças estão depositadas na Coleção. Com ênfase nas doenças hepáticas, foi possível trabalhar junto aos visitantes o combate ao alcoolismo, através da demonstração das lesões macro e microscópicas associadas à ingestão crônica de bebidas alcoólicas. Além disso, buscamos trabalhar com temas referentes ao combate ao tabagismo, através da demonstração das alterações macroscópicas em peças de pulmão principalmente.

Desta forma, estamos segundo Philip Kotler<sup>5</sup>, utilizando o “marketing social” como uma estratégia de mudança de comportamento. O marketing social, segundo Kotler, ocupa-se em persuadir também, mas não quanto ao consumo, e sim no sentido de alterar crenças, atitudes, valores ou comportamentos; é o conjunto de atividades que visam ensinar e aumentar a aceitação de uma ideia ou prática social no seio de um determinado segmento social. Citamos ainda o conceito de marketing social de Machado Neto:

**O marketing social é uma estratégia de mudança de comportamento. Combina os melhores elementos das abordagens**

166



5 KOTLER, P.; ROBERTO, E. Marketing social.

tradicionais de mudança social num esquema integrado de planejamento e ação, aproveitando os avanços da tecnologia das comunicações e a capacidade de marketing<sup>6</sup>.

### 2.3. Museu da Patologia online

Além da estratégia de divulgação mencionada no item anterior, buscamos alternativas para “quebrar” as barreiras do tempo-espaço, dos horários de visita e da comunidade local optamos, com o uso da internet, abrir as janelas do ciberespaço para o fluxo de informações/divulgação científica através de textos e atividades científicas de qualidade disponibilizadas no Portal do Museu de Patologia do IOC on-line.

A página “Museu da Patologia *on-line*” (apoio Faperj – edital 04/2007) pode ser acessada através do endereço: <http://museudapatologia.ioc.fiocruz.br>. Esse Museu Virtual (Fig. 8) permite inúmeras possibilidades de acesso e apropriação das informações “armazenadas” nas Coleções do Museu, tais como: a) da história da Patologia; b) das contribuições dos pesquisadores para o desenvolvimento científico brasileiro e c) do processo histológico e investigativo.



um público-alvo específico como o espaço-professor, onde são apresentados protocolos de aula prática e de procedimentos de histotecnologia. Há também o Fale Conosco que visa ampliar a comunicação entre os visitantes e o Museu. Nesta seção, o visitante pode expor as suas dúvidas, contribuir com sugestões e críticas e solicitar agendamento de visitas. Além disso, disponibilizamos uma Linha do Tempo onde o visitante pode se informar sobre o contexto histórico no qual as Coleções foram sendo construídas. Existe ainda o link “Visita Virtual” (Fig. 9), onde o usuário pode, através de qualquer computador conectado na rede, visitar virtualmente as Coleções.



### Fotos panorâmicas do salão do Museu da Patologia do IOC

IOC  
Instituto Oncologia-Citologia



Base para a montagem da visita virtual hospedada no site.

Coleções sob sua guarda, desenvolveu uma atividade online na forma de um Quiz. Este foi desenvolvido em linguagem *flash* e apresenta questões que vão desde as históricas sob a formação das Coleções do Museu da Patologia até as voltadas para a prevenção de doenças e de assuntos abordados no ensino formal com a temática de histologia, biologia celular e virologia.

O Museu da Patologia do IOC online foi lançado no evento “Fiocruz pra Você 2009”, onde buscamos divulgar o site e as informações sobre o Museu da Patologia e suas Coleções Científicas, bem como realizar algumas práticas de citologia e coloração com as pessoas que visitaram o estande (Fig. 10).



**pergunta e resposta sobre o Museu da Patologia e, abaixo desta, detalhe do estande de lançamento demonstrando a visita virtual ao salão localizado no Pavilhão Lauro Travassos que abriga as Coleções do Museu da Patologia do IOC. Fonte: autor.**

Existe ainda uma seção do site dedicada exclusivamente ao Portfólio de projetos (Fig. 12) onde é possível acessar todos os projetos vinculados ao Museu da Patologia do IOC, com o intuito de aumentar a possibilidade de fomento por parceiros externos. Em relação aos projetos do Plano Diretor, estamos buscando ainda parceiros para a implementação e correto acondicionamento da reserva técnica (visando à diminuição do espaço ocupado pelo acervo) e a montagem das atividades lúdicas e do espaço expositivo



do Museu da Patologia.

Em conclusão, apresentamos neste artigo o racional de gestão de um Museu de Patologia, fundamentada em um Plano Diretor decenal constituído sob cinco eixos estruturantes integrados. Este planejamento estratégico vem apresentando resultados positivos, conforme aqui demonstrado nas vertentes de Patrimônio e Divulgação Científica, cujos desdobramentos apontam para novos horizontes de desafios.

## **BIBLIOGRAFIA**

BENCHIMOL, J. L. (coord). *Manguinhos do Sonho à vida – A Ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 1990.

KOTLER, P. *Marketing para instituições que não visam lucro*. São Paulo: Editora Atlas. P.286.

KOTLER, P. e ROBERTO, E. *Marketing social*. Estratégia para alterar o comportamento público. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

LENT, H. *O Massacre de Manguinhos*. Coleção Depoimentos, v.7. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1978.

MACHADO NETO, M. N. *Marketing Cultural das práticas à teoria*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2002.



# UM MODELO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

**Robério Dias<sup>1</sup>** **INTRODUÇÃO**

Esta proposta apoia-se nas seguintes premissas:

- a) Todo o patrimônio cultural é essencial e prevalentemente imaterial;
- b) Não há patrimônio cultural cuja essência (imaterial) esteja desvinculada de alguma substância (material) que lhe sirva de suporte e que o torne perceptível;
- c) Sendo a preservação patrimonial, fundamentalmente ligada ao tempo – afinal trata-se de fazer com que alguma coisa permaneça disponível além do momento presente – é preciso que a matéria dos objetos que se pretende conservar em bom estado seja considerada segundo sua durabilidade, pois é ela que vai modular, determinar, definir esta ação.

## **1. ANTECEDENTES**

A falta de um método oficialmente estabelecido para lidar com jardins tombados foi reconhecida na reunião do Conselho Cultural do IPHAN (10/08/2000) que decidiu o tombamento do Sítio Roberto Burle Marx (SRBM) e está documentada na ata dessa mesma reunião. Esta falta já causou muito desgaste e desperdício de energia.

<sup>1</sup> Paisagista. Doutor em Geografia (UFRJ). Especialista em Engenharia do Meio Ambiente. Diretor do Sítio Roberto Burle Marx (IPHAN).

Uma série de críticas desconstruídas à forma como está sendo gerenciado o acervo paisagístico do SRBM obrigaram a pensar sobre a origem desse problema. A presente proposta surgiu, portanto, para dirimir controvérsias relativas ao tratamento do principal acervo do SRBM, o paisagístico. Há boa chance de que uma explicação dela aqui, usando-o como exemplo, seja útil a todos, pois pretende ser unificadora, capaz de corrigir a exclusão conceitual, ou inclusão precária, apêndicula, improvisada, daqueles objetos cujo suporte material é essencialmente temporário, tais como os jardins tombados e também de outros objetos, cujo suporte material, embora perene na essência, teve sua perenidade prejudicada, tais como os arqueológicos.

Uma das peças mais fundamentais da obra de Roberto Burle Marx é a paisagem de seu Sítio, principalmente quando à palavra paisagem é agregada, prática e conceitualmente, ao mecanismo que possibilitou sua existência, que estruturou e diferenciou uma trajetória profissional e que explica em grande parte as justas homenagens a seu criador. O surpreendente é que este acervo, protegido pelo INEPAC desde 1985 e tombado em 2000 pelo IPHAN, apesar do amplo reconhecimento de sua excelência, conviva com a falta de critérios minimamente aceitos, critérios que permitam trabalhar sem sobressaltos. Aliás, tampouco existe, de modo geral, consciência

clara dos motivos que justificam a proteção do SRBM. Quando não confundidos com os de um jardim botânico, os valores que ali vicejam são ora tomados pelos de uma reserva natural – ocasião em que é invocada a legislação ambiental como parâmetro de preservação –, ora pelos de obras estáticas – momento em que se preconiza uma transposição literal de procedimentos normalmente utilizados para proteger objetos arquitetônicos ou de artes plásticas.

Como nenhuma das três formas de enquadramento mencionadas – jardim botânico, reserva ecológica e paisagem congelada – possibilita uma solução mantenedora, ganha nitidez a contradição de conservar *ad aeternum* um conjunto de plantas vivas que, não somente vivem, mas também morrem.

Para, mais do que entender, perenizar a identidade de um jardim tombado, no único sentido possível desta expressão, é indispensável aprofundar o conceito de patrimônio cultural, mesmo que para tanto seja necessário chegar ao ponto de mudar a classificação, reformulando o atual modelo dicotômico em bases que compreendam toda a diversidade do patrimônio cultural.

## 2. CLASSIFICAÇÃO

Ao ser cunhado, o termo Patrimônio Imaterial teve a função expressa de proteger bens culturais que ainda não tinham sido

oficialmente reconhecidos como carentes de proteção governamental: tradições orais, festas, saberes, fazeres etc. Porém o que aconteceu, quase autonomamente, é que se criou uma dicotomia por força exclusiva do poder das palavras – no caso, a palavra material justaposta à palavra imaterial. É essa dicotomia que, em última análise, impede que se atine com o conceito adequado e, por consequência, com a maneira correta de conservar o SRBM.

Os jardins tombados não encontram lugar na atual dicotomia material/imaterial por mais que o conceito de patrimônio cultural – como é comum ouvir – se amplie. Na verdade, o que vem acontecendo é, não a ampliação do conceito, mas apenas o aumento da variedade de objetos culturais protegidos, sem o respectivo esforço de compreendê-los. Numa recente reunião do IPHAN, tivemos evidência importante disso: durante uma apresentação de slides, foi projetado um documento oficial com a seguinte listagem, supostamente abrangente de todo o patrimônio cultural a seus cuidados: “a) Patrimônio material, b) Patrimônio imaterial, c) Patrimônio natural e d) Sítios arqueológicos”. É de se inferir que os dois últimos não se incluam nos dois primeiros. Faz lembrar um texto de Borges<sup>2</sup>, no qual é citada uma antiga enciclopédia chinesa, chamada “Empório Celestial de Conhecimentos Benévolos”, que contém a seguinte classificação dos animais: a) pertencentes ao imperador, b) empalhados, c) amestrados...etc.

Os sintomas de que o atual sistema não serve mais são: os problemas de manutenção que o patrimônio paisagístico sofre ao ser confundido com outros e os conflitos que pipocam aqui e ali relacionados com o patrimônio arqueológico. Tais sintomas, passíveis de serem atribuídos a lacunas conceituais, demandam urgência na mudança.

O patrimônio paisagístico é um patrimônio imaterial cujo principal suporte material – a vegetação – é temporário e, portanto, necessariamente substituível. Trata-se de um patrimônio cultural e não de um patrimônio natural, como tem sido repetida e oficialmente classificado. Assim como uma escultura do Aleijadinho em pedra-sabão – material natural – é um objeto cultural, um jardim de Burle Marx, ou de Glaziou, feito com plantas igualmente naturais, é também um objeto do patrimônio cultural. A diferença, para efeitos de classificação, está na durabilidade do suporte: estátua-perene, jardim-temporário.

Desfazer as confusões que grassam neste assunto não é simples, pois a solução de uma delas depende da solução da outra, ou seja, fazer prevalecer nos jardins tombados uma preservação de ordem cultural (em vez daquela de ordem natural) requer fazer entender antes que a preservação cultural, quando incide sobre jardins ou parques, precisa ser modulada segundo a temporalidade de seus componentes

2 BORGES, Jorge Luis. El Idioma Analítico de John Wilkins do livro Otras Inquisiciones.

materiais. Não pode ser uma simples transposição literal de procedimentos adequados à arquitetura e obras de arte estática, por mais habituais que eles sejam.

O patrimônio que hoje se denomina imaterial, embora tenha conquistado, por pressão irresistível da realidade, algum espaço no cenário da cultura, continua restrito a um gueto composto pelos objetos cuja matéria é simplesmente ignorada para efeitos de classificação. Já o que está classificado como objeto-do-patrimônio-cultural-material é apenas um bem cultural cujo suporte material é perene ou assemelhado a isso. Porém não há caso em que os dois lados do esquema binário vigente – material e imaterial – encontrem-se indissociáveis.

Como os mais conspícuos elementos constituintes dos jardins tombados – árvores e plantas – não são perenes nem efêmeros, a materialidade dessa classe de objetos culturais fica sem lugar neste sistema binário, o que sinaliza a existência de lacuna conceitual.

Quanto ao papel das lacunas, das insuficiências das construções teóricas, para fazer-lhes justiça vale lembrar a história evolutiva da ciência, cheia de exemplos semelhantes, ou seja, de regras cujas exceções indicaram necessidade de revisão. Por exemplo, o sistema solar imaginado por Ptolomeu, com a Terra no centro do universo. Funcionou durante séculos e, apesar de

resultados excelentes para as necessidades de então, só alcançava explicar as órbitas aparentemente retrógradas de alguns planetas mediante artifícios complexíssimos que puderam ser dispensados depois, por uma visão heliocêntrica, mais abrangente. Outro exemplo é o sistema gravitacional de Newton, desbancado pelo de alguém que não se conformou com o fato de aquele sistema falhar em relação à órbita de Mercúrio, embora explicasse as de todos os demais planetas conhecidos.

A utilidade de lembrar destes fatos é mostrar que as lacunas conceituais que surgem nos sistemas não devem ser alijadas pelo potencial desconforto que carregam, mas, ao contrário, precisam ser encaradas como indícios preciosos – os únicos elementos capazes, se enfrentados, de orientar e redirecionar a uma realidade mais acurada e frutífera.

### **3. O TEMPO E A AÇÃO DE MANTER PATRIMÔNIO**

Desde que ficou estabelecida na ciência a expressão espaço-tempo, manifestou-se uma tendência subliminar de encarar o tempo como apenas mais uma dimensão do nosso universo – a quarta – e isso tem reduzido seus privilégios de categoria especial. Porém há uma cabal diferença entre essa dimensão e as três espaciais. Enquanto temos algum poder de nos deslocar no espaço, somos

prisioneiros, imobilizados no fluxo do tempo, ou seja, incapazes de nos deslocar, a nosso bel-prazer, para o futuro ou para o passado. Essa diferença insuperável propiciou a criação de uma classe de agentes cuja difícil missão é levar ao futuro o que possuímos de precioso no presente e que não desejamos ver desprovido de valor durante o “percurso”. Em outras palavras: conservar o patrimônio cultural, minimizar a probabilidade de perder ou esquecer uma cultura tão custosamente obtida. Vendo dessa forma, nossa ação é essencialmente transportar esse valor, não no espaço, mas no tempo – razão para que os conceitos relacionados com o patrimônio cultural passem a incorporar essa dimensão quando classificam seus objetos.

A base conceitual dicotômica utilizada hoje desconsidera por completo a chamada quarta dimensão, justamente aquela com a qual lidamos, a que tentamos “vencer”, a que justifica nossa profissão de conservar, de transportar para o futuro. Os objetos culturais estão classificados como materiais ou imateriais de uma vez por todas, como se estivessem na eternidade. Ora, isso não é adequado e muito menos possível, porque, embora as coisas tombadas o sejam em razão de seus componentes imateriais que podem e devem, enquanto houver cultura, ser defendidos da ação destruidora do tempo, todas elas têm suportes materiais de durações diferentes, algumas controláveis, algumas prolongáveis, outras não.

Para, ao contrário, agregar temporalidade ao conceito, a classificação aqui proposta foi feita com base na duração dos componentes materiais de seus objetos, no caráter cronológico de suas respectivas substâncias, caráter fundante que não pode ser ignorado nem modificado se quisermos assegurar a identidade do objetos culturais conservados. Significa dizer que, para serem mantidas, para que seus valores culturais permaneçam, as coisas perenes têm que continuar sendo perenes e as coisas efêmeras têm que continuar sendo efêmeras.

A citada dicotomia vigente deixa de alguma forma subentendido que o patrimônio que é material não é imaterial e vice-versa; como se essas duas categorias esgotassem as necessidades de entendimento. No entanto, como elas convivem em todos os exemplos, isto é, como todo patrimônio imaterial está associado a um suporte material (ainda que, em certos casos, efêmero e, em outros, de duração limitada), essa bipolaridade não funciona para classificá-lo. A parte imaterial constante de todos os objetos do patrimônio cultural é justamente a responsável pelo adjetivo ‘cultural’ associado ao substantivo ‘patrimônio’. Embora não tenhamos encontrado este fato explicitado em parte alguma da Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio, está reconhecido indiretamente na teoria jurídica, como assinalado abaixo:

**[...] embora a proteção incida sobre as coisas, pois estas é que constituem o objeto da proteção jurídica, o objetivo da proteção legal é assegurar a permanência dos valores culturais nelas identificados<sup>3</sup>.**

Observa-se que os objetos concretos que suportam o patrimônio cultural – aqueles hoje rotulados como patrimônio material – obtêm a qualificação cultural “emprestada” justamente de seus componentes imateriais, eclipsados à primeira vista. Consta-se, por exemplo, que o Partenon material está, na classificação atual, supervalorizado, se comparado à “carga” imaterial de cultura que tornou um povo capaz de concebê-lo e construí-lo. Porém o mais importante em termos de cultura, é a memória ou o testemunho histórico de uma capacidade organizacional construtiva e o registro da consciência de leis estéticas e matemáticas que orientaram sua implantação. Todo o processo de criação do patrimônio aponta para isso, por mais que o sistema classificatório atual, baseado na falsa antítese, divirja. As conquistas do espírito humano, apenas eventual ou acidentalmente corporificadas no mármore, são intangíveis.

Por outro lado, para que hoje um objeto seja classificado como pertencente ao patrimônio imaterial, a matéria do mesmo (enquanto faz parte dele) precisa ser suficientemente efêmera para passar por “inexistente”. Artesãos produzem em série, suas obras são consumidas, às vezes, quase

instantaneamente; uma festa é produzida para durar horas.

Já nos casos em que a durabilidade material é ainda provisória, mas a qualidade de ser efêmera não é tão acentuada, instaura-se a indefinição. Há pelo menos um tipo de patrimônio cultural cuja matéria característica não é essencialmente perene, nem efêmera, mas algo intermediário. São os jardins tombados. Neles, o que tem possibilidade de ser permanentemente mantido é também imaterial: são os princípios que presidiram a disposição de seus elementos no espaço, e não a vegetação, sua parte material. Esta possui dinâmica biológica e tem duração variável, sendo forçosamente substituível. Portanto, a reformulação conceitual e classificatória é necessária principalmente para esses casos, que constituem a pedra de tropeço.

O novo enfoque cria um campo bidimensional para organizar a questão. Esta tentativa não é de demonstrar – não é o caso –, mas de convencer de que esse modelo é mais adequado à realidade da manutenção.

Se todo patrimônio cultural passar a ser reconhecido por sua imaterialidade, de concreto vai permanecer apenas o suporte dos vários tipos de patrimônio cultural. Com efeito, não nos custa muito admitir este fato, já assinalado teoricamente<sup>4</sup>. A classificação do Partenon neste sistema proposto poderia, apenas por enquanto, ser: patrimônio-



cultural-imaterial-de-suporte-perene. Haverá exemplos de patrimônio-cultural-imaterial-de-suporte-efêmero. Como a palavra imaterial é denominador comum, constante em todos os casos, cabe suprimi-la. Então, em vez de classificar os patrimônios culturais em uma de duas categorias – material ou imaterial –,isto será feito segundo a duração de seus respectivos suportes materiais, num gradiente que vai de entidade a evento e realizando uma divisão ternária: perene, temporário e efêmero.

A vantagem desse modo de classificação é que, além de áreas semelhantes ao SRBM, todo tipo de patrimônio cultural pode ser contemplado, encaixado no seguinte quadro:

TABELA 01 – PROPOSTA PARA CLASSIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

SUPORTE	AÇÃO	TEMPO	EXEMPLO
perene	conservação, preservação	infinito, indeterminado,	obras de arquitetura, escultura,
temporário	substituição	muito extenso	pintura, etc.
efêmero	reedição	médio prazo	obras de paisagismo
		difuso	acarajé
		cíclico	festa do Círio de Nazaré

Observa-se no quadro que a coluna Suporte e a coluna Tempo são quase redundantes. Justifica-se este excesso por permitir variância em relação aos objetos do patrimônio cultural de suporte efêmero que pode assim ser subdividido em difuso e cíclico.

Como exemplo de patrimônio cultural de suporte efêmero difuso está um elemento da culinária baiana recentemente promovido a patrimônio imaterial: o acarajé. Trata-se de um objeto que é criado e consumido por uma multidão de agentes individuais, de modo assíncrono e quase instantâneo, em inúmeros locais, pontualmente difusos num determinado contexto que é espacialmente restrito, mas temporalmente ilimitado.

Já no caso do patrimônio cultural de suporte efêmero cíclico a escolha recaiu sobre uma procissão repetida há mais de dois séculos, todo ano, no segundo domingo de outubro, em tradicional percurso de 4,5km entre a Praça Santuário e a Catedral de Belém do Pará. A multidão de agentes atua coletiva e sincronizadamente num tempo e local pré-determinados.

#### **4. QUESTÕES AMBIENTAIS**

O principal valor patrimonial do SRBM, no que se refere à preservação da flora, é o que se traduz pelo fato de ele ser um criadouro de plantas que foram trazidas de ambientes naturais, muitos deles posteriormente

devastados<sup>5</sup>. Algumas dessas plantas, por serem endêmicas e em decorrência da destruição de seus habitats de origem, são, talvez, as últimas que restem no planeta. Nesse aspecto, as ações que deverão ser encorajadas e programadas são, inicialmente, a continuidade na manutenção desses espécimes e, em seguida, sua multiplicação e difusão. Porém, antes de distribuir espécimes multiplicados a outros jardins ou de volta ao habitat natural, essa difusão deverá primeiro ocorrer dentro do próprio Sítio – uma forma de *backup* do acervo botânico –, providência totalmente vinculada aos cuidados de preservação, pois salvaguarda contra acidentes e pragas cuja probabilidade de extinguir essas plantas aumentaria muito se elas estivessem concentradas num único local. Assim sendo, as diretrizes para o tratamento do acervo do Sítio precisam incluir a escolha de locais adequados a esses plantios.

O aspecto, citado acima, exemplifica uma ação gerenciadora ditada por um conceito de paisagem que assimila os processos geradores dessa mesma paisagem, contradizendo aquele outro conceito que localiza o valor paisagístico na matéria que o constitui.

Outro aspecto de confusão na questão ambiental envolve uma preservação indiscriminada e injustificada de nativas e exóticas invasoras que incessantemente

<sup>5</sup> ELIOVSON, S. Os jardins de Burle Marx.

MOTTA, F. L. Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem.

tentam colonizar todas as áreas de terreno disponível. Pelo fato de Burle Marx ter sido um incansável defensor da natureza, crêem algumas pessoas que ele seria incapaz de erradicar um vegetal sequer, por mais dano que fosse, mesmo em defesa da ordenação que procurava estabelecer. Essa errônea suposição encontra “respaldo” na lei ambiental que proíbe a retirada de espécimes de vegetação nativa, mesmo que ainda em formação, de áreas onde essa lei pode ser aplicada, onde é possível acatá-la, sem prejuízo de valores mais altos. Considerando que no SRBM tal procedimento não tem condições de ser adotado sem descaracterizar o patrimônio tombado, conclui-se que seu terreno não pode ser governado pela lei ambiental, mas sim por diretrizes adequadas à gestão do patrimônio cultural.

Nesse momento entra um complicador: hoje em dia há uma verdadeira sacralização do vegetal em quaisquer casos, à guisa de militância contra destruição do meio ambiente. Ora, tais ações não devem ser confundidas, porque não é possível nem lógico tentar frear a devastação da Mata Atlântica ou da Amazônia deixando que a vegetação nativa invada e desfigure jardins tombados nas cidades. As plantas que aí existem têm que agregar algum valor cultural que justifique sua presença. Atitude semelhante àquela de decidir qual edificação deve ser protegida e qual pode ser demolida deve ser aplicada na manutenção

do patrimônio paisagístico. Nem todas as plantas podem ou precisam ser preservadas. Quase sempre o espaço vazio em um jardim tem mais significação cultural do que uma árvore invasora do mesmo lugar. Isso constitui mais um argumento para não localizar o valor paisagístico de um jardim tombado na matéria de sua vegetação, mas sim nos princípios imateriais que presidiram sua gênese.

## **5. QUESTÕES CULTURAIS**

O meio ambiente preservado é um bem cultural. Isto foi reconhecido por Rodrigo Mello Franco de Andrade, ao criar os estatutos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN. Daí decorre que nas áreas em que coincidem, a preservação cultural deve ser privilegiada em relação à preservação ambiental, simplesmente porque aquela engloba esta e a recíproca não é verdadeira. Isto não significa que o meio ambiente valha menos do que a arte, a arquitetura ou coisa parecida. A preservação ambiental refere-se a entidades vastas, como uma floresta, um ecossistema, o oceano ou a atmosfera, enquanto que os bens culturais são pontuais e escassos, como o sal da terra. Nos locais regidos pela preservação cultural, ou seja, nos raros dentre os lugares da Terra onde o resultado da ação humana foi valorizado a ponto de ser protegido por determinada sociedade,

este tipo de preservação tem que ter prevalência sobre a preservação ambiental porque a compreende, a inclui, não a desconsidera. Ilustrando o ponto de vista, imagine-se o seguinte: Se a floresta amazônica for racionalmente preservada, isto será positivo para a cultura nacional e o povo brasileiro fará jus a mais respeito, porque terá praticado uma proeza incomum perante os demais povos do planeta. Entretanto, se o descaso vier a se instaurar em nossa terra a ponto de, por exemplo, Ouro Preto que é patrimônio da humanidade ser tragada inicialmente pela vegetação pioneira, pelo que comumente se chama de ervas daninhas, e em seguida pela mata permanente, o Brasil, desde um ponto de vista estritamente natural, não terá sofrido nada, embora, em termos de zelo pelo patrimônio cultural, fique irremediavelmente desqualificado.

## 6. CONCLUSÃO

É importante enfrentar a tarefa intelectual de unificar o campo teórico do patrimônio, preenchendo as lacunas mencionadas e adotando uma base teórica mais compreensiva, que não mantenha os patrimônios paisagístico, arqueológico, ferroviário e que outros mais surgirem, excluídos de conceito, ou incluídos precariamente. Não é qualquer fragmento de telha do século XIX que sustenta informação ou dá testemunho de algo

que valha a pena lembrar. O mesmo se dá com relação aos elementos peculiares do paisagismo: não é qualquer planta que encerra representatividade superior ao ônus de mantê-la. Há espaços vazios bem mais significativos do que certos objetos – animados ou inanimados, não importa –, e serão sempre os valores intangíveis os únicos capazes de decidir a questão nesses casos ou em quaisquer outros relativos a bens culturais.

## BIBLIOGRAFIA

BORGES, JORGE LUÍS - *El Idioma Analítico de John Wilkins do livro Otras Inquisiciones*. Ed. Emecé - Buenos Aires 1952, disponível em <http://www ldc.upenn.edu/myl/wilkins.html>.

ELIOVSON, S. – *Os jardins de Burle Marx*, (tradução Roberto Grey). Rio de Janeiro: Salamandra, 1991.

FONSECA, C. L. da. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN, 1997.

IPHAN, *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*. Edições do Patrimônio. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

MOTTA, F. L. – *Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem*. São Paulo: Nobel, 1983.

# A PRESERVAÇÃO DE COLEÇÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: a experiência do MAST

**Marcus Granato<sup>1</sup>**

## **INTRODUÇÃO**

O patrimônio cultural que assimila as obras do passado é uma construção de cada geração. É uma característica humana, desconhecida de todo o resto do mundo vivo, animal ou vegetal. Encerra em si o que o homem sabe transmitir a outros humanos, sob as formas oral e plástica, sobre a experiência cultural que teve na vida. O patrimônio cultural não é legado graças aos reflexos instintivos genéticos e sim graças a um aprendizado reflexivo, que adapta cada conhecimento adquirido à situação particular daquele momento.

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) possui uma coleção de instrumentos científicos considerada das mais representativas do gênero<sup>2</sup>. Restrito inicialmente a objetos provenientes do Observatório Nacional, mais recentemente o MAST vem ampliando seu acervo com a coleta de objetos provenientes do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Ao redor dessa coleção foram desenvolvidos procedimentos específicos para sua preservação.

<sup>1</sup> Engenheiro de Metalúrgica e de Materiais (UFRJ). Doutor em Engenharia Metalúrgica e de Materiais (COPPE/UFRJ). Tecnologista sênior do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Professor do curso de especialização em Preservação de Acervos da C&T (UNIRIO/MAST).

<sup>2</sup> BRENNI, P. Instruments in South America.

Num primeiro momento é importante situar o nosso entendimento para o termo “preservação” e em que âmbito iremos utilizá-lo. O ato de preservar, na sua acepção mais ampla e não especializada é movido por atividades, funções e assim é definido no Dicionário Aurélio: “ação que visa garantir a integridade ou perenidade de algo como, por exemplo, um bem cultural; salvaguarda”.<sup>3</sup>

Tratando-se de preservação, qualquer que seja o enfoque, é essencial delimitar o seu objeto. Bens culturais? Ambiente? Documentos? Cultura? Biodiversidade? A diversidade de objetos reflete também a pluralidade e abrangência das ações de preservação. No caso da preservação de bens culturais, mais complexidade é adicionada ao tema, em torno de cultura, seus multifacetados conceitos e mobilidade conceitual no tempo. É importante esclarecer que, como apresentado por Beatriz M. Kuhl:

**Na concepção contemporânea alargada sobre os bens culturais, a tutela não mais se restringe apenas às ‘grandes obras de arte’, como ocorria no passado, mas se volta também às obras ‘modestas’ que com o tempo assumiram significação cultural. Nesse sentido, é prudente esclarecer que se utiliza a expressão monumentos históricos, não como obras grandiosas isoladas, mas vinculada ao sentido etimológico de monumento e como interpretada por Riegl, ou seja: como instrumentos da memória coletiva e como**

**obras de valor histórico que, mesmo não sendo ‘obras de arte’, são sempre obras que possuem uma configuração, uma conformação<sup>4</sup>.**

Complementando esse esclarecimento, o que consideramos como patrimônio são aqueles bens que se destacam dos demais por um processo de significação, que se formaliza quando da escolha para que façam parte desse conjunto. O que os diferencia dos demais, na moderna concepção museológica, inclui a noção de comunicação<sup>5</sup>, que pode traduzir-se de formas diferentes: significância, simbolismo, conotação cultural, metáfora etc. Os objetos de interesse da preservação têm, portanto, em comum, sua natureza simbólica, todos são símbolos e todos têm um potencial de comunicação, seja de significados sociais, seja de sentimentais.

A herança cultural é aquilo que se transmite, conscientemente ou não, de geração em geração. Essa transferência não se relaciona a toda a cultura, mas a uma seleção realizada por critérios de valor muito estritos, escolhidos a partir de valores políticos e culturais. As causas emocionais e afetivas se juntam aos primeiros critérios.

A preservação surge como instrumento para essa transmissão e consiste em qualquer ação que se relacione à manutenção física desse bem cultural, mas também a qualquer iniciativa que esteja relacionada ao maior conhecimento sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo

3 FERREIRA, A.B. de H. Novo Dicionário.

4 KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos.

5 VIÑAZ, S.M. Contemporary Theory of Conservation.

para as futuras gerações. Inclui, portanto, a documentação, a pesquisa em todas as dimensões, a conservação e a própria restauração, aqui entendida como uma das possíveis ações para a conservação de um bem. Para Scheiner, “preservar é evitar a morte, é influir no tempo, é buscar, ainda que pelo artifício, uma forma de eternidade”<sup>6</sup>

Para Heloisa Costa, preservação é o processo de tomada de consciência do valor de um bem cultural. Implica em observação, sensibilização, critérios de escolha, análise e decisão. Aqui se percebe uma ampliação do conceito, como identificado no trecho a seguir:

[...] a raiz latina de preservação é *pra-e-servare*, que vem a ser a ação de proteger qualquer um, qualquer coisa, colocando-o ao abrigo de um mal. *Pra* é assim um prefixo amplificador e significa “para alguém ou alguma coisa”, em direção à, lançar-se à frente. Exprime antecedência, antecipação, precaução, intensidade, predominância, prefulguração. Disso se pode inferir um aspecto de movimento em direção à, uma ação que se faz com intensidade para alguém ou alguma coisa, portanto, tem um objetivo mais amplo em direção ao humano, à transmissão, à formação dos indivíduos<sup>7</sup>.

Continuando a análise sobre o conceito de preservação, Khul afirma que “a palavra preservação no Brasil possui um sentido lato que abarca variados tipos de procedimentos,

como: inventários, registros, providências legais para a tutela, educação patrimonial e políticas públicas”<sup>8</sup>.

Nesse texto, estamos nos referindo aos processos que possibilitam a preservação de bens culturais que se inserem no patrimônio e, mais especificamente, naquele relacionado e proveniente da atividade de Ciência e Tecnologia. São as coleções científicas. Cabe ressaltar que essas coleções podem ser constituídas de documentos em suporte papel, os arquivos, ou de objetos, as coleções museológicas. Nossa análise se restringirá à preservação de objetos.

## **1. O MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS**

As origens institucionais do MAST remontam ao Grupo Memória da Astronomia, criado no início da década de 1980, no âmbito do Observatório Nacional (ON) e dentro do contexto de mobilização, no Brasil, para a criação de instituições voltadas para a pesquisa em história da ciência e preservação de acervos relacionados. O grupo tinha como objetivo o lançamento das bases para a criação de um museu de ciências voltado para a preservação, para a pesquisa histórica e para a formação de recursos pedagógicos no antigo prédio sede do ON.

Em um segundo momento (1984), no rastro do pedido de tombamento do patrimônio

6 SCHEINER, T.C.M. *Imagens do Não-Lugar: Comunicações e os Novos Patrimônios*, p.88-89.

7 COSTA, H.F.G. *Atribuição de valor ao patrimônio material e imaterial. Afinal, com qual patrimônio nos preocupamos?*, p.122.

8 KÜHL, B.M. *História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos*, p. 59.

histórico oriundo do ON por um elenco de personalidades da época, surge o Núcleo de Pesquisa em História da Ciência, como desdobramento do Grupo mencionado e cuja coordenação era diretamente vinculada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No ano seguinte, em 08 de março de 1985, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) foi finalmente criado pelo CNPq, coincidindo com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia e com um período de efervescência e criação de diversos museus e centros de ciência no Brasil.

O Museu está localizado num *campus* com área aproximada de 44 mil metros quadrados, no Morro de São Januário, Bairro Imperial de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. Esse *campus* tem importância para o espaço urbano no qual está inserido, por se tratar de área de interesse histórico e cultural, bem como por sua abundante vegetação que contrasta com a aridez das áreas de entorno.

As edificações históricas e as coleções envolvidas no processo de criação da instituição são preservadas por Lei Federal de 1986 e o MAST é criado na perspectiva de ser um “espaço não só de preservação, mas de difusão da cultura científica”. No ano seguinte, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) tomba a ambiência do *campus*, suas edificações e coleções.

O tombamento dividiu o acervo institucional em arquivístico, bibliográfico e museológico e o acervo inicial do MAST foi constituído de objetos, cúpulas e pavilhões de observação procedentes do Imperial Observatório/Observatório Nacional (ON) e de documentos textuais do ON e do CNPq, estando diretamente relacionado com a história da ciência e da técnica no Brasil, dos séculos XIX e XX.

De forma surpreendente, esses testemunhos não foram, em sua maioria, descaracterizados pelas modernizações típicas das áreas científica e tecnológica, em sua busca constante pelo mais moderno. Aqui, encontramos instrumentos científicos de grande porte, instalados em seus pavilhões de origem, sem que a eletrônica tenha transformado as características originais de utilização desses objetos antigos.

As edificações, que constituem um conjunto de exemplares típicos do programa arquitetônico da área de astronomia e da produção arquitetônica dos primeiros anos do século XX, estão bem preservadas em sua concepção original, necessitando, em alguns casos, de restauração ou de intervenções menos intensas que viabilizem a sua melhor preservação para as gerações futuras.

Quanto aos arquivos, o trabalho de captação e tratamento foi contínuo desde a criação do Museu, partindo inicialmente do recolhimento da documentação de valor histórico existente



no campus, que se encontrava dispersa em diferentes edificações. Em seguida, foram sendo formados outros fundos, através de doações espontâneas de cientistas e seus herdeiros, bem como por doações intermediadas por pesquisadores de diferentes instituições.

As coleções museológicas foram formadas a partir dos objetos provenientes do Observatório, como já mencionado, e começaram a ser trabalhadas sistematicamente a partir de 1993, quando foi iniciado o registro e a conservação dos objetos seguindo padrões museológicos internacionais. Posteriormente, objetos provenientes de outras instituições de pesquisa do MCT foram incorporados ao acervo, ampliando significativamente o conjunto preservado.

O MAST, no decorrer de seus 26 anos de existência, amadureceu institucionalmente e se transformou em instituição de referência para a preservação de acervos de Ciência e Tecnologia. Desde sua criação, o MAST tem investido em programas de divulgação da ciência, como o *Brincando com a ciência* e o *Observação do céu*. Em 1985, com a aproximação do cometa Halley, o MAST recebeu milhares de visitantes para observação em seus telescópios e, no verão de 1987, realizou com grande repercussão o programa *O Museu vai à praia*, que levava conceitos básicos de ciência à população

que frequentava as praias cariocas nos finais de semana. Ainda nesse contexto, o Museu foi responsável pela criação, no Brasil, do primeiro Parque da Ciência ao ar livre, hoje montado também em Vitória, no Espírito Santo.

Em junho de 1995 é inaugurado o primeiro módulo da primeira exposição permanente do Museu, denominada *Quatro Cantos de Origem*. Nesse mesmo momento, instala-se a reserva técnica de instrumentos, em algumas salas do prédio sede, elegantemente mobiliadas com armários e vitrines originais do início do século XX, incorporando-se também ao circuito de visitação do museu como reserva técnica visitável. A abertura desse espaço ao público objetivou dar acesso à quase totalidade do acervo do MAST e, apesar de não ter sido o propósito original, as salas recriam a atmosfera dos gabinetes de ciência do final do século XIX.

O trabalho de preservação desenvolvido em torno do patrimônio de C&T, pelo MAST, se reflete também no desenvolvimento de parcerias com o objetivo de contribuir para a preservação do patrimônio cultural em outras instituições. Como resultado, acervos de interesse são identificados, objetos de valor histórico registrados, profissionais sensibilizados no sentido de preservar o patrimônio *in situ* ou, quando não é possível, objetos são recebidos por doação para salvamento de acervos ameaçados.

Alguns resultados dessas parcerias se concretizaram na identificação e registro de conjuntos de objetos que constituem parte do patrimônio de C&T brasileiro, como as peças do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), as peças relacionadas à história da energia nuclear no Brasil, identificadas em diversos centros de pesquisa da área nuclear (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN, Instituto de Radiodosimetria - IRD, Instituto de Engenharia Nuclear - IEN, Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear – CDTN, Centro Brasileiro de Pesquisas físicas - CBPF), os 300 objetos doados ao Museu pelo IEN e as 35 peças doadas pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM).

Cabe também destacar as pesquisas que o Museu desenvolve em parceria com instituições internacionais, como o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, identificando outras fontes possíveis de acervos relacionados, como o Colégio Pedro II (Rio de Janeiro), o colégio Bento de Abreu em Araraquara (São Paulo) e o Colégio Culto à Ciência (Campinas/SP) e promovendo a elaboração de um Thesaurus de acervos científicos em língua portuguesa<sup>9</sup>.

A biblioteca do MAST tem se consolidado como referência nas áreas de História da Ciência, de Museologia e de Educação em Ciência. A partir de seu acervo bibliográfico, foi iniciada, em 1999, a construção da base de dados de trabalhos sobre história da

ciência publicados no Brasil, denominada Bibliografia Brasileira de História da Ciência. Destaca-se ainda a doação da biblioteca da Academia Brasileira de Ciências ao MAST, em 2009, e do acervo da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores (ABRACOR), em 2010.

Além das atividades voltadas para o público em geral e para grupos escolares, o MAST vem, nos últimos anos, dedicando-se em especial à capacitação de professores para utilização de novos instrumentos didáticos no ensino de ciências. Essas atividades de divulgação científica lhe valeram o Prêmio Latino-americano de Popularização da Ciência e Tecnologia, outorgado pela Red-POP, em 1997 e, no ano de 2000, a Menção Honrosa do Prêmio José Reis de Divulgação Científica, promovido pelo CNPq.

A partir de 1997, o museu amplia suas áreas de exposição permanente procurando contextualizar parte de sua coleção em espaços temáticos (“Espaço Espectroscopia”, “Espaço Sismologia”, “Observando o Céu”). Por outro lado, seus espaços de divulgação científica são aprimorados, com base nas pesquisas em educação em espaços não formais que realiza. Ao longo dos anos, são instalados os módulos da exposição permanente “Laboratório de Ciências”, “Ciclos Astronômicos e a Vida na Terra” e “Estações do Ano: a Terra em Movimento”.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://chcul.fc.ul.pt/thesaurus/>. Acesso em: 23 mai. 2011.

A partir de 2003, inicia-se um processo de fortalecimento e de trabalho intenso e profícuo. Em conjunto com o Observatório Nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) é elaborado o primeiro plano diretor para a utilização do campus. A partir dessas orientações, um concurso nacional é organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), para escolher um projeto paisagístico para o *campus*. Esse projeto começou a ser implantado por módulos a partir de 2010. Foram iniciadas gestões para a construção de um prédio anexo que abriga hoje as atividades técnicas e de pesquisa, deixando o prédio histórico, sede da instituição, totalmente dedicado às áreas expositivas. O prédio anexo foi inaugurado em 01 de junho de 2010 e sua ocupação paulatina ocorre a partir desse momento. Em paralelo, elabora um projeto para um centro de visitantes e um prédio que abrigue sua biblioteca, já sem qualquer possibilidade de expansão no prédio sede. As obras do prédio da biblioteca se iniciarão ao final de 2010, com previsão de inauguração para 2012.

O MAST apresenta hoje uma estrutura organizacional com quatro coordenações técnicas (Museologia, Educação em Ciências, História da Ciência, Documentação e Arquivo) e a seguinte missão institucional: “Ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento

científico e tecnológico por meio da pesquisa, preservação de acervos, divulgação e história da ciência e da tecnologia no Brasil.”

Realiza pesquisas nas áreas de Museologia e Patrimônio, Educação em Ciência e História da Ciência e, nesse âmbito, a partir dos projetos desenvolvidos, estabelece parcerias para o desenvolvimento de cursos de Pós-Graduação lato e *stricto sensu*. No primeiro caso, trata-se dos cursos de especialização em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT) e Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde. No segundo caso, destaca-se o pioneiro Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (mestrado e doutorado) que a UNIRIO e o MAST realizam em parceria. A instituição, assim, afirma-se como pólo importante na formação de pesquisadores em suas áreas finalistas.

A partir de suas iniciativas, o MAST adquire abrangência nacional, funcionando como um centro produtor de conhecimento, de procedimentos de preservação de coleções e arquivos e para a coleta de documentos (arquivísticos e museológicos). Desenvolve parcerias nacionais com diversas instituições, seja no intuito de auxiliar na preservação de conjuntos de objetos ou arquivos, seja para colaborar com a divulgação científica. Suas exposições itinerantes correm o país e a instituição adquire papel significativo na organização e realização das Semanas Nacionais de C&T.

O MAST trabalha com a perspectiva de firmar-se como um Museu de Ciência e Técnica de âmbito nacional, que possa auxiliar o MCT a estabelecer e implementar políticas de preservação do acervo cultural relacionado à Ciência e Tecnologia.

## **2. A COLEÇÃO DE OBJETOS DE C&T DO MAST**

O acervo museológico do MAST é formado por esculturas, equipamentos fotográficos, instrumentos científicos, instrumentos de comunicação, máquinas e motores, máquinas de escrever e mobiliário. Destaca-se a coleção de instrumentos científicos, que caracteriza o Museu como de ciência e técnica.

Contando com cerca de 2.000 objetos, é considerada das mais representativas e significativas de seu gênero e formada, em sua maioria, por instrumentos adquiridos pelo Imperial Observatório entre 1850 e 1930, nas áreas de Astronomia, Ótica, Cálculo e Desenho, Eletricidade, Geodésia, Metrologia, Meteorologia, Medição do Tempo etc. Mais recentemente, o Museu tem coletado objetos pertencentes a institutos de pesquisa do MCT, que são provenientes da segunda metade do século XX e de áreas como a Engenharia Nuclear e a Tecnologia Mineral.

É importante destacar a grande variedade e elevada qualidade dos objetos originários do Observatório. Juntamente com instrumentos que podem ser encontrados em instituições e museus similares (telescópios, teodolitos,

círculos meridianos, trânsitos, relógios de precisão, magnetômetros, instrumentos de meteorologia, comparadores etc.), o MAST preserva alguns instrumentos muito particulares – por exemplo, o marégrafo (previsor de marés) de Kelvin, o analisador de Henrici, o instrumento de Salmoiraghi para determinar a equação pessoal, instrumentos para instalar fios de teia de aranha em retículos, máquinas de divisão e outros instrumentos especiais. Pelo menos um instrumento do Museu é único: um altazimute do final do século XIX, inventado pelo astrônomo Emanuel Liais e fabricado nas oficinas de Jose Hermida Pazos, no Rio de Janeiro. Esse instrumento ganhou vários prêmios em diversas exposições no Brasil e na Europa.

Os fabricantes representados nesse conjunto da coleção do MAST estão entre os mais famosos e hábeis da Europa e representam os nomes de maior prestígio na indústria de precisão da época. Exemplificando alguns dos fabricantes pode-se citar: Brunner Frères (magnetômetros, círculos meridianos e teodolitos), Paul Gautier (círculo meridiano e acessórios de astronomia) e Pellin (1913, instrumentos de ótica física), de Paris; Adam Hilger (1924), de Londres (espectroscópios e acessórios); Gustav Heyde, de Dresden (trânsitos e teodolitos); Carl Zeiss (1926), de Jena (instrumentos astronômicos e óticos); Thomas Cooke and Sons, de York (telescópios e seus acessórios); L. Leroy, U.

Nardin e C. Rieflres (relógios astronômicos e cronômetros); *Société Genevoise des Instruments de Précision* (comparador) (1914), de Genebra. Além disso, na coleção existem alguns instrumentos de qualidade feitos no Rio de Janeiro por construtores locais: José Maria dos Reis e seu sucessor José Hermida Pazos.

Uma análise de certos grupos de objetos da coleção procedente do Observatório Nacional, juntamente com os arquivos, permite levantar questões interessantes para análise histórica. Certos grupos possuem, por exemplo, cinco, seis ou mais instrumentos iguais, como teodolitos ou termômetros. Alguns instrumentos sequer foram retirados de suas caixas originais, estando em perfeito estado de conservação, como novos. Alguns outros, por outro lado, apresentam muitas marcas, demonstrando que foram muito utilizados. Seria o Observatório, durante certos períodos de sua história, um depósito de instrumentos que poderiam ser emprestados para outras repartições, quando fosse necessário? Por exemplo, para as muitas expedições científicas e técnicas que foram realizadas pelo território nacional. Ou para a realização de trabalhos de meteorologia em todo o país?

Essas questões fazem parte de pesquisas sobre a coleção que estão em desenvolvimento e permitirão colaborar na construção da história da ciência no Brasil.

A partir de 2003, inicia-se a coleta de objetos procedentes de dois outros institutos pertencentes ao Ministério da Ciência e da Tecnologia, o Instituto de Engenharia Nuclear (IEN) e o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM). Do IEN foram doados cerca de 300 objetos como osciloscópios, balanças, cintilômetro, cromatógrafos, além de equipamentos do antigo laboratório fotográfico da instituição. Esses objetos ainda estão sendo pesquisados, mas após a realização do inventário constatamos que foram adquiridos a partir de meados do século XX, de fabricantes suíços (Mettler Instrumente AG), norte-americanos (Beckman Instruments, INC, Hewlett Packard, entre outros) e japoneses (Toa Eletronics Ltda, Minolta Câmera Co. Ltd.). Merecem destaque os equipamentos fabricados no Brasil pela Gepeto Eletrônica Ltda e pela C G. LTDA, além de equipamentos produzidos pelo próprio IEN. Foram também doados alguns catálogos de fabricantes.

Os objetos doados pelo CETEM formam um grupo com 35 itens e, juntamente com os anteriores, respondem à política institucional de incorporar ao acervo museológico do MAST objetos não mais em uso em institutos do MCT. Foram selecionados objetos provenientes de algumas das áreas técnicas de atuação do instituto, como análise química, processos eletrolíticos, processos pirometalúrgicos, processos por extração por solventes, onde destacamos: balanças,

analísadores de água, medidores de pH, condutívimetro, dentre outros. São objetos fabricados a partir de meados do século XX e encomendados nos EUA, Alemanha e Holanda, dentre outros países.

Em 2007, foi recebida a doação de um espectrômetro do Instituto de Física da UFRJ, utilizado pelo Prof. Joaquim da Costa Ribeiro e, mais recentemente, em 2009, foi incorporado um acelerador linear de partículas procedente do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF/MCT). Em 2011, está em processo de doação por esse mesmo instituto de conjunto de objetos utilizados por pesquisadores importantes, como César Lattes.

### **3. PROCEDIMENTOS DE PRESERVAÇÃO PARA COLEÇÕES CIENTÍFICAS NO MAST**

O primeiro momento em qualquer processo de preservação constitui-se em conhecer o que se quer preservar. Assim, no MAST, identifica-se a partir de 1993, um movimento para o registro sistemático dos objetos de C&T pertencentes ao seu acervo museológico. Esse trabalho desenvolvido sobre a coleção refere-se, além do registro, à catalogação, conservação, pesquisa e disseminação de seus objetos.

Foi desenvolvida uma metodologia de documentação específica para objetos de C&T, com base nos procedimentos museológicos utilizados para coleções

museológicas em geral e o processamento técnico da coleção continua até os dias atuais. Um inventário parcial da coleção foi publicado em 2000 e um inventário atualizado foi elaborado em 2010. Nesse processo, os instrumentos foram fotografados e foi montado um arquivo iconográfico da coleção, além de um banco de imagens digitalizadas. Finalmente, foi implantado o registro informatizado por meio de um *software* desenvolvido no MAST especialmente para esse tipo de coleção.

Como já mencionado em item anterior, foi estabelecida uma classificação por tipologias para a coleção, com base em critérios internacionais, que deverá ser revista brevemente, em função da ampliação da diversidade de objetos da coleção.

Quanto à disseminação dos objetos da coleção, o MAST elaborou, em 1999, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e da Fundação Vitae, um multimídia com uma mostra de 400 objetos da coleção, contendo imagens, informações sucintas sobre os instrumentos, além de uma descrição sobre o trabalho metódico que vem sendo empreendido. Esse material foi distribuído nacionalmente e é veiculado, pela internet, na página institucional do MAST, e na Reserva Técnica do museu, através de três terminais informatizados. Foram publicados dois livros recentemente, que apresentam a coleção,

sendo um no âmbito de outras coleções científicas luso-brasileiras<sup>10</sup> e outro no âmbito do patrimônio sob a guarda do Museu<sup>11</sup>.

Além dessas iniciativas, o Museu realiza exposições temporárias utilizando, em diversas ocasiões, temáticas que possibilitam explorar o acervo, como, por exemplo: Instrumentos Científicos e as Grandes Exposições Universais (2000); Instrumentos Científicos: Diferentes Olhares (2000); Uma Carta para o Céu (2001); Pavilhão e Luneta Equatorial 32 cm. Projeto de Restauração (2001); Luiz Cruls: um Cientista a Serviço do Brasil (2004); Objetos de Ciência e Tecnologia: Trajetórias em Museus (2005); Restauração do Círculo Meridiano de Gautier e Reabilitação do Pavilhão Correspondente (2005); Mostra de instrumentos de Meteorologia (2008); Tesouros do Patrimônio da Ciência e Tecnologia no Brasil (2010).

As atividades de preservação realizadas em torno da coleção de instrumentos científicos do MAST determinaram o início de pesquisas sobre o patrimônio cultural relacionado à ciência e técnica, na esfera de atuação do Grupo de Pesquisas em Preservação de Acervos Culturais (GPPAC), sediado no Museu. O advento do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), que o MAST e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) realizam em parceria, estimulou o aprofundamento das reflexões sobre o

assunto e o desenvolvimento de algumas dissertações em torno do tema.

O objeto, configurado na produção artística ou no artefato de uso cotidiano, tem sido preterido como fonte de análise histórica em muitas correntes historiográficas, apesar da sua força discursiva<sup>12</sup>. Por outro lado, a obra de arte e o objeto somente têm existência através de sua relação com a sociedade, caso contrário seus discursos são inexistentes. No caso do patrimônio cultural relacionado à Ciência e Tecnologia (C&T), aqueles objetos que são testemunhos dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico não são mais utilizados para reproduzir, questionar ou estudar os fenômenos físicos. Não possuem, portanto, o mesmo valor de uso comum, no caso o funcional, mas sim um valor agora redimensionado, baseado no seu significado e nas informações que podemos obter a partir deles.

Em uma das frentes de estudo do GPPAC, foi pesquisada metodologia de abordagem que possibilitasse trabalhar os objetos de C&T do MAST como fonte histórica. As pesquisas realizadas permitiram verificar que alguns grupos de pesquisa no exterior já fazem um trabalho interessante e instigante utilizando esses objetos<sup>13 14</sup>. Foi possível perceber que não apenas é possível tratar o objeto de C&T como fonte para história, e que atualmente - ao menos no exterior - já constituiu um novo domínio historiográfico, que vem se

10 GRANATO, M; LOURENÇO, M. Coleções Científicas Luso-Brasileiras.

11 GRANATO, M. Imagens da Ciências.

12 GOLÇASVEL, J. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais.

13 GRANATO, M; SANTOS, C; FURTADO, T; GOMES, L. Objetos d Ciências e Tecnologia como Fontes Documentais para a História das Ciências: Resultados Parciais.

14 FURTADO, J. Objetos, Coleções e Biografia: A História do Laboratório de Química do Imperial Observatório do Rio de Janeiro.

15 BENNETT, J. Museums and The History of Science.

16 ALBERTI, S. Objects and The Museum, p. 560.

17 OLIVEIRA, M. A Trajetória da Formação da Coleção de Objetos de C&T do Observatório do Valongo.

18 Coordenado por Marcus Granato, o projeto tem por objetivo geral ampliar o conhecimento sobre conjuntos de objetos de C&T existentes no país, propiciando sua melhor preservação e um estudo teórico sobre o patrimônio de C&T no Brasil e está disponível em: <http://www.mast.br/projetovalorizacao/index.html>. Acesso em: 23 de mai. 2011.

19 Coordenado por Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro, tem por objetivo elaborar uma análise teórica e conceitual dos processos de musealização a partir de uma perspectiva informacional em diferentes instâncias, com ênfase nos domínios da Ciência e Tecnologia.

20 Coordenado por Marcus Granato, pelo lado brasileiro, o projeto de cooperação internacional com instituições portuguesas pretende desenvolver um thesaurus terminológico para objetos de C&T que possa constituir um instrumento de trabalho e de recuperação da informação, facilitando a comunicação entre os museus de ciência e técnica da esfera lusófona, sobretudo Portugal e Brasil e está disponível em: <http://chcul.fc.ul.pt/thesaurus/>. Acesso em: 23 de mai. 2011.

21 Coordenado por Marcio Ferreira Rangel, o projeto tem por objetivo analisar a concepção de ciência, memória e patrimônio, presente na formação do acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins, verificando o papel desempenhado pelas coleções na construção do discurso de preservação que resulta na criação da instituição.

fortalecendo nos últimos anos, com vários pesquisadores importantes desenvolvendo pesquisas e estudos sobre estes objetos.

O historiador Jim Bennett<sup>15</sup>, por exemplo, desenvolve a construção da trajetória de instrumentos científicos tendo como ponto de partida o momento de sua fabricação, passando pelos diversos usos que possa ter tido em seu período de atividade funcional para, em alguns casos, chegar a um momento singular, em que é incorporado a uma coleção. Adquire aqui uma nova função e significação e inicia sua trajetória interna dentro da coleção. Não devem ser esquecidas, segundo o autor, as mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas que poderiam influenciar a instituição detentora da coleção e, conseqüentemente, os artefatos que a constituem.

Samuel Alberti, historiador de coleções e museus de história natural, desenvolve estudos sobre a história dos museus a partir dos objetos existentes em suas coleções. Utiliza, para isso, o conceito proposto pela antropologia da biografia cultural dos objetos. Para o autor, o momento mais importante nessa biografia seria o da sua incorporação por uma instituição museológica<sup>16</sup>. A esse momento nós denominamos *momentu museologicum*, no qual o objeto perde seu valor funcional e de uso e assume

novos valores e significados, no âmbito da instituição Museu.

Utilizando essas duas concepções como base, foi realizado um estudo inédito no Brasil, de construção da trajetória da coleção de objetos de C&T do Observatório do Valongo, em dissertação recentemente defendida no PPG-PMUS<sup>17</sup>.

Numa outra frente de pesquisa do GPPAC, foram avaliados modelos de leitura para objetos culturais, propiciando um melhor entendimento sobre cultura material, sobre a questão da interpretação de objetos musealizados e permitindo ampliar o conhecimento sobre os artefatos trabalhados e seus fabricantes.

Os estudos nessas diversas frentes de pesquisa se articulam, de forma a produzir uma sinergia que multiplique os resultados alcançados em cada projeto. No momento, estão sendo desenvolvidos os seguintes estudos de interesse para o tema: Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro<sup>18</sup>, Musealização como Processo Informacional<sup>19</sup>, Thesaurus de Acervos Científicos em Língua Portuguesa<sup>20</sup>, A Construção e Formação de Coleções Museológicas<sup>21</sup> e Tecnologia de Digitalização com Geração de Modelos Virtuais aplicada ao Restauro de



Instrumentos Científicos Históricos<sup>22</sup>.

#### **4. A CONSERVAÇÃO DE COLEÇÕES CIENTÍFICAS NO MAST**

Finalmente, abordaremos a conservação de acervos científicos, a partir da experiência desenvolvida no Museu. A conservação é uma das atividades integrantes do processo de preservação, mas será aqui abordada em item específico, em função das particularidades que o trato com esses objetos exige e de sua importância para a sua permanência.

Os objetos nos museus são afetados pelas condições em que são expostos ou acondicionados. Condições ambientais inadequadas são uma causa séria de deterioração, muitas vezes agravada pelo fato de que os efeitos permanecem invisíveis por um período longo. Quando perceptíveis esses efeitos já podem ter comprometido a estrutura do objeto. Essas condições são mais críticas em países tropicais, como é o caso do Brasil.

Segundo Cassar<sup>23</sup>, a sobrevivência de um objeto é afetada pelos seguintes fatores:

- os materiais dos quais é feito;
- as condições ambientais nas quais foi mantido antes de entrar para a coleção;
- sua utilização antes de ser incorporado

à coleção;

- as condições ambientais em que é mantido após ser incorporado à coleção;

- sua utilização, como parte integrante da coleção, em exposições, para pesquisa, como auxílio educacional ou objeto de trabalho;

- qualquer tratamento anterior de conservação ou reparo.

Os objetos de C&T, essenciais à astronomia, à medicina, à física, à meteorologia, à matemática e demais ciências, apresentam técnica de fabricação geralmente muito complexa e os diversos materiais de que podem ser construídos exigem cuidados específicos de conservação. Uma análise desses objetos permite concluir que a maioria é constituída de metais, especialmente ligas de cobre, prata e ferro. Outros materiais como madeira, marfim e couro também podem ser encontrados e, em objetos mais recentes, aparecem os plásticos e os cerâmicos, trazendo grande complexidade ao tema.

As condições ambientais desempenham um papel muito importante no controle dos mecanismos de deterioração a que os materiais são suscetíveis. Os fatores mais importantes no controle desse ambiente são a luz e a umidade relativa, além da poluição atmosférica e da temperatura. Em função dos materiais citados, umidades relativas mais baixas, em geral, reduzem a velocidade de

22 Realizado em parceria com Laboratório de Computação Gráfica da COPPE/UFRJ e pesquisadores do Visual Computing Lab da Itália (um dos únicos grupos no mundo especializados em pesquisa na área de tecnologia 3D aplicada à herança cultural), o projeto tem como objetivo criar uma réplica virtual para documentação de um instrumento científico astronômico, a luneta meridiana Bamberg, além de reproduzir o seu funcionamento para fins ilustrativos e de aprendizado. Os desafios de pesquisa que serão encaçados pelo projeto estão relacionados aos métodos de reparo do instrumento, aos algoritmos para produzir uma réplica virtual, e a novas formas de integrar esta tecnologia especificamente ao restauro de instrumentos científicos dentro do âmbito nacional.

23 CASSAR, M, Environmental Management: Guidelines for Museums and Galleries.

destruição dos objetos científicos.

A identificação de objetos que precisem de conservação determina a necessidade de um programa regular de inspeção das coleções, realizado por conservadores e curadores.

Essa inspeção identifica os objetos e destaca os que estão precisando de conservação urgente, que são aqueles em estado de deterioração ativa nos museus.

Objetos de C&T envolvem uma dimensão que os diferencia dos demais objetos culturais, a funcionalidade. Esse fator torna mais complexos os procedimentos para sua conservação, exigindo que antes da abordagem do objeto seja conhecido seu funcionamento e forma de utilização. A primeira etapa da conservação desses objetos é o exame técnico, fase onde se realiza uma avaliação cuidadosa, com o registro sistemático das informações e que talvez seja a fase fundamental para permitir um processo decisório adequado, revelando muita coisa que não está aparente. A desmontagem do instrumento é necessária para que um exame completo seja possível. Análises químicas podem ser necessárias para um melhor diagnóstico e sempre que possível devem ser avaliações não destrutivas.

É importante que, em todos os estágios do exame, da conservação e da restauração as evidências sobre os materiais originais e métodos sejam reconhecidas e registradas antes que qualquer trabalho seja realizado

no objeto. O procedimento geral para a conservação/restauração de um objeto científico pode ser o seguinte:

- exame técnico - realizado assim que o objeto é recebido, com muita atenção e precisão, permite ter uma idéia geral sobre o objeto e seu funcionamento;

- abertura de dossiê para a peça - as primeiras informações que vão compor o arquivo sobre o objeto são suas dimensões e a data de entrega;

- desmontagem, levando em conta as técnicas adequadas para parafusos corroídos; fotos devem ser tiradas durante o procedimento;

- limpeza superficial, onde devem ser feitos testes primeiro em partes secundárias com os produtos que serão utilizados, selecionando os que melhor resultado apresentarem, sem modificar a aparência geral da superfície. É preciso neutralizar o agente de limpeza e depois lavar com água;

- partes que faltam podem ser refeitas, caso existam referências ou evidências que permitam produzir uma peça exatamente igual à perdida. É uma etapa complexa, que exige muita pesquisa e trabalho meticuloso;

- acabamento superficial, utilizando-se um produto que dê um brilho ou acabamento acetinado à superfície, dependendo do efeito desejado: pastas de polir, lã de aço fina,

papel abrasivo etc., utilizados manual ou mecanicamente;

- limpeza para desengordurar, utilizando um desengordurante como tricloroetileno ou percloroetileno, com uma escova, algodão ou papel absorvente. O contato do objeto com os dedos após o trabalho deve ser evitado, para não deixar marcas digitais que possam trazer oxidação;

- utilizar uma técnica para obter a cor original de uma superfície, forma, objeto ou em qualquer parte que tenha sido refeita. A ideia é retornar a uma aparência uniforme e a uma cor adequada como o original;

- acabamento, para o aspecto final, assegurando a preservação pela aplicação de um verniz protetor, através de uma escova ou spray.

Os trabalhos de conservação acadêmicos se iniciaram no MAST em 1998 com uma avaliação sistemática do estado de conservação dos objetos da coleção e do ambiente de guarda<sup>24</sup>. O resultado foi inesperado, pois apesar do ambiente apresentar alta umidade relativa média, apenas cerca de 2% dos objetos foram considerados em situação crítica, exigindo uma avaliação sobre a necessidade de sua restauração.

A partir de uma oficina de manutenção de

instrumentos científicos, MAST implementou em 2000 um Laboratório de Conservação de Objetos Metálicos (LAMET), onde desenvolve uma série de atividades de conservação, treinamento e pesquisa, relacionados a um programa de conservação regular de seus objetos que permite a sua higienização periódica a cada três anos. Ainda em 2011, o Museu deverá transferir o LAMET para o prédio anexo, recentemente construído, onde o Laboratório contará com mais espaço e infraestrutura, de forma a atender melhor às demandas internas relacionadas à coleção, aos projetos de pesquisa e às aulas de pós-graduação, além das demandas externas por serviços de conservação e treinamento.

Alguns instrumentos foram objeto de intervenções mais aprofundadas, a partir do treinamento de pessoal e desenvolvimento de metodologias específicas para esse tipo de acervo. Podemos citar um teodolito astronômico<sup>25</sup>, a luneta equatorial de 32 cm de ocular<sup>26</sup>, o círculo meridiano de Gautier<sup>27</sup> e um identificador de astros. No momento, estão sendo iniciados os trabalhos de diagnóstico para possível restauração de uma luneta meridiana fabricada no final do século XIX por Carl Bamberg (Alemanha).

Com a incorporação de objetos mais recentes, novos problemas de conservação se estabeleceram, especialmente relacionados à complexidade do funcionamento das

24 GRANATO, M; SANTOS, L; MIRANDA, L. Estudos sobre a Conservação de Instrumentos Científicos.

25 GRANATO, M. A Restauração de Instrumentos Científicos Históricos

26 GRANATO, M; BRITO, J; SUZUKI, C. Restauração do Pavilhão, Cúpula Metálica e Luneta Equatorial de 32 cm - Conjunto Arquitetônico do Museu de Astronomia e Ciências Afins-Mast.

27 GRANATO, M; TULLY, F. Les Principes de La Restauration D'Instruments Scientifiques: Le Cas Du Cercle Méridien Gautier de L'Observatoire de Rio de Janeiro.

peças e à variedade de seus componentes materiais. Assim, os novos desafios para a área nesse momento são estabelecer novos procedimentos de identificação de materiais e de intervenção que permitam a melhor preservação desses artefatos.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALBERTI, Samuel J. J. M. Objects and the museum. *ISIS*, v. 96, p. 559-571, 2005.

BENNETT, Jim. Museums and the history of science. *ISIS*, v. 96, p. 602-608, 2005.

BRENNI, Paolo. Instruments in South America: the Collection of the Museu de Astronomia e Ciências Afins of Rio de Janeiro. *Bulletin of the Scientific Instrument Society*, n. 65, p.25-28, 2000.

CASSAR, May. *Environmental Management: Guidelines for Museums and Galleries*. Museum & Galleries Commission. London: Routledge Ed., 1999.

COSTA, Heloisa H. F. Gonçalves da. Atribuição de valor ao patrimônio material e imaterial. Afinal, com qual patrimônio nos preocupamos? In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael, Bezerra; BENCHETRIT, Sarah F. *Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico nacional, 2008. p.119-129.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo*

*Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1987.

FURTADO, Janaina Lacerda. Objetos, Coleções e Biografia: a história do laboratório de química do Imperial Observatório do Rio de Janeiro. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. *Cultura Material e Patrimônio de C&T*. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p.154-174.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Autenticidade, memória e ideologia nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: FRY, Peter; ESTERCI, Neide; GOLDENBERG, Miriam (Org.). *Fazendo antropologia no Brasil*, 1. Rio de Janeiro: DP&A; Capes, 2001.

GRANATO, Marcus. *A Restauração de Instrumentos Científicos Históricos*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Metalúrgica e de Materiais, COOPE/UFRJ, 2003.

GRANATO, Marcus. *Imagens da Ciência. O Acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins*. Rio de Janeiro: MAST, 2010.

GRANATO, Marcus; BRITO, Jusselma Duarte de; SUZUKI, Cristiane. Restauração do pavilhão, cúpula metálica e luneta equatorial de 32 cm - conjunto arquitetônico do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, *Anais do Museu Paulista* (Impresso), v. 13, n.1, p. 273-311, 2005.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Leandro Rosa dos; MIRANDA, Luiz Roberto M.

de. Estudo sobre a conservação de instrumentos científicos históricos no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST. *Cadernos do CEOM* (UNOESC), Maringá, Paraná, v. 21, p. 243-274, 2006.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; FURTADO, Janaína Lacerda; GOMES, Luiz Paulo. Objetos de ciência e tecnologia como fontes documentais para a história das ciências: resultados parciais. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2007, Salvador. *Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília: ANCIB, 2007. v.1. p. 1-16.

GRANATO, Marcus; TULLY, Françoise Le-Guet. Les principes de la restauration d'instruments scientifiques: le cas du cercle méridien Gautier de l'observatoire de Rio de Janeiro. *In Situ. Revue des Patrimoines*, v. 10, p.1-34, 2009.

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta Catarino. *Coleções Científicas Luso-Brasileiras: patrimônio a ser descoberto*. Rio de Janeiro: MAST, 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. *REVISTACPC*, v.1, n. 1, nov. 2005 – abr.2006.

OLIVEIRA, Maria Alice Ciocca de. *A Trajetória da formação da Coleção de Objetos de C&T do Observatório do Valongo*. 2011. Dissertação

(Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2011. 185p. Orientador: Prof. Dr. Marcus Granato.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. *Imagens do 'Não-Lugar': comunicação e os novos patrimônios*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). 2004. 294p. Orientador: Profa. Dra. Priscila Siqueira Kuperman.

VIÑAZ, Salvador Muños. *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier Ltd. ed., 2005.



# O ARQUIVO PÚBLICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, SUAS COLEÇÕES E ATIVIDADES

**Carlos Roberto Bastos Freitas<sup>1</sup>**

## **INTRODUÇÃO**

O Arquivo Público Municipal (APM) de Campos dos Goytacazes, Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei Municipal nº 7.060 de 18 de maio de 2001, a partir de um projeto elaborado em parceria com a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, tem por objetivo prestar serviços ao poder público e à comunidade, garantindo o direito à informação e a preservação da memória regional. Na estrutura organizacional está subordinado à Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, órgão da Prefeitura Municipal. A partir de dezembro de 2010, passou a se chamar Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, em homenagem ao escritor, pesquisador e teatrólogo, que representou em seus trabalhos a vida, costumes e os tipos humanos da região.

O Arquivo mesmo sendo jovem, já mantém sob a sua guarda um acervo de aproximadamente 600 metros lineares, formado por documentos textuais, iconográficos, além de microfilmes e digitais, que se revestem de comprovado valor informativo e probatório. Destacam-se no acervo os processos cartorários

199

<sup>1</sup> Museólogo. Mestre em Políticas Sociais (UENF). Diretor do Arquivo Público de Campos dos Goytacazes

recolhidos ao Arquivo Público a partir de um convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

## 1. A IMPLANTAÇÃO DO ARQUIVO

O processo de criação de um arquivo público na cidade passou por diversas tentativas. Em 1999, a Pró-Reitoria de Extensão da UENF começou um movimento para a criação definitiva de um arquivo, promovendo reuniões com lideranças políticas municipais, a visita de técnicos de outras instituições e a divulgação pela imprensa local das propostas. Contou também com o apoio do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ. Durante todo o ano seguinte foram identificados conjuntos documentais importantes para o município, foram realizadas diversas reuniões para esclarecimento sobre procedimentos para sua implantação.

O edifício que abriga o Arquivo, *Solar do Colégio*, que tem esse nome em virtude de ter sido a sede de uma grande fazenda que pertencia ao Colégio Jesuíta localizado na cidade do Rio de Janeiro, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 1946 e desapropriado pelo Governo do Estado em 1977. O Solar, construído na segunda metade do século XVII, e segundo historiadores locais, em local privilegiado em meio à planície, instala-se em área elevada em relação aos

arredores, protegido dos alagamentos na época das chuvas.

Tratando-se de um edifício de grande beleza arquitetônica e de valor histórico inestimável, que conta com amplos espaços, julgamos que o Solar abrigue, paralelamente ao Arquivo e sem prejuízo de suas atividades específicas, uma pequena área de exposição que tenha a função de divulgar as atividades ali desenvolvidas e estimular e divulgar a cultura produzida na região. A existência desse espaço, onde se realizam pequenas apresentações musicais e de teatro, exposições, seminários, cursos, certamente contribuem para aproximar o APM da comunidade, conscientizando os cidadãos sobre a importância da preservação de sua memória.



**Figura 1. Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes. Fonte: autor.**





**Figura 2. Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes. Fonte: autor.**

Desde o início de suas atividades, o Arquivo mantém uma política de capacitação e atualização de seus funcionários e colaboradores. Esse modelo de capacitação atinge todo o pessoal envolvido no tratamento técnico dos documentos recolhidos, com treinamentos específicos, visitas técnicas a outras instituições, participação em eventos na área, com apresentação de trabalhos e trocas de experiências. A capacitação em determinadas atividades desenvolvidas em um arquivo é de fundamental importância para o sucesso de um empreendimento dessa magnitude.

## **2. O ACERVO**

O Arquivo mantém sob sua guarda documentos produzidos pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal e Judiciário Estadual, uma grande coleção de jornais publicados em Campos, além

de coleções particulares. O acervo produzido pela Administração Pública Municipal, desde o período colonial, está em fase de identificação documental, sendo gradativamente liberado à pesquisa.

Do Executivo Municipal há registros administrativos, financeiros, de pessoal, legislação, correspondência, solicitações de obras por habitantes, registros fotográficos, etc – em tratamento técnico, parte desse acervo já disponibilizado à pesquisa. A documentação é extensa, com muitas séries e subséries. Parte foi recolhida no antigo edifício da Prefeitura, junto a documentos anteriores à criação do Executivo Municipal.

Da Câmara Municipal, sob a guarda do Arquivo a partir de um convênio, estão documentos administrativos desde o período colonial (1728-1918), destacando-se livros de notas, posturas municipais, juramento de vereadores, registros de marcas de gado, matadouro, sepultamento, impostos, etc.

A partir de um convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Arquivo tem a guarda de processos acumulados pelo Fórum de Campos e livros do Cartório do Segundo Ofício. O Município foi muito extenso, abrangendo toda a região Norte Fluminense até meados do século XIX. É o maior acervo documental, são cerca de trinta mil processos e quatrocentos livros diversos, ainda em tratamento, mas já se encontram liberados à pesquisa os processos

de testamento (1390), inventário (5176), tutela (90), investigação de paternidade (120) e usucapião (45). Dessa documentação, o registro mais antigo é um inventário do ano de 1698. Do cartório do Segundo Ofício, um dos mais antigos da cidade, foram recolhidos livros de escrituras e registro de imóveis, compra e venda de escravos, notas, procurações, etc.

A coleção de Jornais Campistas, acervo formado pela Biblioteca Municipal e doado ao Arquivo, possui jornais editados em Campos desde meados do século XIX (1850-2000), contendo títulos raros não mais publicados e títulos em circulação. Disponível em microfilmes e originais, é muito procurado por pesquisadores, pelas informações do cotidiano da região, anúncios de estabelecimentos comerciais, eleições, participação em movimentos políticos e de sua produção industrial, agrícola e movimentação econômica.

A coleção de Diários Oficiais do Estado do Rio de Janeiro trata-se de acervo formado pela Biblioteca Municipal e doado ao Arquivo. Com edições desde os anos 1940 ao ano 2000, a maior parte encadernada. Muito solicitada pela população para comprovação de direitos, especialmente para solicitação de aposentadoria, registros de diplomas de escolas públicas e resultados de concursos públicos.

Encontra-se em tratamento a coleção de documentos de escravos, localizados no

porão da antiga Prefeitura, que também abrigou a Câmara Municipal, separado em pequenos fardos mas junto aos demais documentos públicos. Composto por ações de liberdade, recibos de compra e venda, nascimento, óbito, devolução de escravo, furto, devassa, testamento, etc.

A coleção particular do Dr. Oswaldo Cardoso de Melo, médico e político de expressão regional (prefeito e deputado estadual), que atuou a partir de 1930, foi doada pela família e já identificada. Composta por correspondências, fotografias, livros (técnicos e de história e política), artigos publicados, recortes de jornais sobre sua atuação política, etc. Foi a primeira coleção particular doada ao Arquivo, em 2002.

Ainda sem tratamento, a coleção particular de José Evaristo Assis da Penha, sindicalista, político local, membro do Partido Comunista Brasileiro na era Vargas e posterior, é composta por livros sobre política (muitos editados em Cuba), certificados, artigos, fotos, correspondência, recortes de jornais, revistas, etc.

O mais recente recolhimento ao Arquivo, ocorrido em maio de 2011, é composto por documentos administrativos, livros de atas, planilhas de produção de açúcar e cana, projetos de irrigação de diversas usinas, livros técnicos, legislação, correspondência, fotografias, etc. O acervo é originário do antigo Sindicato dos Produtores de Açúcar do

Rio de Janeiro e Espírito Santo, já desativado. Essa documentação guarda registros da produção de açúcar e as políticas implantadas na região durante a primeira metade do século XX. A documentação encontrava-se em poder da Firjan, seção Campos e atualmente aguarda tratamento.

Em formato digital e microfimes há documentos com informações sobre a cidade e região, especialmente do período colonial e império, de instituições como a Biblioteca Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e Torre do Tombo.

O tratamento técnico dispensado ao acervo já identificado foi realizado de acordo com as seguintes etapas:

- Pré-identificação – examinados individualmente para se identificar a tipologia documental;
- Higienização mecânica – limpeza mecânica com trinchas e pincéis, de pelos macios, para a retirada de resíduos de poeira, insetos, cliques, grampos, cravos e marcadores. Intervenção primordial nos documentos recolhidos;
- Numeração das folhas;
- Ordenação cronológica;
- Conservação preventiva – intervenção simples, com pequenos reparos para

estabilização do suporte, quando necessário, para assegurar de forma eficiente suas condições de preservação;

- Restauração – intervenção profunda, iniciado com banho aquoso para limpeza e desacidificação do suporte e o posterior reenfibramento com polpa de celulose e nova montagem;
- Estabelecimento de um quadro de arranjo do acervo;
- Identificação documental de acordo com a NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística, para a elaboração de instrumento de pesquisa e a posterior transferência desses dados para base de dados;
- Acondicionamento dos documentos – em pastas, caixas ou maços, confeccionados em material alcalino ou neutro, essenciais para uma melhor preservação dos documentos;
- Disponibilização à pesquisa e armazenamento em áreas de depósito.

O tratamento técnico documental aplicado em nosso Arquivo prioriza a higienização prévia dos documentos antes de sua ordenação e descrição. Durante o processo de higienização, na área de triagem, observa-se o conteúdo das informações registradas, o estado de conservação do suporte papel, que pode apresentar-se muito manchado

pela ação da umidade, insetos e fungos e, ainda, grande quantidade de poeira e resíduos diversos, marcas deixadas pelo ataque dos insetos. Ocorre também, o aparecimento de ovos e larvas vivas que demandam observações especiais durante algum tempo. Identificamos em percentual bem elevado o efeito da acidez das fibras dos suportes mais recentes (fim do século XIX em diante) e das tintas empregadas (ferrogálica principalmente), ocasionando a fragilidade das fibras e ainda a transposição da mancha, fato que dificulta a leitura.



**Figura 3. Conservação do acervo. Fonte: autor.**



**Figura 4. Conservação do acervo. Fonte: Autor.**

As condições ambientais locais, especialmente com os altos índices de temperatura e umidade relativa característicos da Região, são um forte fator de aceleração do processo de degradação do suporte. O controle da umidade e temperatura é uma preocupação constante. Como estamos em uma área de planície, sem obstáculos relevantes à circulação dos ventos dominantes (nordeste), mais seco e dificilmente acompanhado de chuvas, a temperatura na área do Solar é sempre mais baixa do que na área urbana. A umidade aumenta especialmente com a chegada de frentes frias durante a primavera e o verão, carregadas pelo vento sul, caracteristicamente forte. Durante o inverno as chuvas são escassas e a umidade não é elevada.

As tintas utilizadas nos documentos mais antigos são constituídas por um pigmento

(cor) e um diluente, acrescido de um adesivo para fixar o pigmento ao papel. São de vários tipos: a tinta da China, composta de negro de fuligem misturado à goma arábica ou cola de peixe, foi amplamente usada até o século XV, tendo sido gradativamente substituída pela ferrogálica, composta de sulfato de ferro, ácido galotânico (extraído do carvalho) e um aglutinante (em geral goma arábica). Foi comum a adição de corantes. A corrosão do papel, observada em muitos manuscritos, está ligada aos seus componentes básicos. Há ainda as constituídas pelo sulfato de cobre (cor azul e verde), usadas em mapas, que sofrem corrosão pela reação com a umidade e poluentes.

Os agentes humanos também são um importante fator na degradação dos acervos. Além do manuseio incorreto que danifica ou mesmo destrói o suporte, ocorre também os danos provocados pelo uso de alimentos e líquidos e pelas mãos sujas, onde a gordura e a sujeira passam para o papel, provocando manchas e alterando seu pH.

Os agentes biológicos, principais causadores de destruição dos acervos, especialmente livros e documentos. São eles: os fungos, insetos e roedores. Para que esses agentes se proliferem e atuem, é preciso que o local onde os acervos se encontrem armazenados esteja com a temperatura e umidade relativa elevada, com pouca circulação do ar e falta de higiene.

O Arquivo possui um setor dedicado à preservação e conservação preventiva, conta com uma equipe especialmente treinada, composta por três funcionários e dois bolsistas. São oriundos da região, com formação na área de história, que recebeu treinamentos específicos na área. Operam com instrumentos e equipamentos básicos que permitem a realização de processos de restauração desde os mais simples aos mais elaborados, como: mesas especiais, prensa, mesa de sucção, reenfibrador de papéis, secadora de papéis, filtro deionizador, balança de precisão, etc.

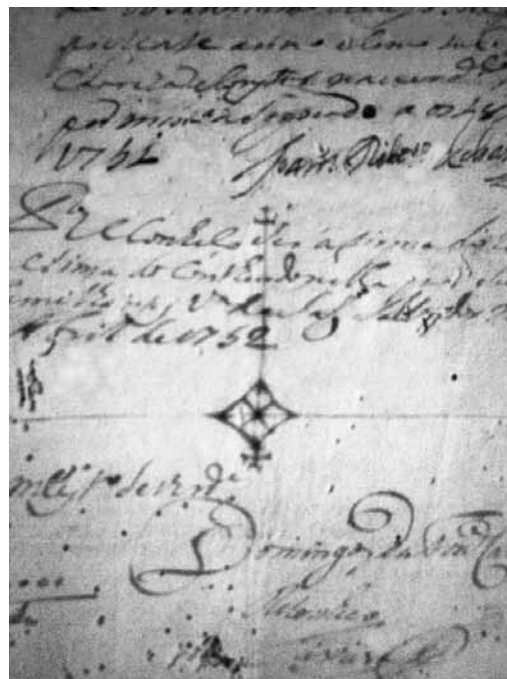


Figura 5. Conservação do acervo. Fonte: autor.



**Figura 6 e 7. Conservação do acervo. Fonte: autor.**

O processo de conservação pode ser dividido em dois níveis: pequenos reparos e restauração. O primeiro passo é identificar quais os danos que precisam ser reparados. Nesta fase, é realizado um diagnóstico onde é preenchida uma planilha com as

informações de identificação do processo e os danos observados. O segundo passo é desmontar e novamente higienizar o material a ser tratado, principalmente se a costura original tiver sido mantida. O passo seguinte é o tratamento em si.

Quando os danos (manchas de fungos, insetos ou rasgos) são poucos ou pequenos, usa-se basicamente a limpeza localizada com pó de borracha e o reparo, quando necessário, com papel neutro, tipo japonês, que exceda alguns milímetros ao dano a ser consertado, e cola de metilcelulose, material inerte e reversível, que não possui atrativos a um novo ataque de insetos.

Quando os danos são mais profundos e graves, o modo de agir precisa ser mais específico e trabalhoso. Depois de desmontado, cada folha danificada ou não é tratada separadamente. Nesse caso, é realizado o banho de todo o conjunto para a retirada de resíduos (poeira e fungos principalmente), manchas e o excesso de oxidação da tinta (ferrogálica) e ainda ocorre a reposição química alcalina, em seguida, é realizado o reenfibramento, que recompõe o tamanho e a superfície da folha, aumentando assim sua resistência ao manuseio e prolongando sua permanência. Após a secagem, as folhas são aparadas em um tamanho padrão para serem então prensadas e recosturadas, voltando o conjunto à sua forma original.

O acondicionamento é o coroamento do processo de preservação. Nessa fase são usados materiais inertes, neutros de acidez e papéis alcalinos para estabilizar a acidez das fibras de celulose e dessa forma, prolongar a permanência da informação.



Figura 8. Guarda do acervo. Fonte: autor.



Figura 9. Guarda do acervo. Fonte: autor.



Figura 10. Guarda do acervo. Fonte: autor.

## CONCLUSÃO

Por conta de minha formação na área de preservação e o estado de conservação da maior parte do acervo recolhido, desde o início das atividades no Arquivo, foi aplicado um modelo de operação voltado para a preservação física dos suportes e conseqüentemente das informações neles contidas. Dessa forma, a divulgação de um acervo bem preservado e seu uso por pesquisadores se torna mais coerente com uma verdadeira política de arquivo. Esse modelo operacional transmite aos funcionários e estagiários uma visão privilegiada do documento e dos vários aspectos que envolvem as atividades desenvolvidas em um arquivo.

As coleções que fazem parte de nosso acervo são repletas de informações sobre o

rico passado da região, com possibilidades ilimitadas de pesquisas. A cada ano, o número de pesquisadores aumenta, e assim o acervo é divulgado e presta serviços à comunidade. Para os que não possuem conhecimentos necessários para desenvolver uma pesquisa, o Arquivo tem oferecido ajuda através de um funcionário capacitado. Dependendo do volume da pesquisa, atende também a pedidos formulados a partir de locais distantes.

O atendimento aos pesquisadores é realizado na Sala de Consultas, que possui instrumentos de pesquisa, mesas individuais, leitora de microfilmes e computador. Além disso, possui também uma pequena biblioteca de apoio, com acervo voltado basicamente para história regional e legislação, além de títulos mais abrangentes.







Apoio:



Patrocínio:



Realização:

